



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS CATU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



DALCY ALVES DE SOUZA

**O FAZER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO TAE NO IF BAIANO:
A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS NA INVENÇÃO DO COTIDIANO**

Catu

2021

DALCY ALVES DE SOUZA

**O FAZER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO TAE NO IF BAIANO:
A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS NA INVENÇÃO DO COTIDIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT, Macroprojeto 3 – História e Memórias no contexto da EPT.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Lima Santana e Santana

Catu

2021

Setor de Biblioteca
Instituto Federal Baiano (Campus Catu)
Elaborada por Ana Paula Ribeiro (CRB 5/1583) com dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S729 Souza, Dalcy Alves de

O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano / Dalcy Alves de Souza. -- 2021.
203 p.: il.

Dissertação (mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Catu, 2021.

Orientador(a): Prof. Dra. Camila Lima Santana e Santana
Bibliografia: p. 104 - 110

1. Educação. 2. Técnico em assuntos educacionais.
3. Ensino profissional. 4. Prática pedagógica. 5. Ensino técnico. I.
Santana, Camila Lima Santana e. II. Título.

CDU: 377

DALCY ALVES DE SOUZA

**O FAZER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO TAE NO IF BAIANO:
A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS NA INVENÇÃO DO COTIDIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 24 de fevereiro de 2021.¹

BANCA EXAMINADORA

Dra. Camila Lima Santana e Santana
ProfEPT – IF Baiano - Orientadora / Presidenta da Banca

Profa. Dra. Célia Tanajura Machado
Campus I – UNEB

Profa. Dra. Cristiane Brito Machado
ProfEPT – IF Baiano

Profa. Dra. Franciane Andrade de Moraes
Reitoria – IF Baiano

Profa. Dra. Neurisângela Maurício dos Santos Miranda
Campus Itaberaba – IF Baiano

¹ Ata de aprovação constante no Suap: <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/>

Dedico este trabalho a meus filhos, meus tesouros mais preciosos, que dão sentido à minha vida e fazem meus dias mais felizes. **Léo** (*in memoriam*), com uma alegria tão dele, sua partida intempestiva me fez conhecer o doce/amargo da presença/ausência, traduzida em saudade, levando-me a compreender que a efemeridade do estar no mundo não é o limite da vida, mas a força/potência que me impulsiona a buscar ser o melhor que eu possa ser. **Nardo**, com sua perseverança e serenidade me instiga a inventar dias melhores e mais criativos. **Laura**, com seu jeitinho único de ser, reservada, sábia e carinhosa, me faz a mãe mais completa e realizada. **E a todos e todas** que de alguma forma me apoiaram, compartilharam saberes, experiências vivenciais e me ajudaram a construir este sonho, tornando-o um real possível.

AGRADECIMENTOS

O sentimento que me invade neste momento é a mais sublime gratidão.

Agradeço a Deus, meu Pai e Senhor, por tudo: pela capacidade de compreender em altura e profundidade, por Sua sustentação e proteção. Por todos os anjos que colocou em meu caminho. A Deus, honra, glória e louvor!

Nesta etapa da escrita, imagens, cenas, rostos, lugares atravessam a memória. As primeiras palavras rascunhadas no esqueleto do projeto, as vivências compartilhadas nos encontros durante todo o percurso formativo, as conversas animadas na cantina de Margô, as discussões nos grupos dialogais etc. São tantas pessoas, tantos momentos. Não tenho palavras suficientes para expressar o quanto sou grata. Assim, optei por agradecer a Deus pela vida de todos(as) que, direta ou indiretamente, estiveram presentes nesse percurso, contribuindo para que eu chegasse até aqui:

Minha família, pelo apoio, paciência e cumplicidade! **Marieta**, minha mãe, mulher guerreira, que mesmo em sua fragilidade me ensinou a ser forte; sua presença constante fez-me persistir. **José**, meu pai, sempre calado, mas sabê-lo ali, à vigília, trazia-me segurança. **Vania e Leu**, irmãs amadas, e **Gil**, único irmão, pelo apoio de sempre. **Lúcio**, meu esposo, amigo e companheiro, por acreditar em mim, cuja força e incentivo me deram ânimo para enfrentar as longas e cansativas viagens para assistir às aulas presenciais. **Nardo, Laura e Léo** (*in memoriam*), meus filhos, os tesouros mais preciosos, por tudo que representam. Eles dão sentido à minha existência.

Meus(minhas) amigos(as), pela presença, disposição e incentivo. **Camila**, minha orientadora e amiga, que, muito mais que orientar, me fez acreditar que seria possível, aumentando a minha autoconfiança. Sua segurança me instigou a seguir e sua serenidade transformou esse árduo caminhar em um passeio carregado de leveza. **Neury**, minha amiga irmã, sempre presente em minha vida; sua existência me inspira e me faz querer ser a melhor amiga, mãe, filha, irmã, profissional. **Paula**, minha preta, amiga de todas as horas. Irmã **Sesarina**, minha parceira de fé, pela torcida e constantes orações!

Meus colegas do ProfEPT, pela cumplicidade e união que me ajudaram a continuar: **Kate**, pela hospitalidade e carinho com que me recebeu, uma amizade para a vida; **Priscila e Alice**, pelo companheirismo durante as viagens; **Gleice**,

Martha e Uilma, sempre dispostas a ajudar; **Josy e Lu**, por compartilharem uma viagem ao mundo ancestral peruano, experiência única; **Diego**, pela disposição em ajudar sempre; **Adilson e Osny** pela alegria da cantoria contagiante; **Rony**, pela força da palavra proferida; **Eliana**, pela vitalidade e sorriso constante; **Maristela e Aldenice**, pela sobriedade compartilhada; **Tássia** e as **Roses**, pela serenidade e presença.

IF Baiano, pelo apoio e acolhimento. **Técnicos(as) em Assuntos Educacionais**, cuja acolhida e coparticipação reflexiva constituíram minha inspiração e alicerce na construção da proposta, em que o compartilhamento de vivências e saberes foi o melhor fundamento. **Gestores**, pela disposição em participar da proposta de pesquisa, partilhando suas experiências e impressões. ProfEPT, meus **professores** – Davi Silva, Heron Ferreira, Antônio Leonan, Gilvan Martins, Marcelo Oliveira, Fábio Carvalho, José Rodrigues, Maria Nazaré, Joana Fidelis, Camila Santana, Patrícia de Oliveira, –, por promoverem as condições necessárias para significativos momentos de formação, em que a partilha de conhecimentos e experiências contribuíram expressivamente para o fortalecimento de minha maturidade epistemológica. **Carlos**, secretário da Coordenação do ProfEPT, pela cordialidade e presteza no atendimento.

Secretaria Municipal de Educação de Palmas de Monte Alto, por fazer parte de minha itinerância profissional e pelo apoio que tornou possível o ingresso e permanência no ProfEPT. **Neto e Vicência Paula**, pela compreensão e disponibilidade em apoiar esse processo formativo. **Meus colegas docentes e coordenadores pedagógicos** do Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, pelo compartilhamento de experiências no exercício da docência que me instigaram a buscar outras possibilidades de atuação e de pesquisa em outra perspectiva da prática educativa – o fazer técnico-pedagógico.

Professoras que compõem a Banca Examinadora - Dra. Célia Tanajura Machado, Dra. Cristiane Brito, Dra. Franciane Andrade e Dra. Neurisângela Maurício - pela acolhida e disposição em contribuir com esse trabalho.

A **Deus**, o mais sincero agradecimento pela vida de cada um! Todos(as) vocês têm o meu respeito e admiração.

[...] os sentidos não repousam nem nas coisas designadas, nem nas palavras que usamos para designá-las, mas flutuam numa intrincada, instável e ampla rede discursiva de significações que cercam as coisas. A flutuação em tais redes se dá segundo um jogo no qual as regras são contingentes – mas não caóticas – e envolvem relações de poder e de saber (VEIGA-NETO, 2008, p. 24).

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o fazer técnico-pedagógico desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), com ênfase na atuação do Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e alicerçada em uma etnopesquisa de cunho otobiográfico que, com seu fulcro na abordagem qualitativa, se propõe a escutar os registros do cotidiano vivenciados pelos TAE que integram as equipes técnico-pedagógicas dessa instituição. O marco contextual adotado são as alterações que ocorreram no cotidiano desse fazer a partir do redimensionamento da Rede Federal e da conseqüente criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), por meio da Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), a qual não aponta, em seu texto, orientações ou previsões instituintes de políticas de desenvolvimento profissional específicas para esse cargo. Além disso, inexistem, no cenário do IF Baiano, regulamentações específicas de institucionalização das atribuições e dos espaços-tempos de atuação desse cargo. Nesse contexto, esta pesquisa investigou o processo de constituição dos sentidos produzidos pelos sujeitos na construção do fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano, quando, em parceria com os participantes da pesquisa, foram construídos os referenciais propositivos para a institucionalização das atribuições e dos espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais na Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPT). Assim, os TAE são os sujeitos da pesquisa, e, também, como colaboradores partícipes, os demais integrantes das equipes técnico-pedagógicas e gestores de diferentes campi, Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria de Gestão de Pessoas. A título de epistemologia teórico-metodológica, as bases referenciais são os estudos sobre o cotidiano inerentes à Hermenêutica de Certeau (1998); sobre a etnometodologia (MACEDO, 2010) e as vivências inerentes à Otobiografia (MONTEIRO, 2004). Com base nessas noções, foi possível conhecer as singularidades da atuação desses profissionais, ressignificando as percepções institucionais sobre esse fazer no âmbito da EPT. Percepção essa sintetizada em um registro acadêmico-institucional, com encaminhamentos de ordem propositiva, denominado **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano**, produto final da investigação cuja pretensão é provocar e subsidiar a criação do plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano.

Palavras-chave: Educação. Educação Profissional e Tecnológica. Técnico em Assuntos Educacionais. Fazer Técnico-pedagógico. Cotidiano.

ABSTRACT

This research deals with the technical-pedagogical practice developed at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IF Baiano), with emphasis on the performance of the Technician in Educational Affairs (TAE) and based on an ethno-research of otobiographic nature that, with its fulcrum in the qualitative approach, it proposes to listen to the daily records experienced by the TAE that integrate the technical and pedagogical teams of this institution. The contextual framework adopted is the changes that occurred in the daily life of this activity, starting from the resizing of the Federal Network and the consequent creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IF), through Law nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), which does not indicate, in its text, guidelines or forecasts that establish specific professional development policies for this position. In addition, in the scenario of IF Baiano, there are no specific regulations for institutionalizing the attributions and time-spaces of this position. In this context, this research investigated the process of constitution of the meanings produced by the subjects in the construction of the technical-pedagogical practice in the daily life of the IF Baiano, when, in partnership with the research participants, propositional references were constructed for the institutionalization of the attributions and spaces-times of performance of Technicians in Educational Affairs in Technical and Technological Professional Education (EPT). Thus, TAE are the subjects of the research, and also, as collaborating collaborators, the other members of the technical-pedagogical teams and managers of different campuses, the Dean of Education and the People Management Directorate. As a theoretical-methodological epistemology, the referential bases are the studies on daily life inherent to Certeau's Hermeneutics (1998); about ethnomethodology (MACEDO, 2010) and the experiences inherent to Otobiography (MONTEIRO, 2004). Based on these notions, it was possible to know the singularities of the performance of these professionals, giving a new meaning to the institutional perceptions about this action within the scope of EFA. This perception is synthesized in an academic-institutional record, with propositional referrals, called Guiding Referential Document: attributions and time periods of performance of the Technicians in Educational Affairs of IF Baiano, the final product of the investigation whose intention is to provoke and subsidize the creation of the plan institutional regulation of TAE activities within the scope of IF Baiano.

Keywords: Education. Professional and Technological Education. Technician in Educational Affairs. Do technical-pedagogical. Daily.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Localização dos campi do IF Baiano – Territórios de Identidade, Bahia.....	18
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Setores de lotação dos TAE no IF Baiano – 2020.....24
- Gráfico 2** – Opinião dos gestores sobre a criação do Plano de Institucionalização das atribuições dos TAE no IF Baiano – 2020.....90
- Gráfico 3** – Opinião dos TAE sobre a criação do Plano de Institucionalização das .90
- Gráfico 4** – O Documento está esteticamente organizado, primando pelo aspecto visual, objetividade e clareza95
- Gráfico 5** – O Documento atende ao propósito de referenciar as possíveis atribuições dos TAE nos diversos espaços/setores do IF Baiano96
- Gráfico 6** – O Documento Referencial Orientador contribuirá para ao fortalecimento, reconhecimento e valorização do fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano...96
- Gráfico 7** – Um direcionamento das nossas atribuições contribuirá potencialmente para o desenvolvimento qualitativo do nosso fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano.....97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEPLAC** – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- CAE** – Coordenação de Assuntos Estudantis
- CE** – Coordenação de Ensino
- CEP** – Conselho de Ética em Pesquisa
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- DASP** – Departamento Administrativo do Serviço Público
- EMARC** – Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira
- EPT** – Educação Profissional Técnica e Tecnológica
- EAD** – Educação a Distância
- FIC** – Formação Inicial Continuada
- IF Baiano** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
- IFE** – Instituições Federais de Ensino
- IF** – Institutos Federais
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- MS** – Ministério da Saúde
- NAPEA** – Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem Permanência e Êxito do Educando
- NAPNE** – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas
- NAPEAPEE** – Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem Permanência e Êxito de Educando
- NUAPE** – Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem Permanência e Êxito do Educando
- NRI** – Núcleo de Relações Institucionais
- PCCTAE** – Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação
- PNDP** – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
- PDP** – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
- PROEN** – Pró-Reitoria de Ensino
- PROPES** – Pró-Reitoria de Pesquisa
- PROEX** – Pró-Reitoria de Extensão
- PRODIN** – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROFEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PCS – Plano de Cargos e Salários

PE – Produto Educacional

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

SRA – Secretaria de Registros Acadêmicos

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TAE – Técnicos em Assuntos Educacionais

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 A PESQUISA NA INVENÇÃO: UMA INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTOS, PROPÓSITOS E FILIAÇÕES NA ARQUITETURA DE UMA ESCOLHA.....	16
2 TRANSCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: TEORIA, ACONTECIMENTO E CONSTRUÇÃO.....	32
2.1 TRANSCURSOS TEÓRICOS: (DES)ARTICULAÇÕES EM UM COTIDIANO DE AUTORIAS	34
2.2 TRANSCURSOS METODOLÓGICOS: ACONTECIMENTO E CONSTRUÇÃO.....	52
2.2.1 Os sujeitos, o lócus e o <i>acontecimento</i> metodológico	57
3 DADOS: INCERTEZAS COTIDIANAS, PRÁTICAS INVENTIVAS	68
3.1 NÓS DO FAZER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO IF BAIANO: A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS NA INVENÇÃO DO COTIDIANO.....	70
3.1.1 Os nós que dificultam o fazer do TAE no IF Baiano	73
4 A INVENÇÃO DA PESQUISA	86
4.1 DOCUMENTO REFERENCIAL ORIENTADOR: ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO IF BAIANO – UMA DESCRIÇÃO	88
5 CONSIDERAÇÕES OUTRAS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES.....	111
APÊNDICE A – DOCUMENTO REFERENCIAL ORIENTADOR: ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO IF BAIANO.....	112

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i> (TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS)	181
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i> (RESPONSÁVEIS PELOS SETORES)	185
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	188
APÊNDICE E – ROTEIRO PARA PRODUÇÃO DE RELATO	190
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ENTREVISTAS).....	193
APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (QUESTIONÁRIOS).....	195
APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	198
APÊNDICE I – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO	200
APÊNDICE J – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE IMAGEM E DIVULGAÇÃO	201
ANEXOS.....	202
ANEXO A – DOMÍNIOS ELETRÔNICOS DAS IMAGENS UTILIZADAS NA DISSERTAÇÃO	203



1

A PESQUISA NA INVENÇÃO: UMA INTRODUÇÃO

[...] em nossos estudos “com” os cotidianos das escolas há sempre uma busca por nós mesmos. Apesar de pretendermos, nesses estudos, explicar os “outros”, no fundo estamos nos explicando. Buscamos nos entender fazendo de conta que estamos entendendo os outros. Mas nós somos também esses outros e outros “outros” (FERRAÇO, 2003, p. 160).

Nesse transcurso eu me descobri no outro; assim como outros em mim (TAE Gravata, Relato Oral. Grupos Dialogais, 2020).

Como se inventa uma pesquisa? Como uma pesquisa acontece em um *cotidiano* de invenção? O presente trabalho tem seu cerne nesses questionamentos lançados no cotidiano profissional dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE), no âmbito do IF Baiano, e apresenta em seu bojo uma gama de ensejos que tracejaram o seu acontecer em torno de um fenômeno: o fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano e a produção dos sentidos na invenção do *cotidiano*. Fazer este que, para além dos sentidos produzidos e de uma institucionalização formal, busca uma ontologia e uma epistemologia desse fazer, por meio da interpretação e compreensão, de forma implicada e coletiva, da presença de si no próprio espaço de atuação, atentando para os modos de ser e estar nesse lugar.

Esta pesquisa, que se construiu na invenção, também mobilizou heurísticas que subsidiaram este texto e toda a discussão nele engendrada sobre o fazer técnico-pedagógico, por meio da reflexão e compreensão em uma perspectiva de movimento criativo, sendo o cotidiano tomado como algo vivo e instigante, atravessado por conceitos, contextos e experiências que culminam em proposituras. Assim, nesta primeira parte da escrita anuncio, pois, a pesquisa enquanto invenção que se desenrola em um cotidiano constantemente reinventado no processo investigativo-profissional. Em um primeiro movimento deste processo inventivo, em caráter introdutório, apresento a contextualização, os objetivos da pesquisa, as filiações teóricas, a importância do estudo e a potência dos sentidos nele produzidos.

1.1 CONTEXTOS, PROPÓSITOS E FILIAÇÕES NA ARQUITETURA DE UMA ESCOLHA

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia [...]
O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente,

a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 31).

Toda escolha se arquiteta por meio de uma gama de situações que a justificam. Este estudo teve seu pilar arquitetônico alicerçado no *cotidiano*² vivenciado pelos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE), que, além de integrarem as equipes técnico-pedagógicas, atuam em diferentes ambientes organizacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). A pesquisa sustenta um olhar e uma escuta para esse fazer, com atenção às significativas *alterações* que ocorreram atreladas ao ato de criação dos Institutos Federais (IF), em virtude da implementação da Lei nº 11.892/08, a qual não aponta orientações ou quaisquer previsões de ações instituintes de políticas de desenvolvimento profissional específicas para que o conjunto de servidores, sobretudo os TAE, acompanhasse com qualidade, coerência e sentido os desafios impostos por tais *alterações*.

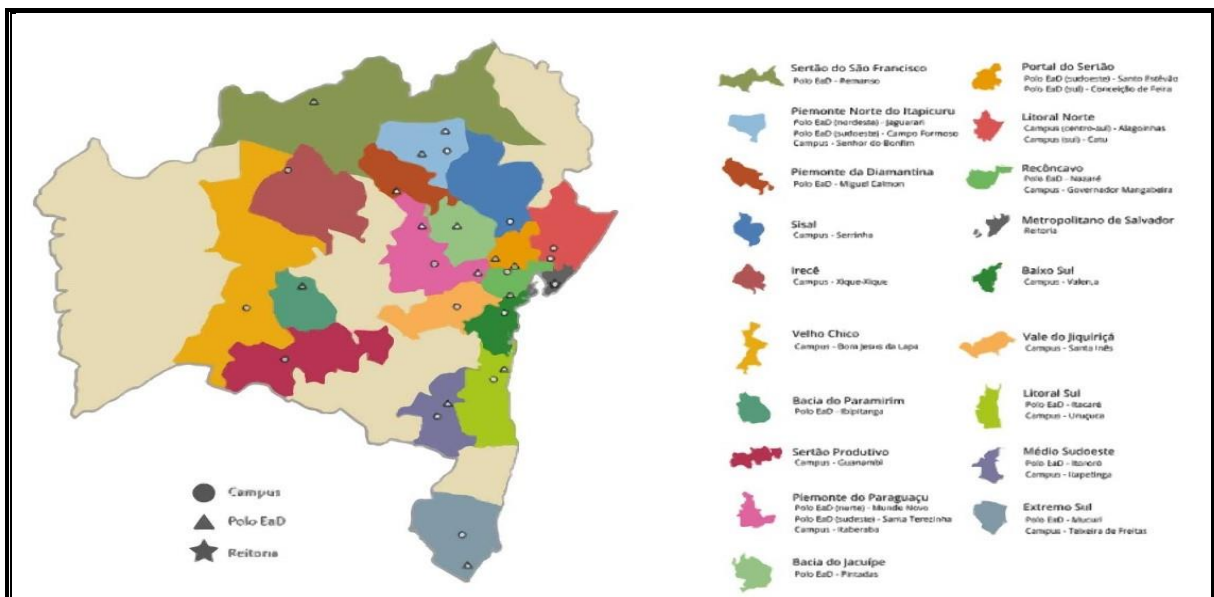
Ademais, as experiências profissionais que vivenciei³ e as análises dos documentos que regem a instituição apontam para a inexistência, no cenário do IF Baiano, de regulamentações com a institucionalização das atribuições e dos espaços-tempos de atuação dos TAE, o que tem convergido para o planejamento de ações que visem o atendimento de demandas emergenciais, sem registros ou discussões necessárias para a captura dos significados dessa atuação. Assim, os sentidos produzidos nesse fazer vão se perdendo em meio aos acontecimentos cotidianos e se distanciando, não somente de uma institucionalização formal, como também, e principalmente, de uma epistemologia do fazer técnico-pedagógico, cuja relevância incide nos processos de valorização e desenvolvimento profissional desses servidores. Situação essa que justificou e motivou esta empreitada investigativa sobre o fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano.

² As palavras grafadas em itálico, as quais não se referem a termos estrangeiros, indicam importantes conceitos, a serem apresentados no decurso do texto, principalmente no item que trata dos Fundamentos Teóricos.

³ Considerando que esta escrita movimenta um caráter ora individual e ora coletivo, para facilitar a compreensão do leitor é necessário explicar que quando uso o verbo na primeira pessoa do singular refiro-me ao movimento e experiência de cunho individual, por outro lado, quando uso verbos na primeira pessoa do plural, tento imprimir respeito e reconhecimento a um processo de construção que se deu de forma coletivizada – *tornou-se* coletiva.

A título de contextualização, o IF Baiano é constituído pela integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Santa Inês, Guanambi e Senhor do Bonfim; pelas Escolas Média Agropecuária da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), conhecidas como as EMARC, nos municípios de Uruçuca, Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas; pelo campus de Bom Jesus da Lapa e de Governador Mangabeira, além das unidades nos municípios de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique, frutos da mais recente expansão da Rede Federal de Ensino, alocadas nas regiões que integram os territórios de identidade da Bahia, conforme destacado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa de Localização dos campi do IF Baiano – Territórios de Identidade, Bahia



Fonte: Relatório de Gestão (IF BAIANO, 2018, p. 7)

É importante ressaltar que o ensino das Instituições, hoje transformadas em campi do IF Baiano, era horizontalizado e voltado unicamente para cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – subsequente, concomitante e integrado; todos com uma identidade agrícola. Nesse contexto, tanto a gestão administrativa e pedagógica quanto os docentes e discentes exerciam suas atividades com um foco unilateral de oferta, em que a instituição era socialmente reconhecida como referência pela qualidade do ensino técnico-agropecuário em cada território de identidade.

Ocorre que, com a imediata mudança de perfil de Escolas Agrotécnicas (autarquias autônomas) para IF Baiano (sistema multicampi subordinado a uma

Reitoria), as especificidades na atuação dos profissionais tornaram-se *outras*. Isso se deve ao fato de, a partir do ano de 2009, o Instituto ter passado a ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da mencionada Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), agregando, com isso, o compromisso de constituir-se como centro de excelência na oferta do ensino de ciências, no apoio quanto ao ensino de ciências aplicadas no âmbito das instituições públicas de ensino e, ainda, quanto à oferta de capacitação técnica e atualização aos docentes.

Essa conjuntura tem sido objeto de diversas discussões e pesquisas efetivadas por servidores e outros simpatizantes concatenados com essa causa, principalmente no que diz respeito à ausência de documentos institucionais que orientem a organização como um todo. Contudo, a centralidade temática tem estado voltada ao âmbito da relação ensino/aprendizagem, evasão escolar, impactos na relação escola-comunidade e formação docente. Desse modo, até o presente momento são escassas as reflexões sobre o fazer técnico-pedagógico, particularmente dos TAE.

Sendo assim, por meio da problematização da atuação dos TAE dentro dos espaços dos IF, em especial do IF Baiano, pensando em como esse profissional foi se constituindo no *cotidiano* do seu fazer técnico-pedagógico no cenário da EPT, busquei construir uma historicização do cargo, desde a sua criação, especificamente no contexto das Instituições Federais, pondo em destaque suas regulamentações e alterações, de acordo com os documentos oficiais, até a publicação do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), que apresenta a descrição sumária do cargo. Efetivei esse movimento atenta aos aspectos da construção de si profissional no cotidiano profissional. Vale, aqui, destacar que a sigla TAE, no PCCTAE, refere-se aos Técnicos Administrativos em Educação, entretanto, no cotidiano dos IF, usualmente refere-se aos Técnicos em Assuntos Educacionais, terminologia que adotei no corpus deste trabalho.

Conforme já sinalizado, foi a partir das ações cotidianas vivenciadas no exercício profissional que me senti instigada a empreender esta proposta investigativa com foco no fazer técnico-pedagógico e na perspectiva da atuação do TAE. Dessa forma, partindo de uma revisão de literatura sobre essa temática,

constatei a existência de alguns estudos e pesquisas. Contudo, esses estudos versam sobre o TAE e as universidades, o que desvela a existência de muitas lacunas a respeito desse *fazer*, bem como sobre os sentidos construídos por esse profissional no exercício de sua atuação, no âmbito dos IF. Levando em consideração que, embora a formação acadêmica exigida para ingresso no cargo – Licenciatura – direcione para o exercício da docência, paulatinamente, percebo que é no exercício do cargo de TAE que esse profissional vai se constituindo e construindo seu espaço e seu papel numa perspectiva técnico-pedagógica no cenário da EPT.

Vale ressaltar, também, que, ao longo de minha trajetória como membro da equipe técnico-pedagógica, raras foram as oportunidades de discussões acerca do saber-fazer pedagógico na perspectiva do TAE, visto que essa reflexão perpassa por funções/atribuições distintas e ainda pouco definidas, como coordenação, assessoramento, acompanhamento, comunicação, orientação, supervisão, entre outras. Entretanto, por vezes, apesar de não haver um conjunto de atribuições oficializadas no contexto dos IF, foi possível notar sintomas de subutilização dos TAE em funções aquém de sua especialização, quando executamos atividades meramente administrativas, como podemos observar nos seguintes relatos:

[...] outro obstáculo que enfrentamos também no nosso cotidiano é que desenvolvemos rotinas essencialmente administrativas, distanciando-nos de atividades típicas das formações exigidas para o ingresso no cargo que é a graduação em pedagogia e outras licenciaturas (TAE Catau, Relato Escrito, 2020).

Acho que todos os fatores afetam nossa atuação, cada um de uma forma, mas, para mim, a forma como a gestão conduz o trabalho com os técnicos em assuntos educacionais demonstra um desconhecimento do fazer deste profissional, que muitas vezes são subutilizados como meros assistentes em administração (TAE Borboleta, Relato Escrito, 2020).

Além disso, foi possível notar, também, a inexistência de espaços/tempos de formação para que o conjunto desses servidores pudesse acompanhar, com qualidade, coerência e sentido, os desafios desse outro *fazer*, emanados do reordenamento da Rede Federal que culminou na mudança de Escola Agrotécnica/EMARC para IF Baiano, e nas mais recentes expansões da Rede Federal, que resultaram na criação de novos campi. Tais *alterações* impactaram diretamente nos fazeres e saberes técnicos pedagógicos da instituição, em que os TAE se constituem como personagens emblemáticos, visto que, por vezes, exercem

funções não condizentes com a sua formação e vivem um cenário de “não lugar”. Portanto, o silenciamento dessas questões evidencia o conflito velado existente na ambiência profissional, influenciando a minha inquietação inicial reverberada na arquitetura da presente proposta que se pretendia individual, mas, no processo, se coletivizou.

Nessa perspectiva, enquanto pesquisadora implicada contextual e profissionalmente com a temática em leque, dada a minha atuação como Técnica em Assuntos Educacionais, inicialmente, da Reitoria do IF Baiano e, posteriormente, membro da equipe técnico-pedagógica do IF Baiano, campus Guanambi, tornou-se imperativo compreender como é construído o saber-fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nesse processo de construção. Assim, partindo dessas inquietações, com o propósito já especificado e inspirada em Gadamer (2005), buscando *compreensão*, numa perspectiva que valoriza a construção de conhecimentos a partir das experiências do ser no seu dia a dia existencial, e posterior ação institucional, defini como questão da pesquisa o seguinte: Como é construído o saber-fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nesse processo de construção, tendo em vista os desafios que se apresentam frente à ausência de institucionalização das atribuições dos Técnicos em Assuntos Educacionais, e suas implicações em seu desenvolvimento profissional?

Foi na busca de possibilidades de respostas para esse questionamento que baseiei a pretensão de, além de formular um produto fruto de uma pesquisa aplicada, inscrever uma diferente epistemologia do fazer técnico-pedagógico no cenário da ciência educacional, sem perder de vista as ontologias aí em devir. Trata-se de uma discussão pouco aventada em seu potencial temático, em especial ao considerarmos o fazer do TAE nesse processo que, *taticamente* – no sentido certauniano do termo –, vem (re)construindo e alterando os modos desse fazer inerente à Educação Profissional Técnica e Tecnológica, mesmo que ainda não conte com uma institucionalização de suas atribuições profissionais.

A pertinência dessa preocupação deve-se ao fato de que os TAE lidam com toda a multiplicidade desse cotidiano com as próprias condições que ele promove para a descoberta, aprendizagem, (auto)formação e produção de diferenças no desenvolvimento das atividades acontecidas no fazer aprendente do trabalho, sem

uma diretriz institucional coerente com a dinâmica multirreferencializada própria dos IF que oriente esse fazer.

Sob essa configuração, os TAE têm se apropriado da função de orientar e delinear o cotidiano técnico-pedagógico da instituição, junto aos pedagogos, em todas as dimensões, sem contar com uma base legal de cunho nacional ou institucional que defina os limites desse fazer, com clara distinção das atribuições do pedagogo e do TAE, no contexto da Educação Profissional. Além disso, não há uma política de formação específica que concorra para a qualidade e sentido de suas atividades, sendo a principal delas o acompanhamento e orientação aos docentes que, em sua maioria, não têm formação pedagógica ou habilitação formal para o ensino. Ainda nessa direção, os TAE também têm se apropriado de funções administrativas, junto aos demais técnicos administrativos em educação, em contextos que fazem emergir uma confusão no entendimento do foco de seu fazer, em que, embora seja também administrativo, o enfoque não pode perder a articulação com o viés pedagógico.

Outro fator que se evidencia quando tratamos do fazer técnico-pedagógico são os entraves referentes aos critérios legais para a progressão na carreira, quando tais profissionais necessitam, em três interstícios de 18 meses, apresentar certificados de cursos de capacitação relacionados ao seu ambiente organizacional de trabalho, com carga-horária pré-estabelecida e em conformidade com os ditames do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCC-TAE). A questão do entrave envolve, justamente, a indefinição de tais ambientes organizacionais.

A título de melhor ilustração, no âmbito do IF Baiano, os TAE compõem a equipe técnico-pedagógica que pode ser formada por ocupantes do cargo de técnico-administrativo em educação de nível superior, conforme consta na §1º, Art. 6º, da Resolução nº 19/2015 (IF BAIANO, 2015), mas, na materialidade do IF Baiano, a equipe técnico-pedagógica é constituída por pedagogos e TAE, cujo requisito para ingresso deste último é a formação em curso de Licenciatura em qualquer área, inclusive em Pedagogia; sendo que a atuação ocorre tanto na Reitoria quanto nos campi. É importante considerar que as ações da equipe técnico-pedagógica não estão claramente definidas, apenas sinalizadas em alguns documentos institucionais, sendo atribuída a essa equipe a gestão pedagógica com fulcro no Projeto Político Pedagógico da instituição, acompanhamento pedagógico

aos docentes e discentes e aos demais atores envolvidos no processo educativo e o assessoramento pedagógico às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A fim de contribuir com a discussão sobre o fazer concernente à equipe técnico-pedagógica, destaco, aqui, o conceito dos termos “técnico” e “pedagógico”. O primeiro, tomado no sentido estrito do termo, de acordo com o dicionário *online* de Língua Portuguesa⁴, significa aquilo que “é próprio de uma arte ou das aplicações práticas de uma ciência; que exige formação especializada”. Originário do grego *tekhnikós*, o vocábulo está relacionado à arte, à ciência ou ao saber, ao conhecimento ou à prática de uma profissão. Já o segundo termo remete às finalidades da educação e, em um sentido mais amplo, refere-se a processos assistemáticos de ensino-aprendizagem entre pessoas em um contexto social, enquanto a pedagogia é compreendida como um fenômeno mais restrito, marcado pelo

[...] esforço teórico e sistematizado de pensar a ação educativa, em sentido mais amplo, e de pensar, num sentido mais restrito, os problemas que surgem da relação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e da própria relação pedagógica (DALBOSCO, 2007, p. 39).

Dessa forma, a ação pedagógica é, “em última instância, o horizonte definitivo no qual ocorre o processo educacional formativo dos seres humanos” (DALBOSCO, 2005, p. 172). O que implica considerar que os aspectos concretos da educação, as teorias e as políticas se materializam de forma prática na elaboração, coordenação e execução de planos de ação que envolvem os diversos atores do processo educacional formativo. Dessa forma, à equipe técnico-pedagógica compete a aplicação prática dos conhecimentos pedagógicos referentes ao planejamento, organização, orientação e acompanhamento dos processos formativos/educativos desenvolvidos em uma instituição de educação.

Ainda sobre essa questão, Libâneo (2005) ressalta a importância dos objetivos sociopolíticos da educação, por meio dos quais são estabelecidas as formas de organização e metodologias para a ação educativa. O autor expressa seu ponto de vista da seguinte forma:

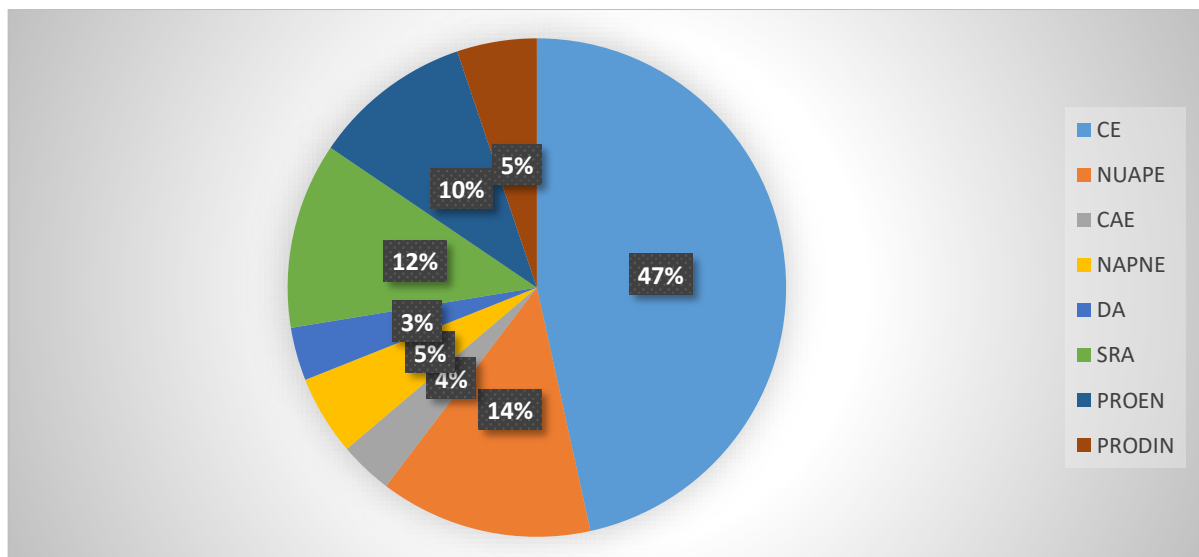
A Pedagogia assume, precisamente, essa tarefa de orientar a prática educativa de modo consciente, intencional, sistemático, para finalidades sociais e políticas cunhadas a partir de interesses concretos no seio da

⁴ INFOPÉDIA. Dicionário Porto Editora. **Técnico**. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tecnicozinho>. Acesso em 20 dez. 2020. n. p.

práxis social, ou seja, de acordo com exigências concretas postas à humanização num determinado contexto histórico-social. Junto a isso, formula e desenvolve condições metodológicas para viabilizar a atividade educativa (LIBÂNEO, 2005, p. 142).

Nesse sentido, no contexto do IF Baiano, a materialização do fazer técnico-pedagógico se constitui como um desafio, em especial para o TAE que integra a equipe técnico-pedagógica, atuando em diversos setores organizacionais. Conforme avaliações das unidades de lotação dos servidores no IF Baiano, disponível no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), percebi que são variados os setores que acolhem o profissional TAE. Na Reitoria, por exemplo, são alocados na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPE), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e na Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP). Já nos campi, esses profissionais são direcionados para os diversos setores que compõem a Diretoria Acadêmica, a saber: Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) e a Coordenação de Ensino (CE), junto ao Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem Permanência e Êxito do Educando (NAPEAPPE, NUAPE ou NAPEA), como é comumente chamado. A esse respeito, o Gráfico 1 aponta o percentual de lotação dos TAE nos diversos setores que integram a estrutura organizacional do IF Baiano.

Gráfico 1 – Setores de lotação dos TAE no IF Baiano – 2020



Fonte: Produção da pesquisa, a partir de compilação de dados do SUAP

Como a atuação dos TAE envolve múltiplos ambientes e fazeres, muitas vezes, costuma ser confundida com a atuação do pedagogo. A percepção é de que não há uma preocupação organizacional em distinguir tais fazeres, ora limitando, ora expandido o fazer técnico-pedagógico dos TAE. Essa situação permite a mobilidade dessa categoria – TAE – por diversos setores de atuação, tanto nos campi quanto na Reitoria, e ainda no assessoramento de Cursos; além da participação em comissões diversas, integrando a equipe técnico-pedagógica desses setores, o que suscita questionamentos sobre quais as atribuições delimitadas a esse cargo no contexto do fazer técnico-pedagógico, pondo em relevo a importância desse profissional multifacetado dentro da complexidade educacional que constitui o IF Baiano.

Diante do exposto, e considerando, ainda, que o TAE, enquanto técnico a quem, a priori, cabe tratar dos assuntos educacionais que envolvem a instituição, é pertinente questionar: o que tem sido um assunto educacional nos setores que compõem o organograma institucional? Quais ações pedagógicas emergem dos demais setores administrativos? Essas indagações suscitam que, muito mais que em um setor de lotação, o *acontecer* do nosso fazer técnico-pedagógico transversaliza os variados espaços dentro da instituição. Assim, nesse movimento, assistimos a uma possível instituição de cenários outros para nossa atuação cotidiana, cuja finalidade, entre outras, é contribuir com o processo educativo com foco no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, assumimos a perspectiva de acontecimento proposta por Galeffi (2016, p. 13), para quem

O acontecimento não é jogo-jogado. Acontecimento é jogo-jogante, vida-vivente. O acontecimento nunca é uma série ou um caso, um derivado de algo, uma causalidade previsível. O acontecimento não é uma promessa, uma esmola, um pedaço de algo qualquer. Não é algo qualquer, não o poderia ser, pois acontecimento não é nada como isso ou aquilo, como objeto à mão para usufruto de consumidores. Acontecimento não é representação. Ele não representa nada e ninguém. O acontecimento simplesmente acontece. Mas sempre acontece para alguém que deixa acontecer. Alguém que responde pelo nome próprio e que é apropriado.

Diante disso, mais complexo se torna um investimento em formação para esses profissionais, com implicações, inclusive, na implementação das preconizações da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005a), que orienta as instituições federais a oferecerem programas de capacitação com

investimentos oriundos de recursos disponíveis no orçamento e ou próprios, por meio de parcerias e, principalmente, pelo aproveitamento de pessoal qualificado, uma vez que não se sabe qual o direcionamento para tais formações. Ainda nesse sentido, há, também, outra implicação no que concerne ao Decreto nº 9.991/2019 (BRASIL, 2019a), o qual estabelece que as instituições devem promover ações de capacitação e ampla divulgação das oportunidades, com o intuito de valorizar indivíduos com o compromisso de aprendizagem permanente e capacidade de mobilizar conhecimentos e experiências para a solução dos problemas organizacionais, implicação essa que se aloja na delimitação do que seria o ambiente organizacional dos TAE.

Essa problemática ganha densidade quando defendemos a ideia de que, mais do que promover eventos formativos para cumprir as determinações legais, é preciso investigar a contribuição desses eventos na atuação dos profissionais, sem perder de vista a vinculação desses eventos com os desafios que o cotidiano de trabalho lhes impõe; cotidiano que deixou de ser rotineiro e passou a ser movimento plural. Nessa ótica, filio-me à ideia de que “existe um domínio da vida que pode ser entendido como vida por excelência: é o cotidiano. É no cotidiano que tudo flui, que as coisas acontecem, que nos sentimos vivos, que vivemos a **realidade**” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 16, grifo dos autores).

É nessa contextura, em que a rotinização cotidiana cede lugar à ideia de movimento cotidiano (CERTEAU, 1998), que apontamos estes outros problemas: quais as dificuldades enfrentadas pelos TAE frente ao fazer técnico-pedagógico singular do IF Baiano? Como um processo de institucionalização das atribuições desses profissionais abrandaria ou potencializaria tais dificuldades? E, ainda nessa linha, conseqüentemente, nos perguntamos: quais políticas formativas são necessárias para essa demanda?

Trata-se de questionamentos relevantes, uma vez que a atuação dos TAE abrange todos os espaços e os múltiplos fazeres desse peculiar lócus de trabalho (IF Baiano), acompanhando, orientando e construindo, junto aos atores dessa instituição (técnicos, família, gestores, docentes e discentes), os percursos pedagógicos delineados no movimento do cotidiano educacional. Esse problema, para além de significação e relevância profissional, ganhou sob essa configuração a oportunidade de significar-se, também, epistemologicamente.

Vale ressaltar que tais afirmações emanaram das minhas vivências profissionais no âmbito da Assessoria Pedagógica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação na Reitoria do IF Baiano e da participação em Grupos de Trabalho para a construção dos Documentos da Organização Didática dos níveis médio e superior do Instituto. Além de, atualmente, integrar, como membro, a equipe técnico-pedagógica vinculada à Diretoria Acadêmica do campus de Guanambi, cujo fazer, assim como nos demais campi, instala-se o epicentro da problemática anteriormente apontada.

Foi no conjunto dessas minhas vivências – tomadas como experiências aprendentes – que se depreendeu a conjectura de que a ausência de uma institucionalização das atribuições e espaços de atuação dos TAE dificulta o desenvolvimento profissional desses sujeitos frente ao fazer técnico-pedagógico. Ressalto que, inspirada em Pryjma (2009, p. 104), compreendo que o desenvolvimento profissional está diretamente vinculado a processos formativos que englobam a indissociabilidade de ações para desenvolvimento pessoal (história de vida-formação), profissional (aspectos da profissionalidade e das experiências) e organizacional (condições de trabalho e investimentos nos objetivos institucionais).

Defendo, portanto, que esse entendimento é necessário para o atendimento do que é exigido dos TAE no cotidiano de sua atuação, de forma coerente com as demandas e sentidos do cotidiano educacional em que se desenvolve seu fazer, levando-se em conta, ainda, que, apesar de todos os TAE serem licenciados, tal formação não garante a preparação necessária para compreender e lidar com as peculiaridades emanadas do contexto da Educação Profissional Técnica e Tecnológica. Desse modo, cientes de que não há políticas institucionais que se sustentem se estas não tiverem seu fundamento em estudos emanados de uma epistemologia contextualmente implicada, busco a compreensão dos sentidos inerentes a esse novo/diferente fazer pedagógico dos TAE, (re)inventado no movimento cotidiano do IF Baiano, para dele extrair o conteúdo fundante para ações de ordem institucional que possam subsidiar a institucionalização das atividades dos TAE do IF Baiano.

Assim, proponho como objetivo geral a investigação sobre como ocorre a construção do fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nessa construção, buscando os elementos que poderão subsidiar a institucionalização das atribuições dos Técnicos em Assuntos

Educacionais nos diferentes espaços de atuação, considerando os cenários da Educação Profissional Técnica e Tecnológica. A fim de possibilitar a concretização do propósito geral apresentado, foram demarcados os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Caracterizar as concepções do fazer técnico-pedagógico, frente à complexidade de atuação e às vivências cotidianas que compõem o identitário dos TAE;
- ✓ Analisar as principais atribuições que caracterizam o fazer técnico-pedagógico dos TAE do IF Baiano, bem como os sentidos produzidos no percurso desse fazer;
- ✓ Conceituar os assuntos educacionais identificados nos setores que compõem o organograma institucional;
- ✓ Compreender as dificuldades enfrentadas pelos TAE, em virtude da ausência de institucionalização das atribuições desses profissionais, com foco nas políticas de desenvolvimento profissional.

Esses objetivos sinalizaram para a necessidade da compreensão de alguns conceitos imprescindíveis para o desenvolvimento de todo o percurso da pesquisa. Inicialmente, coloco em relevo as ideias cereteunianas acerca do *cotidiano*, o que remete às noções de *espaço e lugar*, seguidas das compreensões sobre *táticas e estratégias*, na tentativa de refletir sobre a complexidade do fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano. Compreender conceitos, obviamente, remete-nos a um emaranhado de possibilidades de filiações teóricas, entretanto, para este trabalho, considerando as aproximações discursivas, elegi como referência teórica de base os estudos sobre o *cotidiano*, inerentes à Hermenêutica de Certeau (1998), de modo que essa teoria em movimento direcionou-me a outras articulações, a exemplo dos estudos sobre a *etnometodologia* de Macedo (2010) e do entendimento sobre as *vivências*, inerente à Otobiografia de Jacques Derrida (2009 apud MOREIRA, 2004), reinventada por Monteiro (2004) como método de pesquisa em Educação pautado na “escuta das vivências” (MONTEIRO, 2004; 2013), sendo essa recriação o que nos interessa nesta pesquisa.

Desse modo, articulando esses estudos a vários outros em que identificamos ressonâncias temáticas, torna-se possível não só o conhecimento das singularidades da atuação desses profissionais, como também a tessitura de um diálogo criativo, inovador e teorizante com cada autor filiado, constituindo outras redes de significações para nossa percepção institucional sobre esse fazer no âmbito da EPT, particularmente no cotidiano institucional do IF Baiano.

Nessa contextura, acredito que o TAE, de forma coletivizada e inventiva, vai tecendo o seu fazer técnico-pedagógico e construindo seus espaços dentro da instituição, numa perspectiva cotidiana aprendente, momento em que me respaldo em Larrosa (2002), ao assegurar que

O 'chegar a ser o que se é' não está agora do lado da lógica identitária do autodescobrimento, do autoconhecimento ou da auto-realização [sic], mas do lado da lógica desidentificadora da invenção. Uma invenção, não obstante, que não se pensa a partir da perspectiva da liberdade criadora do gênio, da soberania de um sujeito capaz de criar-se a si próprio, mas a partir da perspectiva da experiência, ou, melhor, da experimentação (LARROSA, 2002, p. 66).

Isso implica reconhecer o imperativo de se pensar sobre a possibilidade de criação e legitimação de espaços/tempos institucionais de reflexão sobre o fazer técnico-pedagógico do TAE, pois o refletir sobre o vivido integra a experiência, ou seja, “o vivido pensado, simbolizado, é o acontecer da experiência” (MACEDO, 2016, p. 46). Assim, a reflexão sobre as práticas profissionais cotidianas se constitui como experiência formadora na medida em que possibilita a explicitação do praticado. Conforme anuncia Josso (2004),

A experiência, as experiências de vida de um indivíduo são formadoras na medida em que, a priori ou a posteriori, é possível explicitar o que foi aprendido (iniciar, integrar, subordinar), em termos de capacidade, de saber-fazer, de saber pensar e de saber situar-se. O ponto de referência das aquisições experienciais redimensionam o lugar e a importância dos percursos educativos certificados na formação do aprendente, ao valorizarem um conjunto de atividades, de situações, de relações, de acontecimentos como contextos formadores (JOSSO, 2004, p. 235).

A priori, considerava que o fazer técnico-pedagógico transcende o entendimento de um fazer, cuja natureza do trabalho cotidiano é engessada, burocratizada, em que as atividades ocorram de forma previsível, repetitivas, padronizadas. Mas, na verdade, após estudos e investigações, acredito que a compreensão desse fazer transversalize pela compreensão de um trabalho flexível, criativo, marcado pelas incertezas e imprevistos, que ocorre em um cotidiano vivo e inventivo.

Esse conjunto de conceitos no âmbito das perspectivas sinalizadas aponta para os sentidos construídos e abre possibilidades para tantos outros que possam surgir a partir de uma leitura implicada do trabalho apresentado. Para melhor situar o leitor na proposta, o texto está organizado em cinco partes. Nesta primeira parte, intitulada A pesquisa na invenção: uma introdução, apresento a pesquisa enquanto

invenção, compondo um primeiro movimento de caráter introdutório, em que discuto, nesta seção, sobre os contextos, propósitos e filiações na arquitetura de uma escolha, dentro de uma dinâmica na qual, além da contextualização, elucido os objetivos e as filiações teóricas que justificam a importância e a pertinência científica e profissional desta pesquisa.

Na segunda parte deste trabalho, disserto sobre os transcurtos teóricos e metodológicos, entrelaçando teoria, acontecimento e construção como movimentos distintos, mas imbricados, que subsidiaram a produção dos dados e a análise destes com foco nas concepções produzidas sobre o fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano, mobilizando diferentes literaturas. Tais movimentos compuseram os transcurtos teóricos e suas (des)articulações em um cotidiano de autorias e os transcurtos metodológicos, na perspectiva do acontecimento e da construção de possibilidades dialogais sobre um fazer, dentro do acontecimento dele mesmo. Nessa imbricação, a partir de uma discussão que se inicia com os conceitos basilares da EPT, articulo os achados com os aparatos normativos do cargo TAE, considerando-se os atravessamentos inerentes às atribuições desse profissional, emergidos no cotidiano de sua atuação no âmbito do IF Baiano, sem perder de vista os sentidos que são produzidos no percurso desse fazer, por meio de um diálogo crítico e reflexivo com cada teórico e com cada autor de si TAE, buscando uma compreensão outra do tema que norteou toda a pesquisa.

Na terceira parte, apresento os dados da pesquisa, pondo em relevo as condições de incertezas cotidianas e práticas inventivas, os quais são lançados para a produção não de um resultado, mas de uma possibilidade alternativa de compor um rol de informações vivenciais, mobilizadoras de compreensões e sentidos que integram as singularidades do fazer técnico-pedagógico do TAE. Nessa contextura, emergiu uma relevante discussão sobre os Nós do fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano, discussão em que me valho da polissemia do termo em destaque e da potência da metáfora para elucidar as várias amarrações que dificultam o fazer técnico-pedagógico, bem como para apresentar os atores/autores desse compósito – nós –, em que me incluo, que integram esse fazer. Ainda nessa terceira parte, destaco a produção dos sentidos na invenção do cotidiano, retomando e articulando as pretensas e possíveis conclusões para todos os propósitos anunciados na pesquisa.

Na quarta parte, descrevo o processo de invenção da pesquisa, em que apresento o produto educacional – a partir dela elaborado – como obra de uma construção inventiva, criativa e coletivamente pensada e sintetizada, a partir de elementos organizados e materializados em um aporte que denominei **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano**. Assim, essa parte é, pois, dedicada à descrição e elucidação dos processos e etapas da produção do referido documento.

Por fim, por meio das Considerações Outras, aponto algumas ponderações reflexivas e propositivas à guisa de conclusão deste trabalho, mas não do movimento de compreensões outras que ele suscita. Ainda, cabe ressaltar que, sendo um texto de caráter científico-institucional, o aspecto da participação e colaboração coletivas circundou e basiou toda a escrita deste estudo, o que pode ser comprovado nos relatos dos partícipes, presentes em várias partes do trabalho e que imprimem essa característica tão cara ao propósito que norteou todo o transcurso desta pesquisa.



2

**TRANSCURSOS TEÓRICOS E
METODOLÓGICOS:
TEORIA, ACONTECIMENTO E CONSTRUÇÃO**

No acontecimento, então, há alteração, ou melhor, “alter-ação”: ação com outro. Na ação conjunta, o acontecimento é criação incessante no singular singularizante (GALEFFI, 2016, p. 14).

O fazer cotidiano do TAE é muito singular e exige-nos constantes revisões de nós mesmos e dos aparatos legais que regem nossa profissão. Entretanto, há uma ausência de outras leituras de nós, a partir de outras literaturas para além da jurídica para nos ajudar a compreender onde e como devemos atuar e o que essa atuação altera em nós e em nosso cotidiano. Acredito que precisamos nos dedicar às teorias educacionais e filosóficas de uma forma mais aproximada com o acontecimento e a (re)construção do nosso fazer técnico educacional (TAE Anzol, Relato Escrito, 2020).

Nesta segunda parte, construo uma discussão que se inicia nos conceitos basilares sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, de forma imbricada, traço diálogos com teóricos que discutem sobre a construção de sentidos e o acontecimento no cotidiano. Para tanto, apresento alguns aparatos normativos do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), perpassando pelo (não) lugar desse profissional da educação, levando em consideração os atravessamentos inerentes às atribuições desse profissional, emergidos no cotidiano de sua atuação no âmbito do IF Baiano.

Dessa forma, interessada nos sentidos que são produzidos no percurso desse fazer e na condição de autoria dos TAE na produção de si profissional, filio-me à hermenêutica certauniana como uma teoria possível para a compreensão desses sentidos, atenta às subjetividades que imprimem uma orientação *etnoinvestigativa* à pesquisa, por considerar a complexidade de atuação dos TAE nos cenários da EPT e as vivências cotidianas que compõem as narrativas de vida-profissão desses profissionais, bem como as táticas e estratégias construídas nesse processo de atuação, nos diversos ambientes organizacionais do IF Baiano.

Em suma, é nesta parte que descrevo os transcurso metodológicos e os aportes subsidiadores das concepções produzidas sobre o fazer técnico-pedagógico no acontecimento do cotidiano profissional, do qual despontou a possibilidade de interconectar teoria e ação (teoriz-ação), apresentadas como constructo de um acontecimento caracterizado pela (des)articulação em um cotidiano de autorias.

2.1 TRANSCURSOS TEÓRICOS: (DES)ARTICULAÇÕES EM UM COTIDIANO DE AUTORIAS

Toda evolução é fruto do desvio bem-sucedido cujo desenvolvimento transforma o sistema onde nasceu: desorganiza o sistema, reorganizando-o. As grandes transformações são morfogêneses, criadoras de formas novas que podem constituir verdadeiras metamorfoses. De qualquer maneira, não há evolução que não seja desorganizadora/reorganizadora em seu processo de transformação ou de metamorfose (MORIN, 2000, p. 82).

Consubstanciada nas palavras de Morin (2000) em epígrafe, retomo o cenário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, particularmente a partir de dois loci – campus Guanambi e campus Itaberaba –, aqui, delimitados como campo da pesquisa, na perspectiva do *exemplo* ((RIBEIRO; BORGES, 2015) do processo de evolução mencionado, que, conseqüentemente, considerando as condições em que ocorreram o reordenamento da rede, conforme já destacado, fizeram surgir/alterar as identidades *existentes* que tentam acompanhar a dinâmica organizacional que se instaurou, tomando-a como experiência aprendente fundante de identidades moventes e, com efeito, de problemáticas a serem discutidas.

Dessas identidades alteradas, colocamos em relevo aquela que comumente denominamos de equipe técnico-pedagógica, que, por força de consagração do uso do termo nas vivências cotidianas nos IF, refere-se ao conjunto de profissionais licenciados nas mais diversas áreas e/ou graduados em pedagogia. Esses profissionais lidam, dentre outras atividades, com as ações de suporte e apoio pedagógico, assessorando, acompanhando e orientando o planejamento pedagógico e as atividades didático-pedagógicas junto à comunidade acadêmica.

A evolução a que nos referimos na epígrafe, e que retoma o processo de reordenamento da rede e o surgimento dos Institutos Federais, modificou, dentre outras coisas, a dinâmica de atuação da equipe técnico-pedagógica, que passou a assumir diferentes perfis, pois, além de lidar com o ensino técnico de nível médio, assumiu também a responsabilidade para com o fazer pedagógico inerente a todos os outros níveis e modalidades de ensino, os quais, na conjuntura dos IF, ganham singularidades que são específicas do contexto, uma vez que, além dos objetivos já implícitos ao perfil da instituição e dos cursos que ela oferta, há que se fazer uma

relação de significância e relevância do aprendizado com o mundo do trabalho. Nas palavras de Pacheco (2011):

[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas (PACHECO, 2011, p. 15).

É válido destacar, que, de acordo com os regramentos legais, a EPT engloba os cursos de nível médio ofertados de forma *integrada*, que abarca o Ensino Médio e a formação profissional em um único curso, inclusive no âmbito do Programa de Educação de Jovens e adultos (PROEJA); de forma *concomitante*, que abrange o Ensino Médio e Profissional, por instituições distintas; o *subsequente*, que envolve cursos técnicos de formação profissional após a conclusão do Ensino Médio; os cursos *superiores de tecnologia e licenciaturas* nas mais diversas áreas do conhecimento; os chamados cursos de Formação Inicial Continuada (FIC); e ainda os programas de mestrado e doutorado profissionais.

Dessa forma, a concepção de EPT proposta extrapola a mera preparação para o emprego, já que suas ações de ensino, pesquisa e extensão se fundamentam na integração entre a ciência, a cultura, a tecnologia e o mundo do trabalho, numa perspectiva emancipatória, em que todas essas dimensões são indissociáveis da vida existencial, cuja finalidade “é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida” (PACHECO, 2011, p. 16).

Diante disso, as configurações da EPT são alteradas, e os profissionais que atuam com essa modalidade de educação, especificamente os TAE, veem-se diante do imperativo de alterar também seu fazer técnico-pedagógico, dada a complexidade multirreferencial dos novos espaços organizacionais e a necessidade de lidar com uma pluralidade de fazeres, amparados em uma concepção de indissociabilidade entre teoria/prática, ciência/tecnologia, no trabalho e na pesquisa como princípios educativos e, ainda, na manutenção de um diálogo constante com a sociedade por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão. Para o cumprimento

de tal responsabilidade, o TAE conta com sua referência pedagógica construída durante sua formação em um curso de licenciatura, que, em primeiras imersões de análise exploratória das estruturas curriculares desses cursos, regulamentadas nos documentos e diretrizes oficiais, não apresenta nenhuma abordagem em nível de componentes curriculares para a atuação na EPT.

Tal conjuntura fez com que os profissionais envolvidos nesse contexto mobilizassem as experiências e saberes anteriores para aprenderem a lidar, a partir da criação de métodos próprios, com um fazer profissional que não mais tem seu foco linear no ensino, mas agrega os eixos Educação, Ciência e Tecnologia, com base em uma oferta verticalizada. Sobre isso, destacamos que,

Mesmo quando precisamos nos formar nas especificidades profissionais, o que aprendemos no nosso nomadismo aprendente é agregado à experiência atual. Reconhecer essa itinerância aprendente significa reconhecer que as pessoas ao aprender constroem etnométodos [...] Em sendo assim, nosso *nomadismo compósito*, fecundado pelas nossas várias experiências aprendentes [...], nas diversas experiências de formação que experimentamos, envolvendo forma e conteúdo, é constituinte da nossa identidade caminhante e movente (MACEDO, 2010, p. 45).

Nessa contextura, põe-se em destaque a situação dos TAE que integram a equipe técnico-pedagógica e são vistos como principais responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e delineamento do fazer pedagógico da instituição, os quais têm demonstrado uma amplitude de novos fazeres emanados de uma multiplicidade de focos de atuação, mas, considerando a implicação deste/neste contexto, sem uma apreensão compreensiva dos impactos desse fazer no âmbito institucional.

Assim, o nosso anseio é por uma definição dos espaços e tempos de atuação dos TAE no âmbito das unidades do IF Baiano, com atribuições institucionalizadas a partir da escuta das vivências no cotidiano profissional, bem como dos documentos oficiais que regulamentam o fazer político pedagógico institucional. Vale ressaltar que pensar em atribuições suscita pensar, também, em processos formativos de desenvolvimento profissional implicados no exercício da profissão, em uma condição cotidiana aprendente. Sob esse prisma, Goodson (2008, p. 143) afirma que precisamos “sair do currículo como prescrição para o currículo como narração de identidade, do ensino cognitivo prescrito para o ensino narrativo do gerenciamento da vida.”

Nesse sentido, se, como assevera Larrosa (2002, p. 20-26), “é experiência aquilo que ‘nos passa’, ou nos toca, ou que nos acontece, e aos nos passar nos forma e nos transforma”, a experiência diante do fazer técnico-pedagógico no IF Baiano desvelou a importância de estarmos preparados para compreender e reconhecer essa experiência como formativa, despertando-nos para o imperativo de constituirmos espaços (locais e temporais) para a reflexão sobre ela, uma vez que, conforme Nóvoa (2001, p. 4), formadora “é a reflexão sobre a experiência, ou a pesquisa sobre a experiência.”

Por isso, a importância deste intento, pois, além de uma compreensão, busca, também, uma produção epistemológica sobre esse fazer técnico-pedagógico nascido ou alterado por uma experiência singular de modelo organizacional de espaços educacionais, fruto de uma transformação/morfogênese nas macropolíticas educacionais. Essa compreensão se construiu na escuta das vivências e invenções cotidianas engendradas no contexto do IF Baiano, especificamente pelos TAE, profissionais que se encontram no centro da gestão das questões pedagógicas, sem contar com uma definição oficial de suas atribuições e, por isso, sem poder reivindicar um direcionamento de ações profissionais e formativas mais específicas para seu fazer, porque não há fazer(es) institucionalmente especificado(s).

Insiro, aqui, um adendo para conceituar, ou melhor, fundamentar o que compreendo acerca do termo institucionalização, tão recorrente no decurso deste intento. O termo institucionalização está imbuído em um processo social e semanticamente polissêmico. Algumas literaturas, a exemplo da literatura da América Latina e Caribe, em seus vários artigos, referem-se à institucionalização como a estada de pessoas em instituições de longa permanência, como asilos, hospitais psiquiátricos, escolas ou creches. Em outras literaturas, de caráter mais técnico, o termo refere-se à orientação de ações para as políticas específicas de determinada área (comunicações e informes técnicos). O acesso ao conjunto das literaturas propiciou a constatação de que não há, de forma objetiva, um conceito para “institucionalização” (HARTZ, 2002; BRASIL, 2005; 2006), o que se tem explicitado é sua aplicabilidade em face do caráter “operacional” (FELISBERTO, 2006).

Dessa forma, interessa-nos menos apresentar um conceito para o termo e mais o discurso de institucionalização que transversaliza todo o trabalho desta pesquisa. Nesse sentido, instaura-se um movimento epistemológico, implicado em

uma ontologia vivencial, atento aos significados e sentidos atribuídos ao termo “institucionalização”, cujo foco não é o estabelecimento de regras fechadas para um determinado fazer, mas um referencial para auxiliar na resolução dos problemas da vida profissional *cotidiana*.

É válido esclarecer que “cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona [...], nos oprime, pois existe uma opressão no presente [...] que nos prende intimamente, a partir do interior” (CERTEAU, 1996, p. 31). Essa definição de cotidiano, fundamentada na hermenêutica certauniana, considera que as práticas cotidianas são táticas, maneiras de fazer, pequenas astúcias do dia a dia que se constituem em saberes, ou seja, o cotidiano e sua invenção, bem como sua reinvenção, não são simples reproduções, eles sofrem constantes alterações. É nessa perspectiva que busco alimentar a reflexão de que falar em institucionalização implica em situar a discussão no contexto *cotidiano* (aqui entendido como criativo e não rotineiro) de uma instituição, só depois em sua, decorrente, institucionalização.

É preciso ressaltar que o termo instituição tem sua origem na palavra latina *instituire*, que significa colocar em, estabelecer, construir, preparar, fundar, regulamentar. Ou seja, etimologicamente formulando, significa a coisa estabelecida. No entanto, é preciso lembrar que autores diversos, a exemplo de Barbier (1985) e Lourau (1975), chamam a atenção, também, para a imprecisão do conceito no uso cotidiano. Assim, grosso modo, a *instituição* designa um estabelecimento, em nossa pesquisa esse estabelecimento é uma escola, ou seja, uma *instituição* educacional – que é a *instituição* na qual trabalho e *instituição* com a qual me relaciono – IF Baiano.

Os autores mencionados, e outros que se integram ao “movimento institucionalista” (BAREMBLITT, 1996; LAPASSADE, 1989), alertam para outras formas materiais e mais complexas de se pensar o termo instituição, a partir de outras formas organizativas não-materiais que também são chamadas de instituição, como a instituição da justiça, da honra, do trabalho, do parentesco, entre outras. Entretanto, o entendimento de instituição que nos interessa e, conseqüentemente, o discurso da institucionalização que dela decorre inspiram-se no descrito por Lourau e Lapassade (1972). Para eles, o conceito de instituição compõe-se de três momentos dinâmicos: a universalidade, dada pelo instituído; a particularidade, dada pelo movimento instituinte; e a singularidade, dada pela institucionalização.

Para esses autores, inspirados em Barbier (1985), a noção de instituição vai se modificando à medida que os indivíduos vão se tornando sujeitos da história e da construção social. Para o movimento institucionalista francês, do qual os autores citados fazem parte, o conceito de instituição é constituído por três momentos: i) o momento da universalidade, tendo por conteúdo os sistemas de normas, os valores que orientam a socialização, a ideologia – o instituído, enfim; ii) o momento da particularidade, no qual seu conteúdo se resume às determinações materiais e sociais que negam a universalidade dada no primeiro – este é o momento instituinte; iii) o momento da singularidade, de negação da particularidade, em que o conceito de instituição tem por conteúdo as formas organizacionais – é o momento da institucionalização (LOURAU, 1975).

Ao tomarmos esse pensamento em seu literal conceito de surgimento, em que a universalidade é acentuada pelos legalismos preconizados pelos aparatos constitucionais, pelas leis, normas, em geral entendidas como valores máximos, já encontramos um sintomático perigo da institucionalização de algo. Mas esse perigo vai adquirindo configurações outras de (re)criações institucionais, quando – no campo da particularidade – se mostra aberto à escuta e à valorização dos sujeitos que, nas condições materiais concretas, passam a negar o instituído, quando este não contempla o modo de existência demandado pela instituição. O campo da particularidade é alimentado por uma (pre)tensa problematização dos modos de atuação, quando damos visibilidade às diferenças dentro da universalidade e da totalidade. Aqui, instauram-se momentos de escuta perceptiva das singularidades, as quais devem orientar a institucionalização do que se pretende.

O desafio que esse movimento suscita é o de zelar para que não ocorra o equívoco de uma institucionalização que priorize a regra e a norma em detrimento de práticas criativas do acontecimento cotidiano profissional, pois isso daria vazão a um movimento de aprisionamento dentro de uma poderosa estrutura organizacional de gabinete e/ou outros espaços fechados de atuação. A pretensão é criar movimentos de institucionalização, fundar aberturas para outros espaços de atuação, e não os fechar dentro de uma normatização estrutural-funcionalista, reificadora de práticas e concepções estáticas e dominantes.

Berger e Luckmann (1994) consideram essa dinâmica como um processo de institucionalização de atividades da vida humana. Para esses autores, a institucionalização se dá pela articulação dialética de três momentos fundamentais: i)

o da tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores – que constituem as instituições, naturalmente construídas em determinado processo histórico e numa situação social duradoura; ii) o da cristalização das institucionalizações experimentadas como existindo – é o momento da objetivação, no qual se argumenta o “é assim que as coisas são”; iii) finalmente, o da transmissão desse mundo objetivo às novas gerações que o internalizam e o experimentam como dado a priori. Assim, os três momentos se inter-relacionam para institucionalizar atividades e conhecimentos e produzir, continuamente, a realidade.

Numa perspectiva fenomenológica, por exemplo, apreendemos o mundo da vida cotidiana por meio de tipificações: analisamos e nos relacionamos com o outro por meio do que consideramos “atores típicos” que traduzem o perfil padrão que conhecemos de alguns papéis e ações – professor, pai, mãe, funcionário público etc. Essas tipificações recíprocas, que se visibilizam a partir de ações habituais, integram o processo de objetivação da institucionalização de ações dos espaços (instituições). Essa objetivação, ao ser “experimentada como existindo” (BERGER; LUCKMANN, 1994), constitui a institucionalização de atividades da vida humana.

O que não podemos negar nos processos de construção de uma dada institucionalização é a integração dos objetivos institucionais com as intersubjetividades dos sujeitos implicados no movimento, dando vazão para seus conhecimentos, experiências e histórias biográficas de vida-formação. Os regramentos fundamentalistas de um processo de institucionalização são peculiares de uma visão positivista. Distante dessa visão, a pretensão, aqui, é uma institucionalização não de regras e fundamentos, mas de referências para práticas e saberes possíveis dentro de uma dada instituição e de seus diversos espaços-tempos de atuação.

A preocupação com a institucionalização das atribuições nos diferentes espaços de atuação dos TAE advém da conjectura de que se não há uma institucionalização do fazer, é como se não houvesse o *lugar*, talvez por isso a dificuldade em se reconhecer que o fazer pedagógico não é exclusivo da docência que se materializa pelo docente, uma vez que o fazer pedagógico é um constructo tecido por vários discursos, várias práticas e vários sujeitos que precisam ser ouvidos e compreendidos para instituir-se um movimento de reconhecimento, valorização e melhoria desse constructo; e não há melhoria sustentável sem uma significativa política de desenvolvimento profissional. Em tempo, é preciso que essa

política de desenvolvimento profissional – incluindo processos de formação pessoal, técnico e organizacional – produza sentidos e, nesse caso, seja direcionada à construção compreensiva de uma cultura profissional da equipe técnico-pedagógica, em especial dos TAE.

Dessa discussão desponta outro termo que merece destaque – Desenvolvimento Profissional. Presente nos regramentos legais, o Desenvolvimento Profissional está relacionado à aquisição das competências necessárias ao exercício do cargo ou função, conforme disposto no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que institui a

Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2019, n. p.).

De acordo com o referido Decreto, cabe às Instituições e/ou autarquias federais proceder à elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), no qual deverá constar as ações de desenvolvimento necessárias à consecução de seus objetivos institucionais, cuja elaboração será precedida por um diagnóstico de competências. Conforme explicitado no § 3º, considerando as disposições desse Decreto (BRASIL, 2019, n. p.), “considera-se diagnóstico de competências a identificação do conjunto de conhecimentos, habilidades e condutas necessários ao exercício do cargo ou da função.” Contudo, isso faz emergir um questionamento: Como pensar políticas de desenvolvimento profissional para os TAE, com foco na excelência da atuação, se não temos institucionalizados os campos de atuação e, conseqüentemente, as atribuições desses profissionais em cada um desses campos?

Tais elucidações são conducentes de algumas reflexões que nos convocaram a uma pesquisa mais contextualmente implicada em prol de um fazer técnico-pedagógico de maior qualidade, em que se possa significar/ressignificar a atuação dos sujeitos-profissionais no acontecer de sua práxis, coadunando a ideia de que, inspirada em Tardif (2012, p. 67), as experiências vivenciadas pelos profissionais da educação no exercício de sua práxis são estruturantes para a formação e construção do “*eu profissional*” inserido em uma prática educativa. Apropriei-me dessa ideia para pontuar que a produção do identitário dos TAE se dá no exercício

de seu fazer técnico-pedagógico no *cotidiano* profissional, contando sempre com o conhecimento que emerge de sua *experiência* (LARROSA, 2002, p. 25-26).

Nesse sentido, é imprescindível o fortalecimento do debate e discussões sobre as temáticas referentes às condições de atuação dos TAE e de sua formação, relacionando-as com a constituição identitária profissional desses servidores, em seu ambiente de trabalho, atento aos sentidos que são produzidos por eles no cotidiano de seu fazer técnico-pedagógico, cujo foco são os assuntos educacionais. O que suscita um novo questionamento, agora acerca do que são assuntos educacionais.

Considerando a ambiguidade da palavra “assunto”, reporto-me ao sentido estrito do termo, conforme proposto pelo Dicionário Prático da Língua Portuguesa⁵, que apresenta o assunto como matéria, argumento, objeto, tema de que se trata, e, ainda, ao conceito apontado por Naves (1996, p. 2), para quem o assunto funciona “como a abstração da ideia global personificada no assunto contido numa unidade literária dada”, acrescido do sentido atribuído ao termo educacional, pelo dicionário, que engloba os processos, métodos e materiais relacionados às ações institucionais de educar, ensinar, ou aperfeiçoar capacidades intelectuais ou morais. Desse modo, apoiada nessas elucidações, adoto o termo assuntos educacionais como uma unidade semântica que abarca todas as questões referentes aos processos educativos/pedagógicos empreendidos na materialização de uma instituição de educação.

Além disso, o cargo é nomeado Técnico em Assuntos Educacionais, e, tomando como base o entendimento acima elucidado, cabe refletir sobre o que o termo “técnico” expressa. Assim, partindo da etimologia da palavra, segundo o dicionário *online*, o conceito de técnico está associado ao grego *techné*, que significa “ciência” ou “arte” e faz referência à execução de conhecimentos técnicos, um procedimento que visa a obtenção de determinado resultado ou fim. O que implica dizer que “toda ‘techné’ consiste no conhecimento empírico de um objeto ou ação que serve ao homem; portanto, tal saber só se realiza como aplicação prática e não como contemplação” (VARGAS, 1994, p. 18).

Vemos, dessa forma, que a *techné*, ligada aos conhecimentos práticos, ou ao “o que” fazer e “por que” fazer, difere e se distancia dos conhecimentos teóricos –

⁵ DICIO. Dicionário Online de Português. **Assunto**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assunto/>. Acesso em 20 dez. 2020.

theoria –, que tratava das coisas universais visando a essência da natureza. Nas palavras de Alencastro e Medeiros (2014), a

[...] concepção clássica de ciência, entendida como *episthème theoretike* privilegia o conhecimento e o saber (poder subjetivo), enquanto a técnica (*techné*) privilegia a habilidade e o fazer (poder objetivo). A técnica, segundo essa visão, estaria ligada a coisas a serem feitas e não a coisas a serem pensadas (ALENCASTRO; MEDEIROS, 2014, p. 6).

Nessa concepção, constatamos uma dicotomia entre teoria e prática, construída de forma arbitrária ao longo da história. Importa para essa reflexão a compreensão de que o termo técnico sofreu alterações no decurso da história. Conforme demonstra Alencastro e Medeiros (2014), a palavra

[...] *techné* representa muito mais do que uma atividade profissional qualquer, fundada sobre um saber especializado, pois se trata de uma atividade que não se apoia apenas numa rotina, mas sobre regras gerais e conhecimentos seguros, permitindo assim aproximá-la mais da teoria do que da simples *empeiria* ou “prática” (ALENCASTRO; MEDEIROS, 2014, p. 6).

Desse modo, é possível inferir que o técnico é aquele profissional que possui conhecimento prático de uma arte ou ciência, ou que domina uma técnica acerca de uma atividade específica, o que requer certo grau de qualificação – que pode ocorrer por meio da educação formal. Sendo assim, retomo as definições para o cargo TAE, cujos requisitos para o ingresso, conforme já sinalizado, requer a formação em curso de Licenciatura em nível superior. Contudo, cumpre esclarecer que a categoria “técnico” não está atrelada ao critério de nível superior, pois é pacífico na legislação brasileira a noção de que são também cargos técnicos aqueles que exigem apenas a formação de nível médio. Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (BRASIL, 2008, p. 17).

Diante do exposto, é pertinente historicizar a origem do cargo TAE, criado por meio do Plano de Cargos e Salários (PCS), instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de

dezembro de 1970 (BRASIL, 1970), por meio da qual foram definidas as diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e Autarquias Federais. Mais adiante, essas diretrizes foram regulamentadas pelo Decreto nº 72.493, de 1º de julho de 1973 (BRASIL, 1973), que estabeleceu a integração dos cargos então existentes de Técnico de Educação, Sociólogo, Psicólogo, Inspetor de Ensino, Instrutor de Ensino Superior e Assistente de Educação à categoria de TAE. O novo cargo foi vinculado ao antigo Ministério da Educação e Cultura, e o ingresso somente ocorria através de Concurso Público, instituindo como requisito mínimo a posse de diploma de Bacharelado em Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais ou Educação Física.

No decurso do ano de 1973, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) expediu a Portaria nº 146, de 17 de agosto (BRASIL, 1973), a qual estabeleceu as especificações de classes do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, em conformidade com o artigo 2º, item IX, da referida Lei nº 5.645 (BRASIL, 1970). Com a divisão em classes (A, B e C), a descrição das atribuições de cada uma é apresentada, levando-se em consideração a qualificação profissional e o nível de complexidade do trabalho.

A classe 'C' abarcava as atividades de execução de trabalhos pedagógicos voltados para a solução de problemas de orientação educacional, administração escolar e educação sanitária. A classe 'B' referia-se aos TAE, cujas atividades de coordenação, orientação e execução eram mais especializadas, e os profissionais dessa classe exerceriam o papel de coordenar e/ou orientar os profissionais da classe 'C'. Já os TAE inseridos na classe 'A' constituiriam o grupo de profissionais responsáveis pelas atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução de trabalhos de pesquisa e estudos pedagógicos, cuja complexidade de maior grau os colocava no topo da hierarquia dessa carreira.

Posteriormente, essa divisão de classes dos TAE foi revogada. A publicação do Decreto nº 76.640, de 19 de novembro de 1975, alterou a redação da alínea "g" do parágrafo único do Art. 10 do Decreto nº 72.493, de 19 de julho de 1973, apontando como requisito para ingresso no cargo a posse de diploma de curso superior, aplicando-se esse requisito também à hipótese de transposição ou transformação de empregos para a categoria TAE, prevista no item XXV do artigo 5º do Decreto nº 72.493/1973 (BRASIL, 1973). Além desses regulamentos, há ainda o documento intitulado **Considerações sobre a situação atual dos Técnicos em**

Assuntos Educacionais no Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1979), que já apontava, naquela época, a indefinição do papel do TAE, bem como seu aproveitamento inadequado, conforme enumeração a seguir sobre os fatores que estariam prejudicando o desempenho dos TAE:

[...] apontam como uma das causas principais a indefinição das atribuições do TAE: afinal de contas, o que se quer do TAE? o que ele deve fazer? Uma vez que esta indefinição existe, o que ocorre [,] em geral, é a subutilização de TAE's qualificados, desperdiçados em tarefas burocráticas; a improvisação do seu trabalho (o fazer de tudo, a qualquer momento); os desvios de função (os TAE's trabalhando em áreas que não correspondem ao seu cargo) (BRASIL, 1979, p. 101).

Vemos, desde aquela época, uma inquietação acerca da falta de clareza das atribuições desse profissional, o que, em certa medida, persiste até os dias atuais e tem acarretado uma indefinição do seu identitário, já que, em muitas situações, assume uma atuação voltada apenas para atividades, essencialmente, administrativas e burocráticas, sem considerar o caráter pedagógico da formação que é exigida para o ingresso no cargo.

Com a publicação da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005a), que dispõe sobre PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFE), vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), o cargo TAE, nessa nova configuração, passa a pertencer à Categoria de Classificação Nível 'E', e como requisito de qualificação para ingresso no cargo é necessária a formação superior em Pedagogia ou Licenciatura em quaisquer áreas do conhecimento. Essa exigência leva-nos a inferir que a sua atuação deve considerar a formação diversa que lhe é exigida, sem perder de vista o aspecto pedagógico inerente ao cargo.

Mediante essas reflexões, retorno ao requisito para ingresso no cargo – Pedagogia e Licenciatura – para trazer à tona outra questão, agora referente à profissionalização e à carreira desses profissionais, levando-se em conta que o TAE possui formação – conforme exigência – que o prepara para a docência, mas a carreira profissional é de técnico administrativo em educação, ou seja, o TAE na profissão é docente e na carreira é técnico. Essa reflexão ganha densidade se considerarmos que os cursos de licenciatura, cuja formação “prepara” para a docência, no caso do TAE, “preparam” também o técnico; ademais, há ainda o fato de os currículos desses cursos não contemplarem os aportes e bases conceituais da EPT.

Essas elucidações evidenciam a questão dos saberes necessários para a atuação desse profissional no âmbito das Instituições Federais de Educação, o que implica pensar que, para além do saber instituído ou do saber formalizado, importa a nós, TAE, o saber construído no exercício da profissão no cotidiano do IF Baiano, levando-se em conta as especificidades da EPT. É também importante destacar que, em relação às atribuições do TAE, o IF Baiano adotava, inclusive na elaboração de editais de concurso e seleção, o especificado no Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC (BRASIL, 2005b), enviado aos Dirigentes de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino, que registra o seguinte:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Coordenar as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

- Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos.
- Elaborar projetos de extensão.
- Realizar trabalhos estatísticos específicos.
- Elaborar apostilas.
- Orientar pesquisas acadêmicas.
- Utilizar recursos de Informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (BRASIL, 2005b, p. 50).

Entretanto, esse dispositivo foi considerado sem efeito em 2017, por meio do mesmo tipo de expediente, a saber: o Ofício-Circular nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC (BRASIL, 2017). Esse documento, além de tornar sem efeito o expediente anterior, apresenta a orientação de que, até que ocorra a publicação do regulamento dos cargos do PCCTAE de que trata a Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005a), as instituições federais devem observar, no que se refere às atribuições dos cargos técnicos administrativos em educação, as descrições constantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) de que trata a Lei nº 7.596/1987, aprovado pelo Decreto nº 94.664/1987 (BRASIL, 1987), que elenca as seguintes atividades como atribuições do TAE:

DESCRIÇÃO DO CARGO

Coordenar as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.

ATIVIDADES TÍPICAS

- Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos.
- Elaborar projetos de extensão.
- Realizar trabalhos estatísticos específicos.
- Elaborar apostilas.
- Orientar pesquisas acadêmicas.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (BRASIL, 1987, p. 86).

Podemos observar que a descrição é bastante similar à constante no aludido Ofício Circular 15/2005 (BRASIL, 2005b), diferindo apenas no que se refere ao requisito para ingresso no cargo, que antes exigia “Curso Superior completo na área de Educação e/ou Registro no Conselho Competente” (BRASIL, 1987, p. 86), e, a partir do PCCTAE (2005), a exigência de formação passou a ser curso de Pedagogia ou Licenciatura em qualquer área. No que se refere ao assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e utilização de recursos de recursos de Informática, o PUCRCE não faz qualquer sinalização.

Da análise minuciosa desses documentos, depreendemos que o Ofício Circular, tornado sem efeito, apontava as atribuições que cada servidor deveria cumprir no exercício do seu respectivo cargo de forma genérica. Contudo, sua revogação – e conseqüente orientação de observar o PUCRCE – revela-se incongruente, visto que a descrição prevista no PUCRCE não mais representa as atuais necessidades das instituições de educação. Além disso, há que se ressaltar que o PCCTAE elenca as atribuições gerais dos cargos técnicos administrativos em educação, estabelecendo sua nomenclatura, enquadramento e requisitos de ingresso; e também sinalizando que as atribuições específicas serão detalhadas em regulamento próprio, conforme destacamos abaixo:

Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

§ 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.

§ 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento (BRASIL, 2005a, p. 2-3).

Dessa forma, o que temos acertado sobre essa questão é o constante no artigo acima destacado, que informa as atribuições gerais dos cargos técnicos administrativos em educação da esfera federal, o que vem ratificar a necessidade e relevância do aqui proposto, considerando-se que o próprio dispositivo legal no § 1º do Art. 8º aponta que essas atribuições gerais serão exercidas em conformidade com os ambientes organizacionais, e no seu § 2º que “as atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento” (BRASIL, 2005a, p. 3).

É importante sinalizar que os regramentos legais aqui analisados, os quais apontam as atribuições gerais e a formação exigida para ingresso no cargo, e, ainda, a descrição do cargo, mesmo com poucos detalhes sobre as atribuições do TAE, constituíram-se em um importante indicador da importância desse profissional para o melhor desenvolvimento dos processos educativos nas IFE, bem como da necessidade de que suas funções sejam compatíveis com a formação pedagógica que lhe é exigida, o que evidencia que as atribuições do TAE extrapolam o limiar das atividades puramente administrativas, configurando-se muito mais como um fazer técnico-pedagógico. Assim, a atuação desse profissional nos espaços que compõem as IFE torna-se muito mais significativa se considerarmos o caráter pedagógico de sua formação.

O debruçar sobre esses documentos desvelou que, desde a sua criação, o cargo TAE passou por diversificadas alterações quanto às especificidades de exigências para o ingresso e para a atuação desse profissional, revelando algumas incoerências, especialmente pela carência de uma definição mais adequada das atribuições desses servidores, o que culminou na ocorrência de desvios de função, falta de motivação e conseqüente sentimento de desvalorização profissional dessa categoria. Isso pode ser observado no relato que segue abaixo:

As pessoas não sabem para que serve o técnico em assuntos educacionais. Trabalhei muito como assistente em administração e só agora depois do mestrado é que parece que ganhei algum valor, começaram a olhar para mim diferente. Os gestores não sabem as atribuições do cargo e subutilizam o servidor deste cargo, que realizam trabalhos de assistente em administração. Além disso, há outra questão: os técnicos em assuntos educacionais que são pedagogos são mais valorizados que os licenciados. Há uma preferência pelos pedagogos e não se sabe aproveitar a diversidade dos saberes de cada área de formação dos licenciados para pintar um cenário mais diverso (TAE Borboleta, Relato Escrito, 2020).

Esse conjunto de elementos revela a premente necessidade de se considerar a especificidade pedagógica na concepção desse cargo, bem como a diversidade de saberes que é exigida quando do seu ingresso; inclusive, essa diversidade constitui-se como uma referência do fazer técnico-pedagógico do TAE. Essa situação suscitou uma inquietação por percebermos que, nos cenários de discussão sobre a EPT nos Institutos Federais, pouco se aborda a questão do fazer técnico-pedagógico. Talvez o motivo da inexistência de ações de políticas de desenvolvimento para esses profissionais, especificamente o TAE, seja exatamente a indefinição de suas atribuições, vislumbrados, por vezes, em uma condição de inferioridade em relação aos demais. Dessa forma, ganha densidade esta pergunta feita por Gomes e Silva (2002, p. 29): “que caminhos construir para reconhecer e valorizar o outro na sua diferença quando ainda vemos essa diferença como uma marca de inferioridade?”

Retorno às palavras de Morin, citadas na epígrafe, para ressaltar que toda a construção e a sistematização desta escrita vêm imbuídas de um desejo, de uma vontade latente de produzir maior *sentido* ao fazer técnico-pedagógico, levando-se em conta o processo constitutivo do identitário do TAE, delineado no decurso de sua atuação no IF Baiano, com vistas a uma transformação dinâmica e criativa desse fazer e a uma maior valorização profissional desses servidores, na expectativa de contribuir positivamente e de forma significativa com a reorganização e evolução do IF Baiano. Cabe ressaltar que esta construção foi motivada pela *escuta* dos atores envolvidos em um processo de (des)articulação entre as literaturas consultadas, os documentos analisados e, especialmente, a voz dos sujeitos implicados no cotidiano do fazer técnico-pedagógico pensado, vivido e experienciado no contexto da EPT, nos cenários do IF Baiano, cujos dados emanados do campo da pesquisa foram analisados em diálogo com a hermenêutica ceriteuniana, como teoria possível para a compreensão dos sentidos produzidos acerca do fazer técnico-pedagógico dos TAE no cotidiano do IF Baiano.

Sob esse viés, retomo o conceito apresentado em epígrafe na parte introdutória desta escrita. Ali, o cotidiano é entendido como “aquilo que nos é dado a cada dia [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada” (CERTEAU, 1996, p. 31). Isso significa que o cotidiano se constitui em um espaço onde o homem ordinário comum, por meio de *táticas*, astuciosamente, subverte as *estratégias* postas e (re)inventa e (trans)forma sua história.

Portanto, ainda inspirada em Certeau (1998), reconheço a capacidade de autonomia e liberdade dos TAE diante do desafio imposto pela instituição de educação, e que, mediante o uso da criatividade astuciosa e imprevisível manifestada na sua prática cotidiana, e com suas “artes de fazer” e “maneiras de fazer”, (re)inventam diariamente seu cotidiano, (re)construindo e (re)inventando seu fazer técnico-pedagógico. Sobre isso, Ferraço (2002) afirma que Certeau

[...] advoga a favor de uma antidisciplina articulada por redes de astúcias, táticas, maneiras e artes de fazer que [,] entre outras coisas, subvertem a ordem imposta através de microdiferenças, desvios sutis e criações anônimas, que irrompem com vivacidade o dia a dia e não se capitalizam. Nesta abordagem, por efeito, o conceito de consumo que denota uma certa passividade por parte de quem consome, seria substituído pelo conceito de uso, que implica numa ação mais consciente e ativa (FERRAÇO, 2002, p. 125).

A partir dessas elucidacões, alvitro o entendimento de que no IF Baiano há estruturas organizativas que sustentam o cotidiano da instituição, que dizem respeito à estruturação relacionada aos processos administrativos e didático-pedagógicos nos ambientes organizacionais, em que os TAE se reconhecem como integrantes e, a partir de suas vivências e experiências, redimensionam lugares, espaços, tempos, fazeres, buscando formas inventivas de agir cotidianamente, já que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1998, p. 38).

Nessa contextura, trago à discussão as noções de *lugar* e *espaço* propostas por Certeau (1998). Para ele, o cotidiano é compreendido como espaço praticado pelos sujeitos, isto é, um lugar

[...] é a ordem (seja qual for), segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é [,] portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta os vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais, ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 1998, p. 201-202).

Desse modo, o lugar é associado a algo estável, inerte, estático. Já o espaço é fluido, associado à ideia de movimento, definido pelas ações dos sujeitos, ou seja, “espaço é lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202). Nessa lógica, podemos pensar que o (não) lugar dos TAE no contexto do IF Baiano pode ser transformado em lugar

praticado, na medida em que esse profissional escapa furtiva e astuciosamente do “lugar” a ele atribuído e, de forma criativa, constrói os seus espaços, ressignificando o cotidiano do seu fazer técnico-pedagógico e inventando o dia a dia. Em outras palavras, esse profissional cria novas formas de atuação para lidar com as circunstâncias incorridas no exercício do seu trabalho. O ambiente institucional – o IF Baiano – torna-se um espaço em que a vida é pulsante, e tanto a inventividade quanto a criatividade desses servidores são percebidas.

Em consequência disso, é, aqui, de grande relevância uma discussão sobre os conceitos de *estratégia* e *tática*, que na visão de Certeau (1998) são elementos distintos. Para ele, a estratégia compõe o

[...] cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada (CERTEAU, 1998, p. 99).

Sendo assim, a estratégia refere-se à ação de poder do mais forte sobre o mais fraco em um espaço próprio de atuação, e de certa forma são ações previsíveis. Já a tática é “um cálculo que não pode contar com um próprio. [...] só tem por lugar o do outro” (CERTEAU, 1998, p. 46), pois não dispõe de uma base, depende do momento, da ocasião, da oportunidade, é imprevisível. As táticas não ocupam lugar próprio, são maneiras de fazer, formas de resistência e subversão das estratégias.

Essa discussão acerca desses conceitos certeunianos leva à compreensão de que os TAE que atuam nos IF, no âmbito da EPT, vão construindo o seu fazer técnico-pedagógico na concretude do cotidiano, à medida que experienciam a prática educativa, a qual requer o uso de táticas inventivas e exige uma mobilização de saberes pedagógicos que são produzidos na dialeticidade das experiências que vivenciam no exercício do cargo. Essas invenções no/do cotidiano produzem um *devoir* profissional TAE nos cenários da EPT, o qual propomo-nos, coletivamente, a escutar. Por isso, faço coro às palavras de Monteiro (2019, p. 527), quando, a partir de leituras deleuze-guattarianas, aponta que o “devoir evoca a si mesmo, afirma a singularidade”, uma singularidade que “é sempre multiplicidade. Somos únicos, somos bandos, somos o que somos: cada um: e todos. Ao mesmo tempo, diz de nossa individuação.”

Estar à espreita desses devires, desses modos de ser com autorias tão singulares dos TAE, é buscar compreensão e produção de sentidos. Essa foi uma

ação que demandou uma teorização outra para uma fundamentação não só possível, mas necessária. Por isso a opção por uma teoria que valorizasse o cotidiano e, igualmente, a escuta, por meio da qual o pesquisador, ao invés de se afastar, possa se integrar, por vivência, ao campo de pesquisa, que também é campo de atuação profissional.

Foi assim que compus meus transcursos teóricos, dialogando, também, com Monteiro (2007, p. 482), em especial ao afirmar que “ninguém pode ouvir nas coisas, inclusive nos livros, mais do que já sabe. Para aquilo a que não se tem acesso por vivência, não se tem ouvido.” A condição de TAE preparou meus ouvidos para ouvir os relatos da vida cotidiana como registros narrativos de uma constituição autoral de um fazer profissional. Por vivência, então, pude “ouvir o logos da vida registrada em palavras – otobiografia” – (MONTEIRO, 2006, p. 121) não somente de autores clássicos da literatura científica sobre as quais me debrucei, mas, igualmente, as autorias que se produzem em uma indefinida e infinita (des)articulação contextual.

2.2 TRANSCURSOS METODOLÓGICOS: ACONTECIMENTO E CONSTRUÇÃO

Os percursos da construção da cultura profissional são múltiplos. Tão múltiplos quanto os percursos da formação humana. Um permanente tecido de muitos fios. Uma permanente escuta e interrogação de vivências e sentimentos [...]. A cultura profissional é uma mistura dessa pluralidade de imagens. Tudo o que somos e tudo o que sonhamos ser (ARROYO, 2011, p. 201-202).

A pesquisa que subsidiou a produção deste texto vinculou-se a uma abordagem metodológica qualitativa, com fundamento nos parâmetros da *etnopesquisa*. Conforme explica Macedo (2006, p. 9), etno, “do grego *ethnos*”, significa povo, pessoas, o que significa dizer que a *etnopesquisa* integra um fazer pesquisa qualitativa com o povo, com as pessoas. Na investigação aqui empreendida, o interesse está no fazer técnico-pedagógico no acontecimento do cotidiano profissional do TAE. Para esse autor, a *etnopesquisa*

[...] direciona seu interesse para compreender as ordens socioculturais em organização, constituídas por sujeitos intersubjetivamente edificados e edificantes, em meio a uma bacia semântica culturalmente mediada. [...]. Preocupa-se, primordialmente, com os processos que constituem o ser humano em sociedade e em cultura, e compreende esta como algo que

transversaliza e indexaliza toda e qualquer ação humana e os etnométodos que aí se dinamizam (MACEDO, 2006, p. 9).

Portanto, a transcursão metodológica se fez na tentativa de uma construção consciente e organizada de um caminho, o qual se desvencilhou da ideia de trajeto apresentado para uma proposta coletivizada de planejamento metodológico. Adotando a hermenêutica certauniana como principal aporte, percebemos o fazer técnico-pedagógico como um acontecimento que se dá em um cotidiano de invenção, que é formativo e formador de sentidos, o que potencializa um desvelar de possíveis, como outros saberes, outros fazeres.

Esse cotidiano pode, assim, ser transmutado em conceito, abrindo novos caminhos para a valorização e o desenvolvimento desses profissionais no acontecer do exercício de sua profissão. Sem perder de vista que, conforme enfatiza Macedo (2006, p. 12), “da perspectiva da etnopesquisa crítica, o que não se admite é que pelo esforço de construir conceitos de ‘segunda ordem’ se destrua a própria realidade investigada e a substitua por uma versão científicizada e abstrata.” Dessa forma, um ouvir atento de cada registro, como registro de vida-profissão, constituiu-se como movimento basilar de toda a investigação, que, junto aos sujeitos, sob uma perspectiva *otobiográfica* (escuta da vida nos registros humanos), tornou possível a produção dos dados subsidiadores das proposituras pretendidas.

Toda a análise dos dados (relatos narrativos de vida-profissão) foi operacionalizada por meio da Hermenêutica, bricolada aos parâmetros da *etnopesquisa*, avalizando o que propõe Macedo (2006, p. 13) sobre a oportunidade ímpar que é dada ao etnopesquisador de se instrumentalizar e “acordar as fontes” por meio dos fundamentos conceituais e dos procedimentos da etnopesquisa crítica, buscando “*alterar-se e autorizar-se* com elas, nos diversos cenários onde se institui a educação” (grifos do autor). Ainda sobre essa perspectiva, Macedo constrói as seguintes observações:

O que na realidade uma etnopesquisa quer saber é: como se estrutura a estrutura social? Como se organiza o tecido cultural por suas múltiplas e complexas interações? Como os sujeitos imersos nos seus coletivos sociais significam e ressignificam suas ações e agem? Pela via das ações dos atores sociais, como se dá reflexivamente a relação instituinte/instituído? Pelo dinamismo dessas questões, penetra-se relacional e compreensivamente na complexidade das construções da vida cotidiana e se produz conhecimento-com (MACEDO, 2006, p. 13-14).

A opção foi adotar como estratégia a investigação *otobiográfica*, um método recriado por Monteiro (2004), a partir de Derrida (1984 apud MONTEIRO, 2004), e já aplicado com sucesso por Miranda (2015) no contexto do IF Baiano. A proposta de investigação otobiográfica, como o próprio prefixo sugere, vem da ideia de escuta, em que há uma associação ao conceito de vivência de Nietzsche (1995), em um tom autobiográfico que preserva a individualidade de cada participante e a singularidade de cada setor de vivência profissional, ao mesmo tempo em que torna possível reconhecer os modos de ser profissional de forma singular e coletiva, valendo-se da escuta e da aprendizagem de si e do outro, por meio desse exercício do ouvir colaborativo. Logo, mais do que as palavras, na investigação otobiográfica o que prevalece é a vontade de algo que está latente quando enunciadas ou escritas. Em outras palavras, uma escuta a partir de um exercício otobiográfico pode ser traduzida como “marco hermenêutico do ouvir as vivências que querem dizer algo, que expressam a força da experiência em movimento” (MONTEIRO, 2007, p. 481).

Essa estratégia, entendida como *ouvir* a biografia (registros de vida profissional e pessoal), não se refere apenas à captação dos sons, transborda essa ação e “opta por questionar a *dynamis* do texto, designando-a como força, potência virtual e móbil que dão ao texto vivência” (MONTEIRO, 2007, p. 473). Nesse sentido, o termo otobiografia é utilizado por Monteiro para referir-se a uma pesquisa hermenêutica que “deve funcionar como interpretação avaliativa das forças que impulsionam as vivências”, e que, por isso, entende a “otobiografia como escuta das vivências” (MONTEIRO, 2011, p. 94). No caso aqui proposto, a escuta diz respeito às vivências profissionais e *formacionais* dos TAE no acontecimento de seu fazer técnico-pedagógico.

Para que essa escuta se efetivasse, mobilizamos diferentes técnicas aplicadas em Grupos Dialogais, uma estratégia que, na perspectiva de Domingues (2011, p. 170-171), pode ser assim compreendida:

Constitui-se em uma estratégia para o trabalho investigativo, alicerçado num conjunto de técnicas (entrevistas livres e semiestruturadas) que se assemelha, em alguns aspectos, ao grupo de opinião, principalmente pela oportunidade dada aos entrevistados/participantes para dividirem suas opiniões, discutirem e trazerem à tona fatores críticos. No entanto, inova com a inserção ativa da pesquisadora assumindo o papel de coordenação ao mesmo tempo em que participa das discussões, e também pela sobreposição do espaço institucional de encontro dos grupos (o lugar de formação e o local do debate e da pesquisa).

A escolha dessa estratégia deveu-se, principalmente, ao fato de não excluir o(a) pesquisador(a) como sujeito da pesquisa, visto que, assim como os demais sujeitos, encontro-me imersa e implicada no campo da pesquisa como parte integrante dele. Isso ratificou a aderência do intento no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT). Sobre essa estratégia, Domingues (2011, p. 171) afirma que os Grupos Dialogais são importantes porque admitem

[...] como princípio que os sujeitos envolvidos na pesquisa são seres culturais e históricos em processos permanentes de desenvolvimento profissional e, por se acharem numa temporalidade e numa territorialidade, na relação com outros que vivem sua profissionalidade, têm saberes e usam seus conhecimentos para enfrentar os desafios postos.

Além disso, no desenvolvimento dos Grupos Dialogais foi proposta uma bricolagem instrumental: relatos reflexivos a partir de situação problema; entrevistas narrativas orais (*online*) e escritas, assim como leitura-escuta dos registros das atividades inerentes a cada espaço de atuação ou possível atuação dos TAE. Sobre a opção pelas narrativas, coaduno com Silva e Freitas (2013, p. 188), ao afirmarem que

Os textos narrativos revelam o seu aspecto (trans)formador, no momento em que conduz o pesquisador a analisar, refletir, avaliar sobre si, sobre o outro e sobre o espaço onde se encontra inserido, despertando uma nova percepção do eu, do outro e do espaço, tornando tal percepção enriquecida de sentidos e significados, originando novas formas de aprender e ensinar.

Dessa forma, as narrativas orais e escritas se constituíram em espaços/tempo de conhecimento de si e do outro, tornando cada momento vivenciado no grupo dialogal uma experiência formadora, na medida em que, por meio das discussões dialógicas, os partícipes, de forma coletivizada, foram construindo a compreensão dos sentidos sobre o seu fazer técnico-pedagógico, transformando-o em experiência. Essa imersão no processo de escrita/oralização contribuiu para um despertar sobre si, cuja percepção desse processo construtivo de si ocorreu nas inter-relações dos TAE, considerando-se as singularidades e coletividades desses profissionais no meio social e no espaço institucional do IF Baiano.

Cumprido esclarecer que as narrativas foram *escutadas* (MONTEIRO, 2004) e tomadas não como meros dados a serem dissecados, mas como “aprendizado narrativo” ou “capital narrativo” (GOODSON, 2008, p. 152), que muito colaboraram para a compreensão do fazer técnico-pedagógico, compreensão essa que se

revelou um desafio muito mais amplo, configurando-se em uma ação dos sujeitos partícipes do intento, “com toda a gama de mediações que vive e filtra, com toda a gama de implicações que atualiza” (MACEDO, 2010, p. 42), o que, conseqüentemente, contribuiu para o processo de “interpretar realidades na inteireza inacabada da sua existencialidade” (MACEDO, 2010, p. 42) (vale ressaltar que os dados foram analisados a partir da hermenêutica cereteuniana, sem perder de vista os rigores exigidos pela ética que rege os trabalhos científicos). Para Certeau (1998, p. 64),

O caminho técnico a percorrer consiste, em primeira aproximação, em reconduzir as práticas e as línguas científicas para seu país de origem *everyday life*, a vida cotidiana. Este retorno, hoje sempre mais insistente, tem o caráter paradoxal de ser também um exílio em relação às disciplinas cujo rigor se mede pela estrita definição de seus limites.

Essa postulação teórico-metodológica das práticas cotidianas foi tecida pelo autor como “artes de dizer” e “artes de fazer” que se forjam no movimento, na abertura, no entrecruzamento de fios com os quais se inventa o cotidiano, e que se torna, nessa contextura, imprevisível. É importante apontar que, inspirada em Certeau (1998), foi possível, a partir da análise das práticas do TAE e suas táticas, desveladas nas narrativas, compreender como esses profissionais, envolvidos em um processo de (re)invenção criativa, praticam os lugares institucionais, transformando-os em espaços de atuação, resistência e subversão às estratégias institucionais. Tudo isso colocou em evidência o TAE, juntamente com seu cotidiano profissional, o que permitiu a abertura para nova perspectivação da compreensão acerca dos sentidos produzidos sobre o fazer técnico-pedagógico.

A escolha foi valer-se dessas narrativas e de imersões vivenciais nos loci da pesquisa para tecer os dados necessários à construção de um Quadro Referencial de atribuição dos TAE, considerando os diferentes espaços organizacionais, compreendidos como importantes espaços-tempos de atuação desses profissionais. Esse quadro contém indicadores necessários para responder aos propósitos explicitados nos objetivos específicos e, conseqüentemente, atender ao objetivo geral que norteia este intento. Nesse processo, elegi como principais ações metodológicas a compor o mencionado Quadro Referencial (Apêndice A) estas proposições:

- ✓ Identificação dos setores (espaços de atuação);
- ✓ Caracterização das ações desenvolvidas em cada setor;

- ✓ Identificação dos Assuntos Educacionais vinculados às ações que são desenvolvidas em cada setor;
- ✓ Perspectivação das atribuições dos TAE a partir dos Assuntos Educacionais identificados;
- ✓ Caracterização da Articulação Pedagógica demandada por setor, considerando as ações e os assuntos educacionais dele emergidos;
- ✓ Levantamento das demandas formativas para a consecução das atribuições e articulação pedagógica identificadas.

Cada uma dessas ações foi problematizada a partir de uma rigorosa relação com as literaturas disponíveis sobre o fazer técnico-pedagógico institucional, sem perder de vista as intersubjetividades dos sujeitos desveladas no decurso dos Grupos Dialogais. Essa construção desenvolveu-se de forma coletivizada, no encontro, entendido como agenciamento, a partir da mediação da pesquisadora, em que os TAE, sujeitos partícipes, foram inquiridos a exercitarem a reflexão sobre o seu fazer na tentativa de desvelar a compreensão sobre os modos de ser/fazer TAE. Com esse quadro, aventou-se, ainda, a possibilidade desses profissionais serem mais bem percebidos e compreendidos institucionalmente, a fim de que, com isso, seja possível buscar o delineamento dos referenciais para a institucionalização das suas atribuições, em consonância com o identitário profissional constituído no cerne das relações desses sujeitos com o/no cotidiano do IF Baiano.

2.2.1 Os sujeitos, o lócus e o *acontecimento* metodológico

Nesse intento, consideramos sujeitos da pesquisa os TAE e, como colaboradores partícipes, os demais integrantes das equipes técnico-pedagógicas e gestores de diferentes setores dos campi e da Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria de Gestão de Pessoas do IF Baiano, cujas participações se constituíram em importante colaboração para a compreensão do fazer técnico-pedagógico do/no IF Baiano, principalmente no que concerne aos registros das outras possibilidades de atuação dos TAE, implicando em outros referenciais para o seu quadro de atribuições, atestando a perspectiva multirreferencial e contextualizada de atuação dos TAE no IF Baiano.

Cumprе ressaltar que, no IF Baiano, 58 Técnicos em Assuntos Educacionais estão em exercício, conforme dados extraídos do Suap. Desse total, 25 participaram

da pesquisa, respondendo aos questionários *online* (Apêndice B), e 12, além de responder aos referidos questionários, participaram, também, dos grupos dialogais. Quanto aos demais participantes – gestores –, 11 servidores que exercem a função de chefia imediata responderam ao questionário *online* (Apêndice C). Cada questionário foi composto por questões bem aproximadas à temática proposta, de modo que pudéssemos contar com diferentes percepções do fazer técnico-pedagógico, contrastando a percepção da posição de autoria dos TAE com a percepção das chefias em relação a tal fazer.

Levando em consideração que o IF Baiano é uma instituição multicampi, cujas unidades estão alocadas em diversificadas regiões do Estado da Bahia, foi necessário delimitar o lócus da pesquisa. Assim, tendo em vista as diferenças inerentes a cada campus, o que agrega as peculiaridades e anseios do território onde está inserido, influenciando, inclusive, na escolha de cursos a serem ofertados, optamos por delimitar o lócus da pesquisa partindo do critério de escolha de um campus oriundo do reordenamento das antigas Agrotécnicas, já consolidado em termos de verticalização da oferta, e outro que nasceu a partir da mais recente expansão da rede, em fase de implantação.

Além disso, busquei uma opção que se pautasse na possibilidade de compreender o fazer técnico-pedagógico considerando a perspectiva da diferença e da singularidade inerente ao IF Baiano, por isso a escolha em pesquisar dois loci situados em territórios de identidade distintos com contextos culturais e geográficos diferentes. Partindo desses critérios, elegemos o campus Guanambi (situado no Território de Identidade Sertão Produtivo) e o campus Itaberaba (situado no Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu – “Portal da Chapada”) como loci da pesquisa, tomados como *exemplo*, sendo este termo assim compreendido:

O exemplo é um conceito que escapa da contradição entre o universal e o particular. Sua característica é que ele tanto circula por todos os casos de um mesmo gênero como se inclui nele próprio. Ele é uma singularidade no meio de outras singularidades, mas que, substituindo todas elas, vale por todas. O exemplo, assim, escapa ao paradoxo de pertencer simultaneamente ao particular e ao universal – e não estão ligados por nada que lhes seja em comum, nenhuma identidade (RIBEIRO; BORGES, 2015, p. 27).

A título de contextualização, o campus Guanambi foi criado a partir da reordenação da Rede Federal, por meio da Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), com a incorporação da antiga Escola Agrotécnica Antônio José Teixeira à estrutura do IF

Baiano, configurando-o como uma das primeiras unidades consolidadas como integrantes do IF Baiano. O campus está localizado no Distrito de Ceraíma, zona rural do município de Guanambi, que integra o Território de Identidade Sertão Produtivo, no sudoeste da Bahia. Com uma população de 85.237 habitantes (IF BAIANO, 2014, p. 24), é considerado o vigésimo município mais populoso da Bahia. Atualmente, Guanambi é referência comercial no território, cuja base da economia, inicialmente, era a produção de algodão, posteriormente, expandindo-se para outras culturas.

Inserido nesse contexto, o campus Guanambi, além dos cursos de nível médio, integrados e subsequentes, oferta cursos de nível superior, pós-graduação em nível de Especialização e Mestrado. De nível médio, são ofertados atualmente os seguintes cursos: Técnico em Agricultura, Técnico em Zootecnia – na forma Subsequente; Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria e Técnico em Informática para Internet – na forma integrada ao Ensino Médio. Em nível superior, são oferecidos os Cursos de Licenciatura em Química, Tecnologia em Agroindústria, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Agronomia. Em nível de pós-graduação são ofertados o curso de Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática e o Curso de Mestrado Profissional *stricto sensu* em Produção Vegetal no Semiárido. Há ainda a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) e cursos de Formação Inicial Continuada (FIC).

Essa configuração de ofertas de cursos regulares, somada ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, entre outras atividades, tem refletido no crescimento do agronegócio regional, contribuindo na melhoria e qualificação dos produtos por meio das ações de assessoria técnica aos produtores, como também tem propiciado a organização de ações que envolvem os preceitos da agroecologia, contribuindo significativamente com os pequenos produtores, através de projetos agroecológicos que priorizam a produção orgânica e fortalecem a agricultura familiar do território. Essas ações revelam a importância social do campus para o Território Sertão Produtivo.

Quanto ao campus Itaberaba, trata-se de uma unidade em implantação, parte do mais recente processo de expansão da Rede Federal (2016). O campus está situado às margens da Rodovia BA 488, no município de Itaberaba, integrante do Território de Identidade Piemonte Paraguaçu, entrada da Chapada Diamantina. Com uma população estimada em 66.065 habitantes (IF BAIANO, 2014, p. 25), é

considerado o município com maior expressão econômica desse território de identidade. Maior produtor de abacaxi da Bahia (IF BAIANO, 2014), cuja produção é responsável por, aproximadamente, 60% da produção baiana, consolidando-se como o maior produtor dessa fruta no estado e 4º maior produtor do país.

Em se tratando de uma unidade ainda em processo de implantação, a oferta educacional abrange cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas de articulação integrada e subsequente, além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). De nível médio, na modalidade presencial, são ofertados atualmente os cursos: Técnico em Agropecuária e Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente; e Técnico em Agroindústria, Integrado ao Ensino Médio. Na modalidade de Educação a Distância (EAD), são ofertados cursos técnicos subsequentes em Secretaria Escolar, Multimeios didáticos e Vendas. Ressaltamos, também, que há grupos de trabalhos envidando esforços para implantação de novos cursos com foco na verticalização da oferta.

É importante destacar, ainda, que a escolha desses loci se pauta na implicação da pesquisadora no universo da pesquisa, visto que atuo como técnica em assuntos educacionais no campus Guanambi e tenho contribuído com o campus Itaberaba em regime de colaboração voluntária. Essas minhas vivências profissionais com o *cotidiano* dos dois campi apontados também justificam a delimitação desses espaços como campo da pesquisa. Cumpre reiterar que os sujeitos da pesquisa são os técnicos em assuntos educacionais de diferentes campi do IF Baiano, porém, para fins de análise contextual e cotidiana, tomamos esses dois campi como exemplo do que acontece nos demais.

É preciso esclarecer que a pesquisa foi/está respaldada nos rigores éticos exigidos para investigações dessa natureza e que a seleção dos sujeitos e demais partícipes se deu a partir do aceite em aderir à proposta, como respondentes aos questionários. Após isso, os TAE respondentes foram convidados a participar das atividades dos Grupos Dialogais (concessão de entrevistas e elaboração de relatos). Durante tais atividades foram apresentados aos participantes, de forma mais detalhada, os objetivos da pesquisa, bem como a previsão dos riscos, assegurando a adoção de medidas para evitá-los.

Em cada uma dessas oportunidades, enfatizei que a pesquisa em leque observa as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e contempla os requisitos éticos previstos na legislação atual, a saber: a Resolução nº

510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2016a), especificamente no que se refere à garantia do anonimato, confiabilidade e participação voluntária; e a Resolução nº 466/12, homologada pelo CNS do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2012), que preconiza que, em toda pesquisa realizada com seres humanos, devem ser previstos e avaliados os riscos aos quais poderão ser expostos os participantes, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constantes dos Apêndices F e G. Com o intuito de garantir o sigilo das informações, foi lavrado um termo de confidencialidade e sigilo (Apêndice I). Para a manutenção do anonimato, os sujeitos e partícipes foram identificados com nomes de nós: górdio, borboleta, gravata, windsor, catau, cego, âncora, estribo, andaime, anzol, azelha, frade.

Assim, com vistas a garantir a confidencialidade e preservar o anonimato⁶ dos sujeitos e partícipes, todos foram identificados pelo termo TAE ou gestor, acrescidos de nomes de “nós”, com o intuito de destacar as táticas de cada participante, que, valendo-me, aqui, da potência da metáfora, precisa desatar os vários “nós” (amarrações do seu fazer cotidiano) e, com criatividade, inventar tantos outros “nós” (laços, relações com os outros) construídos com o corpo de profissionais que compõe o coletivo do fazer técnico-pedagógico do IF Baiano.

Para além de garantir o anonimato, esse identificador (“nós”) se configurou como uma tentativa de homenagear os partícipes que, cotidianamente, (des)atam os vários nós do seu fazer e que, com os relatos de suas vivências e práticas profissionais, muito contribuíram para a concretização deste intento indubitavelmente enredado em muitos “nós”. Ademais, por meio de um processo de coautoria, o coletivo de sujeitos e participantes colaborou para atenuar a aridez que domina a produção de conhecimento acerca do fazer técnico-pedagógico nos cenários da EPT, assim como também sobre as atribuições do TAE, nos diversos espaços⁷ e setores organizacionais da instituição.

Para a identificação dos setores organizacionais fiz uso da análise documental, cuja característica principal “é que a fonte de coleta de dados está

⁶ Apesar de manter os nomes dos participantes em sigilo, as imagens de alguns sujeitos partícipes aparecem neste texto, conforme Termo de Cessão Gratuita de Imagem e Divulgação (Apêndice J).

⁷ É preciso fazer uma distinção entre os termos espaços e setores organizacionais. Os espaços referem-se a todas as possibilidades de atuação, as quais nem todas são passíveis de lotação (Processos de Ingresso; Promoção de cursos FIC; Núcleos de estudos e pesquisa; comissões diversas) por não comporem a estrutura do organograma organizacional. Já os setores são espaços definidos e integram o organograma organizacional. Ou seja, todos os setores são espaços, mas nem todos os espaços são setores, e ambos são lugares de prática.

restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias [...] feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174). Assim, inicialmente, realizei a leitura e o fichamento dos principais documentos que regem a instituição, a fim de identificar os setores dentro do organograma institucional, bem como as suas atribuições e competências. Além disso, tentando conferir maior respaldo científico ao escopo, recorri aos documentos oficiais expedidos pelo MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e outros órgãos da União, a fim de conhecer as disposições e finalidades referentes ao cargo TAE na esfera federal, desde a sua criação em 1970 até os dias atuais.

É importante destacar que realizei uma análise criteriosa desses documentos, cujo registro, interpretação e compreensão dos dados são apresentados no decorrer da escrita deste texto (também disponibilizados no Produto Educacional constante no Apêndice A), atentando para o que orienta Lakatos e Marconi (2003, p. 178) ao asseverarem que “o cuidado do pesquisador diz respeito ao fato de que não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados. Assim, deve [...] também interpretar e comparar o material, para torná-lo utilizável.”

Em um segundo momento, com o intuito de levantar alguns dados quantitativos e as ações desenvolvidas em cada setor, além da possibilidade de identificar os assuntos educacionais vinculados a essas ações, a escolha foi a aplicação de um questionário *online* como um dos instrumentos de coleta de dados e informações. Tal ação propiciou, posteriormente, a análise qualitativa desses dados, confrontando-os com o contexto ora investigado, fazendo valer as asseverações de Gatti (2004, p. 13), para quem “os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais.”

Sobre os aspectos quantitativos das pesquisas, Gatti considera que sem “dados de natureza quantitativa muitas questões sociais/educacionais não poderiam ser dimensionadas, equacionadas e compreendidas, algumas não seriam nem mesmo levantadas” (GATTI, 2004, p. 26). Ainda sobre a questão da análise de dados quantitativos, a autora acrescenta que essas

[...] análises, a partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de

políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permitem ainda desmistificar representações, preconceitos, “achômetros”, sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing (GATTI, 2004, p. 26).

Nesse sentido, os questionários foram enviados a todos os sujeitos – TAE do IF Baiano – que atuam tanto na Reitoria quanto nos campi, via e-mail institucional. Esses questionários foram estendidos aos gestores responsáveis pelos setores institucionais, considerados no corpus deste trabalho como partícipes deste intento, como já explicado anteriormente.

Em seguida, com o intuito de caracterizar uma possível articulação pedagógica suscitada em cada setor, considerando-se as ações e os assuntos educacionais dele/nele emergidos e, ainda, as aspirações formativas demandadas, dei início à estratégia dos Grupos Dialogais para a produção/coleta de tais dados, por meio de uma bricolagem instrumental de entrevistas semiestruturadas (orais e escritas), cujas questões norteadoras (Apêndice D) promoveram momentos de intensa reflexão coletivizada e subsidiaram a produção de relatos de vida-formação-profissão, a partir de situações vivenciais, que culminaram na leitura/escrita dos registros das atividades inerentes aos espaços e/ou possíveis espaços de atuação do TAE. Reitero que a escolha dessa estratégia se revelou bastante pertinente em razão da minha inserção como sujeito da pesquisa, atuando como coordenadora/participante das discussões.

É válido pontuar que essas reuniões nos Grupos Dialogais estavam previstas para ocorrer nos espaços institucionais que compreendem os dois loci da pesquisa, o campus Guanambi e o campus Itaberaba, conforme já especificado, cuja amostragem para esse momento seria a participação dos TAE atuantes nesses campi. Contudo, em decorrência do atual estado de pandemia do novo Coronavírus/COVID-19, em que o distanciamento social se faz necessário para a preservação da vida, os encontros nos Grupos Dialogais ocorreram de forma *online* por meio de plataforma digital. Esse imprevisto possibilitou a abertura para a participação de um contingente maior de TAE, e consequente abrangência de mais campi e da reitoria.

Imersa na ideia de que o encontro constitui-se como um espaço propício para se narrar experiências e experienciar vivências, ouvir o outro, ouvir a si mesmo, reconhecer-se no outro, mediante as situações cotidianas semelhantes que

vivenciamos, demos seguimento à proposta dos Grupos Dialogais, que foi concretizada através de encontros quinzenais, em horários previamente agendados, por meio da plataforma digital Zoom. É importante destacar que, além de TAE que atuam nos dois loci da pesquisa, os encontros contaram com a participação de TAE atuantes em outros campi e reitoria.

Na execução dos Grupos Dialogais, inicialmente, procedi à apresentação da pesquisa, seus objetivos e fundamentos, explanando sobre a importância do processo de interação e partilha das vivências com respeito mútuo, com abertura para a apresentação dos partícipes. Além disso, as discussões dialogadas foram norteadas por meio da proposição de algumas questões desencadeadoras (Apêndice D), agrupadas em três momentos. O primeiro versava sobre os fazeres/saberes profissionais; o segundo sobre o reconhecimento profissional e a formação; e o último sobre a construção coletivizada de um Quadro Referencial que contemplasse as principais atribuições dos TAE por ambientes organizacionais, levantadas a partir dos dispositivos da pesquisa.

No acontecer dos Grupos Dialogais foi oportunizado aos sujeitos partícipes discutir e expor suas opiniões/impressões/percepções sobre o seu fazer técnico-pedagógico. Momento em que, no diálogo frutífero, através da escuta de si e do outro, buscamos a compreensão dos sentidos produzidos no cotidiano do fazer técnico-pedagógico dos TAE, porque, segundo Miranda (2015, p. 156),

[...] não basta escutar as pessoas da comunidade institucional, é preciso escutar as vivências das pessoas na/da comunidade institucional e provendo diálogos outros para compreensão dos sentidos e dos sinais de alterações que elas suscitam.

Vale reiterar que se trata de uma escuta nos moldes otobiográficos (escuta da vida nos registros humanos). Portanto, essa é uma escuta complexa, labiríntica, e

Esse labirinto pode ser mesmo o do canal auditivo que converte o relato ouvido em impulsos elétricos inteligíveis ao cérebro. Há todo um jogo entre o que houve e o que se ouve, entre o que há e o que é dito, entre o que é dito e o que penetra ao ouvido, e entre o que é ouvido e o que é simbolizado (DERRIDA, 2009 apud RIBEIRO; BORGES, 2015, p. 132-133).

Por considerar um encontro uma partilha de vivência (NIETZSCHE, 1995), e apostando no encontro como movimento que se conecta e forma composições, gerando outros movimentos, outras possibilidades ao cotidiano, e ainda levando em consideração que “o encontro, assim como o acontecimento que nasce como uma

esperança de existir, é tão efêmero e fugaz que a escrita pode ser o seu retardamento e a potencialização da sua intensidade” (AMORIM, 2008, p. 20), propus, a título de atividade final dos Grupos Dialogais, a escrita de uma narrativa – Relato de Vida-Formação-Profissão (Apêndice E). A temática dessa produção perpassou pelas questões que nortearam as discussões durante os encontros, que envolve o título desta pesquisa – **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**. A escrita desse relato compôs um importante dado da pesquisa, pois, conforme sinaliza Macedo (2009),

A escrita como instância de reencontro com os indivíduos da investigação implica num compromisso ético do estabelecimento de co-autorias [sic] na produção do conhecimento. As informações geradas pelos outros oferecem as bases para a produção de um conhecimento pautado na preocupação e ocupação com as situações cotidianas em que tais informações alimentam as dinâmicas da vida em comum. Escrever como ato de pensamento é também uma atitude ética de composição de raciocínios partilhados (MACEDO, 2009, p. 160).

Essa foi a etapa final da pesquisa de campo, quando os TAE, subsidiados pelas reflexões interativas, pelos saberes compartilhados nos Grupos Dialogais, narraram os processos constitutivos do eu profissional, suas experiências existenciais, suas experiências de formação e suas experiências profissionais, pondo em destaque que o seu saber-fazer técnico-pedagógico é (re)inventado no cotidiano da profissão, visto como espaço aprendente, momento em que, também, despontaram os possíveis referenciais para a construção da proposta de institucionalização das atribuições desses servidores nos espaços organizacionais do IF Baiano.

Esse recurso dos relatos escritos, aliado aos outros dispositivos da pesquisa – análise documental, entrevistas e questionários –, possibilitou uma aproximação do imperativo que movimentou este intento, que diz respeito à questão de como é construído o saber-fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nesse processo de construção, tendo em vista os desafios que se apresentam frente à ausência de institucionalização das atribuições dos Técnicos em Assuntos Educacionais e as implicações desse processo em seu desenvolvimento profissional.

Em suma, a proposta metodológica se assentou em um complexo processo de escuta (otobiografia) dos sujeitos em espaços coletivos de discussão colaborativa

e formativa (Grupos Dialogais), lançando mão de diversos instrumentos (narrativas, entrevistas, análises documentais, questionários), de modo a construir um quadro de referência para responder aos propósitos da pesquisa, em especial no que concerne à produção do **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos TAE do IF Baiano**. Convém elucidar que essa escolha teórico-metodológica revela que os movimentos aqui propostos foram arquitetados com as pessoas que integram o cotidiano do IF Baiano, de forma coletivizada, *ouvindo*, especificamente, os TAE e os gestores responsáveis pelos variados setores que compõem a instituição, considerando, para tanto, as intersubjetividades aclaradas nos espaços institucionais construídos. Vale ressaltar que o nosso olhar se movimentou para além da formalidade dos documentos, com foco no *ethos* organizacional, por meio de um mergulho na invenção do cotidiano, percebido como “artes de fazer”, em que a inventividade e a liberdade criativa imperam.

Nessa perspectiva, cabe mencionar, ainda, que elegi os TAE como sujeitos e o IF Baiano como lócus, imbuída da ideia de que suas práticas, saberes e seus conhecimentos emergidos no/do cotidiano são, potencialmente, conducentes de uma significação epistemológica acerca do fazer técnico-pedagógico. Tendo isso em vista, a análise dos relatos sob a lente da hermenêutica *certeuniana* (CERTEAU, 1998) apontou para outras possibilidades de conceptualização e, conseqüente, intervenção no cotidiano desse fazer. Conforme aponta Oliveira (2008, p. 166),

[...] compreender a vida cotidiana, suas nuances e especificidades, as práticas sociais e os saberes, poderes, querereres e valores que a habitam torna-se, nesse modo de perceber o mundo e os conhecimentos, condição necessária para qualquer tentativa de intervenção sobre ela.

Ainda sobre essa questão, Oliveira (2008, p. 169) sinaliza que

[...] é fundamental trazer a ideia da tessitura do conhecimento em redes. Segundo esta, os conhecimentos se tecem em redes que incluem as diferentes experiências cotidianas de modo complexo e imprevisível. Essas redes integram os diferentes saberes e experiências com os quais convivem, nos diferentes *espaçotempos* estruturais [...]. Nestes, os diferentes sujeitos de conhecimentos, de desejos, de crenças e convicções, de ideias vivem plenamente: aprendem coisas ensinadas e não ensinadas; fazem amigos e escolhas pessoais, políticas e profissionais; amam e são amados; choram, riem, se divertem, sofrem etc.

Assim, os sujeitos, aqui compreendidos como praticantes do cotidiano profissional do IF Baiano, assumem especial importância neste intento, pois o processo de investigação, o acontecer da pesquisa, o resultado e a implicação dela

coadunam o entendimento de que os sujeitos inseridos em um contexto histórico ontológico integram esse espaço e não devem ser considerados de maneira utilitarista. Além disso, também estivemos atentos aos preceitos da etnopesquisa, pois

No processo de construção do conhecimento a etnopesquisa crítica não considera os sujeitos do estudo um produto descartável de valor meramente utilitarista. Entende como incontornável a necessidade de construir juntos; traz pelas vias de uma tensa interpretação dialógica e dialética a voz do ator social para o *corpus* empírico analisado e para a própria composição conclusiva do estudo, até porque a linguagem assume aqui um papel co-constitutivo central (MACEDO, 2010, p. 10).

Essa gama de dispositivos e estratégias, construídos de forma interligada aos aportes teóricos eleitos, tracejou os transcurso metodológicos do estudo empreendido e caracterizado como uma bricolagem *etno-otobiográfica*, cujo acontecimento se deu no cotidiano do IF Baiano, com um *zoom* nos contextos do campus Guanambi e campus Itaberaba, os quais apresentaram as necessárias potencialidades para as atualizações da compreensão acerca do cotidiano profissional relatadas pelos TAE, que ratificaram a complexidade de suas atuações, as quais se encontram entrelaçadas às variadas dimensões do fazer institucional educacional do IF Baiano. Nesse movimento, cada ação efetivada do transcurso metodológico permitiu-nos perceber as artes de fazer dos TAE e o modo como esses “sujeitos praticantes” (CERTEAU, 1998) de uma autoria de si profissional atuam.



3

**DADOS:
INCERTEZAS COTIDIANAS, PRÁTICAS
INVENTIVAS**

Não, eu não estou em mim
 Eu não estava em mim
 Eu estava em ti
 Eu passava a vida em ti
 Até que me perdi em nós e laços
 Não mais onírico, não mais cíclico
 Maratonista atrás de ti
 Com empenho olímpico
 Eu perdi-me
 (NERVE, 2015).

No fazer do TAE do IF Baiano nada está dado e nem ordenado. Atuamos a partir de dados lançados nesse cotidiano de incertezas em que temos mesmo que nos inventar e inventar práticas que atendam minimamente aquilo que nos é demandado. Em cada espaço de atuação do TAE, eu, particularmente, atuei em vários, nós constituímos práticas diferentes porque há diferentes compreensões de nosso fazer. Ou seja, ser TAE no IF Baiano exige-nos essa constância inventiva de nós-profissionais e de nossas práticas (TAE Anzol, Relato Escrito, 2020).

Nesta terceira parte, apresento os dados, os quais, metaforizando o objeto do jogo incerto, são lançados em um movimento para produção de um resultado. Isso bem representa a dinâmica de produção e análise dos dados que compuseram o rol de informações necessárias à compreensão do fazer técnico-pedagógico dos TAE, que, nesta parte, interpretamos como um movimento que acontece em meio às incertezas cotidianas e que produz práticas inventivas.

Assim, aqui, despontam dois movimentos: primeiro, aquele do qual emergem os vários *nós* do fazer técnico-pedagógico do IF Baiano, em que busco, valendo-me da polissemia do termo em destaque, apresentar as amarrações que dificultam o desenrolar compreensivo desse fazer, assim como apresentar os atores/autores – aqui me incluindo – desse processo compósito de um *nós* que exprime o caráter coletivo de autoria e de (oto/auto)compreensão em que eu e os outros de mim propomo-nos a escutar para construir uma compreensão de quem somos e de como se configuram nossos fazeres dentro dos (não)limites das atribuições institucionais. Por conseguinte, em um segundo movimento do lançar dos dados, considero o fazer técnico-pedagógico do TAE, no IF Baiano atento à produção dos sentidos que se desvelam na invenção do cotidiano. Esse movimento retoma e articula pretensas e possíveis conclusões para todos os propósitos anunciados na pesquisa.

3.1 NÓS DO FAZER TÉCNICO-PEDAGÓGICO DO IF BAIANO: A PRODUÇÃO DOS SENTIDOS NA INVENÇÃO DO COTIDIANO

No cotidiano, a articulação dos contrários é constantemente realizada por qualquer ser humano na tomada de decisões. Tem-se certeza de algumas coisas, porém, na tomada de decisões, tem-se de pensar na multiplicidade de fatores implicados e incertos. A incerteza é sempre uma premissa flutuante (SANTOS, 2008, p. 79).

[...] busca-se constituir uma posição de análise, isto é, perspectivar as singularidades do acontecimento, rondá-lo dia e noite para fins de adentrar-lhe a carne e romper as evidências que se assomam ao nosso olhar (FONSECA, 2006, p. 655).

A construção de uma escrita que conceptualize o fazer técnico-pedagógico e aponte os referenciais para a regulamentação das atribuições dos TAE não se constitui uma tarefa simples, especialmente ao se considerar o contexto multirreferencial que caracteriza o IF Baiano, local de atuação desses profissionais, cujo fazer vê-se alterado pelas multiplicidades de fazeres/saberes inerentes à EPT, que produz singularidades nesse contexto. Essas características sinalizam que esta escrita e a conseqüente produção dos referenciais não poderiam ocorrer de forma individualizada, mas por meio de um processo de coautoria coletivizada, levando-se em conta que o acontecimento desse fazer técnico-pedagógico é movimentado por incertezas cotidianas e práticas inventivas vividas por diferentes profissionais TAE em seus diferentes espaços-tempos de atuação.

Dessa forma, nesta parte da escrita, sinalizamos e justificamos cada um dos nós que suscitam um referencial propositivo orientador. Nós esses identificados como resultado da imersão ao campo que, de forma implicada e coletivizada, tornou possível traçar, coerentemente com os propósitos da pesquisa, os referenciais orientadores para um possível processo de institucionalização das atribuições dos TAE no IF Baiano, considerando-se o respeito e a dignidade do servidor, bem como as experiências vivenciais, formativas e profissionais desses TAE, sem perder de vista a multiplicidade/diversidade de saberes/fazeres que envolve o fazer técnico-pedagógico do TAE e pondo em relevo a sua dimensão pedagógica, porém atentos às limitações institucionais.

Portanto, compreender o IF Baiano, bem como o cotidiano do fazer técnico-pedagógico do TAE, e ainda se propor à abertura para uma produção coletivizada foram movimentos imprescindíveis para esta escrita, imprimindo credibilidade a este processo e ao documento referencial, produto dos movimentos da pesquisa. Importa aqui destacar que escolhi esta parte para explanar o entendimento de compreensão ao qual nos filiamos justamente por esse entendimento abarcar a relevância do “nós” dentro de um fenômeno complexo que é *compreender*.

Tomamos, assim, de empréstimo as ponderações de Macedo (2009, p. 87):

Uma das origens da palavra *compreensão* vem do latim *praetendere*. Neste sentido, *compreender é apreender em conjunto, é criar relações, englobar, integrar, unir, combinar, conjugar* e, com isso, qualificar a atitude atenta e de discernimento do que nos rodeia e de nós mesmos, para apreender o que *entrelaça* elementos no espaço e no tempo, cultural e historicamente. É um modo de atenção construído no *entre-dois*, nas relações, no *entre-nós* comunitário. Desse modo, um fenômeno complexo de denso sentido existencial e político.

Nessa direção, colocamo-nos atentos aos “entre-nós” dos/nos encontros dialogais que permitiram percebermos a nós mesmos no cotidiano de cada participante da pesquisa. Nesses encontros fomos agenciados e juntos fomos compondo, conectando; e, nesse movimento criativo e reflexivo, discutimos e expomos nossas opiniões, impressões e percepções acerca do nosso fazer, e de forma inventiva e coletivizada – reitero – fomos compondo os dados necessários para a construção de um quadro com as atribuições do TAE por espaços e setores Organizacionais do IF Baiano. Quadro este que integra o **Documento Referencial Orientador** para institucionalização dessas atribuições, constante no Apêndice A desta dissertação.

O nós da pesquisa deu-se, pois, na percepção e na partilha dos múltiplos sentidos que são atribuídos ao fazer dos TAE, na condição de sujeitos praticantes do cotidiano educativo, principalmente no contexto técnico-pedagógico do IF Baiano. Nessa partilha de dados, lançados ao movimento da discussão, permanecemos atentos a estas orientações de Macedo (2009, p. 91):

Ao concluir a coleta de informações, as inspirações teóricas são retomadas fazendo-as trabalhar criticamente com os âmbitos das interpretações saídas da concretude das realidades estudadas. Neste encontro, tensionado pelos saberes já sistematizados e “dados” vivos da realidade, nasce um conhecimento que se quer sempre enriquecido pelo ato reflexivo de questionar, de manter-se curioso.

Imbuídos dessa ideia e implicados no lócus da pesquisa, nós (coletivo de TAE) sistematizamos o que emergiu como os *nós* (amarrações dificultantes) do fazer técnico-pedagógico do TAE no contexto do IF Baiano, bem como identificamos as várias táticas cotidianas que, furtivamente, compomos como forma de subverter as estratégias institucionais que muitas vezes inviabilizam e invisibilizam tal fazer. Esse nós, compósito da pesquisa, são todos os TAE que se colocaram à escuta de falas e escritos do outro e de si (*oto/auto*), tecendo a compreensão dos aspectos dificultantes (*nós/amarrações*) e potencializadores (*nós/laços*) que configuram nossos fazeres dentro das possibilidades e limitações das atribuições institucionais no contexto do IF Baiano. Para isso, investimos na postura atenta dos sentidos que são desvelados nessa rede de invenções cotidianas acerca do fazer técnico-pedagógico do TAE, conforme constatamos no relato de uma⁸ de nós:

As experiências, vivências e saberes pedagógicos construídos em minha trajetória profissional, até então, me ajudaram na construção do meu fazer técnico-pedagógico, contudo, confesso que senti dificuldade de compreender a dinâmica institucional e a forte departamentalização/divisões das atividades/setores e a ausência de diretrizes claras sobre o cargo Técnico em Assuntos Educacionais, o que me angustiou em vários momentos. Os saberes e espaços de atuação no campus foram/estão sendo construídos em conjunto com as demais colegas Técnicas em Assuntos Educacionais e Pedagogas que já tinham um maior tempo na Instituição (TAE Cego, Relato Escrito, 2020, grifos meus).

A partir desse recorte, e alicerçada em Certeau (1998), é possível entender que o TAE, nas relações tecidas entre os praticantes do cotidiano do IF Baiano, vai constituindo seus espaços de atuação, criando, inventando seu cotidiano e fazendo da instituição um lugar praticado. Logo, é por meio de suas “artes de fazer” que o TAE escapa astuciosamente do (não) lugar a ele atribuído na dinâmica institucional, burla a ausência de diretrizes claras acerca de suas atribuições e constrói o seu fazer técnico-pedagógico; e, em um movimento tático, rompe com as barreiras e desata os vários nós de seu fazer.

Nesse sentido, esse encontro do eu com os outros concebeu o coletivo “nós”, que no processo de escuta conseguiu identificar e problematizar muitas potencialidades e entraves de seu fazer, sendo que os entraves foram denominados de nós ou amarrações, as quais precisavam ser debatidas e, a partir do coletivo

⁸ Uso, aqui, o pronome no feminino, considerando que todos os sujeitos que integraram os grupos dialógicos são mulheres.

criado, desatadas em orientações de cunho referencial, a fim de balizar certas decisões e amenizar as angústias que permeiam nosso cotidiano.

3.1.1 Os nós que dificultam o fazer do TAE no IF Baiano

O nó da invisibilidade perante a ausência de lugar na estrutura organizacional formal

Confesso que senti dificuldade de compreender a dinâmica institucional e a forte departamentalização/divisões das atividades/setores e a ausência de diretrizes claras sobre o cargo Técnico em Assuntos Educacionais, o que me angustiou em vários momentos (TAE Cego, Relato Escrito, 2020).

Retomo o fragmento do relato de nossa TAE para corroborar a ideia de que, apesar de nas práticas cotidianas em meio às incertezas os TAE conseguirem imprimir ao seu fazer um caráter inventivo, são muitas as dificuldades enfrentadas perante as divisões das atividades fundamentalmente delimitadas por setores, em que as questões pedagógicas são sempre deixadas à margem dessas delimitações pelo fato de serem atribuições específicas de um cargo e não de um setor. Ou seja, existe uma função que é pedagógica e que precisa ser atendida, porém essa preocupação é assumida pelos próprios TAE e não pela instituição, que deveria prover diretrizes claras das possibilidades de atuação, considerando as demandas pedagógicas de cada setor. Uma situação que angustia os TAE, conforme já relatamos. Vale ressaltar que essa angústia constituiu-se como um dos mais recorrentes nós mencionados nos relatos. Vejamos o relato a seguir:

A realidade é que fazemos muita coisa. Por cabermos em muitos lugares, não cabemos em nenhum. Somos convocadas para os fazeres colaborativos em muitos espaços e comissões; participamos de processos densos de elaboração de documentos institucionais, e quando chegamos ao campus, ainda temos um compromisso de leitura e de previsão das diversas interpretações para darmos as orientações cabíveis. Mas como trata-se de um trabalho que opera com muita subjetividade ajudamos em tudo, mas pouco somos vistos ou enxergados como relevantes. Há pessoas que dizem que nunca compreenderam o porquê da existência de nosso cargo. Somos os assessores de tudo, mas não há um lugar, um conjunto de atribuições que nos dê as identificações pertinentes. Não sei até que ponto isso é bom ou ruim (TAE Anzol, Relato Oral, Grupos Dialogais on-line, 2020).

O organograma institucional prevê diversos setores de atuação e, nos campi, cada setor se subdivide em coordenações e núcleos com atribuições bem específicas. Ocorre que, quando se trata das questões pedagógicas que seriam inerentes a diversos setores, não constatamos uma compreensão e nem um interesse em se institucionalizar tais atribuições vinculadas a cada setor, justamente porque isso acarretaria a necessidade de um TAE em todos os setores. Dessa forma, a solução mais recorrente adotada nos campi é a criação de um Núcleo Pedagógico, em que são lotados os TAE e os Pedagogos, porém o campo de atuação desses servidores não se restringe àquele espaço (núcleo), ao contrário, há uma demanda de se recorrer e de se depender de informações oriundas de diversos setores.

Nesse contexto, em decorrência das atribuições fortemente defendidas pelos servidores que chefiam ou atuam em determinados setores, somos nós que temos praticamente de produzir e dar o devido tratamento aos dados que subsidiarão o nosso trabalho pedagógico; e, nessas circunstâncias, o conjunto de tudo o que produzimos serve de importante suporte para o fazer de outros profissionais. Em outras palavras,

[...] embora haja uma preocupação com uma assessoria pedagógica, não há uma estrutura institucionalizada para tal fim. Ao aproximarmos esse tema ao do papel do TAE, vê-se que é um profissional que carrega consigo uma função pedagógica, mas nem sempre encontra um espaço formalmente estruturado para se inserir (MOURA, 2017, p. 37).

Em síntese, o nosso trabalho não aparece de forma nítida, embora contribua significativamente para todo o acontecer da dinâmica institucional. Como muitos dizem, o TAE é um cargo coringa, porém essa conotação imprime uma perigosa e estressante rotina de um “faz de tudo” que é necessário em todos os bastidores, mas invisibilizados nas cenas educativas.

O nó dos reordenamentos institucionais

Dando seguimento, é importante destacar que o IF Baiano apresenta construções identitárias que, influenciadas pelas mudanças contextuais ao longo dos anos, alteraram também os modos de pensar e fazer no cenário técnico-pedagógico, sendo esse fazer agregado por uma multiplicidade de formas, cujas

plurirreferencialidades desse contexto estampam uma complexidade a esse lócus de trabalho e ao fazer técnico-pedagógico. Conforme enfatiza Morin (2007, p. 13),

A complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. [...] A complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. [...] então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambigüidade [sic], da incerteza.

Nessa perspectiva, a compreensão dessa complexidade do IF Baiano propicia a compreensão, também, da complexidade da constituição de um quadro de atribuições para o profissional TAE, visto que seu próprio espaço de atuação – a instituição – passou por variados processos de mudanças não somente estruturais, mas ontológicas, que vão desde a sua criação até a sua atual configuração. Isto é, as alterações não ocorreram apenas no âmbito da nomenclatura e da ampliação da oferta, mas também nas estruturas organizacionais, nas diretrizes e delineamentos didático-pedagógicos, bem como na diversidade de cursos, nas condições de trabalho, nas necessidades de novos perfis profissionais, cujos modos de atuação deveriam se concatenar com os novos modos de ser institucional.

Tudo isso culminou na alteração dos modos de ser e de agir dos profissionais, especialmente do TAE, que foi se tornando o que é, acompanhando o processo de tornar-se outra instituição. Instituição essa que, atualmente, tem como missão social

Oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão (IF BAIANO, 2014, p. 21).

Nessa contextura, a instituição assume o imperativo de atender às exigências da sociedade atual, que, diante do desenvolvimento da tecnologia e da conjuntura socioeconômica, alterou as demandas de formação e os seus objetivos, tornando-os mais complexos, já que a oferta abrange variados cursos de formação profissional, integrados e subsequentes, com características pluricurriculares, cujas especificidades de atuação abarcam a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Básica de Nível Médio e Técnico, a Educação Superior, com curso de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados, além de cursos de pós-graduação, em nível de Especialização e Mestrado, sem perder de vista a tríade ensino, pesquisa e extensão e a missão institucional.

O nó de compreender-se TAE na complexidade do contexto de atuação

Consubstanciada nas palavras de Morin (2000, p. 37), que aduz que “conhecer o humano é não separá-lo do Universo, mas situá-lo nele”, empreendo o esforço de compreender quem é o profissional TAE, situando-o na complexidade do cotidiano em que ele atua, porque, conforme apregoa Morin (2016, p. 176),

A ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimentos. Isto é, tudo se entrecruza, se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém a unidade do ‘complexus’ não destrói a variedade e diversidade das complexidades que o teceram.

Diante disso, o fazer técnico-pedagógico materializado pelo TAE no complexo lócus IF Baiano é desafiador, pois está entrecruzado e entrelaçado por nós/laços em meio a uma dinâmica que envolve a (des)articulação do que acontece no cotidiano institucional e na percepção dos sujeitos praticantes dessa realidade, em que subjetividades de caráter pessoal, profissional e organizacional se articulam e revelam que uma subjetividade institucional, aberta, inacabada e em contínua transformação se configura como um processo complexo de constante *vir-a-ser*, o que requer a inventividade dos sujeitos que compõem esse constructo, traduzido nos depoimentos dos TAE. Quando questionados sobre quais palavras caracterizavam a compreensão de si dentro do seu fazer, eles assim responderam:

A palavra que fica no nosso fazer técnico, queria abrir com essa palavra, é complexidade, pois é um trabalho extremamente complexo, o que a gente faz. A outra é invenção, porque cada uma de nós, TAE, diferente de outros cargos, que têm no IF Baiano, nos institutos ou na rede, é a gente que inventa o nosso fazer a cada dia. E essa invenção é um tanto complexa, porque a gente, muitas vezes, se autolimita em algumas coisas e, outras vezes, extrapola o nosso fazer, justamente porque a gente não tem um direcionamento desse fazer. Ficam aí essas duas palavras: complexidade e invenção (TAE Anzol, Relato Oral, Grupos Dialogais on-line, 2020, grifos meus).

Tomei posse na reitoria, e o primeiro trabalho que a gente executou foi uma revisão de uma organização didática. E foi um momento para o entendimento do que era o Instituto. Pois nem na graduação nem na pós-graduação não tinha estudado nada que versasse sobre cursos de formação técnica na EPT [...] foi muito desafiador, mas eu tentei compreender essa expertise do Instituto, como um fazer múltiplo, diverso e complexo (TAE Górdio, Relato Oral, Grupos Dialogais on-line, 2020, grifos meus).

A complexidade enquanto característica da atuação promove implicações que justificam a demanda emergente da construção de um regulamento das atribuições dos TAE, a partir dos referenciais insurgidos no cotidiano do próprio fazer técnico-pedagógico. A ideia não é determinar, mas apontar alguns possíveis direcionamentos, sem, contudo, engessar ou limitar a atuação desses profissionais.

O nó do discernimento entre o fazer do TAE e do Pedagogo

Outra questão suscitada como um dos nós do fazer técnico-pedagógico no IF Baiano diz respeito às dificuldades em se distinguir o campo de atuação do TAE e do pedagogo, visto que o fato de ambos lidarem com questões pedagógicas acabam atuando de forma indistinta dentro desse campo. Uma particularidade que agrava essa situação é que muitos campi não contam com os dois profissionais TAE e pedagogo, dessa forma aquele que ali se encontra assume todas as atividades inerentes às questões técnico-pedagógicas.

Além disso, em virtude do quadro reduzido de profissionais, há um trabalho integrado entre os servidores dos dois cargos que atuam de forma indistinta em termos de divisão de atribuições, pautando-se na proximidade do fazer do TAE e dos Pedagogos. Obviamente isso acontece cotidianamente por conta da percepção que se tem dos cargos, ora buscando a integração, ora buscando a distinção das atividades. Ao discutir essas questões, os TAE elaboraram os seguintes relatos:

Acredito que muitas atividades dialogam entre si, têm naturezas afins, e atendem tanto às funções do pedagogo quanto do TAE, mas a definição de instrumentos didático-pedagógicos e avaliativos, a orientação pedagógica junto aos docentes, especialmente quando se trata de questões relacionadas à didática/metodologia seria mais específica ao pedagogo. Tendo em vista o cargo e formação. O diálogo pode ser coletivo, com a equipe, mas o desenvolvimento da atividade é mais específico (TAE Windsor, Questionário, 2020).

No campus em que atuo, o TAE desenvolve todas essas atividades, junto às Pedagogas, em um trabalho conjunto e coletivo. O campus, até então, é minha única experiência dentro do Instituto. Então, vejo que o trabalho dos TAE e dos pedagogos se misturam dentro do setor, não havendo separações muito nítidas entre as atividades dos dois cargos (TAE Estribo, Questionário, 2020).

[...] Estou me reencontrando sempre como TAE. Foi um desafio, pois minha experiência era na docência. Para mim foi algo novo. Tenho me encontrado muito como TAE. Não sou pedagoga, mas alguns professores falam você que é pedagoga. É essa diferenciação entre TAE e pedagogo que a gente não tem ao certo. Na nossa equipe o TAE e o pedagogo trabalham juntos,

fazendo praticamente as mesmas atividades (TAE Windsor, Relato Oral, Grupos Dialogais on-line, 2020).

O que se verifica em diversos depoimentos é que a indefinição das atribuições dos TAE e as aproximações com as atribuições do Pedagogo põem em xeque a relevância do TAE. Pois se suas atribuições são as mesmas do Pedagogo, questiona-se a sua própria necessidade dentro do contexto institucional. É bem interessante que exista um trabalho coletivo entre TAE e Pedagogo, entretanto é preciso clareza na relevância de um e de outro nos documentos institucionais para que a existência de um não ponha em risco a sobrevivência institucional do outro. Essa é uma situação que se apresenta em diversas situações do cotidiano institucional do IF Baiano e em diversas outras IFE, conforme atestam algumas pesquisas sobre a questão.

Cumprе ressaltar que o Ofício nº 015/2005 (BRASIL, 2015b), tornado sem efeito pelo Ofício nº 01/2017 (BRASIL, 2017), foi uma tentativa de descrição dos cargos, durante muito tempo tomado como único aporte orientador na perspectiva dos cargos utilizado pelos setores de Gestão de Pessoas, destacando, por exemplo, os questionamentos recorrentes sobre o papel do TAE. Porém, embora o mencionado documento apontasse atividades ligadas à coordenação, supervisão e planejamento de ensino, planejamento e orientação, essas funções sempre foram desempenhadas, também, pelo pedagogo.

Portanto, o problema aqui implicado diz respeito à ausência de reconhecimento institucional do trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais, fruto da lacuna de um regulamento claro sobre a natureza de seu cargo, tornando-o menos genérico e com possibilidades mais concretas de discernimento em relação ao cargo do Pedagogo.

O nó da formação para o magistério em uma discrepante carreira administrativa

Quanto ao nosso cargo, sempre me inquietou a diversidade das formações que são possíveis de acessar o cargo, como é qualquer licenciatura, isso sempre me intrigou. Por que qualquer licenciatura pode fazer parte? Como podemos aproveitar essa diversidade? A gente é sempre comparado com o pedagogo e a gente acaba tendo essa referência. Que referência temos nós? Inclusive sobre essa diversidade. A gente está sempre enquadrado no trabalho do pedagogo como referência. Uma coisa importante desse

trabalho é criar nossa referência, partindo dessa diversidade. [...] Mas acho que isso é importante, inclusive essa diversidade das formações prévias, e também essas diversidades dos lugares onde a gente está hoje, isso também é importante para delimitar o que é o nosso trabalho, o que é o nosso fazer não no sentido de limitar, mas de desenhar, de compreender todas as coisas que a gente faz, o que é possível a gente fazer, o que é da nossa demanda, o que não é, o que seriam esses limites, para gente colocar isso aqui em questão, o que seria esses limites (TAE Aselha, Relato Oral, Grupos Dialogais, 2020).

Embora seja exigido para o exercício do cargo de TAE o curso de Pedagogia ou Licenciatura em qualquer área, tal cargo não integra a carreira do Magistério. Ou seja, sendo considerados cargos técnico-administrativos em educação seu fazer institucional está na mesma escala administrativa de tantos outros cargos, os quais não estão diretamente vinculados ao processo educativo, a exemplo do contador, enfermeiro, nutricionista, administrador, analista de tecnologia da informação, auditor, dentre outros previstos no PCCTAE. Esse entendimento gera divergências no âmbito daquilo preconizado como diretrizes para o Sistema de Ensino Público no Brasil. É como se o ensino público federal, especialmente no que concerne aos fazeres vinculados ao pedagógico, estivesse em outra margem totalmente diferenciada do ensino público nacional. Isso fica evidenciado nos termos da Resolução nº 3/1997, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério, como podemos constatar no excerto abaixo:

Art. 2º Integram a carreira do Magistério dos Sistemas de Ensino Público os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional (BRASIL, 1997, n. p.).

Essa discrepância condiciona uma série de insatisfações no campo dos direitos, mas principalmente no campo das flutuações da atuação, marcada pela sobrecarga de atividades que se assentam sempre em dois campos: o administrativo e o pedagógico. Em muitas situações, as questões administrativas acabam por retirar o foco daquilo que de fato centralizaria a função dos TAE, que é o fazer técnico-pedagógico. Tais ponderações são perceptíveis nos depoimentos destacados a seguir:

Tem determinado documento que a gente é indicado como responsável pela Ata. A visualização que se tem é essa do administrativo (TAE Windsor, Relato Oral, Grupos Dialogais, 2020).

[...] Quem vai lá vê atualização de diário é o TAE, somos nós! Então assim, eu senti que estão nos atribuindo funções burocráticas e isso nos demanda muita energia e a gente vai perder de vista aquilo que a gente pode contribuir mais significativamente que é a questão pedagógica da escola (TAE Górdio, Relato Oral, Grupos Dialogais, 2020).

Assim, profissional do Magistério em uma Diretriz, profissional da carreira administrativa em outra, porém há a exigência da formação (licenciatura) e o mesmo campo de atuação (Educação Básica), sendo o nosso campo ainda mais ampliado. Além da Educação Básica, a técnica e a tecnológica e, ainda, os cursos de graduação e pós-graduação, aos quais prestamos assessoria pedagógica, precisamos demonstrar amplo domínio das legislações educacionais para interpretar as nuances de cada uma no cenário da EPT e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Obviamente, e justamente por isso, cresce nesse cerne constante indignação.

O nó da ausência de formação continuada

Conforme já sinalizado, inserido no contexto da EPT com múltiplas possibilidades de ofertas, o IF Baiano faz-se um lócus que exige diferentes maneiras de atuar, o que implica em compreender as dificuldades de se estabelecer as demandas prioritárias quando do investimento em desenvolvimento profissional, especialmente dos profissionais TAE. Diante disso, a inexistência de ações voltadas à formação em exercício relacionada às questões pedagógicas, que envolvem as bases da EPT, constitui-se um desafio, um nó, que promove uma inquietação e dificulta o desenrolar do fazer técnico-pedagógico, que se complica mais ainda ao se considerar que os TAE enfrentam as mais variadas situações em seu cotidiano profissional e não tiveram nenhum tipo de formação voltada a essa especificidade de educação. Mesmo todos possuindo formação na área educacional, sabemos que raros são os currículos que possuem ementas voltadas à atuação na EPT. Os TAE partícipes dos grupos dialogais ressaltam o seguinte:

[...] sinto falta de formação continuada para todos nós, de forma que seja institucionalizada, pois a formação que temos é a que buscamos ao participar de congressos, seminários, cursos de pós-graduação. Compreendo que a necessidade de uma formação continuada e específica

para atender as complexidades da Instituição, da Educação Profissional, de forma a avançarmos numa EPT integral e integrada, na verticalização e na integração entre ensino, pesquisa e extensão (TAE Cego, Relato Escrito, 2020).

Não há uma política de formação continuada para os professores e técnicos, visando essa formação/atualização pedagógica, e isso fica muito atrelada ao desejo do outro, uma questão opcional, na ordem do desejo (TAE Górdio, Relato Escrito, 2020).

Precisa de formação para entender o que é um IF, educação profissional, as políticas de educação que trabalhamos, a formação sobre o entendimento do PCCTAE e sobre o nosso fazer. Isso tudo fica muito pela nossa conta e porque a DGP também tem dificuldade de compreender essa questão de formação do servidor, que eles precisam apoiar e buscar meios para viabilizar a formação (TAE Borboleta, Relato Escrito, 2020).

No NAPNE, enfrentamos uma série de desafios e um deles é que às vezes não temos identidade e nem formação específica para desenvolver um trabalho de qualidade para os alunos com Necessidades Específicas. [...] No âmbito da EPT é importante desenvolver mais cursos de formação continuada, como mestrados e doutorados para que os TAE possam adquirir mais saberes e melhorar as nossas ações pedagógicas (TAE Catau, Relato Escrito, 2020).

Esses relatos revelam uma problemática que envolve toda a conjuntura do IF Baiano e que está alojada em todos os campi. Os TAE, de um modo geral, sentem essa carência de uma formação continuada e em exercício, abarcando as suas reais necessidades formativas específicas, para que possa subsidiar o atendimento às complexidades da instituição e da EPT, de modo a contribuir para o avanço qualitativo do fazer técnico-pedagógico desses profissionais em prol de uma EPT integral e integrada, tendo em vista a verticalização e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, isso não implica dizer que os TAE não desenvolvam um trabalho de qualidade, ao contrário. Apenas sinalizo essa carência por formação continuada porque, conforme desvelado nos depoimentos, não há um investimento institucional específico e significativo em ações de qualificação para esses profissionais. Sabemos que, apesar dessa inexistência de momentos formativos institucionais, há uma nítida mobilização dos TAE em inventar outras formas de buscar os conhecimentos necessários para melhorar sua atuação, contudo isso só potencializa o reconhecimento da necessidade de uma formação continuada implicada nesses saberes fazeres – em seus registros e atualizações – a partir de política específica de formação em exercício:

Os saberes/fazeres pedagógicos vão se constituindo na própria atuação, em diálogo com outros profissionais da educação, com leituras e

participação em cursos de formação, ou em grupos de trabalho. Entretanto, esse espaço de formação continuada praticamente não existe como uma política de incentivo, de ações formativas propositivas aos profissionais TAE (TAE Windsor, Relato Escrito, 2020).

A formação continuada carece de atenção, observo que os anseios e efetivação da formação continuada está concentrada em ações particulares, em que cada servidor busca e concretiza sua formação (TAE Âncora, Relato Escrito, 2020).

Necessitamos de uma rede bem estruturada de formação em exercício para atuação na EPT. Só assim estudaríamos nosso fazer, registraríamos de uma forma mais significativa nossas inovações pedagógicas e traríamos o reconhecimento da importância de nossa atuação a partir de nós mesmos, dentro de nossa rede, fazendo com que o particular de um campus fosse coletivizado. Tais ações seriam importantes para o fortalecimento do fazer TAE (TAE Anzol, Relato Escrito, 2020).

É na prática cotidiana que inventam as várias maneiras de fazer e pensar suas ações e construir junto aos outros profissionais movimentos reflexivos e formativos, burlando astutamente (CERTEAU, 1998) essa inércia institucional, desatando esse nó e construindo, mesmo que de forma pontual, em cada campus, outros laços, materializados em momentos de discussão e reflexão coletivizada acerca do seu fazer técnico-pedagógico. Conforme exposto pelas TAE:

No que concerne ao processo de avaliação da nossa prática de forma coletiva, geralmente, fazemos no momento de análise do plano de trabalho que realizamos anualmente, e de uma forma menos pontual no decorrer das ações, quando avaliamos o processo. Contudo, compreendo que esses momentos de reflexão poderiam ser mais presentes. Por outro lado, de maneira individual, termino por me questionar mais sobre o meu fazer, me inquieto, me agonio muitas vezes, busco fazer leituras, formação, dividir com as colegas as inquietações, propor algumas alternativas, mas sentimos a falta de sintonia (compreensão/olhar) pedagógica por parte de algumas chefias em algumas circunstâncias (TAE Cego, Relato Escrito, 2020).

A reflexão sobre a minha prática sempre esteve e está presente no meu fazer pedagógico, desde quando eu assumi o cargo penso e problematizo minha atuação, ação e as ações dos meus colegas de trabalho, por meio de uma reflexão individual e contínua e em reuniões com diálogo entre os pares. Saliento que essa pesquisa é uma oportunidade ímpar de diálogo da categoria, pois nos oportuniza expor as ideias e refletir sobre a prática pedagógica e pensar em possíveis mudanças (TAE Âncora, Relato Escrito, 2020).

Essas narrativas desvelam a astúcia dos profissionais TAE, imbuídos da ideia de que, juntos, no encontro, entendido como momentos potencialmente frutíferos, capazes de alargar os limites, de se inventar e reinventar o seu fazer técnico-pedagógico, podem construir, conjuntamente, sua identidade profissional. A partir dessa disposição responsável do TAE em inventar sua prática, vislumbramos a necessidade de que a instituição compreenda esses movimentos como formativos e

acolha a propositura de fomentar esses eventos de formação em exercício a fim de melhorar as condições de trabalhos dos TAE e potencializar suas capacidades criadoras com vistas à melhoria do nosso fazer técnico-pedagógico, cuja importância é revelada no relato a seguir:

Sinto a necessidade de encontros formativos com os profissionais TAE porque a troca de experiência fortalece a nossa caminhada e nossas ações. Em um dos raros encontros que participei foi possível dialogar sobre diferentes possibilidades de atuação envolvendo questões de nossa prática profissional (TAE Windsor, Relato Escrito, 2020).

Todos esses relatos traduzem um anseio por uma formação continuada que se aloja em outra escala de entendimento, a da formação em exercício, aquela que Miranda e Carvalho (2018) apontam dentro de outra significação para o termo “exercício”, a partir da dimensão ontológica do a-con-tecimento, e não da lógica racionalista de estar apenas exercendo o ofício da profissão (MIRANDA; CARVALHO, 2018). Os relatos expressam que não se trata de uma carência de investimentos em cursos individualizados em diferentes áreas, pois o que colocam em questão é a necessidade de uma política de formação continuada dentro da própria rede; uma política que se dê na perspectiva do diálogo e das trocas de experiências coletivas. Isso implica no registro, no estudo, na valorização, na divulgação e atualização do exercício formativo dos TAE.

O nó da resistência pedagógica

Com um exercício cotidiano que envolve a constante mobilização de conhecimentos didático-pedagógicos, administrativos e legais da educação, o TAE lida, dentre outras coisas, com o acompanhamento de um corpo docente, em sua maioria, não licenciado, com titulação de mestre e/ou doutor, mas com grande resistência ao pedagógico. Por isso, os diálogos tecidos e as vivências partilhadas nessa circunstância de atuação possibilitam-nos afirmar que lidamos com muita resistência, no sentido do negacionismo da importância do pedagógico. Portanto, nosso exercício tem se constituído como prática pedagógica de resistência, em especial por considerar os tantos desafios que são arrolados nesse nosso fazer. Ao analisar essas questões, os TAE enunciam o seguinte:

Para falar sobre os desafios, vou tomar o termo utilizado pela colega no primeiro encontro dialógico, “resistência ao pedagógico”, para registrar que

esse termo engloba outros desafios para o nosso fazer técnico-pedagógico, a compreensão equivocada do papel do TAE, falta de clareza por parte de quem gere sobre a relevância do pedagógico, necessidade de suplantar compreensões equivocadas de acompanhamento pedagógico, para a construção dialógica desse acompanhamento pedagógico, necessidade de mais momentos e tempo para discussões sobre as ações realizadas, concentração de atividades em determinados momentos e com prazos exíguos para resposta. Podemos citar também como desafios: necessidade de formação continuada; lidar com os conflitos, de diversas ordens, trazidos pelos estudantes; atender às demandas crescentes de estudantes com necessidades educacionais específicas para a qual não temos formação e ficamos sem saber como orientar os professores também; o contexto tenso que vivenciamos a nível nacional quanto às pressões de precarização da educação pública e ataque claro aos Institutos Federais (TAE Cego, Relato Escrito, 2020).

Destaca-se que a maioria dos trabalhos eram organizados e conduzidos [sic] por mim com apoio do NUAPE, em algumas vezes sem o apoio da coordenação do curso. Encontramos muita resistência por parte de alguns docentes na implementação das políticas e no registro das atividades nos planos de ensino, e de alguns técnicos dos demais setores que quiseram atribuir a mim a função de secretária da coordenação de curso. Em 2017, já cansada, solicitei mudança de curso e passei a atuar na assessoria de um curso técnico (TAE Górdio, Relato Escrito, 2020).

Diante da resistência enquanto negacionismo do pedagógico, subvertemos essa resistência enquanto prática de re-existência, situação em que é preciso discutir e compreender como essa prática se configura e deixa rastros dentro das relações cotidianas em que as subjetividades espontâneas dos laços vão se alterando, para compor relações estratégicas, a fim de lidar com as diferentes condutas do outro em relação ao fazer do TAE. Dessa forma, na verdade, vamos, paulatinamente, produzindo comportamentos desejáveis, partilhando tais práticas com os outros de nós e produzindo as resistências necessárias para sobrevivência e evidência de um fazer pedagógico necessário à nossa missão educacional institucional. Segundo Paraíso (2016, p. 389), essa resistência pode ser entendida

[...] como força que move, atravessa, que torce e se alimenta de outras forças com o intuito de aumentar a potência dos corpos. É efeito de encontros capazes de mobilizar forças; é força inventiva que move e cria possíveis. A resistência é 'poder da vida, poder vital que vai além das espécies, dos meios e dos caminhos desse ou daquele diagrama' (Deleuze, 1995, p. 100). É movimento através do qual uma pessoa, um grupo, um povo ou uma multidão diz: chega! Eu não aceito mais isso! E mostra, com sua recusa, que considera injusto o risco de sua vida. A resistência abre espaços, abre caminhos, cria possibilidades. A resistência cria um re-existir, ou seja, um existir de um outro modo.

Acreditamos que essa partilha institucionalizada de possíveis referenciais para nosso fazer pode, sim, subsidiar importantes discussões sobre o lugar do TAE não só no IF Baiano, mas na Rede Federal de Ensino. Investimos, pois, na ideia de

que os encontros dialogais podem permanecer para além da pesquisa aqui elucidada, tornando-se elemento primordial para a nossa intervenção enquanto rede de resistência. Linhares (2000), em seus escritos, pondera sobre redes aludindo que, ao contrário do que muitos dizem, as redes afirmam a potência desses encontros e da luta diária de muitos profissionais para alargar os limites dessas convivências, aproximando-se das várias realidades que pulsam no sonho e na ação desses sujeitos e da própria sociedade, que continua tentando inventar e reinventar uma escola pública, apesar dos discursos de negação que pesam sobre essa instituição. Em resumo, o negacionismo, ainda que não se mostre explicitamente nítido em relação ao valor da função pedagógica que permeia todas as ações institucionais, pode ser considerado um relevante nó que interfere não somente na ação dos TAE, mas em toda a configuração do fazer educacional da Rede Federal de Ensino.

A invenção dos nós

A vida é constituída a partir de interações, e, em um ambiente de vivências institucionais, interagir envolve aprender a conviver e a trabalhar junto com outros, constituindo-se em um ambiente de nós. Um nós que, nesta investidura investigativa, mostrou-se uma invenção necessária para fazer emergir as questões do próprio coletivo, apresentando questionamentos, proposições e as complexidades de um cotidiano repleto de espaços e tempos educacionais, em que os hábitos produzem, muitas vezes de forma equivocada, a invenção de uma imagem dos TAE, distinta e distante daquilo que realmente esses profissionais são e fazem naquele contexto. Percebemos que, no coletivo forjado nessa condição de nós TAE, há uma “incrível abundância inventiva das práticas cotidianas” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 342).

Nessa contextura, o que aqui defendemos é o investimento em ações que potencializem essa abundância, fazendo-a encharcar outros espaços institucionais com a sua importante função pedagógica. E, por conseguinte, criando, também, possibilidades de reinvenção de si. Cada TAE que se move e altera o seu espaço de atuação institucional reinventa a condição de existir institucional de todos nós.



4

A INVENÇÃO DA PESQUISA

[...] o principal “produto” da modalidade profissional é o professor/profissional que termina os cursos da área, pois eles estão aptos a refletirem sobre suas práticas a partir de um referencial teórico metodológico, identificando situações-problema e propondo soluções – o PE. Portanto, as dissertações e teses são as narrativas sobre os percursos percorridos e o PE elaborado. [...] a produção que emana dos programas profissionais não se trata de uma reprodução tecnicista, e sim a materialização de uma análise crítica sobre diferentes contextos profissionais relacionados ao Ensino, pautada na reflexão e utilização de referenciais teóricos e metodológicos (RIZZATTI et al., 2020, p. 14).

Considero que a construção de referenciais para o desenvolvimento das atividades do Técnico em Assuntos Educacionais pode se constituir um elemento que fortaleça a atuação desse profissional na Instituição; favoreça a construção da sua identidade e amplie a compreensão da dimensão dos possíveis campos/eixos de atuação, no sentido de que o seu fazer vai muito além da questão técnica, aliás, a sua ação é essencialmente pedagógica (TAE Cego, Relato Escrito, 2020).

Nesta parte, por fim, em uma sequência coerente com as primeiras, anuncio a invenção da pesquisa, um produto como obra de um processo inventivo, criativo e coletivamente pensado e sintetizado, a partir de elementos organizados e materializados em um aporte que denominei de **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano**⁹, cuja construção apresenta-se como uma pretensa contribuição não somente ao IF Baiano, mas a todos os espaços onde atuam Técnicos(as) em Assuntos Educacionais. A proposta do documento transcende a ideia de guia e busca referenciar um rol de atribuições possíveis aos TAE, sem perder de vista o processo de compreensão ontológica e epistemológica acerca do fazer técnico-pedagógico que acontece no cotidiano do IF Baiano. Assim, esta parte foi reservada para a descrição e elucidação dos processos de produção do aludido documento.

⁹ O texto institucional deverá ser estruturado em conformidade com as normas institucionais que orientam a produção documental no IF Baiano.

4.1 DOCUMENTO REFERENCIAL ORIENTADOR: ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO IF BAIANO – UMA DESCRIÇÃO

[...] um diálogo frutífero é um diálogo no qual oferecer e acolher, acolher e oferecer conduzem, por fim, a algo que se mostra como um sítio comum com o qual estamos familiarizados e no qual podemos movimentar uns com os outros (GADAMER, 2005, p. 46).

O Produto Educacional nominado de **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano**, constante do Apêndice A, invenção da pesquisa foi elaborado por meio de um processo dialogal, inventivo e criativo, coletivamente pensado e sintetizado, a partir de elementos organizados e materializados por meio da escuta dos TAE nos diversos dispositivos da pesquisa intitulada: **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**. Esse movimento de escuta e de exposição marcado pelo diálogo frutífero possibilitou que *nós*, TAE partícipes dessa proposta investigativa-interventiva no *acontecer* da pesquisa, em um processo de conexão e composição coletivizada, discutíssemos, expuséssemos nossas opiniões/impressões/percepções acerca do nosso fazer técnico-pedagógico vivenciado nos diversos ambientes organizacionais do IF Baiano, o que resultou na produção do documento.

O **Documento Referencial Orientador** apresenta-se como uma pretensa contribuição não somente ao IF Baiano, mas a todos os espaços onde atuam Técnicos(as) em Assuntos Educacionais. Esse Documento integra a tipologia “material textual”, classificação disposta no Documento da área de Ensino da Capes para Mestrados Profissionais (BRASIL, 2016b, p. 14), considerando-se, ainda, o seguinte entendimento:

A área de Ensino entende como produto educacional o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado (BRASIL, 2019b, p. 16).

Dessa forma, levando-se em conta que a área de Ensino é uma área “essencialmente de pesquisa translacional, que busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados em educação e ensino, para sua aplicação em produtos e processos educativos na sociedade” (BRASIL, 2016b, p. 3), o que pleiteamos com esse documento é oferecer um direcionamento para a atuação do TAE, com vistas à qualificação, reconhecimento e valorização do seu fazer técnico-pedagógico. Sua relevância pode ser constatada no depoimento acerca do referencial:

[...] Eu vejo como algo assim necessário, néh! Mesmo que cada campus depois possa construir de forma a atender as suas peculiaridades e especificidades, mas a construção de um referencial para desenvolvimento das atividades a nível institucional, eu acho que vai ser um documento que vai favorecer essa compreensão do TAE na instituição, vai dar uma clareza da dimensão da atuação, e eu acho que pode potencializar e fortalecer. [...] Somos IF Baiano, néh, uma identidade, uma instituição, ter em um referencial, as diretrizes, e que elas não sejam engessadas, mas que deem esse direcionamento, uma diretriz eu acho que vai ser um documento necessário, eu acho que vai contribuir para a identidade do próprio fazer técnico-pedagógico na instituição, eu vejo muito nessa perspectiva (TAE Cego, Relato Oral, Grupos Dialogais online, 2020).

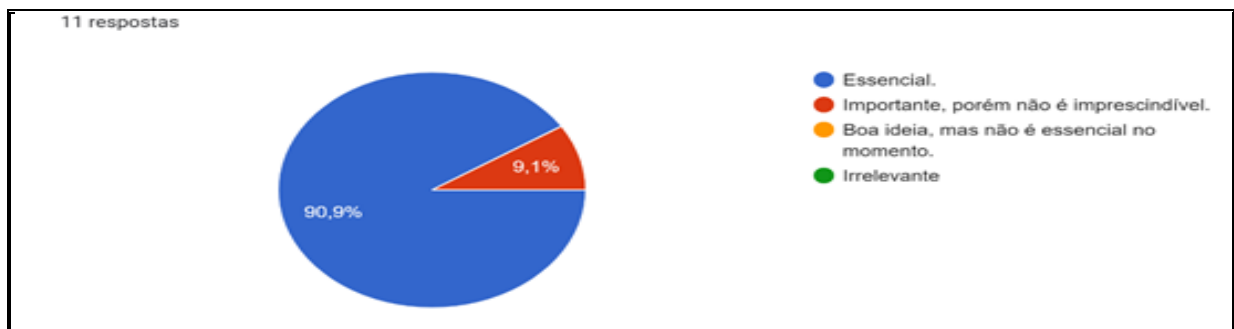
Nessa ótica, de acordo com a CAPES, o **Documento Referencial Orientador**, produto educacional elaborado, enquadra-se na categoria material textual e apresenta, em seu bojo, orientações referenciais acerca das atribuições dos TAE no âmbito dos IF, descrevendo as ações inerentes aos setores e espaços organizacionais do IF Baiano e os assuntos educacionais associados a essas ações, bem como as atribuições dos TAE e suas demandas formativas, sem perder de vista o caráter pedagógico dessas ações. Atentando, também, ao imperativo de que “os produtos deverão ser registrados preferencialmente em formato digital (pdf ou outro) e estar com link disponível no sitio internet da instituição” (BRASIL, 2016b, p. 14).

A produção desse recurso educacional ocorreu durante o acontecimento da referida pesquisa, quando os seus dispositivos de coleta e produção de dados possibilitaram a elaboração do produto educacional, de modo a elencar as possíveis atribuições dos TAE que deverão subsidiar a institucionalização dessas atribuições no IF Baiano. Ressalto que esse documento passou por um processo de avaliação e validação pelos sujeitos TAE, partícipes desta pesquisa. Essa proposição transcende a ideia de guia e propõe-se a referenciar um rol de atribuições possíveis aos TAE, sem perder de vista o processo de compreensão ontológica e epistemológica acerca do fazer técnico-pedagógico que acontece no cotidiano do IF

Baiano, e ainda provocar e subsidiar a criação do plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano, além das consequentes políticas institucionais de desenvolvimento profissional.

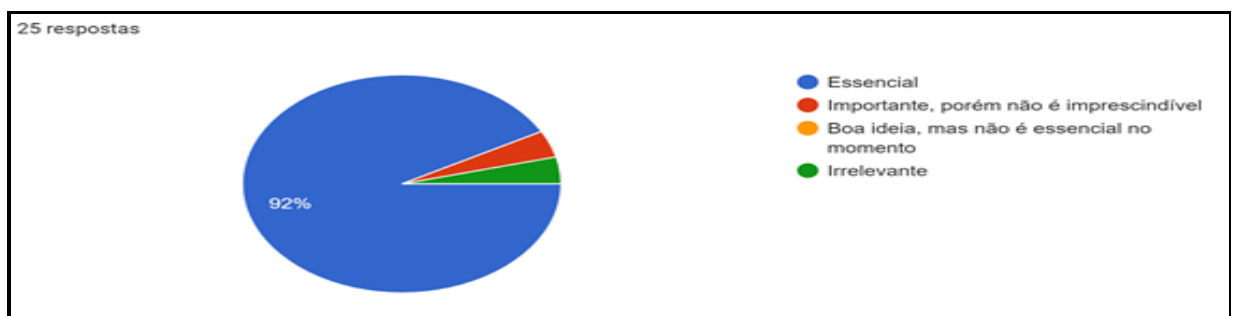
Considerando-se a inexistência de tais referenciais no IF Baiano, nossa pretensão com esse documento, além de subsidiar a criação de um plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE, é desvelar quem é este profissional no âmbito dos IF, em termos de suas atribuições, assuntos educacionais inerentes aos espaços institucionais, sua atuação/articulação pedagógica e ainda suas demandas formativas, itens constantes do Quadro Referencial das atividades dos TAE por espaços e setores do IF Baiano, quadro que integra o referido documento referencial orientador, cuja relevância é mostrada nos gráficos 2 e 3 abaixo, visto que mais de 90% dos respondentes consideraram ser essencial a criação do Plano de Institucionalização das atribuições dos TAE no âmbito do IF Baiano:

Gráfico 2 – Opinião dos gestores sobre a criação do Plano de Institucionalização das atribuições dos TAE no IF Baiano – 2020



Fonte: Produção da pesquisa, a partir das respostas ao Questionário

Gráfico 3 – Opinião dos TAE sobre a criação do Plano de Institucionalização das atribuições dos TAE no IF Baiano – 2020



Fonte: Produção da pesquisa, a partir das respostas ao Questionário

A nossa expectativa é que esse referencial seja de grande utilidade às equipes gestoras da instituição, tanto dos campi quanto da Reitoria, para fins de planejamento de ações operacionais que envolvam a reorganização e evolução do IF Baiano, e também para que possa promover o desenvolvimento profissional desses servidores e sua consequente valorização. Nesse sentido, essa propositura, além de contribuir com a comunidade local, pleiteou a inscrição das questões relacionadas ao fazer técnico-pedagógico do TAE nos cenários de discussão educacional, com um subsídio teórico e empiricamente fundamentado, suscitando discussões mais aprofundadas acerca dessa temática.

Ressalto que, por meio do diálogo crítico e reflexivo com as literaturas elegidas como referência no acontecimento da pesquisa e as vivências cotidianas dos TAE, desveladas nos grupos dialogais, depoimentos orais, registros escritos nos relatos e questionários, foi possível conhecer as singularidades da atuação desse profissional e ressignificar nossa percepção sobre esse fazer no âmbito da EPT. A escolha dos trajetos a serem percorridos para chegar ao momento ímpar de produção e escrita coletivizada do documento não foi uma tarefa simples. Foram diversos caminhos em que o transitar por variados itinerários possibilitou-nos trilhar pelos atalhos das interrogações fenomenológicas e por uma hermenêutica no/do cotidiano. Nesse caminho, o movimento compreensivo entre os documentos institucionais, os alicerces epistemológicos e metodológicos e as experiências vivenciais do profissional TAE, possibilitou-nos delinear como ocorre a produção dos sentidos do fazer técnico-pedagógico pelos TAE no âmbito do IF Baiano. Esses movimentos culminaram na elaboração do produto educacional.

Assim, a elaboração do produto educacional ocorreu no acontecer dos dispositivos da pesquisa. Inicialmente, analisei os documentos oficiais e as minutas, disponibilizadas no site institucional, relacionados à estrutura organizacional do IF Baiano, bem como os documentos expedidos pelo MEC, SETEC e outros órgãos da União que versam sobre a criação e as alterações do cargo TAE, especificamente para a esfera federal.

Por meio dessas primeiras imersões e das análises desses documentos, foi possível identificar as atribuições e competências dos setores institucionais e os consequentes assuntos educacionais inerentes a eles, bem como as disposições e as finalidades relacionadas ao cargo TAE. A partir dessas primeiras identificações foram levantados os itens do Quadro Referencial das atribuições dos TAE, que

integra o produto educacional, a saber: Espaços e Setores Organizacionais; Ações do Setor; Ações do Setor Vinculadas aos Assuntos Educacionais; Atribuições dos TAE; Vinculação Pedagógica; e Demandas Formativas.

Em seguida, com a finalidade de levantar as ações que são efetivamente desenvolvidas em cada setor e identificar os assuntos educacionais vinculados a essas ações, elegi como instrumento a aplicação de um questionário, que foi direcionado a todos os TAE dos campi e Reitoria e aos Gestores dos diversos setores institucionais. Tal ação possibilitou a escuta compreensiva das atribuições e competências dos espaços e setores institucionais e dos TAE, apontadas pelos sujeitos e partícipes respondentes dos questionários. Essa escuta embasou a construção do referido Quadro referencial, complementando as informações coletadas anteriormente nos documentos institucionais.

Em um terceiro momento, desenvolvi a estratégia dos Grupos Dialogais com o intuito de colher/construir os dados necessários para caracterizar uma possível articulação pedagógica, levando em conta as ações e os assuntos educacionais emergidos em cada setor. Dessa forma, fiz uso de uma bricolagem instrumental constituída de relatos reflexivos, questionários, entrevistas semiestruturadas (orais e escritas), cujas questões desencadeadoras subsidiaram a promoção de significativos momentos de reflexão e discussões coletivizadas acerca do fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano. Essas reuniões dialogais acontecidas em ambiente virtual, por meio da plataforma digital Zoom, propiciaram a produção de relatos de vida-formação-profissão, importante dispositivo da pesquisa, que culminaram na leitura/escrita dos registros das atividades inerentes aos espaços e/ou possíveis espaços de atuação do TAE no âmbito do IF Baiano; e, ainda, o levantamento das aspirações formativas.

Desse modo, fomos compondo, coletivamente, o Quadro Referencial das Atribuições dos TAE por Setores e Espaços Organizacionais do IF Baiano, quadro esse que integra o **Documento Referencial Orientador**, produto educacional, resultado desta empreitada investigativa acerca do fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano. Vale destacar que, no acontecer dos Grupos Dialogais, os sujeitos partícipes desta composição puderam expor e discutir as nossas vivências experienciais existenciais, formacionais e profissionais, relacionando-as ao nosso saber/fazer técnico-pedagógico e pondo em relevo que esse fazer é (re)inventado no cotidiano da profissão. Esses se constituíram em momentos ímpares de diálogo

frutífero, espaços aprendentes, em que, por meio da escuta de si e do outro, buscamos a compreensão dos sentidos produzidos no cotidiano de nosso fazer e dos referenciais despontados como possibilidade de construção da proposta de institucionalização das atribuições do TAE nos espaços organizacionais do IF Baiano, consubstanciados no **Documento Referencial Orientador**, cujo processo de elaboração agora descrevo.

Em suma, os variados dispositivos da pesquisa – análise documental, questionários, entrevistas, relatos escritos – permitiram uma aproximação da questão que movimentou esta pesquisa, ou seja, aquela que se refere ao imperativo de compreender como é construído o saber-fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano **e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nesse processo de construção**, tendo em vista os desafios que se apresentam frente à ausência de institucionalização das atribuições dos Técnicos em Assuntos Educacionais e as implicações desse processo em seu desenvolvimento profissional.

Cumpré evidenciar que a expressão em destaque – **quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nesse processo de construção** – trata-se de uma ação que foi perseguida e problematizada durante todo o processo de pesquisa e de escrita desta dissertação, quando chegamos à conclusão de que, pelo caráter movente e provisório desses sentidos, jamais teríamos uma captura rígida e fixa que pudesse ser descrita ou elencada. Desse modo, o que podemos dizer é que conseguimos, com sucesso, descrever o **como** tais sentidos são produzidos e os efeitos dessa produção em nossos modos de ser e fazer do TAE no cotidiano do IF Baiano. Esse **como** diz respeito a esses modos e como eles implicam nas operações de compreensão e reinvenções de nós TAE nesse mesmo cotidiano, que esperamos reverberar em contribuições nas operações de compreensão e reinvenção de outros **nós** em diferentes cotidianos em que o fazer do TAE *acontece*, especialmente na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Sendo assim, a proposta metodológica fundamentada nos preceitos da otobiografia – escuta de si e do outro –, nos espaços coletivos de formação e discussão colaborativa dos Grupos Dialogais, por meio de variados instrumentos, já especificados, possibilitou a construção de um quadro de referência com vistas a atender aos propósitos deste intento, especialmente no que concerne à produção do já anunciado **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos TAE do IF Baiano**.

Importante ressaltar que a produção desse produto educacional, em formato textual, transcorreu por meio desse conjunto de ações coletivizadas e foi estruturado da seguinte forma: “Apresentação” – por meio da qual destaco a importância do documento e exponho, de forma sucinta, o seu processo de construção; “1 Instituto Federal Baiano: contextos de atuação do TAE” – momento em que apresento um breve histórico do IF Baiano, apontando o contexto multifacetado e multirreferencial da instituição, características que implicam em variados contextos de atuação do TAE; “2 Técnicos em Assuntos Educacionais: nós do fazer técnico-pedagógico” – parte em que ponho em relevo o TAE, transcorrendo pelos expedientes de criação e alteração do cargo, perpassando pelas legislações e regramentos que apontam as atribuições gerais e os requisitos para investidura do cargo, a fim de elucidar a diversidade inerente ao fazer técnico-pedagógico desse profissional. Destaco, ainda, a necessidade de se instituir políticas de desenvolvimento profissional que levem em conta as vivências cotidianas do TAE; “3 Referenciais propositivos: atribuições e espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano” – nessa parte elenco as percepções/compreensões vivenciais do campo da pesquisa – o cotidiano profissional dos TAE no IF Baiano, consubstanciadas nos referenciais das possíveis atribuições desses profissionais, sistematizados e sintetizados em um Quadro Referencial de atribuições dos TAE por espaços e setores organizacionais do IF Baiano. Vale reiterar que esse movimento aconteceu de modo participativo com o coletivo de TAE nos grupos dialogais.

Essas são as partes que compõem o **Documento Referencial Orientador: atribuições dos TAE por espaços-tempos de atuação do IF Baiano**, que, posteriormente, foi avaliado pelos sujeitos partícipes dos grupos dialogais, atentando-se ao critério de aplicabilidade e replicabilidade estabelecido pela CAPES, para, em seguida, ser validado pela banca de defesa pública desta dissertação. Reitero que, assim como o processo de elaboração, o procedimento de avaliação do documento ocorreu de forma coletivizada e objetivou examinar as suas possibilidades de aplicação e replicação, em conformidade com o que dispõe a CAPES acerca do produto educacional:

Examina-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto à respectiva organização em que atua o mestrando. É importante que o trabalho de conclusão gere aplicação dos seus resultados. [...] A aplicação pode ocorrer antes, logo depois ou algum tempo depois da defesa, mas

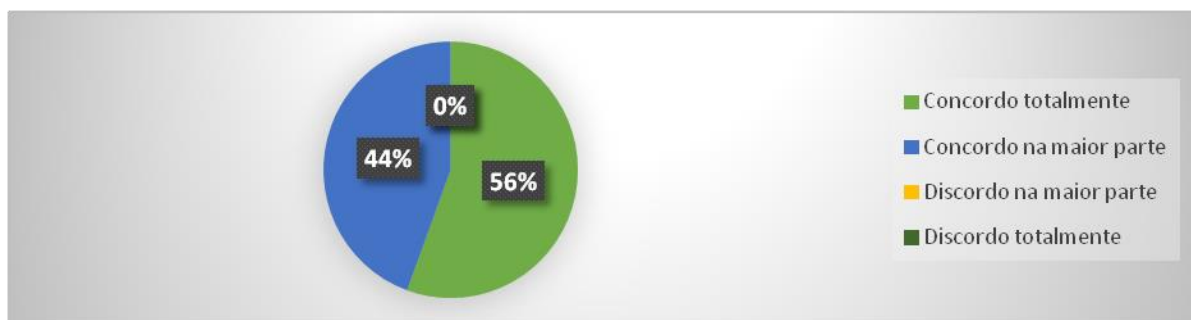
seria relevante existir a intenção de aplicação por parte da organização (BRASIL, 2016b, p. 43).

Em consonância com essa orientação, procedemos ao processo de avaliação do produto educacional pelos TAE, sujeitos partícipes dos grupos dialogais, dispositivo da pesquisa. Para tanto, foi encaminhada, via e-mail, a última versão do **Documento Referencial Orientador**, juntamente com um questionário (Apêndice H) constando de cinco perguntas, sendo quatro fechadas e uma aberta.

As questões versavam sobre a clareza, estética e organização do documento e seu atendimento ao propósito de referenciar as possíveis atribuições dos TAE nos diversos espaços/setores do IF Baiano, buscando desvelar se a sua aplicação contribuirá para o fortalecimento, reconhecimento e valorização do TAE, e se o direcionamento da atuação do TAE possibilitará uma melhor qualificação ao nosso fazer técnico-pedagógico. Por fim, mas não menos importante, foi reservado um espaço para o registro de elogios e sugestões de alterações visando melhorar o documento.

O resultado da avaliação sobre a organização, objetividade e clareza do documento revelou a necessidade de proceder à diagramação e reorganização do documento a fim de melhorar e facilitar a leitura pelos leitores/usuários, uma vez que 44% sinalizaram concordar com a maior parte dos aspectos consultados, desvelando certa fragilidade na compreensão do documento, conforme destacado no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – O Documento está esteticamente organizado, primando pelo aspecto visual, objetividade e clareza

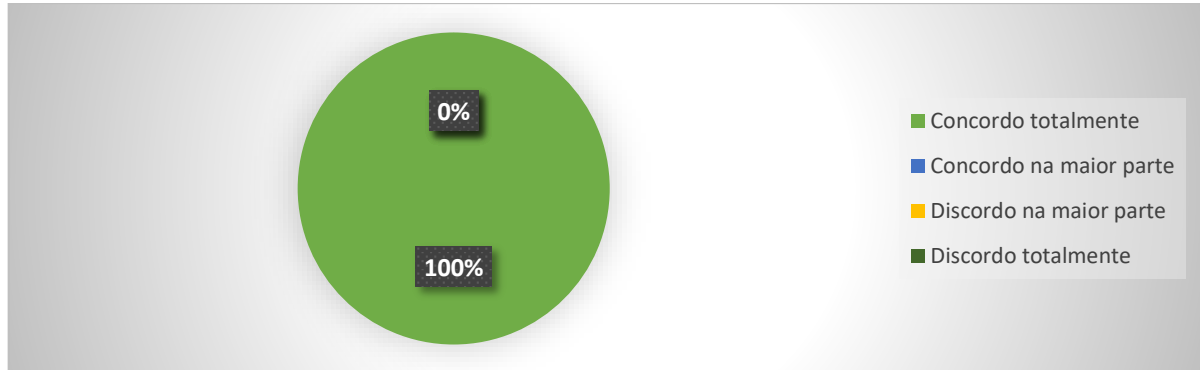


Fonte: Produção da pesquisa – compilação de dados do Questionário de Avaliação

Quanto à questão que se refere ao atendimento do propósito para o qual o documento foi construído, que é referenciar as possíveis atribuições dos TAE nos diversos espaços e setores do IF Baiano, 100% dos respondentes afirmaram que concordam totalmente com essa afirmativa, o que revela que o conteúdo do

documento está em consonância com os anseios dos TAE, conforme exposto neste gráfico:

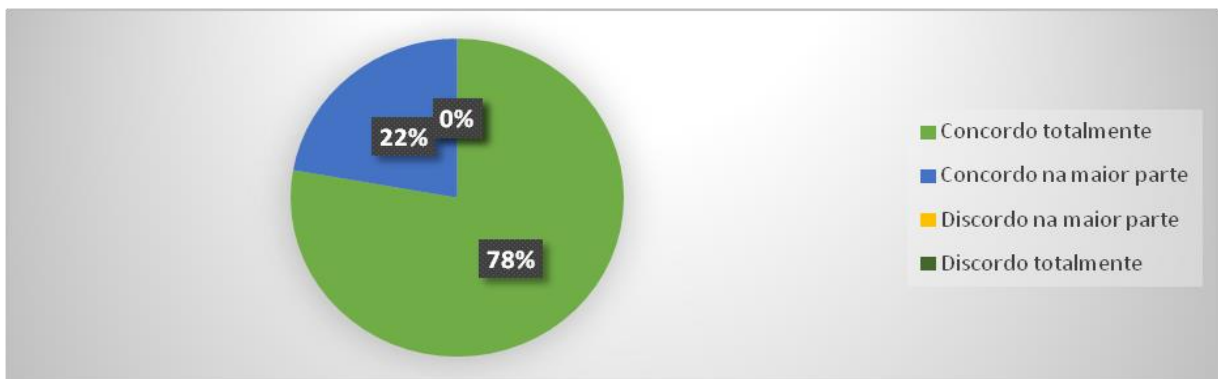
Gráfico 5 – O Documento atende ao propósito de referenciar as possíveis atribuições dos TAE nos diversos espaços/setores do IF Baiano



Fonte: Produção da pesquisa – compilação de dados do Questionário de Avaliação

Questionados sobre a possível contribuição do **Documento Referencial Orientador** para o fortalecimento, reconhecimento e valorização do fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano, após a aplicação do produto educacional, 78% concordaram totalmente, já 22% expressaram concordar na maior parte. Isso implica dizer que um número relativamente significativo dos TAE ainda se sente incerto quanto à efetividade dos resultados de uma possível institucionalização de suas atribuições, conforme desvelado no gráfico abaixo:

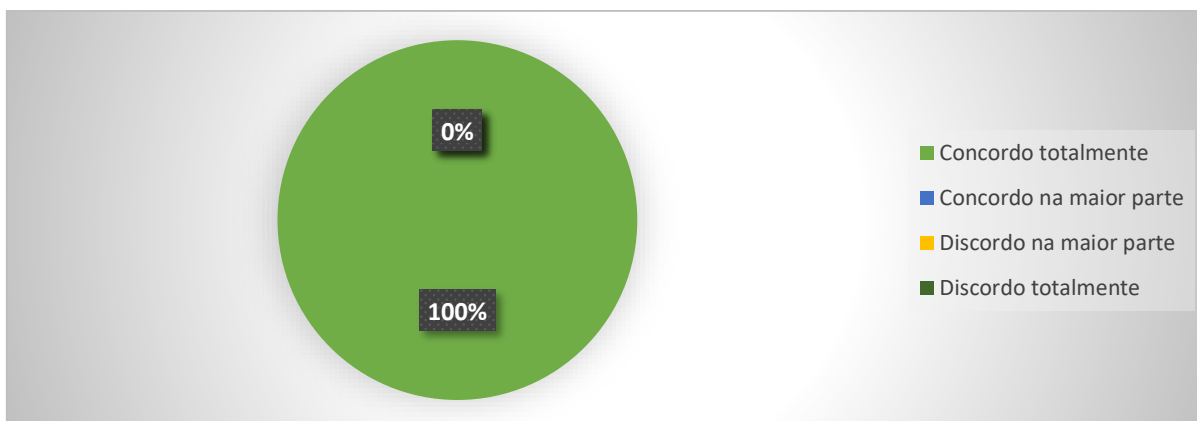
Gráfico 6 – O Documento Referencial Orientador contribuirá para ao fortalecimento, reconhecimento e valorização do fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano



Fonte: Produção da pesquisa – compilação de dados do Questionário de Avaliação

Por fim, todos os TAE concordaram unanimemente que ter um direcionamento das nossas atribuições contribuirá potencialmente para o desenvolvimento qualitativo do nosso fazer técnico-pedagógico no cotidiano no IF Baiano, conforme exposto abaixo:

Gráfico 7 – Um direcionamento das nossas atribuições contribuirá potencialmente para o desenvolvimento qualitativo do nosso fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano



Fonte: Produção da pesquisa – compilação de dados do Questionário de Avaliação

A avaliação realizada pelos TAE, conforme os critérios estabelecidos no Questionário de avaliação, validou o produto educacional, cujos resultados desvelaram que o **Documento Referencial Orientador**, apesar da necessidade de alguns ajustes, atendeu aos propósitos da pesquisa, que consistia em referenciar as possíveis atribuições dos TAE por espaços e tempos de atuação nos diversos setores organizacionais do IF Baiano.

Quanto aos elogios e sugestões de alterações (acréscimos ou supressões) visando à melhoria do documento, é importante registrar que a maioria das sugestões de alterações foi acatada e contribuiu para aprimorar o documento, o que vem corroborar o caráter coletivizado de toda essa construção. Assim, destaco, na sequência, alguns comentários das TAE partícipes desse processo de validação, a fim de ratificar a avaliação positiva do produto educacional construído:

O documento em análise está muito bem organizado e trata com muita ética as atribuições dos TAE, pois deixa claro que se trata de um campo de possibilidades referenciais, as quais, posteriormente, a instituição pode utilizar para subsidiar o necessário processo de institucionalização de nosso fazer. Me senti contemplada em todas as ações tanto na condição de TAE como de gestora acadêmica. Parabênizo a colega Dalcy pelo competente e sensível trabalho! (TAE Anzol, Questionário, 2020).

Parabéns pela iniciativa em trabalhar esse tema. Creio que será de grande contribuição em todo âmbito do IF Baiano (TAE Gravata, Questionário, 2020).

O documento está bem escrito, bem claro, foi uma construção coletiva, portanto contempla de forma realista as nossas vivências profissionais e os nossos anseios. Outra qualidade que posso destacar no documento é que ele reconhece a amplitude de atuação dos Técnicos em Assuntos

Educacionais no IF Baiano. A título de sugestão, devido à repetição do item Articulação Pedagógica sempre com a mesma consideração, acho interessante fazer referência a essa questão no início do quadro, sendo desnecessário repetir em cada setor que compõe o quadro referencial de atribuição dos TAE. No mais, agradeço a oportunidade de participar de uma pesquisa que acredito que pode contribuir para o nosso fazer técnico-pedagógico no IF Baiano (TAE Âncora, Questionário, 2020).

Quero aqui registrar os parabéns a você, Dalcy, que não mediu esforços para construir um documento que irá muito contribuir para a valorização pessoal e profissional do Técnico em Assuntos Educacionais em nosso Instituto. Anteriormente, não conseguíamos materializar as atribuições que constam na descrição do cargo (PCCTAE). O TAE desenvolvia mais o trabalho administrativo, e, com esse documento, as tarefas desses profissionais vão extrapolar isso, pois poderemos desenvolver trabalhos pedagógicos na área de ensino, pesquisa e extensão. Poderemos elaborar projetos de extensão, trabalhos estatísticos específicos, apostilas, orientar pesquisas acadêmicas e outras atividades que não somente a administrativa. Enfim, o documento em questão irá contribuir para construir a identidade dos TAE (TAE Catau, Questionário, 2020).

O quadro com as atribuições do setor ficou muito bom e vai orientar a instituição a encaminhar as demandas profissionais do TAE e pode ajudar a diminuir a questão do assédio e do desvio de função, por exemplo (TAE Borboleta, Questionário, 2020).

A dinâmica de trabalho com a Pandemia diversificou, e isso nos leva a pensar em novos jeitos do fazer pedagógico. Assim, evidencia-se a constante necessidade de formação, de olhares diversificados sobre a realidade. O trabalho foi muito proveitoso e oportunizou aproximações (TAE Górdio, Questionário, 2020).

Parabenizo pelo resultado do trabalho e acredito que será um instrumento que contribuirá para a institucionalização do trabalho do TAE (TAE Cego, Questionário, 2020).

*Parabenizo a pesquisadora pela coragem em desenvolver um produto educacional com essa dimensão. O **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos técnicos em assuntos educacionais do IF Baiano** traduz a luta e inquietação de um coletivo (profissionais e instituição). Para além, o documento apresenta perspectivas para o desenvolvimento de uma gestão institucional democrática, participativa, proativa e dialógica, ou seja, apresenta possibilidades reais de se potencializar e valorizar o fazer técnico-pedagógico dos TAE no IF Baiano. Acredito que agora o documento poderá somar-se a outras vozes para, enfim, os(as) Técnicos(as) em Assuntos Educacionais sentirem-se assegurados de sua própria identidade profissional (TAE Windsor, Questionário, 2020).*

Sobre o documento, acredito que a produção contribuirá muito para os TAE no IF Baiano e inclusive de outros institutos. Acredito ser interessante constar também no documento uma previsão de revisão, caso seja adotado. Ao ler o documento, fiquei pensando no modelo de resolução e parecer, onde o texto embasa, mas a resolução dá os ordenamentos. Sua proposição é um referencial, mas acredito que tenha espaço para essa evolução. No mais, está muito interessante. Uma discussão importante (TAE Aselha, Questionário, 2020).

Portanto, a partir das respostas sintetizadas nos gráficos e dos comentários registrados, foi possível verificar que o **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos TAE no IF Baiano** poderá proporcionar uma ampliação do entendimento acerca do fazer técnico-pedagógico do TAE e demais servidores técnico-administrativos, bem como colaborar para o reconhecimento e valorização desses servidores pela comunidade acadêmica. Além disso, contribuirá, também, para a consequente qualificação desse fazer, que poderá colaborar potencialmente com o cumprimento da missão social do IF Baiano, que é promover uma EPT de qualidade, com foco na preparação das pessoas para o pleno exercício da cidadania, de forma a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

É importante ressaltar que o Quadro Referencial das atribuições dos TAE, constante do Produto Educacional, cuja construção foi acolhida por nós – coletivo de TAE do IF Baiano –, propiciou as condições para que as vivências profissionais desses servidores, no transcurso coletivizado de pesquisa, escrita e produção, pudessem ser epistemologicamente problematizadas, fundamentadas, compreendidas e propagadas como fundantes de conhecimento vivo, necessário e cotidianamente aplicável, e também ratificou a importância desta pesquisa e do produto educacional dela emanado.



5 CONSIDERAÇÕES OUTRAS

Uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento.

Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida.

Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema.

(MORIN, 2008, p. 335).

O fazer pedagógico é a alma da instituição (TAE Borboleta, Relato Escrito, 2020).

A investidura investigativa que aqui empreendi conecta-se com uma perspectiva de convocatória para outros estudos, outras itinerâncias e outros anúncios em relação ao fazer técnico-pedagógico do Técnico em Assuntos Educacionais em um cotidiano ainda tímido nos contextos curriculares da formação dos profissionais da educação. Talvez essa seja a grande problemática que fundamenta a compreensão fragilizada do pedagógico no cenário da Educação Profissional Técnica e Tecnológica: A EPT é pouco aventada nos currículos e nos escritos científicos numa perspectiva de discussão das questões pedagógicas, quando comparamos ao que se produz nessa perspectiva no contexto da Educação Básica e Superior, por exemplo.

Acredito que a palavra “técnica”, qualquer que seja o seu uso, carrega um ranço oriundo das décadas de 1960-70, quando, no Brasil, vivenciamos a priorização da técnica, da eficácia e da produtividade, valendo-nos de uma linha de pensamento que perpassou e transbordou o Estado, provocando ressonâncias para a educação e para a sociedade como um todo. Um ranço que ainda carregamos e tornamos evidente quando o “fazer” a qualquer custo sobrepõe-se ao pensar, ao planejar, ao debater, ao avaliar, ao refazer, ao alterar. Assim, a palavra “técnico”, que antecede a expressão “assuntos educacionais”, ainda é motivadora de muitas orientações institucionais que mobilizam a mera racionalização de nossas atividades e a fragmentação do nosso trabalho numa perspectiva em que o administrativo e o pedagógico, nos documentos institucionais, não se encontram, conduzindo, pois, a uma especialização de funções e a uma complicada e perigosa repetição de movimentos que limitam a potência latente em nossa função.

Escutamos em cada relato os efeitos dessa condição. Escutamos, também, nos registros escritos, nos registros de vida profissional inventiva e criativa, que, a contrapelo da natureza histórica impregnada no fazer técnico, sinais que apontam para insurgências possíveis e necessárias no contexto da EPT. Sob essa ótica, o

fazer do TAE tornou-se, pois, um fazer da/na resistência, que somente é possível na espreita de um cotidiano que necessita ser evidenciado para ser discutido e, conseqüentemente, compreendido. Para isso, obviamente, é preciso abertura para escutar e olhar o outro. Foi o que me propus a fazer, quando, então, encontrei outros de mim para o exercício. Escutamos e olhamo-nos para nós mesmos em prol de uma construção não somente autorreferenciada no fazer do coletivo TAE, mas otorreferenciada na escuta de nossas autorias individuais de um fazer em cotidianos mutirreferencializados, complexos e pluricurriculares, em que definitivamente a técnica se reconfigura como um movimento não de racionalização da tarefa, mas de posicionamento político em uma rede afetiva de produção de sentidos e compreensões singulares sobre o si profissional.

É fato que ainda há muitas lacunas quando falamos em estudos das atribuições dos TAE na EPT, e essas lacunas só confirmam a relevância do que aqui, nesta escrita, se coloca como propositura. Entretanto, é importante reiterar que não é nossa pretensão, com este trabalho, propor uma mera institucionalização de um rol de atribuições para os TAE, uma ação que viria a limitar nosso fazer. O que pretendemos é referenciar a amplitude de nossa atuação e pôr em evidência o sentido do que cotidianamente produzimos. Isso porque é evidente e urgente a necessidade de delimitação compreensiva do que concerne ao nosso cargo em uma instituição onde não há o reconhecimento de um lugar, ou melhor, dos diversos lugares, na esfera dos documentos e das ações institucionais, para nosso fazer. Ao contrário, os documentos e as ações institucionais produzem um TAE como um profissional de apoio, quando, na verdade, deveríamos ser apoiados pelos diversos setores para fazer movimentar o pedagógico que move o fazer educacional, função primeira que caracteriza o IF Baiano.

Para finalizar este texto, mas não os anseios e a potência do que nele se desvelam, faço coro às palavras de Ostetto (2004), ao aludir à ideia de que

O cotidiano educativo é um reino de possibilidades. A vida é um reino de possibilidades. Não façamos dele e dela uma dura canção, repetitiva, *amarrada*, mecânica. Transformemos esta possibilidade num hino à invenção, lembrando sempre que precisamos sonhar para criar (OSTETTO, 2004, p. 94, grifo meu).

É nesse campo das possibilidades que este trabalho se inscreve e entoia seu hino na voz e nos ouvidos de um nós que, coletivamente, se colocou no exercício reflexivo de *desamarrar* certos nós intrínsecos a um histórico de apagamento

institucional para, a partir disso, se apresentar à evidência na luta e na *resistência* frente à institucionalização do reconhecimento de quem somos, referenciados por um cotidiano impregnado de nossas marcas, de nossos rastros, de nosso fazer técnico-pedagógico.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, M. S. C.; MEDEIROS, L. F. As relações entre o saber e o fazer: da técnica primitiva às modernas tecnologias. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO 14º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA – 14º SNHCT, Belo Horizonte: UFMG, 08 a 11 out. 2014. Disponível em: www.14snhct.sbhct.org.br. Acesso em 20 set. 2020.
- AMORIM, A. C. Gritos sem voz. In: MACEDO, Elizabeth; MACEDO, Roberto Sidnei; AMORIM, Antônio Carlos (Org.). **Como nossas pesquisas concebem a prática e com ela dialogam?** Campinas: FE/UNICAMP, 2008.
- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens.** 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação na instituição educativa.** Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia.** 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.** Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5645.htm. Acesso em 20 set. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 72.493, de 19 de julho de 1973.** Dispõe sobre o Grupo – Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o artigo 2º, da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72493.htm. Acesso em 20 set. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 76.640, de 19 de novembro de 1975.** Inclui Categoria Funcional no Grupo – Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76640-19-novembro-1975-425237-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 23 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Apoio. Departamento de Pessoal. **Considerações sobre a situação atual dos técnicos em assuntos educacionais do MEC.** 1979. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25842. Acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987**. Aprova o plano único de classificação e redistribuição de cargos e empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm. Acesso em 2 ago. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 20 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. 2005a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em 20 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/ SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005**. Encaminha a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. 2005b. Disponível em: http://www.portaldap.ufrn.br/arq/tabelas/descricao_cargos.pdf. Acesso em 3 ago. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 1, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 27 abr. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. 2016a. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 27 abr. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2016b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em 7 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 01/2017/COLEP/CGGP/ SAA/MEC, de 14 de março de 2017**. Torna-se efeito o Ofício Circular nº 15/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005 e orienta que sejam observadas as descrições dos cargos constantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE. 2017. Disponível em: <https://dgp.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/20/2016/09/Of%c3%adcio-Circular-n%c2%ba-1-2017-COLEP-CGGP-SAA-MEC-Carreira-PCCTAE.pdf>. Acesso em 21 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Direta Autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm. Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em 7 dez. 2020.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2 Morar, cozinhar. Ephraim Ferreira Alves e Lucia Endlich Orth. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DALBOSCO, C. A. Desafios ético-educacionais diante da crescente colonização do mundo da vida. In: LOMBARDI, J. C.; GOERGEN, P. (Org.). **Ética e educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 2005. p. 155-175.

_____. **Pedagogia filosófica**: cercanias de um diálogo. São Paulo: Paulinas, 2007.

DOMINGUES, I. Grupos Dialogais: compreendendo os limites entre pesquisa e formação. In: PIMENTA, Selma G. et al. **Pesquisa em Educação**: alternativas investigativas com objetos complexos. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 165-182.

FELISBERTO, E. Da teoria à formulação de uma Política Nacional de Avaliação em saúde: reabrindo o debate. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 553-565, 2006.

FERRAÇO, C. E. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de sentir e inventar o cotidiano escolar. In: OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. p. 91-107.

_____. Eu caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 157-175.

FONSECA, T. M. G. et al. Pesquisa e Acontecimento: o toque no impensado. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n.3. p.655-660, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287122092022.pdf>. Acesso em 15 nov. 2020.

GADAMER, H. G. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GALEFFI, D. A. Prefácio. In: **A pesquisa e o acontecimento compreender situações, experiências e saberes acontecimentais**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 13-19.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf. Acesso em 21 jul. 2020.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. **Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOODSON, I. **As políticas de currículo e de escolarização**. Tradução Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARTZ, Zulmira M. A. Institucionalizar e qualificar a avaliação: outros desafios para a atenção Básica. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 419-21, 2002.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria>. Acesso em 20 out. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 19, de 20 de agosto de 2015**. Aprova a Minuta de Instrução Normativa das Atribuições das Coordenações dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2017/07/18>. Acesso em 14 set. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Relatório de Gestão 2018**. Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria>. Acesso em 13 out. 2020.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As narrativas centradas sobre a formação durante a vida como desvelamento das formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade singular-plural. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 29, p. 17-30, jan./jun., 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

LINHARES, C. F.; NUNES, C. **Trajetórias de magistério: memórias e lutas pela reinvenção da escola pública**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Tradução M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____; LAPASSADE, G. **Chaves da sociologia**. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação**. Brasília: Líber Livro, 2006.

_____. Outras luzes: um rigor intercrítico para uma etnopesquisa política. In: MACEDO, Roberto S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, Á. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-126.

_____. **Compreender/mediar a formação: o fundante da educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

_____. **A pesquisa e o acontecimento compreender situações, experiências e saberes acontecimentais**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MIRANDA, N. M. S. **Docência no IF Baiano: o tornar-se professor**. 2015. 210 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

_____; CARVALHO, M. I. S. S. Formação de Professores: outros conceitos, outros lugares de acontecimento. **Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 67-87, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/4912>. Acesso em 20 set. 2020.

MONTEIRO, S. B. **Quando a pedagogia forma professores: uma investigação otobiográfica**. 2004. 290 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Vínculo entre reflexão filosófica e vivências em Nietzsche. **Ethos & Episteme**, Manaus, v. III, p. 125-136, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.fsd.edu.br/revista-ethos-e-episteme>. Acesso em 10 set. 2020.

_____. Otobiografia como escuta das vivências presentes nos escritos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 471-484, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em 20 set. 2019.

_____. Para além do discurso, a escuta das vivências: uma investigação otobiográfica. In: PIMENTA, Selma G. et al. **Pesquisa em Educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 93-115.

_____. Heccidade: formação como individuação sem sujeito. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 68, p. 521-533, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29286/rep.v28i68.8405>. Acesso em 12 set. 2020.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleanora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Ciência com consciência**. Tradução Maria D. Alexandre. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOURA, S. L. **O lugar dos técnicos em assuntos educacionais em uma instituição de ensino superior no sul do Brasil**. 2017. 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2017.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: Concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_89759389ea_0008824.pdf. Acesso em 25 out. 2019.

NERVE, G. T. **Nós e Laços**. Álbum: *Trabalho e Conhaque ou A vida Não Presta & Ninguém Merece a tua Confiança*. Gênero Hip-Hop/rap. 2015. Disponível em: <https://genius.com/Nerve-nos-e-lacos-lyrics>. Acesso em 10 nov. 2020.

NIETZSCHE, F. W. **Ecce Homo**: como alguém se torna o que é. Tradução Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NÓVOA, A. **O professor pesquisador e reflexivo**. TVE Brasil – Salto para o futuro, Rio de Janeiro, 13 set. 2001. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/entrevistas/default.htm>. Acesso em 22 abr. 2006.

OLIVEIRA, I. B. Estudos do cotidiano, pesquisa em educação e vida cotidiana: o desafio da coerência. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, n. esp., p. 162-184, out. 2008. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/319259633 Estudos do cotidiano pesquisa em educacao e vida cotidiana o desafio da coerencia](https://www.researchgate.net/publication/319259633_Estudos_do_cotidiano_pesquisa_em_educacao_e_vida_cotidiana_o_desafio_da_coerencia). Acesso em 20 out. 2020.

OSTETTO, L. Do cinzento ao multicolorido: linguagem oral, linguagem escrita e prática pedagógica na educação infantil. In: OSTETTO, L. E.; LEITE, M. I. **Arte, infância e formação de professores**: Autoria e transgressão. Campinas: Papyrus, 2004. p. 75-95.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PARAÍSO, Marlucy. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, s/l, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em 15 abr. 2020.

PRYJMA, M. F. **A pesquisa e o desenvolvimento profissional do professor da educação superior**. 2009. 180 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, H. J.; BORGES, F. A. Otobiografia: qualquer ou uma não identidade. **Cenários**, Porto Alegre, n. 12, p. 123-139, jul./dez. 2015.

RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em 6 dez. 2020.

SANTOS, A. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 37, p. 71-83, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413. Acesso em 20 nov. 2020.

SILVA, N. M.; FREITAS, V. L. C. Narrativas de formação como ato de reinventar-se: revelações em projetos de extensão, Upe – Garanhuns – Brasil. **Revista Metáfora Educacional**, Feira de Santana, n. 15, p. 185-201, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.valdeci.bio.br/revista.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

VARGAS, M. **Para uma filosofia da tecnologia**. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

VEIGA-NETO, A. Grupo de estudos e pesquisas em currículo e pós-modernidade/ GEPCPÓS: concepções sobre a prática. In: MACEDO, Elizabeth; MACEDO, Roberto Sidnei; AMORIM, Antônio Carlos (Org.). **Como nossas pesquisas concebem a prática e com ela dialogam?** Campinas: FE/UNICAMP, 2008. p. 23-36.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



APÊNDICES

APÊNDICE A – DOCUMENTO REFERENCIAL ORIENTADOR: ATRIBUIÇÕES E
ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS
EDUCACIONAIS DO IF BAIANO



**DOCUMENTO REFERENCIAL ORIENTADOR:
ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO
DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO IF
BAIANO**



Dalcy Alves de Souza

2021

**DOCUMENTO REFERENCIAL ORIENTADOR:
ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS
EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO IF BAIANO**

Produto Educacional vinculado à Dissertação de Mestrado **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano.**

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT
IF BAIANO – Campus Catu

AUTORA

Dalcy Alves de Souza

ORIENTADORA

Profa. Dra. Camila Lima Santana e Santana

2021



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: UM CONVITE À LEITURA.....	5
1 INSTITUTO FEDERAL BAIANO: CONTEXTOS DE ATUAÇÃO DOS TAE.....	8
2 TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: NÓS DO FAZER TÉCNICO-PEDAGÓGICO.....	13
3 REFERENCIAIS PROPOSITIVOS: ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO IF BAIANO.....	18
3.1 Quadros Referenciais de atribuições dos TAE por espaços e setores do IF BAIANO.....	25
PALAVRAS DE ENVIO.....	66
REFERÊNCIAS.....	67

APRESENTAÇÃO: UM CONVITE À LEITURA

Este produto educacional **Documento Referencial Orientador** é fruto de um processo dialógico, inventivo e criativo, coletivamente pensado e sintetizado a partir de elementos organizados e materializados, por meio de um diálogo frutífero incorrido nos encontros dos grupos dialógicos, dispositivo da pesquisa intitulada **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**. Momento em que *nós*, técnicos em assuntos educacionais (TAE), sujeitos partícipes desta pesquisa interventiva, no seu *acontecer*, em um movimento de conexão e composição coletivizada, discutimos e expomos nossas opiniões/impressões/percepções acerca do fazer técnico-pedagógico vivenciado nos diversos setores organizacionais do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), vistos como espaços aprendentes.

Este registro acadêmico-institucional é o resultado desta investigação, que, mais do que aplicar estratégias de coleta/construção de dados, mobilizou outros movimentos do nosso cotidiano profissional, estimulando o debate acerca do fazer técnico-pedagógico. Esse movimento culminou na construção deste **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos técnicos em assuntos educacionais do IF Baiano**¹, que se configura como uma pretensa contribuição não somente ao IF Baiano, mas a todos os espaços de atuação dos TAE.

Essa proposição transcende à ideia de guia e busca referenciar um rol de atribuições possíveis aos TAE, sem perder de vista o processo de compreensão ontológica e epistemológica acerca do fazer técnico-pedagógico que acontece no cotidiano do IF Baiano, e, ainda, provocar e subsidiar a criação do plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano, com suas consequentes políticas institucionais de desenvolvimento profissional.

O referencial constante deste Documento, até então inexistente no IF Baiano, para além de subsidiar a criação do plano de regulamentação institucional das atividades do TAE, imbuu-se, durante o processo investigativo, de desvelar quem é esse profissional no âmbito dos Institutos Federais (IF), em termos de suas atribuições, assuntos educacionais inerentes aos espaços institucionais, atuação/articulação pedagógica e ainda suas demandas formativas. A nossa pretensão é que este referencial seja de grande utilidade às equipes gestoras da instituição, tanto nos campi quanto na Reitoria, para fins de planejamento de ações operacionais que envolvam a reorganização e evolução do IF Baiano e para que possa promover o desenvolvimento profissional desses servidores e sua consequente valorização.

¹ O texto institucional que este documento pretende referenciar deverá ser estruturado seguindo as normas oficiais que regulam a produção documental no IF Baiano.

Nesse sentido, buscamos tanto contribuir com a comunidade local e científica, inscrevendo a questão em pauta nos cenários de discussão educacional com um subsídio teórico e empiricamente fundamentado, como também suscitar e amparar debates mais densos no âmbito da temática – o fazer técnico-pedagógico. Ressaltamos que esta construção tornou-se possível a partir do diálogo crítico e criativo com as literaturas tomadas aqui como referência, e também por meio das *vivências* dos TAE, através das quais conhecemos as singularidades da atuação desse profissional e ressignificamos nossa percepção sobre esse fazer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Eleger os trajetos a serem percorridos para chegar até a momento ímpar de produção e escrita coletivizada, que culminou neste documento, não foi uma tarefa fácil. Foram diversos caminhos em que o transitar por variados itinerários possibilitou-nos trilhar pelos atalhos das interrogações fenomenológicas e por uma hermenêutica no/do cotidiano. Desse modo, o movimento compreensivo entre os documentos institucionais, os alicerces epistemológicos e metodológicos e as experiências vivenciais do profissional TAE possibilitou a compreensão de como ocorre a produção dos sentidos do fazer técnico-pedagógico pelos TAE no âmbito do IF Baiano.

A imersão na temática do fazer técnico-pedagógico do TAE, que em um primeiro olhar poderia parecer carregada de simplicidade, movimentou-nos para a “complexidade” (MORIN, 2000) desse acontecimento, que exigiu uma escuta das vivências profissionais, por meio de gestos otobiográficos (MONTEIRO, 2004), e uma compreensão dos sentidos desse fazer (GADAMER, 2005) a partir da hermenêutica certauniana, em que o cotidiano é tomado como algo vivo e inventivo (CERTEAU, 1998).

Na construção coletivizada deste texto arriscamos referenciar as possíveis atribuições dos TAE, de modo participativo. Esta elaboração foi construída nos encontros nos grupos dialogais, quando, aos partícipes, foi possibilitado esse movimento de partilhar as vivências cotidianas no exercício profissional, além do pensar sobre esse fazer e do debruçar-se sobre os documentos oficiais existentes. Esse movimento mobilizou forças; forças inventivas que moveram-nos na criação de possíveis (PARAÍSO, 2016).

Trata-se, pois, de um possível, consubstanciado em um Documento Referencial, cuja autoria coletivizada apresenta as percepções/compreensões vivenciais do campo da pesquisa – o cotidiano profissional dos TAE no IF Baiano – e descreve o processo de construção/produção dos dados a partir das discussões dialogais acerca do fazer técnico-pedagógico. Além disso, também são apresentados dados sobre a história institucional e a criação do cargo e suas alterações por meio de

documentos oficiais – Decretos, Leis, Resoluções, Portarias, Regimentos do IF Baiano e do MEC. A análise desses documentos alicerçou a elaboração de um Quadro Referencial das atribuições dos TAE por espaços e setores institucionais do IF Baiano, que integra este Documento. Esse quadro, para além de referenciar as atribuições dos TAE, conclama os leitores a uma mobilização de políticas de desenvolvimento profissional dos servidores Técnico-Administrativos, em especial dos TAE, transcorrendo por reflexões implicadas acerca do fazer técnico-pedagógico experienciado pelos sujeitos no cotidiano institucional.

É importante enfatizar que as políticas de desenvolvimento profissional precisam ser engendradas a partir dessas vivências profissionais, para que a construção de eventos formativos possa ressignificar e legitimar sua propositura, tendo-se em vista a complexidade multirreferencial do espaço organizacional do IF Baiano e levando-se em conta os sentidos produzidos no acontecer institucional em prol do reconhecimento e valorização do fazer técnico-pedagógico do TAE nos cenários na EPT.

Avultamos o caráter incitativo do corpus textual e, inspirados em Monteiro (2004), ouvimos as vivências dos TAE nos escritos, em questionários e em relatos de vida-formação-profissão, produzidos a partir de questões desencadeadoras incorridas nas discussões no grupo dialogal, discussões essas compreendidas como força potente que conduziu-nos ao movimento de criação e produção do presente Documento, cuja abertura à reflexão suscita outros movimentos de compreensão, pautados sempre na participação coletivizada.

Em consonância com a indicação da TAE Frade, partícipe da pesquisa, acerca da elaboração do regulamento das atribuições dos TAE, que conclama “*que seja dada ampla participação dos envolvidos no processo de elaboração do mesmo*”², o presente Documento, de caráter propositivo, pretende referenciar as possíveis atribuições dos TAE, tempo em que ratificamos o imperativo de que a institucionalização dessas atribuições seja pautada nos princípios democráticos, precedida de ampla discussão envolvendo todos os TAE do IF Baiano, com abertura para a participação dos demais representantes dos setores que compõem os campi e a Reitoria.

Por fim, ao leitor, mais do que uma apresentação, registramos, aqui, um convite à leitura!

² TAE Frade, Questionário, 2020. A fim de preservar o anonimato dos sujeitos partícipes da pesquisa, adotamos o termo TAE acrescido de nomes de “nós”. O termo “nós”, dada a sua polissemia, foi usado para fazer referência aos aspectos dificultantes (nós/amarrações) e às potencialidades (nós/laços) do fazer técnico-pedagógico do TAE; e, ainda, para apresentar os atores/autores desse compósito de um “nós” (todos os TAE).

1

INSTITUTO FEDERAL BAIANO: CONTEXTOS DE ATUAÇÃO DO TAE



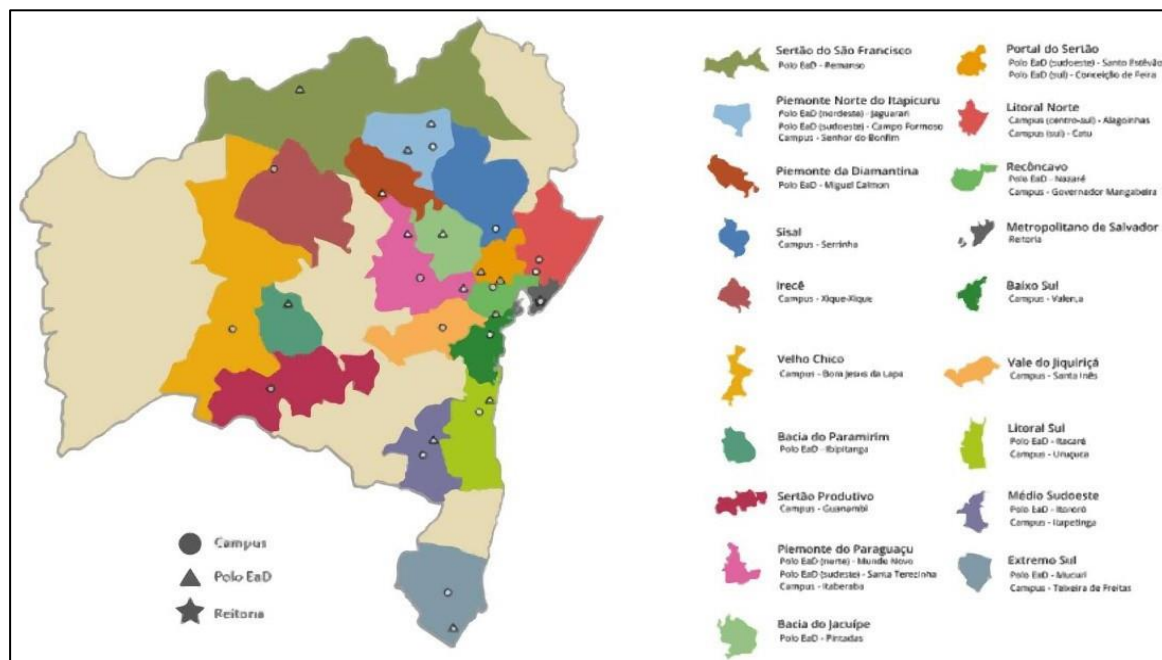
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), foi criado por meio da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia e das Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC) da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Surgiu assim o IF Baiano, uma instituição pluricurricular e multicampi, cuja expertise em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) envolve a oferta de educação superior, básica e profissional, de forma articulada e alicerçada no tripé ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no Art. 2º da referida Lei de Criação dos Institutos:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, n. p.).

Assim, o IF Baiano passou a ofertar uma educação verticalizada, conjugando uma proposta de educação profissional e tecnológica. Em 2012 a recém-criada instituição IF Baiano se expandiu pela primeira vez, resultado de mais uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação de diversos campi por todo país, sendo que quatro destes coube ao IF Baiano – implantados nos municípios de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

Hoje, o IF Baiano está consolidado como uma instituição multicampi, com unidades distribuídas por todo o Estado, o que garante a interiorização da EPT. A instituição é formada por uma Reitoria, cuja sede está alocada em Salvador, capital do Estado, e por 14 campi, alocados nos seguintes municípios: Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença e Uruçuca, Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique; e ainda o campus avançado de Medeiros Neto, que integra o campus de Teixeira de Freitas, totalizando 14 unidades, 14 polos de Educação a Distância (EaD), que abrangem 19 territórios de identidade do Estado da Bahia, conforme detalhado na figura a seguir:

Figura 1 – Mapa de Localização dos campi do IF Baiano, Polos EaD e Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: Relatório de Gestão (IF BAIANO, 2018, p. 7)

A partir desse processo de Integração, e posterior expansão, o IF Baiano, autarquia vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, dotada de “autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (IF BAIANO, 2018 p. 7), ganhou mais abrangência na oferta, envolvendo a EPT, em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que dispõe o seguinte:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de:

- I - Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade.

Art. 3º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas *articulada* e *subsequente* ao Ensino Médio, podendo a primeira ser *integrada* ou *concomitante* a essa etapa da Educação Básica (BRASIL, 2012, n. p.).

Dessa forma, o IF Baiano desponta com um caráter idiossincrático, visto que a instituição apresenta uma especificidade peculiar, isto é, a oferta da EPT ocorre em diferentes níveis e modalidades, por meio de um currículo plural e multirreferenciado, com vistas a atender a uma clientela diversificada. A EPT abrange cursos de nível médio ofertados de forma *integrada* – Ensino Médio e a formação profissional em um único curso, inclusive no âmbito do Programa de Educação de Jovens e adultos (PROEJA); de forma *concomitante* – Ensino Médio e Profissional, por instituições distintas; de forma *subsequente* – cursos técnicos de formação profissional após a conclusão do Ensino Médio; cursos *superiores de tecnologia e licenciaturas* nas mais diversas áreas do conhecimento; os chamados cursos de Formação Inicial Continuada (FIC); cursos de Educação a Distância (EaD); e ainda cursos de pós-graduação em nível de especialização e mestrado. A esse respeito, Pacheco (2011, p. 14-15) afirma que

Essas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país [...] atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

A concepção de EPT proposta pelo IF Baiano ultrapassa a questão da simples preparação para o emprego, propondo uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, integrando ciência, cultura, tecnologia e o mundo do trabalho, com foco na emancipação social, em que o alvo “é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida” (PACHECO, 2011, p. 16). O compromisso da instituição é o desenvolvimento social, produtivo e cultural das diversas regiões que integram os diversos territórios de identidade, sem perder de vista a dimensão humana, conforme preconiza o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI):

Os princípios orientadores da práxis pedagógica no IF Baiano pautam-se na educação democrática e libertadora, na prática política, no reconhecimento da complexidade do fazer educativo, nos princípios da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental, inclusão, sustentabilidade, multiculturalidade e igualdade de condições sociais. Compreende-se o ato de educar como direito humano fundamental (IF BAIANO, 2014, p. 10).

Nesse sentido, tais princípios imprimem uma singularidade ao IF Baiano, cuja verticalização da educação básica à educação superior impõe o imperativo da reflexão sobre o fazer técnico-pedagógico no contexto da EPT e aponta para a necessidade de se pensar acerca da dimensão do (não) lugar do técnico em assuntos educacionais nesse contexto e, também, sobre as questões relacionadas às condições de trabalho e ao lugar que a formação desses profissionais ocupa nas discussões sobre desenvolvimento profissional no âmbito da instituição, com foco na importância do aspecto técnico-pedagógico para o processo de desenvolvimento da EPT proposta pelo IF Baiano.

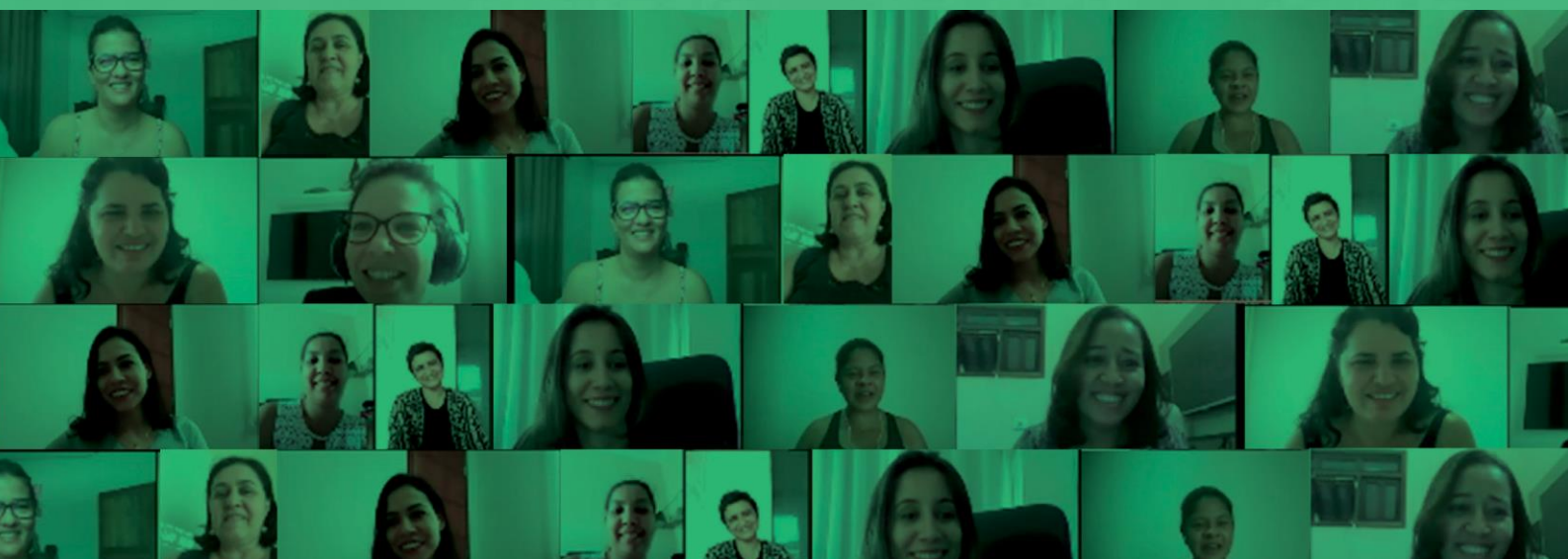
Portanto, diante das alterações e da nova configuração do IF Baiano em decorrência das singularidades da EPT, o TAE vê-se diante da necessidade de alterar também seu fazer técnico-pedagógico no cotidiano institucional, frente à complexidade multirreferencial do espaço organizacional da instituição, cujos fazeres são outros, sempre pautados pela indissociabilidade entre teoria/prática, ciência/tecnologia, pelo trabalho e pesquisa como princípios educativos e pela necessidade da constante articulação dialógica com a comunidade interna e externa, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Esse contexto multifacetado e multirreferencial permite-nos pensar em variados contextos de atuação em que os TAE, juntamente com outros profissionais, são vislumbrados como principais responsáveis pelo fazer técnico-pedagógico do IF Baiano. O delineamento desse fazer abarca o planejamento, o acompanhamento e o assessoramento das ações pedagógicas desenvolvidas na instituição.

Essas características implicam pensar em variados espaços/setores de atuação para o TAE. Entretanto, é necessário pensar sobre o seu saber/fazer técnico-pedagógico, referenciar suas atribuições de modo a delimitar sua atuação, sem engessá-la, levando-se em conta a sua vinculação pedagógica e a diversidade de formações exigidas para o ingresso no cargo.

2

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: NÓS DO FAZER TÉCNICO-PEDAGÓGICO



O cargo Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), categoria profissional exclusiva dos órgãos federais, foi criado por meio da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, a qual dispõe sobre as diretrizes para a classificação dos cargos do serviço civil. O artigo 2º do referido dispositivo legal define o grupo “Outras atividades de nível superior”, do qual o TAE faz parte. Essas diretrizes foram regulamentadas pelo Decreto nº 72.493, de 1º de julho de 1973, o qual estabeleceu a integração dos cargos Técnico de Educação, Sociólogo, Psicólogo, Inspetor de Ensino, Instrutor de Ensino Superior e Assistente de Educação à categoria funcional de Técnico em Assuntos Educacionais, que foi vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, cujo ingresso por meio de Concurso Público passou a exigir, como requisito mínimo, cursos de Bacharelado em Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais ou Educação Física.

Desde sua criação até os dias atuais, o cargo TAE passou por algumas alterações no que se refere às especificidades de classes e grupos. Em 1973, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), por meio da Portaria nº 146, de 17 de agosto, estabeleceu as especificações de classes do “Grupo Outras Atividades de Nível Superior”, dividindo-as em classes A, B e C, cujas descrições consideram a qualificação profissional e o nível de complexidade do trabalho.

Assim, destacamos, aqui, as especificidades constantes na descrição sumária das atribuições conferidas pela Portaria nº 146/1973 às classes A, B e C, respectivamente:

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS A. CÓDIGO: NS-927.4
DESCRIÇÃO

SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE: Atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos pedagógicos, visando à solução de problemas de educação, de orientação educacional, administração escolar e de educação sanitária. TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS B - NS-926.6
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE: Atividades de coordenação, orientação e execução especializada de trabalhos pedagógicos visando à solução de problemas de educação, de orientação educacional, administração escolar e de educação sanitária.

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS C - NS-927.7
DESCRIÇÃO SUMÁRIA

DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE: Atividade de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de pesquisa e estudos pedagógicos, visando à solução dos problemas de educação, bem como de orientação e técnicas educacionais, administração escolar e educação sanitária (BRASIL, 1973b, p. 125-126).

Essa divisão de Classe foi, posteriormente, revogada. A publicação do Decreto nº 76.640, de 19 de novembro de 1975, alterou o requisito para ingresso no cargo, que passou a ser a posse de diploma de curso superior, aplicando-se também essa exigência para a hipótese de transposição ou transformação de empregos para a categoria TAE

Com a publicação da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, regulamentada pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, as carreiras dos docentes e técnico-administrativos passaram a ter um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), atribuindo as seguintes obrigações ao TAE:

DESCRIÇÃO DO CARGO

Coordenar as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.

ATIVIDADES TÍPICAS

- Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos.
- Elaborar projetos de extensão.
- Realizar trabalhos estatísticos específicos.
- Elaborar apostilas.
- Orientar pesquisas acadêmicas.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (BRASIL, 1987, p. 86).

Em 12 de janeiro de 2005 foi publicada a Lei nº 11.091, que criou, no âmbito das instituições federais de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), abarcando todos os servidores técnicos administrativos, que até então eram regidos pelo PUCRCE.

Nessa configuração, o cargo TAE, inserido no rol de servidores técnico-administrativos, passou a pertencer à Categoria de Classificação Nível ‘E’, cujo requisito para ingresso no cargo é diploma de curso superior em Pedagogia ou Licenciatura em quaisquer áreas do conhecimento. Dentro dessa nova realidade, esses profissionais podem, levando-se em conta os processos de capacitação e o mérito profissional, pleitear a progressão na carreira, o que se configura como um avanço, mas promove outras inquietações, como, por exemplo, a ausência de regulamentação das atribuições e espaços de atuação dos TAE, o que dificulta a escolha de cursos de capacitação que possam promover o desenvolvimento profissional desses servidores.

Nesse sentido, o que se tem oficializado acerca das atribuições do cargo TAE é o que consta no PCCTAE, que apresenta as atribuições gerais dos cargos técnico-administrativos em educação da esfera federal e as nomenclaturas dos cargos, enquadramento e requisitos de ingresso, sinalizando que o detalhamento das atribuições específicas será efetivado em regulamento próprio, levando-se em conta as especificidades dos ambientes organizacionais. Isso ratifica a importância e relevância deste Documento Referencial para a construção da Regulamentação das atribuições do TAE no âmbito do IF Baiano.

Feitas essas ponderações acerca da criação e das alterações do cargo, é importante ressaltar que os regramentos legais apontam as atribuições gerais e a formação exigida para investidura no cargo – Pedagogia ou Licenciaturas – e configuraram-se em um importante indicativo da importância desse profissional para o desenvolvimento dos processos educativos nas Instituições Federais de Ensino, especificamente no IF Baiano. A atuação desse profissional, bem como as suas funções, requer a compatibilidade com a formação pedagógica que lhe é exigida, o que leva-nos a perceber que as atribuições dos TAE extrapolam o limiar das atividades puramente administrativas, configurando-se como um fazer técnico-pedagógico muito mais significativo se considerarmos o caráter pedagógico de sua formação.

Levando-se em conta a nomenclatura do cargo Técnico em Assuntos Educacionais e tomando-se como base o entendimento de que os assuntos educacionais proporcionam uma carga conceitual subjetiva, podemos entendê-lo como uma unidade semântica que abarca todas as questões referentes aos processos educativos/pedagógicos empreendidos na materialização de uma instituição de educação. E mais, o termo técnico, associado à palavra *techné*, representa muito mais que uma atividade prática profissional especializada, pois permite uma aproximação “mais da teoria do que da simples empiria ou prática” (ALENCASTRO; MEDEIROS, 2014, p. 6).

Nessa ótica, podemos inferir que o Técnico em Assuntos Educacionais é o profissional que possui conhecimento prático (teoria/prática) sobre as questões educacionais/pedagógicas específicas, a quem compete tratar dos assuntos educacionais materializados em uma instituição de educação sem perder de vista o desenvolvimento do processo educativo focalizado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, esse fazer técnico-pedagógico requer certo grau de qualificação, que pode ocorrer por meio da educação formal nos diversos espaços constituídos para esse fim, ou no cotidiano do exercício da profissão, levando-se em conta o acontecimento do fazer técnico-pedagógico, que transversaliza os diversos espaços institucionais.

Mediante essas reflexões, retornamos ao requisito para ingresso no cargo – Pedagogia ou Licenciatura –, para colocar em relevo a diversidade inerente ao fazer desse profissional, cuja profissionalização faz parte da docência e, na carreira, integra os profissionais técnico-administrativos em educação. Ademais, vale considerar que os currículos dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, que a priori prepara o TAE, não contempla os aportes e bases conceituais da EPT. O que ratifica que a compreensão do fazer técnico-pedagógico do TAE, bem como os sentidos produzidos acerca desse fazer, ocorre no acontecer cotidiano institucional do IF Baiano.

Todas essas questões denotam a necessidade de compreender que as políticas públicas de desenvolvimento profissional precisam ser engendradas a partir das vivências profissionais, levando-se em consideração que os TAE vão se construindo, tornando-se TAE, no exercício cotidiano do seu fazer técnico-pedagógico. Isso implica dizer que a propositura de eventos formativos precisa considerar a complexidade multirreferencial dos espaços e contextos organizacionais do IF Baiano, espaço onde o TAE atua, com vistas ao reconhecimento do fazer técnico-pedagógico nos cenários da EPT e à consequente valorização desses servidores.

Assim, o refletir de forma coletivizada sobre o fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano, atentado para os sentidos que são produzidos pelos sujeitos praticantes na invenção do cotidiano institucional, bem como sobre as questões que envolvem a criação do cargo TAE, perpassando pelas suas diversificadas alterações quanto às especificidades de requisitos para ingresso e a multirreferencialidade dos contextos de sua atuação, e também a ausência de uma definição mais aclarada acerca das atribuições do cargo TAE, conduziu-nos à construção deste Documento, com a pretensão de referenciar uma possível institucionalização das atribuições desses servidores.

3

REFERENCIAIS PROPOSITIVOS:

ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAS DO IFBAIANO



A construção de uma escrita que aponte os referenciais para a regulamentação das atribuições dos TAE constitui-se como uma tarefa complexa, que não poderia ocorrer de forma individualizada e solitária, mas que, ao contrário, exige um refletir junto, em um processo de coautoria coletivizada. A partir dessa percepção, por meio de variados dispositivos no decurso da pesquisa, nós, TAE do IF Baiano, pudemos construir um processo de escuta das nossas vivências no cotidiano profissional, bem como de análise dos documentos oficiais que regulam o fazer político pedagógico institucional, a fim de compreender os sentidos produzidos acerca do fazer técnico-pedagógico pelo coletivo de sujeitos TAE, praticantes do cotidiano institucional do IF Baiano (CERTEAU, 1998). Cotidiano este movimentado por incertezas cotidianas e práticas inventivas frente ao contexto multirreferencial que caracteriza os Institutos Federais.

Nessa perspectiva, tomamos como conceito orientador, para identificação dos setores e espaços de atuação do TAE, a definição de ambiente organizacional proposto pelo PCCTAE, visto como “área específica de atuação do servidor integrada por atividades afins ou complementares, organizadas a partir das necessidades institucionais, e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal” (BRASIL, 2005, p. 2). Essa conceituação tem aplicabilidade em diversas ações, como, por exemplo: nas estratégias de dimensionamento da força de trabalho, com definição de regras para concurso público, movimentação de pessoal; nos projetos e ações direcionadas à saúde e segurança no trabalho, levando-se em conta as diferentes potencialidades de danos à saúde de cada ambiente, o que requer diferentes medidas de prevenção e correção; nas ações de capacitação e qualificação que devem considerar as especificidades de cada ambiente; e nos processos de avaliação de desempenho; dentre outras aplicações.

Dessa forma, constatamos que a área específica de atuação do servidor é de suma importância na definição de variadas políticas. Contudo, nos atemos às políticas de desenvolvimento profissional, que, no que se refere ao TAE, ganha maior relevância graças ao ambiente organizacional desse cargo, que tem uma abrangência maior dentro dos diversos setores e espaços de atuação da Instituição, conforme sinalizado na fala da TAE Górdio:

Com relação ao que a gente faz, a gente percebe hoje, até uma reflexão nossa, de que nós estamos compondo outros núcleos da escola, a gente faz parte do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, a gente não fica lá o

tempo todo, mas a gente participa das reuniões, a gente faz o processo de acompanhamento de orientação de estudante em parceria com o NAPNE com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena – NEABI, então a gente de alguma forma tem que ter braços para estar também atuando em outros setores, em outros núcleos e não somente no nosso núcleo. O Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino, Permanência e Êxito do Educando – NUAPE, o núcleo da gente é um lugar, mas ele se expande também (TAE Górdio. Áudio/depoimento. Grupo Dialogal online, 2020).

Ainda sobre essa questão, citamos o Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para a concessão do incentivo à qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, e define os ambientes organizacionais de atuação dos servidores no âmbito das IFE, vinculadas ao Ministério da Educação, das quais o IF Baiano faz parte, estabelecendo, ainda, as áreas de conhecimento dos cursos de educação formal que estão diretamente relacionadas a cada ambiente organizacional.

De acordo com o aludido Decreto, são 10 os ambientes organizacionais, a saber: Administrativo; Infraestrutura, Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Natureza; Ciências da Saúde; Agropecuário; Informação; Artes, Comunicação e Difusão; e Marítimo, Fluvial e Lacustre. À exceção deste último, todos os demais são passíveis de aplicação à estrutura organizacional do IF Baiano.

Aqui, interessa-nos identificar os ambientes organizacionais cuja descrição e atividades acolheriam a atuação do TAE. Nesse sentido, levando-se em consideração a formação exigida para ingresso na carreira – cursos de Pedagogia ou Licenciaturas – e a descrição dos ambientes organizacionais e suas correspondentes atividades, constante no anexo II do referido Decreto, arriscamos inferir uma possível atuação do cargo TAE junto aos Ambientes Organizacionais Administrativo; e Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas, com uma maior aproximação a este último, conforme podemos verificar na transcrição a seguir:

1. Administrativo

Descrição do ambiente organizacional:

Gestão administrativa e acadêmica envolvendo planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades nas áreas de auditoria interna, organização e métodos, orçamento, finanças, material, patrimônio, protocolo, arquivo, administração e desenvolvimento de pessoal, saúde do trabalhador, higiene e segurança no trabalho, assistência à comunidade interna, atendimento ao público e serviços de secretaria em unidades acadêmicas e administrativas.

Atividades nessas áreas:

- Planejamento, execução, fiscalização, controle ou avaliação de projetos.
- Realização de estudos de viabilidade econômica e social.
- Realização de atividades em assistência, assessoria, fiscalização, perícia, auditoria e suporte técnico-administrativo a projetos e atividades.
- Realização de coleta e tratamento de dados.
- Pesquisa de preços e compras de bens e serviços.
- Recepção, armazenamento, controle e distribuição de materiais.
- Planejamento, execução, controle e avaliação nas áreas financeira e orçamentária.
- Acompanhamento e análise na formalização de contratos.
- Identificação, tombamento, controle, expedição de normas de uso e movimentação de patrimônio.
- Registro e controle dos assentamentos funcionais.
- Elaboração, operação e controle do sistema de pagamento de pessoal.
- Recrutamento e seleção de pessoal.
- Elaboração, execução e avaliação da política de desenvolvimento de pessoas e dos programas de capacitação e de avaliação de desempenho.
- Análise de ocupações e profissões.
- Proposição e operacionalização de modelos para definição do quadro de pessoal e a sua distribuição nas diversas áreas da instituição.
- Análise, identificação e reformulação dos fluxos e rotinas de trabalho.
- Planejamento e implantação de novas tecnologias de trabalho.
- Elaboração de manuais, catálogos e normas de rotinas administrativas.
- Realização de estudos e análises da legislação de pessoal, orçamentária, acadêmica e patrimonial.
- Assessoramento aos diversos setores da instituição no atendimento de diligências internas e externas.
- Planejamento e elaboração de planos de auditoria.
- Assistência administrativa às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Levantamento de dados estatísticos referentes a alunos, ingressos e egressos.
- Organização, coordenação e controle do processo de seleção e matrícula de alunos.
- Organização, coordenação e controle das atividades de pesquisa e extensão.
- Organização e coordenação das atividades de planejamento da instituição e de suas unidades.
- Identificação de indicadores do alcance de marcas e objetivos.
- Supervisão quanto à observância de normas institucionais.
- Planejamento e acompanhamento à assistência médica e odontológica emergencial.
- Identificação, avaliação e proposição de políticas de assistência à comunidade interna.
- Realização de atividades que propiciem a melhoria da qualidade de vida na instituição.
- Elaboração de política de assistência a portadores de deficiência.
- Definição de políticas de integração dos indivíduos à comunidade interna.
- Desenvolvimento de políticas de integração ou reintegração social.
- Estabelecimento de políticas de reabilitação profissional.
- Elaboração e implementação de políticas de assistência estudantil.
- Realização de exames pré-admissionais, periódicos e especiais dos servidores.

- Elaboração da política de saúde ocupacional e expedição de normas internas e orientações.
- Proposição e aferição dos indicadores dos aspectos de higiene e segurança no trabalho e correção dos problemas encontrados.
- Elaboração de projetos de construção e adaptação de equipamentos de trabalho.
- Realização de inquéritos sanitários, de doenças profissionais, de lesões traumáticas e estudos epidemiológicos.
- Inspeção dos locais de trabalho.
- Elaboração de laudos periciais sobre acidentes do trabalho, doenças profissionais e condições de insalubridade e periculosidade.
- Elaboração de relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da instituição.
- Análise, acompanhamento e fiscalização da implantação e da execução de sistemas financeiros e contábeis.
- Execução dos serviços de auditoria e auditoria.
- Estabelecimento do programa de auditoria.
- Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial.
- Emissão de pareceres sobre matérias de natureza orçamentária, financeira e patrimonial.
- Planejamento, organização e coordenação de serviços de secretaria.
- Assistência e assessoramento às direções.
- Coleta de informações.
- Redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro.
- Taquigrafia e transcrição de ditados, discursos, conferências, palestras, explanações e reuniões, inclusive em idioma estrangeiro.
- Recebimento, orientação e encaminhamento do público.
- Controle de entrada e saída de pessoas nos locais de trabalho.
- Atendimento, informações e esclarecimentos ao público.
- Abertura e fechamento das dependências dos prédios.
- Recebimento e transmissão de mensagens telefônicas e fax.
- Elaboração de normas de protocolo da instituição.
- Recebimento, coleta e distribuição de correspondência, documentos, mensagens, encomendas, volumes e outros, interna e externamente.
- Reprodução de documentos administrativos.
- Outras atividades de mesma natureza.

3. Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas Descrição do ambiente organizacional:

Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorram a produção e a transmissão do conhecimento no campo das Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas. Integram esse ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento de seus objetivos: direito, administração, economia, demografia, pedagogia, comunicação, serviço social, economia doméstica, turismo, filosofia, sociologia, ciências sociais, estudos sociais, arquitetura e urbanismo, antropologia, arqueologia, história, geografia, psicologia, educação, ciências políticas, lingüísticas [sic], letras, cartografia, história natural, história da educação, relações internacionais, cooperativismo e ciências contábeis.

Atividades nessas áreas:

- Planejamento, execução, fiscalização, controle ou avaliação de projetos e atividades de pesquisa e extensão.
- Realização de estudos de viabilidade econômica e social.
- Manutenção, assistência, assessoria, consultoria, fiscalização, perícia, avaliação, arbitramento, elaboração de laudo e parecer técnico, suporte técnico-administrativo a projetos ou atividades.
- Realização de coleta e tratamento de dados e amostras.
- Preparação de material didático e científico.
- Estudo sobre aplicação de leis, metodologias, normas e regulamentos.
- Controle, conservação e restauração dos monumentos tombados e limpeza de acervos.
- Outras atividades de mesma natureza (BRASIL, 2006, p. 3-6).

Ainda sobre esse aspecto, o mesmo dispositivo legal marca as áreas de conhecimento relativas à educação formal que possuem uma relação direta com os ambientes organizacionais, apontando que as áreas de Administração, Antropologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Educação – Magistério superior em nível superior, Magistério e Normal em nível médio; Estatística; Filosofia; Geografia; História; Letras, Habilitação em Língua Portuguesa em nível de graduação e área de Língua Portuguesa em nível de pós-graduação; Matemática; Pedagogia; e Sociologia – estão diretamente relacionadas a todos os ambientes organizacionais, o que corrobora a já sinalizada abrangência dos possíveis espaços e setores de atuação do cargo TAE, visto que a formação exigida para ingresso no cargo coincidem com as áreas acima elencadas.

Diante do exposto, arriscamos referenciar as atribuições dos TAE a partir da definição dos setores e espaços institucionais do IF Baiano, sintetizado no Quadro referencial de atribuições dos TAE por espaços e setores organizacionais do IF Baiano. Vale ressaltar que as referências constantes neste quadro foram construídas, de forma coletivizada, por meio da escuta das vivências cotidianas dos TAE, dos gestores responsáveis pelos setores do IF Baiano e, ainda, dos documentos legais que regem a EPT, da legislação concernente aos servidores técnico-administrativos e dos documentos institucionais do IF Baiano.

Assim, este Documento Referencial Orientador não pretende apenas propor uma mera institucionalização de um rol de atribuições para os TAE ou limitar e engessar o fazer desses servidores, e muito menos esgotar as possibilidades de atuação do TAE nos Institutos Federais. Ao contrário, toda esta escrita, cujos aportes contextuais e conceituais estão entrelaçados às vivências profissionais cotidianas, por meio da escuta nos relatos, depoimentos orais e escritos dos TAE e

demais partícipes deste intento, compõe um movimento inicial de reconhecimento da amplitude de atuação do profissional TAE, evidenciando os sentidos produzidos por esses profissionais no cotidiano de seu fazer, com vistas à valorização do fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano.

3.1 Quadros Referenciais de atribuições dos TAE por espaços e setores organizacionais do IF Baiano³

ESPAÇOS E SETORES ORGANIZACIONAIS – REITORIA

REITORIA

ações do setor

Esses setores são lotados pelo Reitor, chefe de gabinete e diretor executivo, os quais exercem cargos específicos de direção e/ou função gratificada.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

ações do setor

Esses setores são lotados pelo Reitor e seus chefes de gabinete e diretor executivo, os quais exercem cargos específicos de direção e/ou função gratificada.

PROPLAN – PRÓREITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ações do setor

- I- Elaborar e consolidar, em conjunto com os demais órgãos da Reitoria e com os campi, a proposta orçamentária do IF Baiano, em função dos planos, dos projetos e dos programas governamentais e institucionais e de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II- Consolidar, junto ao Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do IF Baiano;
- III- Coordenar e orientar as atividades de gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do IF Baiano;
- IV- Supervisionar o uso e a conservação dos recursos alocados na Reitoria, nos campi e nos núcleos avançados do IF Baiano, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento, de finanças, de material e de patrimônio;
- V- Orientar, acompanhar e supervisionar a execução orçamentária e financeira e a prestação de contas dos programas, dos projetos e dos convênios firmados pelo IF Baiano;
- VI- Realizar a análise das contas do Instituto;
- VII- Planejar e coordenar, em articulação com os campi, as ações administrativas relacionadas às áreas de serviço, de materiais e de patrimônio;
- VIII- Orientar, acompanhar e supervisionar a execução de contratos do IF Baiano;
- IX- Propor e apoiar, no âmbito administrativo, a elaboração de projetos para a obtenção de recursos financeiros para o IF Baiano;
- X- Elaborar, junto à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, a prestação de contas anual do IF Baiano e encaminhá-la ao(a) Reitor(a);
- XI- Zelar pela regularidade das contas e da execução dos processos de aquisição de materiais, de bens, de serviços e de obras do IF Baiano;
- XII- Levantar, analisar e disseminar os preceitos legais aplicados à administração, no âmbito do IF Baiano;
- XIII- Propor, organizar, padronizar e divulgar, no Instituto, procedimentos e normativas relacionados à área administrativa, visando uniformizar e modernizar a atuação do IF Baiano;
- XIV- Realizar a gestão das atividades e das ações relacionadas à logística de funcionamento e à manutenção das instalações da Reitoria;
- XV- Supervisionar os trabalhos da Comissão de Licitações da Reitoria;

³ Quadros Referenciais elaborados a partir da análise de variados documentos institucionais oficiais e minutas disponibilizadas para consultas, bem como a partir de sínteses das falas e respostas escritas pelos participantes no decurso da pesquisa.

	XVI- Acompanhar a elaboração de projetos de construção e de ampliação da estrutura física do IF Baiano, bem como controlar, monitorar e fiscalizar a execução das obras.
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação ativa na identificação das fragilidades e potencialidades dos processos de ensino e aprendizagem, bem como no âmbito da pesquisa e da extensão, de modo a apontar possíveis ações para compor o Plano Anual de Ações (PAA) e suas respectivas implicações orçamentárias; • Análise de dotação orçamentária destinada ao campo acadêmico e suas implicações no desenvolvimento educacional dos estudantes; • Atuação na manutenção do equilíbrio entre as demandas orçamentárias do campo administrativo e acadêmico; • Elaboração de materiais instrucionais e relatórios sobre os impactos da aquisição de materiais e serviços no desenvolvimento do processo educativo; • Participação colaborativa nas ações de coordenação de processos avaliativos da execução orçamentária e financeira e na prestação de contas dos programas, dos projetos e dos convênios firmados com foco nas implicações no processo educativo; • Elaboração de projetos para captação de recursos financeiros voltados para as diversas dimensões do processo educativo.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na análise da dotação orçamentária investida no campo acadêmico e suas implicações no desenvolvimento educacional dos estudantes; • Elaborar materiais instrucionais e relatórios sobre os impactos da aquisição de materiais e serviços no desenvolvimento do processo educativo. • Colaborar nas ações de coordenação de processos avaliativos da execução orçamentária e financeira e na prestação de contas dos programas, dos projetos e dos convênios firmados com foco nas implicações no processo educativo; • Elaborar projetos para captação de recursos financeiros voltados para as diversas dimensões do processo educativo.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação nas áreas administrativas, orçamentárias; • Elaboração de projetos; • Cursos de capacitação em recursos de informática para elaboração de materiais instrucionais.

PRODIN – PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Atuar na articulação das Pró-reitorias, das diretorias sistêmicas e dos campi, visando o desenvolvimento de programas, de projetos e de ações estratégicas institucionais;</p> <p>II- Fomentar, promover, coordenar, supervisionar e monitorar o planejamento institucional, objetivando a construção e a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Plano de Ação Anual do IF Baiano;</p> <p>III- Acompanhar e avaliar as ações, os projetos, os programas e os processos de trabalho do IF Baiano, tendo como foco o cumprimento das metas institucionais;</p> <p>IV- Propor políticas e projetos estratégicos para o Instituto como um todo ou, especificamente, para um campus;</p> <p>V- Articular, prospectar e formalizar parcerias com instituições de ensino, com órgãos governamentais, com empresas, com organizações sociais, com agências de fomento e com outros tipos de organização nacionais ou internacionais, visando a cooperação técnica, a troca de experiências e o intercâmbio técnico-científico e cultural, na perspectiva do desenvolvimento e do avanço do IF Baiano;</p> <p>VI- Propor alternativas organizacionais, observando os princípios da gestão do conhecimento, para o aperfeiçoamento da gestão do IF Baiano;</p> <p>VII- Assessorar, articular e coordenar ações voltadas à internacionalização do Instituto;</p>
-----------------------	--

VIII- Coordenar e articular com as Pró-reitorias, com as diretorias sistêmicas e com os Campi a elaboração do relatório anual de gestão do IF Baiano;

IX- Atuar na prospecção e na sistematização de dados, de informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico.

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- Atuação na identificação e proposição de ações estratégicas visando o desenvolvimento de programas e projetos que consolidem e qualifiquem o processo educativo no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação;
- Acompanhamento, orientação e avaliação do planejamento das ações do PDI e do PAA junto aos campi, atentando para o desenvolvimento institucional com foco nos processos educativos;
- Análise e avaliação das metas institucionais, articulando-as aos processos educativos;
- Fomentação de ações estratégicas que ampliem a abrangência do planejamento institucional, potencializando sua missão educadora;
- Atuação na identificação de possibilidades de ações colaborativas entre os diversos setores da reitoria e campi para consolidação do desenvolvimento dos processos educativos;
- Sincronização das estratégias e metas institucionais com políticas acadêmicas que abranjam ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura, comunicação, internacionalização e mobilidade;
- Assessoramento na elaboração do Relatório Anual de Gestão junto aos campi, pró-reitoras e diretorias sistêmicas, de modo a analisar as metas, as ações e os resultados alcançados com foco na missão educacional da instituição;
- Prospecção e sistematização de dados, de informações e de procedimentos institucionais na forma de conhecimentos estratégicos articulados às ações educacionais.

ATRIBUIÇÕES DO TAE

- Atuar na identificação e proposição de ações estratégicas visando o desenvolvimento de programas e projetos que consolidem e qualifiquem o processo educativo no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação;
- Elaborar estratégia de acompanhamento, orientação e avaliação do planejamento das ações do PDI e do PAA junto aos campi, atentando para o desenvolvimento institucional com foco nos processos educativos;
- Colaborar nos processos de análise e avaliação das metas institucionais, articulando-as aos processos educativos;
- Elaborar estratégias de fomentação de ações estratégicas que ampliem a abrangência do planejamento institucional, potencializando sua missão educadora;
- Atuar na identificação de possibilidades de ações colaborativas entre os diversos setores da reitoria e campi para consolidação do desenvolvimento dos processos educativos;
- Atuar na sincronização das estratégias e metas institucionais com políticas acadêmicas que abranjam ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura, comunicação, internacionalização e mobilidade;
- Assessorar a elaboração do Relatório Anual de Gestão junto aos campi, pró-reitoras e diretorias sistêmicas, de modo a analisar as metas, as ações e os resultados alcançados com foco na missão educacional da instituição;
- Contribuir para a elaboração da prestação de contas anual aos órgãos de controle externo;
- Construir estratégias de levantamento de dados institucionais e territoriais para fins de análise e planejamento da ampliação da oferta de cursos;
- Construir estratégias de levantamento de dados acerca da atuação institucional com foco na finalidade educacional da instituição;
- Propor meios de estreitar o acompanhamento ao corpo discente e à comunidade externa.

- Cursos na área de Gestão da Educação com fulcro nos resultados educacionais;
- Participação em eventos internos e externos envolvendo as questões relacionadas à EPT.

PROEN – PRÓ-REITORIA DE ENSINO

- I- Planejar, coordenar, acompanhar e propor as políticas, as diretrizes e as regulamentações relativas a todos os níveis e modalidades de ensino;
- II- Acompanhar e supervisionar o cumprimento da legislação e das normas internas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica e à Educação Superior de Graduação nas modalidades presencial e a distância;
- III- Orientar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino no âmbito do IF Baiano;
- IV- Coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação Superior de Graduação nas modalidades presencial e a distância;
- V- Coordenar, acompanhar e emitir pareceres sobre propostas de alteração nos currículos e nos projetos dos cursos;
- VI- Coordenar a elaboração e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IF Baiano;
- VII- Zelar pela adequação dos cursos ao Projeto Pedagógico Institucional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos objetivos institucionais;
- VIII- Coordenar e acompanhar os processos de avaliação externa dos cursos e dos programas de ensino do Instituto;
- IX- Propor, analisar e emitir pareceres sobre propostas de convênios que envolvam a realização de atividades de ensino;
- X- Fomentar e incentivar ações que possibilitem uma efetiva articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- XI- Promover atividades conjuntas com as demais Pró-reitorias, integrando fundamentos, concepções e práticas institucionais;
- XII- Coordenar e acompanhar o dimensionamento de vagas, a elaboração de critérios e a seleção de docentes efetivos, temporários e substitutos;
- XIII- Articular, coordenar e acompanhar a elaboração e a realização de Programa Institucional de Desenvolvimento e Capacitação de Docentes, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas;
- XIV- Orientar, acompanhar e supervisionar os processos de criação, de reformulação, de extinção e de reconhecimento dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- XV- Propor, orientar, acompanhar e supervisionar a elaboração e o desenvolvimento das políticas de assistência estudantil e de inclusão do IF Baiano;
- XVI- Coordenar os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- XVII- Fomentar, acompanhar e supervisionar a implantação e o desenvolvimento de programas e projetos de diversidade, de inclusão, de acesso, de permanência e de êxito do discente;
- XVIII- Aprovar e autorizar a expedição e o registro de diplomas e de certificados dos diversos cursos, níveis e modalidades, com base na avaliação da vida acadêmica do discente;
- XIX- Fomentar, acompanhar e apoiar a realização de eventos científico-pedagógicos relacionados ao ensino;
- XX- Fomentar e incentivar ações relativas à diversidade, à inclusão e à educação socioambiental;
- XXI- Promover a interlocução entre o IF Baiano e o Ministério da Educação quanto às políticas de ensino, nos seus diversos níveis e modalidades;
- XXII- Propor políticas para a formação continuada dos docentes e equipe técnico-pedagógica;
- XXIII- Orientar a elaboração e a implementação de políticas, programas e projetos para o acesso, a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes;
- XXIV- Propor diretrizes para normatização e melhorias nos procedimentos das diretorias acadêmicas dos campi.

- Planejamento, coordenação, acompanhamento e proposição de políticas, diretrizes e regulamentações relativas a todos os níveis de ensino;
- Orientação, acompanhamento, supervisão e avaliação dos processos educativos com vistas à observância da legislação interna e externa acerca da EPT e da Educação Superior nas modalidades presencial e à distância;
- Emissão de pareceres, a partir de análise de projetos educacionais, com atenção às legislações vigentes;
- Elaboração, coordenação, orientação, acompanhamento, supervisão e desenvolvimento de projetos pedagógicos dos cursos de EPT e Educação Superior;
- Acompanhamento e coordenação de propostas de alteração nos currículos e projetos de cursos, com emissão de pareceres;
- Mediação, acompanhamento e orientação de discussões para elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI);
- Monitoramento da articulação dos projetos institucionais com o PPPI;
- Análise da documentação concernente aos processos de avaliação interna e externa dos cursos e dos programas de ensino para assessoramento técnico-pedagógico;
- Proposição de ações que articulem o tripé ensino, pesquisa e extensão;
- Acompanhamento e monitoramento dos scores institucionais em relação à projeção de vagas aluno/professor/técnico-administrativo, com foco nas interferências e continuidade qualificada dos processos educativos;
- Assessoramento técnico-pedagógico às diferentes comissões vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão;
- Elaboração, colaboração, monitoramento e assessoramento de propostas de capacitação de docente e demais servidores;
- Orientação, acompanhamento e supervisão dos processos de criação, de reformulação, de extinção e de reconhecimento dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- Proposição, orientação, acompanhamento e supervisão da elaboração e desenvolvimento das políticas de assistência estudantil e de inclusão;
- Participação nas etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- Elaboração, coordenação, orientação, acompanhamento, supervisão e desenvolvimento de propostas de ações relativas à diversidade, à inclusão e à educação socioambiental;
- Participação nos processos de pesquisa institucional vinculada aos dados educacionais;
- Participação na interlocução entre o IF Baiano e o Ministério da Educação quanto às políticas de ensino, nos seus diversos níveis e modalidades;
- Participação na proposição de políticas de formação continuada dos docentes e equipe técnico-pedagógica;
- Orientação, elaboração e implementação de políticas, programas e projetos para o acesso, inclusão, permanência e êxito dos estudantes;
- Colaboração na proposição de diretrizes para normatização e melhorias nos procedimentos das diretorias acadêmicas dos campi.

- Acompanhar e coordenar as propostas de alteração nos currículos e projetos de cursos, com emissão de pareceres;
- Mediar, acompanhar e orientar discussões para elaboração Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI);
- Monitorar a articulação dos projetos institucionais com o PPPI;
- Analisar a documentação concernente aos processos de avaliação interna e externa dos cursos e dos programas de ensino para fins de assessoramento técnico-pedagógico;
- Propor ações que articulem o tripé ensino, pesquisa e extensão.
- Acompanhar e monitorar os scores institucionais em relação à projeção de vagas aluno/professor/técnico-administrativo, com foco nas interferências e continuidade qualificada dos processos educativos;
- Prestar assessoramento técnico-pedagógico às diferentes comissões vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão;;

	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar, colaborar, monitorar e assessorar as propostas de capacitação de docente e demais servidores • Orientar, acompanhar e supervisionar os processos de criação, de reformulação, de extinção, de reconhecimento e de renovação dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância; • Propor, orientar, acompanhar e supervisionar a elaboração e desenvolvimento das políticas de assistência estudantil e de inclusão; • Participar ativamente etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância; • Elaborar, coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar o desenvolvimento de propostas de ações relativas à diversidade, à inclusão e à educação socioambiental; • Participar ativamente nos processos de pesquisa institucional vinculadas aos diversos dados educacionais; • Participar, coordenar e acompanhar as políticas, diretrizes e regulamentações relativas a todos os níveis de ensino; • Orientar, acompanhar, supervisionar e avaliar os processos educativos com vistas à observância das legislações internas e externas acerca da Educação Profissional Técnica e da Educação Superior nas modalidades presencial e a distância; • Participar na interlocução entre o IF Baiano e o Ministério da Educação quanto às políticas de ensino, nos seus diversos níveis e modalidades; • Participar ativamente na proposição de políticas de formação continuada dos docentes e equipes técnico-pedagógicas; • Orientar, elaborar e implementar políticas, programas e projetos para o acesso, a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação sobre EJA, EAD e Gestão; • Cursos de formação em pesquisa, em coordenação pedagógica articulada com as modalidades de ensino; • Cursos na área de Direito Educacional; • Cursos relacionados à gestão educacional e assessoria pedagógica; • Cursos de formação em planejamento estratégico; • Formação na área de currículo.

PROEX – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Propor, coordenar e acompanhar o desenvolvimento das políticas e das diretrizes da extensão no IF Baiano;</p> <p>II- Planejar, fomentar, coordenar e acompanhar a execução de programas, de projetos e de ações relativas à extensão;</p> <p>III- Propor e supervisionar a aplicação de normas e de regulamentos pertinentes à extensão;</p> <p>IV- Articular ações, projetos e programas referentes à extensão, em parceria com outras instituições;</p> <p>V- Definir as políticas e as diretrizes de publicação e de difusão da produção técnico-científica do Instituto, em parceria com a PROPES;</p> <p>VI- Promover, coordenar e apoiar projetos, ações e atividades voltadas à divulgação técnico-científica e cultural, visando fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais existentes nas regiões de atuação do IF Baiano;</p> <p>VII- Acompanhar, articular e encaminhar ações referentes às chamadas públicas para fomento à extensão;</p> <p>VIII- Promover ações e atividades de extensão integradas ao ensino e à pesquisa, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento regional;</p> <p>IX- Incentivar e acompanhar, em conjunto com a PROPES e com a PROEN, a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos realizados nos campi ou que envolvam o IF Baiano;</p> <p>X- Desenvolver, junto com a PRODIN, ações de aproximação da comunidade do IF Baiano com o mundo do trabalho, com os segmentos sociais e com os arranjos produtivos locais e regionais;</p> <p>XI- Propor, em conjunto com a PROEN, diretrizes e normas de funcionamento dos cursos de formação continuada no âmbito do Instituto;</p> <p>XII- Prospectar e organizar demandas sociais relativas à necessidade de formação continuada para atuação</p>
-----------------------	---

	<p>profissional integrada ao desenvolvimento social e econômico nas microrregiões de abrangência do Instituto;</p> <p>XIII- Propor, incentivar e coordenar, em interação e com a aquiescência da PROEN, o desenvolvimento de cursos de qualificação, de atualização e de aperfeiçoamento voltados à promoção da educação continuada para a comunidade regional;</p> <p>XIV- Propor, em articulação com a PROEN e com a PROPES, a criação de programas institucionais de incentivo à melhoria do ensino e ao desenvolvimento da extensão, da pesquisa e da inovação.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento, proposição e coordenação de ações educacionais com foco no desenvolvimento das políticas e das diretrizes da extensão; • Planejamento, coordenação e acompanhamento de programas, de projetos e de ações relativas à extensão; • Articulação de ações, projetos e programas referentes à extensão, colaborando na busca por parcerias com outras instituições; • Participação em processos de produção, fomento e divulgação científica, atento às ações extensionistas da Reitoria e dos campi; • Planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de extensão integradas ao ensino e à pesquisa, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento regional; • Colaboração em eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos realizados nos campi ou que envolvam o IF Baiano; • Participação na produção de documentos institucionais que promovam a articulação com outros setores tendo em vista o desenvolvimento de processos educativos de formação continuada no âmbito do IF Baiano; • Colaboração nos levantamentos estatísticos de dados educacionais para os processos de prospecção e organização de demandas sociais relativas à necessidade de formação continuada para atuação profissional integrada ao desenvolvimento social e econômico nas microrregiões de abrangência do Instituto; • Participação ativa nas ações e processos de melhoria do ensino, da extensão, da pesquisa e da inovação.
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ATRIBUIÇÕES DO TAE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assessorar, propor e coordenar ações educacionais com foco no desenvolvimento das políticas e das diretrizes da extensão; • Planejar, coordenar e acompanhar os programas, de projetos e de ações relativas à extensão; • Articular ações, projetos e programas referentes à extensão, colaborando na busca por parcerias com outras instituições; • Participar ativamente de processos de produção, fomento e divulgação científica, atento às ações extensionistas da Reitoria e dos campi. • Participar do planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de extensão integradas ao ensino e à pesquisa, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento regional; • Colaborar em eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos realizados nos campi ou que envolvam o IF Baiano; • Participar ativamente na produção de documentos institucionais que promovam a articulação com outros setores tendo em vista o desenvolvimento de processos educativos de formação continuada no âmbito do IF Baiano; • Colaborar nos levantamentos estatísticos de dados educacionais para os processos de prospecção e organização de demandas sociais relativas à necessidade de formação continuada para atuação profissional integrada ao desenvolvimento social e econômico nas microrregiões de abrangência do Instituto; • Participar ativamente nas ações e processos de melhoria do ensino, da extensão, da pesquisa e da inovação; • Participar ativamente dos processos de socialização de informações e regulamentos da PROEX à comunidade.
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">DEMANDAS FORMATIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projetos (ensino/pesquisa/extensão); • Cursos de capacitação sobre Metodologias Ativas; • Ferramentas tecnológicas voltadas ao acompanhamento e gerenciamento das ações de curricularização da extensão; • Cursos sobre as bases estruturais dos Institutos Federais e sobre as bases conceituais da EPT.

- I- Propor, coordenar e acompanhar o desenvolvimento das políticas e diretrizes de pesquisa e de inovação do IF Baiano;
- II- Planejar, fomentar, coordenar e acompanhar a execução de programas, de projetos e de ações de pesquisa e de inovação;
- III- Propor e supervisionar a aplicação de normas e de regulamentos pertinentes à pesquisa;
- IV- Articular ações, projetos e programas referentes à pesquisa e à inovação, em parceria com outras instituições;
- V- Propor, juntamente com a PROEX, políticas e diretrizes para a publicação e a divulgação da produção técnico-científica do Instituto;
- VI- Acompanhar, articular e encaminhar ações referentes às chamadas públicas oriundas de órgãos de fomento à pesquisa e à inovação;
- VII- Propor e acompanhar as políticas de proteção à criação e à propriedade intelectual, no âmbito do IF Baiano;
- VIII- Promover ações de incentivo à pesquisa aplicada voltadas ao desenvolvimento regional, em consonância com os arranjos produtivos e sociais locais;
- IX- Planejar, fomentar, coordenar e acompanhar a execução de programas e de projetos de iniciação científica relacionados à pesquisa e à inovação;
- X- Propor e incentivar a criação de grupos e de núcleos de pesquisa aplicada voltados ao cumprimento dos objetivos institucionais;
- XI- Coordenar os processos seletivos para ingresso de alunos nos cursos de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- XII- Acompanhar e supervisionar o cumprimento da legislação e das normas internas da pós- graduação, nas modalidades presencial e a distância, bem como coordenar o desenvolvimento dos seus projetos pedagógicos;
- XIII- Orientar, acompanhar e supervisionar os processos de criação, de reformulação, de extinção e de reconhecimento dos cursos de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.

- Assessoramento, proposição e coordenação de ações educacionais com foco no desenvolvimento das políticas e diretrizes de pesquisa e de inovação do IF Baiano;
- Planejamento, coordenação e acompanhamento de programas, de projetos e de ações relativas à pesquisa e inovação;
- Articulação de ações, projetos e programas referentes à pesquisa e inovação, colaborando na busca por parcerias com outras instituições;
- Participação em processos de produção, fomento e divulgação científica, atento às ações de pesquisa e inovação da Reitoria e dos Campi e seus diálogos com o ensino.
- Planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de pesquisa integradas ao ensino e à extensão, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento regional;
- Proposição, participação e acompanhamento de grupos e de núcleos de pesquisas voltados ao cumprimento dos objetivos institucionais.
- Colaboração nos levantamentos estatísticos de dados educacionais para os processos de prospecção e organização de demandas sociais relativas à necessidade em nível de pós-graduação, atentando para o desenvolvimento social e econômico nas microrregiões de abrangência do Instituto;
- Acompanhamento e supervisão do cumprimento da legislação e das normas internas da pós- graduação, nas modalidades presencial e a distância, bem como coordenação do desenvolvimento dos seus projetos pedagógicos;
- Participação ativa nas ações e processos de melhoria do ensino, da extensão, da pesquisa e da inovação em articulação integrada;
- Orientação, acompanhamento e supervisão dos processos de criação, de reformulação, de extinção e de reconhecimento dos cursos de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.

ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Assessorar, propor e coordenar ações educacionais com foco no desenvolvimento das políticas e diretrizes de pesquisa e de inovação do IF Baiano; • Participar ativamente do planejamento, coordenação e acompanhamento de programas, de projetos e de ações relativas à pesquisa e inovação; • Atuar na articulação de ações, projetos e programas referentes à pesquisa e inovação, colaborando na busca por parcerias com outras instituições; • Participar de processos de produção, fomento e divulgação científica, atento às ações de pesquisa e inovação da Reitoria e dos campi e seus diálogos com o ensino; • Atuar no planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de pesquisa integradas ao ensino e à extensão, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento regional; • Atuar na proposição, participação e acompanhamento de grupos e de núcleos de pesquisas voltados ao cumprimento dos objetivos institucionais; • Colaborar nos levantamentos estatísticos de dados educacionais para os processos de prospecção e organização de demandas sociais relativas à necessidade em nível de pós-graduação, atentando para o desenvolvimento social e econômico nas microrregiões de abrangência do Instituto; • Acompanhar e supervisionar o cumprimento da legislação e das normas internas da pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, bem como atuar na coordenação do desenvolvimento dos seus projetos pedagógicos; • Participar ativamente das ações e processos de melhoria do ensino, da extensão, da pesquisa e da inovação em articulação integrada; • Atuar na orientação, acompanhamento e supervisão dos processos de criação, de reformulação, de extinção e de reconhecimento dos cursos de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância; • Atuar no acompanhamento das pesquisas como estratégia de ensino, como foco na dimensão formativa dos programas de mestrado e doutorado.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação sobre Elaboração de projetos (ensino/pesquisa/extensão); • Cursos de capacitação sobre Metodologias Ativas; • Cursos de capacitação sobre ferramentas tecnológicas voltadas para o acompanhamento/gerenciamento das ações de pesquisa; • Cursos acerca das bases estruturais dos Institutos Federais e as bases conceituais da EPT.

DGP – DIRETORIA GERAL DE PESSOAS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Propor políticas e desenvolver ações e atividades inerentes à gestão de pessoas, em consonância com a legislação federal e com as normas internas;</p> <p>II- Propor, promover, articular e coordenar atividades inerentes à capacitação e à melhoria da qualidade de vida dos(as) servidores(as) do IF Baiano;</p> <p>III- Gerenciar a vida funcional dos quadros técnico-administrativo em educação e docente;</p> <p>IV- Efetuar os registros funcionais dos(as) servidores(as) no sistema SIGA RH do IF Baiano e nos sistemas de administração de pessoas do governo federal;</p> <p>V- Executar ações de estímulo e de conscientização que proporcionem uma melhor qualidade de vida ao(a) servidor(a);</p> <p>VI- Efetuar os controles necessários à elaboração, à manutenção, à homologação e ao processamento da folha de pagamento dos(as) servidores(as);</p> <p>VII- Definir métodos de execução de atividades relacionadas à administração de pessoas;</p> <p>VIII- Coordenar e orientar os Núcleos de Apoio à Gestão de Pessoas dos Campi do IF Baiano em relação às questões técnicas e aos procedimentos para o desenvolvimento dos processos de trabalho;</p> <p>IX- Acompanhar e supervisionar a frequência dos(as) servidores(as) por meio do sistema de ponto estabelecido pelo(a) Reitor(a);</p> <p>X- Gerenciar e desenvolver os processos de seleção, de admissão, de acompanhamento, de avaliação,</p>
-----------------------	---

	<p>de afastamento, de aposentadoria, de exoneração e de demissão dos(as) servidores(as) do IF Baiano;</p> <p>XI- Propor e aplicar métodos e instrumentos de gestão para a avaliação de desempenho e de estágio probatório para o acompanhamento funcional e desenvolvimento dos(as) servidores(as) docentes e técnico-administrativos em educação do IF Baiano;</p> <p>XII- Manter a guarda, o controle e a atualização das pastas funcionais dos(as) servidores(as);</p> <p>XIII- Organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à área de gestão de pessoas;</p> <p>XIV- Elaborar, em conjunto com a PROEN e com a PRODIN, o plano anual de capacitação dos(as) servidores(as) do IF Baiano;</p> <p>XV- Realizar com a PRODIN estudos de dimensionamento da força de trabalho e adequação do quadro de pessoal dos Campi e da Reitoria.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proposição, articulação e coordenação de atividades inerentes à capacitação e à melhoria da qualidade de vida dos(as) servidores(as) do IF Baiano; • Acompanhamento e monitoramento dos quadros de pessoal institucional em relação à projeção de vagas aluno/professor/técnico-administrativo, com foco nas interferências e continuidade qualificada dos processos educativos; • Formulação de momentos formativos sobre os métodos de execução de atividades relacionadas à gestão de pessoas; • Desenvolvimento de ações formativas em relação às questões técnicas e aos procedimentos para o desenvolvimento dos processos de trabalho na reitoria e nos campi; • Planejamento, organização e execução de ações orientadoras e formativas de acolhimento de servidores desde os processos de admissão até a aposentadoria; • Assessoramento pedagógico no âmbito da proposição e aplicação de métodos e instrumentos de gestão para a avaliação de desempenho e de estágio probatório, para o acompanhamento funcional e para o desenvolvimento dos(as) servidores(as) docentes e técnico-administrativos em educação do IF Baiano; • Planejamento, organização de atividades lúdicas e pedagógicas junto aos servidores; • Intervenção pedagógica nas ações de desenvolvimento de pessoas, que necessitem de um olhar multiprofissional relacionada à carreira, capacitação, saúde do trabalhador e acompanhamento funcional; • Produção e avaliação de materiais pedagógicos no campo das políticas de desenvolvimento de pessoas; • Assessoramento às comissões institucionais enquanto especialista pedagógico ou como membro participante (CPA, CIS, dentre outras); • Participação na elaboração do plano anual de capacitação dos(as) servidores(as) do IF Baiano.
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ATRIBUIÇÕES DO TAE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na proposição, articulação e coordenação de atividades inerentes à capacitação e à melhoria da qualidade de vida dos(as) servidores(as) do IF Baiano; • Acompanhar e monitorar os quadros de pessoal institucional em relação à projeção de vagas aluno/professor/técnico-administrativo, com foco nas interferências e continuidade qualificada dos processos educativos; • Atuar na formulação e planejamento de momentos formativos sobre os métodos de execução de atividades relacionadas à gestão de pessoas; • Atuar no desenvolvimento de ações formativas relacionados às questões técnicas e aos procedimentos para o desenvolvimento dos processos de trabalho na reitoria e nos campi; • Participar do planejamento, organização e execução de ações orientadoras e formativas de acolhimento de servidores desde os processos de admissão até a aposentadoria; • Prestar assessoramento pedagógico no âmbito da proposição e aplicação de métodos e instrumentos de gestão para a avaliação de desempenho e de estágio probatório, para o acompanhamento funcional e para o desenvolvimento dos(as) servidores(as) docentes e técnico-administrativos em educação do IF Baiano;

	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar no planejamento, organização e execução de atividades lúdicas e pedagógicas junto aos servidores; • Atuar na intervenção pedagógica nas ações de desenvolvimento de pessoas que necessitem de um olhar multiprofissional relacionados à carreira, capacitação, saúde do trabalhador e acompanhamento funcional; • Atuar na elaboração e avaliação de materiais pedagógicos no campo das políticas de desenvolvimento de pessoas; • Prestar assessoramento às comissões institucionais enquanto especialista pedagógico ou como membro participante (CPA, CIS, dentre outras); • Participar ativamente da elaboração do plano anual de capacitação dos(as) servidores(as) do IF Baiano; • Elaborar materiais informativos, manuais, projetos e programas com foco nas ações de acompanhamento e análise dos processos de trabalho dos servidores do IF Baiano.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação sobre estratégias de desenvolvimento pessoal, com foco na legislação vigente sobre essa matéria; • Cursos de capacitação sobre ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais; • Cursos de capacitação voltados para construção e tratamento de dados estatísticos; • Estudos sobre as políticas públicas de desenvolvimento pessoal; • Cursos sobre elaboração de projetos de ensino.

DGTI – DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão e de desenvolvimento de sistemas informatizados do IF Baiano e a interface com os(as) demais integrantes do Sistema Nacional da Educação Tecnológica e Profissionalizante (SISTEC);</p> <p>II- Planejar, coordenar e supervisionar o gerenciamento dos serviços de administração da rede, do parque de informática, das bases de dados e do suporte ao(à) usuário(a) dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação;</p> <p>III- Planejar e supervisionar os convênios e os contratos de bens e de serviços na área de Tecnologia da Informação e Comunicação;</p> <p>IV- Coordenar e acompanhar a elaboração e o desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);</p> <p>V- Propor ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) políticas, programas, projetos e ações relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação, com vistas ao desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);</p> <p>VI- Coordenar e supervisionar o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações na área de Tecnologia da Informação e Comunicação aprovados pelo CGTI;</p> <p>VII- Propor, em conjunto com a DGP, programas e projetos para treinamento e para capacitação dos(as) servidores(as) do IF Baiano na área de Tecnologia da Informação e Comunicação;</p> <p>VIII- Propor e disseminar normas, padrões e melhores práticas de Tecnologia da Informação junto à Reitoria e aos campi.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais pedagógicos instrucionais inerentes à gestão e desenvolvimento de sistemas informatizados do IF Baiano; • Assessoramento técnico-pedagógico nos processos de coordenação, acompanhamento e elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), atentando para os impactos deste no desenvolvimento dos processos educativos nos campi; • Suporte técnico-pedagógico frente à proposição de programas e projetos para treinamento e capacitação dos(as) servidores(as) do IF Baiano na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; • Elaboração de materiais pedagógicos para disseminação de normas, padrões e melhores práticas de Tecnologia da Informação junto à Reitoria e aos campi.

ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar materiais pedagógicos instrucionais inerentes à gestão e desenvolvimento de sistemas informatizados do IF Baiano; • Prestar assessoramento técnico-pedagógico nos processos de coordenação, acompanhamento e elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), atentando aos impactos deste no desenvolvimento dos processos educativos nos campi; • Prestar suporte técnico-pedagógico frente à proposição de programas e projetos para treinamento e para capacitação dos(as) servidores(as) do IF Baiano na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; • Elaborar materiais pedagógicos para disseminação de normas, padrões e melhores práticas de Tecnologia da Informação junto à Reitoria e aos campi do IF Baiano.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação na área de assessoramento e coordenação pedagógica; • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre elaboração de projetos de ensino.

DC – DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Produzir e divulgar matérias jornalísticas, após autorização do(a) Reitor(a);</p> <p>II- Realizar cobertura jornalística e fotográfica de eventos da Reitoria ou aqueles designados pelo(a) Reitor(a);</p> <p>III- Relacionar-se com a imprensa externa no que se refere à programação e agendamento de entrevistas, mobilização para atos do IF Baiano e sugestão de pauta;</p> <p>IV- Coordenar a clipagem diária dos principais jornais impressos que circulam na Bahia;</p> <p>V- Administrar as contas institucionais do IF Baiano nas redes sociais;</p> <p>VI- Zelar pela atualização do site institucional, inclusive na publicação de editais;</p> <p>VII- Publicar o boletim de serviço no âmbito da Reitoria;</p> <p>VIII- Criar material gráfico para divulgação de eventos promovidos pelo IF Baiano;</p> <p>IX- Criar toda identidade visual dos documentos institucionais;</p> <p>X- Coordenar a organização dos eventos promovidos pela Reitoria e assessorar os campi em atividades dessa natureza;</p> <p>XI- Coordenar os eventos promovidos pelos campi em que o(a) Reitor(a) estiver presente;</p> <p>XII- Estabelecer diretrizes para padronização dos eventos e da comunicação em todo o Instituto;</p> <p>XIII- Desempenhar outras atividades correlatas ou afins.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<p>Elaboração de materiais de divulgação de cunho informativo/formativo destinados à comunidade acadêmica.</p>
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<p>Elaborar materiais de divulgação de cunho informativo/formativo destinados à comunidade acadêmica.</p>

Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos.

ESPAÇOS E SETORES ORGANIZACIONAIS – CAMPI

DIRETORIA GERAL E GABINETE

AÇÕES
DO SETOR

Esses setores são lotados pelo diretor geral e seu respectivo chefe de gabinete, os quais exercem cargos específicos de direção e função gratificada.

NÚCLEO DE APOIO À COMUNICAÇÃO E EVENTOS

AÇÕES DO SETOR

- I- Participar da implementação da Política de Comunicação do IF Baiano;
- II- Aplicar normas internas de comunicação na área digital (sítio eletrônico, mídias e redes sociais);
- III- Planejar, apoiar e realizar a divulgação dos processos seletivos do campus;
- IV- Promover a comunicação e a divulgação dos eventos e das ações realizadas pelo campus;
- V- Coordenar o cerimonial e os eventos do campus;
- VI- Participar de projetos e campanhas *comunicacionais* e publicitárias do IF Baiano;
- VII- Auxiliar a Direção do campus na publicização dos atos administrativos e pedagógicos da gestão;
- VIII- Organizar a recepção das autoridades e visitantes ilustres às dependências do campus.

AÇÕES DO SETOR
VINCULADAS AOS
ASSUNTOS
EDUCACIONAIS

- Elaboração de materiais de divulgação de cunho informativo/formativo destinados à comunidade acadêmica;
- Promoção de atividades que articulem a comunicação aos processos educativos do campus.

ATRIBUIÇÕES
DO TAE

- Elaborar materiais de divulgação de cunho informativo/formativo destinados à comunidade acadêmica;
- Atuar na promoção de atividades que articulem a comunicação aos processos educativos do campus.

DEMANDAS
FORMATIVAS

Cursos de formação sobre ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais informativos e pedagógicos.

NÚCLEO DE APOIO À GESTÃO DE PESSOAS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Implementar políticas, programas, projetos e ações de gestão e desenvolvimento de pessoal e de qualidade de vida no trabalho, conforme diretrizes da Diretoria de Gestão de Pessoas;</p> <p>II- Identificar, planejar e apresentar demandas de cursos de capacitação, aperfeiçoamento e qualificação para servidores(as);</p> <p>III- Assessorar o(a) Diretor(a) do campus em matérias relativas à gestão de pessoas;</p> <p>IV- Instruir e acompanhar processos, frequência, avaliação, progressão, afastamento, licença, aposentadoria, exoneração e demissão de servidores(as);</p> <p>V- Instruir, supervisionar e acompanhar os processos de avaliação de desempenho, acompanhamento funcional, estágio probatório e desenvolvimento dos(as) servidores(as) do campus;</p> <p>VI- Organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à área de gestão de pessoas em boletins internos;</p> <p>VII- Participar de estudos de dimensionamento da força de trabalho e adequação do quadro de pessoal do campus;</p> <p>VIII- Organizar, efetuar e controlar o registro dos dados cadastrais e das ocorrências funcionais dos(as) servidores(as);</p> <p>IX- Analisar e emitir parecer em processos de solicitação de direitos e vantagens e de deveres funcionais;</p> <p>X- Promover estudos de dimensionamento da força de trabalho e adequação do quadro de pessoal docente, em articulação com as diretorias do campus.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Proposição, articulação e coordenação de atividades inerentes à capacitação e à melhoria da qualidade de vida dos(as) servidores(as) do campus; • Acompanhamento e monitoramento dos quadros de pessoal do campus em relação à projeção de vagas aluno/professor/técnico-administrativo, com foco nas interferências e continuidade qualificada dos processos educativos; • Proposição de momentos formativos destinados aos servidores lotados nos mais diversos setores do campus; • Desenvolvimento de ações formativas em relação às questões técnicas e aos procedimentos para o desenvolvimento dos processos de trabalho no campus; • Planejamento, organização e execução de ações orientadoras e formativas de acolhimento de servidores desde a entrada em exercício até a aposentadoria; • Assessoramento pedagógico no âmbito da proposição e aplicação de ações e instrumentos de gestão para a avaliação do desempenho e de estágio probatório, para o acompanhamento funcional e para o desenvolvimento dos(as) servidores(as) docentes e técnico-administrativos em educação no campus; • Planejamento, organização de atividades lúdicas e pedagógicas junto aos servidores; • Intervenção pedagógica nas ações de desenvolvimento de pessoas que necessitem de um olhar multiprofissional relacionado à carreira, capacitação, saúde do trabalhador e acompanhamento funcional; • Produção e avaliação de materiais pedagógicos no campo das políticas de desenvolvimento de pessoas; • Assessoramento às comissões institucionais enquanto especialista pedagógico ou como membro participante (CPA, CIS, dentre outras); • Acompanhamento e monitoramento das ações inerentes ao plano anual de capacitação dos(as) servidores(as) no âmbito do campus.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente na proposição, articulação e coordenação de atividades inerentes à capacitação e à melhoria da qualidade de vida dos(as) servidores(as) do campus; • Acompanhar e monitorar os quadros de pessoal do campus em relação à projeção de vagas aluno/professor/técnico-administrativo, com foco nas interferências e continuidade qualificada dos processos educativos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar na proposição e planejamento de momentos formativos destinados aos servidores lotados nos mais diversos setores do campus; • Participar ativamente do planejamento e execução de ações formativas em relação às questões técnicas e aos procedimentos para o desenvolvimento dos processos de trabalho no campus; • Atuar no planejamento, organização e execução de ações orientadoras e formativas de acolhimento de servidores desde a entrada em exercício até a aposentadoria; • Prestar assessoramento pedagógico no âmbito da proposição e aplicação de ações e instrumentos de gestão para a avaliação do desempenho e de estágio probatório, para o acompanhamento funcional e para o desenvolvimento dos(as) servidores(as) docentes e técnico-administrativos em educação no campus; • Atuar no planejamento, organização e execução de atividades lúdicas e pedagógicas junto aos servidores; • Atuar na intervenção pedagógica nas ações de desenvolvimento de pessoas que necessitem de um olhar multiprofissional relacionado à carreira, capacitação, saúde do trabalhador e acompanhamento funcional; • Participar ativamente da produção e avaliação de materiais pedagógicos no campo das políticas de desenvolvimento de pessoas; • Prestar assessoramento às comissões institucionais enquanto especialista pedagógico ou como membro participante (CPA, CIS, dentre outras); • Acompanhar e monitorar as ações inerentes ao plano anual de capacitação dos(as) servidores(as) no âmbito do campus.
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">DEMANDAS FORMATIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação sobre estratégias de desenvolvimento pessoal, com foco na legislação vigente sobre essa matéria; • Cursos de capacitação sobre ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de capacitação voltados para construção e tratamento de dados estatísticos; • Estudos sobre as políticas públicas de desenvolvimento pessoal; • Cursos sobre elaboração de projetos de ensino.

NGTI – NÚCLEO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">AÇÕES DO SETOR</p>	<ul style="list-style-type: none"> I- Prover e manter a infraestrutura aos usuários de sistemas de informação; II- Analisar, desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação, em consonância com a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI); III- Manter atualizadas as informações, junto à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, acerca das demandas na produção de <i>software</i> e as soluções internas criadas; IV- Prover meios para a efetiva proteção dos dados digitais institucionais, <i>hardware</i> e <i>software</i>, de forma a manter a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos equipamentos e sistemas do campus; V- Prover suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação; VI- Assessorar a Direção Geral quanto aos recursos computacionais adequados ao desempenho e funcionamento das Unidades de Trabalho do campus; VII- Propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria de infraestrutura e sistemas computacionais relativos às áreas de informatização do campus; VIII- Assessorar a Direção Geral na aplicação e uso de <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> necessários ao funcionamento do campus; IX- Implantar as políticas e padrões institucionais e os procedimentos locais para a efetiva proteção dos dados digitais institucionais necessários à operacionalização da rede local; X- Adequar os serviços, métodos e modelos aos padrões propostos pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do IF Baiano;
---	--

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<p>XI- Assessorar tecnicamente a contratação de soluções de TI, emitindo termos de referência e pareceres, em consonância com a DGTI;</p> <p>XII- Acompanhar e assessorar a fiscalização da execução de serviços de terceiros em TI;</p> <p>XIII- Promover manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática do campus, assegurando que permaneçam atualizados e em pleno funcionamento;</p> <p>XIV- Gerenciar a manutenção dos laboratórios de informática;</p> <p>XV- Desenvolver outras atividades, no âmbito da TI, propostas pela Direção Geral.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais pedagógicos instrucionais inerentes à gestão e desenvolvimento de sistemas informatizados do campus; • Assessoramento técnico-pedagógico nos processos de coordenação, acompanhamento e elaboração dos projetos vinculados à educação e tecnologia da informação no campus; • Suporte técnico-pedagógico frente à proposição de programas e projetos para treinamento e para capacitação dos(as) servidores(as) do campus na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; • Elaboração de materiais pedagógicos para disseminação de normas, padrões e melhores práticas de Tecnologia da Informação junto ao campus.
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar materiais pedagógicos instrucionais inerentes à gestão e desenvolvimento de sistemas informatizados do campus; • Prestar assessoramento técnico-pedagógico nos processos de coordenação, acompanhamento e elaboração dos projetos vinculados à educação e tecnologia da informação no campus; • Prestar suporte técnico-pedagógico frente à proposição de programas e projetos para treinamento e para capacitação dos(as) servidores(as) do campus na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; • Elaborar materiais pedagógicos para disseminação de normas, padrões e melhores práticas de Tecnologia da Informação junto ao campus.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar materiais pedagógicos instrucionais inerentes à gestão e desenvolvimento de sistemas informatizados do campus; • Prestar assessoramento técnico-pedagógico nos processos de coordenação, acompanhamento e elaboração dos projetos vinculados à educação e tecnologia da informação no campus; • Prestar suporte técnico-pedagógico frente à proposição de programas e projetos para treinamento e para capacitação dos(as) servidores(as) do campus na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; • Elaborar materiais pedagógicos para disseminação de normas, padrões e melhores práticas de Tecnologia da Informação junto ao campus.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação na área de assessoramento e coordenação pedagógica; • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre elaboração de projetos de ensino.

NRI – NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Apoiar as ações da Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional;</p> <p>II- Realizar estudos de demanda junto à comunidade em geral para a implantação de novos cursos e adequação curricular;</p> <p>III- Identificar parceiros em potencial para cooperação mútua;</p> <p>IV- Coordenar o processo de elaboração do Relatório de Gestão semestral;</p> <p>V- Coordenar a elaboração e o monitoramento do Plano de Ação Anual (PAA) do campus, em consonância com o PDI;</p> <p>VI- Dar suporte à Direção Geral para monitoramento e cumprimento dos objetivos estratégicos do PDI;</p> <p>VII- Assessorar o(a) Diretor(a) Geral nas estratégias de articulação e integração entre campus e Comunidade Externa;</p> <p>VIII- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam afins ou lhe tenham sido atribuídas.</p>
----------------	---

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento na realização de estudos de demanda junto à comunidade em geral para a implantação de novos cursos e adequação curricular; • Colaboração nos processos de ampliação dos diálogos interinstitucionais, identificando parcerias e articulando estratégias de integração campus-comunidade externa, com foco no desenvolvimento de processos educativos; • Coordenação, elaboração e monitoramento dos planejamentos e relatórios institucionais, propondo e avaliando ações que integrem as questões educacionais mais emergentes oriundas do acontecer do processo educativo.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento na realização de estudos de demanda junto à comunidade em geral para a implantação de novos cursos e adequação curricular; • Colaborar nos processos de ampliação dos diálogos interinstitucionais, identificando parcerias e articulando estratégias de integração campus-comunidade externa, com foco no desenvolvimento de processos educativos; • Coordenar, elaborar e monitorar os planejamentos e relatórios institucionais, propondo e avaliando as ações que integrem as questões educacionais oriundas do acontecer do processo educativo.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação na área de assessoramento pedagógico a estágios e coordenação pedagógica; • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre elaboração de projetos de parcerias institucionais; • Cursos de capacitação na área de legislação de estágios.

NUPPI – NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E PARCERIAS INSTITUCIONAIS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Assessorar a Direção-Geral do campus na organização e realização de reuniões de planejamento estratégico e parcerias institucionais;</p> <p>II- Assessorar a Direção-Geral na aquisição de dados e informações para subsidiar o planejamento estratégico e o Relatório de Gestão;</p> <p>III- Assessorar a Direção-Geral na consolidação de dados do Plano de Ações Anual (PAA), mapeamento de processos e Plano de Desenvolvimento Institucional no campus;</p> <p>IV- Prospectar e viabilizar parcerias que coadunem com o planejamento estratégico da Direção-Geral do campus e com a missão do IF Baiano;</p> <p>V- Orientar o proponente, conforme o Guia Orientador para formalização de parcerias institucionais no IF Baiano, na instrução do processo;</p> <p>VI- Conferir e enviar à PRODIN/COPIN o processo de solicitação de parceria, em conformidade com as diretrizes institucionais;</p> <p>VII- Orientar o proponente, posteriormente conferir a documentação do processo de proposta de parcerias, devolvendo-o para adequação quando necessário;</p> <p>VIII- Encaminhar o processo em conformidade à PRODIN/COPIN, em até 10 dias consecutivos a partir do recebimento;</p> <p>IX- Acompanhar os prazos de início e término das parcerias;</p> <p>X- Orientar o proponente da parceria sobre o interesse na aditivação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para o final do termo da parceria;</p> <p>XI- Disseminar a política e boas práticas relacionadas à gestão de riscos;</p> <p>XII- Conduzir a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) no campus com a Direção Geral;</p> <p>XIII- Contribuir para o fomento da cultura institucional de acompanhamento e gerenciamento de dados e informações;</p> <p>XIV- Orientar os servidores quanto ao atendimento aos padrões estabelecidos de preenchimento de tabelas, guias, relatórios ou outros meios necessários para a atualização e levantamento de dados e</p>
-----------------------	--

	informações institucionais.
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento à Direção-Geral do campus no planejamento, organização e realização de ações estratégicas que mantenham a articulação com o fazer educativo, subsidiando na aquisição de dados e informações acadêmicas para prospecção e viabilização de mapeamentos, parcerias, diretrizes e relatórios institucionais; • Elaboração de materiais pedagógicos para a disseminação da política e boas práticas relacionadas à gestão de riscos; • Assessoramento à Direção Geral na promoção de eventos formativos para orientação dos servidores quanto ao atendimento aos padrões estabelecidos de preenchimento de tabelas, guias, relatórios ou outros meios necessários para a atualização e levantamento de dados e informações institucionais.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento à Direção-Geral do campus no planejamento, organização e realização de ações estratégicas que mantenham a articulação com o fazer educativo, subsidiando na aquisição de dados e informações acadêmicas para prospecção e viabilização de mapeamentos, parcerias, diretrizes e relatórios institucionais; • Atuar na elaboração de materiais pedagógicos para a disseminação da política e de boas práticas relacionadas à gestão de riscos; • Prestar assessoramento à Direção Geral na promoção de eventos formativos para orientação dos servidores quanto ao atendimento aos padrões estabelecidos de preenchimento de tabelas, guias, relatórios ou outros meios necessários para atualização e levantamento de dados e informações institucionais.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação na área de assessoramento pedagógico; • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos.

NÚCLEO DE LABORATÓRIOS

AÇÕES DO SETOR	<ul style="list-style-type: none"> I- Supervisionar o desenvolvimento das atividades realizadas nos laboratórios; II- Zelar pelo patrimônio e bom funcionamento dos laboratórios, observando seus respectivos regulamentos; III- Organizar o inventário, planejar e elaborar proposta de aquisição de todos os materiais de consumo e equipamentos de uso geral; IV- Realizar o controle e a manutenção dos recursos materiais de responsabilidade do núcleo; V- Elaborar regulamentos de uso e normas de segurança para os laboratórios; VI- Zelar pelo aprimoramento técnico dos(as) servidores(as) que atuam nos laboratórios; VII- Controlar o provimento, o estoque e as condições de armazenamento de materiais dos laboratórios; VIII- Participar da definição ou reestruturação das instalações laboratoriais; IX- Subsidiar atividades de manejo e descarte de material químico, físico e biológico; X- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste Regimento, mas de interesse da Administração.
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento pedagógico aos técnicos, docentes e demais usuários dos laboratórios, orientando-os na perspectiva do caráter formativo desses espaços; • Promoção de eventos formativos destinados a técnicos e docentes sobre os potenciais formativos inerentes a cada laboratório.

ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento pedagógico aos técnicos, docentes e demais usuários dos laboratórios, orientando-os na perspectiva do caráter formativo desses espaços; • Atuar na promoção de eventos formativos destinados a técnicos e docentes sobre os potenciais formativos inerentes a cada laboratório.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre as legislações que regem a EPT; • Cursos de formação voltados à capacitação para os processos de assessoramento pedagógico.

NÚCLEO DE ESTÁGIO E EGRESSOS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Desenvolver atividades de acompanhamento de egressos;</p> <p>II- Alimentar a base de dados da Instituição no tocante às atividades de empregabilidade, estágios e egressos;</p> <p>III- Organizar, articular e apoiar eventos para divulgação de ações relacionadas à empregabilidade, a estágios e aos egressos;</p> <p>IV- Apoiar ações de incentivo à formação continuada dos egressos;</p> <p>V- Acompanhar a inserção do egresso no mercado de trabalho;</p> <p>VI- Fomentar a atualização de cadastros de egressos;</p> <p>VII- Realizar o acompanhamento do itinerário profissional e acadêmico do egresso;</p> <p>VIII- Identificar e socializar oportunidades de estágio dos cursos oferecidos pela Instituição;</p> <p>IX- Pesquisar, contatar e disponibilizar informações sobre as unidades concedentes;</p> <p>X- Orientar empresas e/ou unidades concedentes quanto às atividades a serem desenvolvidas no estágio;</p> <p>XI- Orientar os(as) estudantes no processo de formalização do estágio e na apresentação do relatório;</p> <p>XII- Executar as políticas de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do estágio, em consonância com as normativas institucionais;</p> <p>XIII- Criar e manter atualizado o cadastro de unidades concedentes de estágio, considerando as condições para a realização;</p> <p>XIV- Atestar o cumprimento do estágio curricular.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento nas ações de promoção, organização, articulação e divulgação de ações relacionadas às diretrizes de estágios e políticas de acompanhamento de egressos; • Promoção de ações de análise técnico-pedagógica dos dados relacionados aos estágios e acompanhamento de egressos, traçando paralelos com os objetivos propostos nos documentos institucionais, pondo em relevo os propósitos descritos nos PPC; • Promoção de ações de incentivo à formação continuada dos egressos; • Promoção de ações formativas aos docentes, discentes e supervisores de estágio; • Realização de mapeamento do itinerário profissional e acadêmico do egresso, estabelecendo comparativos com as propostas formativas dos PPC; • Realização de ações de pesquisas de empresas com potencial para tornarem-se concedentes de estágios e empregos, considerando os perfis de egressos previstos nos PPC; • Elaboração de materiais formativos e informativos para orientação de empresas e/ou unidades concedentes quanto às diretrizes legais e atividades a serem desenvolvidas no estágio; • Elaboração de materiais formativos e informativos para orientação de estudantes no processo de formalização do estágio e de apresentação do relatório; • Produção de análises técnico-pedagógicas das condições de realização dos estágios, considerando os dados cadastrais e demais informações contidas nos arquivos relacionados a empresas

	concedentes-estagiários-cursos.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento nas ações de promoção, organização, articulação e divulgação de atos relacionados às diretrizes de estágios e políticas de acompanhamento de egressos; • Atuar na promoção de ações de análise técnico-pedagógica dos dados relacionados aos estágios e acompanhamento de egressos, traçando paralelos com os objetivos propostos nos documentos institucionais e pondo em relevo os propósitos descritos nos PPC; • Atuar na promoção de ações de incentivo à formação continuada dos egressos; • Contribuir ativamente na promoção, organização e execução de ações formativas aos docentes, discentes e supervisores de estágio; • Auxiliar na realização de mapeamento do itinerário profissional e acadêmico do egresso, estabelecendo comparativos com as propostas formativas dos PPC; • Realizar ações de pesquisas de empresas com potencial para tornarem-se concedentes de estágios e empregos, considerando os perfis de egressos previstos nos PPC; • Elaborar materiais formativos e informativos para orientação de empresas e/ou unidades concedentes quanto às diretrizes legais e atividades a serem desenvolvidas no estágio; • Elaborar materiais formativos e informativos para orientação de estudantes no processo de formalização do estágio e de apresentação do relatório.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação com foco nos regimentos de Estágio; • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre as legislações que regem a EPT; • Cursos de formação voltados à capacitação para os processos de assessoramento pedagógico.

DIRETORIA ACADÊMICA

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Coordenar a proposição e o desenvolvimento das ações estratégicas anuais da área acadêmica contidas no Plano de Ação Anual do campus, em consonância com o PDI;</p> <p>II- Promover ações para a efetivação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no campus, acompanhando e monitorando seu desenvolvimento;</p> <p>III- Promover e acompanhar o desenvolvimento das políticas de educação definidas pelo MEC, a partir das orientações estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Pró-reitoras envolvidas;</p> <p>IV- Promover e supervisionar o desenvolvimento da elaboração de projetos de ensino, pesquisa e extensão, respeitando as características regionais do campus e o estudo de demanda;</p> <p>V- Promover a socialização e a publicização de dados relacionados ao ensino, pesquisa e extensão do campus;</p> <p>VI- Promover e acompanhar o desenvolvimento das Políticas Institucionais de Permanência e Êxito;</p> <p>VII- Articular e acompanhar a elaboração do calendário acadêmico em consonância com as diretrizes institucionais e a legislação vigente;</p> <p>VIII- Propor ações voltadas à criação e manutenção dos espaços educativos em conjunto com a Diretoria Administrativa;</p> <p>IX- Supervisionar as ações relativas aos registros acadêmicos;</p> <p>X- Supervisionar as ações de integração do campus com a comunidade externa e os egressos;</p> <p>XI- Acompanhar e monitorar o Plano Individual de Trabalho Docente (PIT) e o Relatório Individual Docente (RIT);</p> <p>XII- Acompanhar e assessorar processos de implantação e avaliação de cursos do campus;</p> <p>XIII- Promover, acompanhar e avaliar ações de melhorias nos processos pedagógicos do campus;</p> <p>XIV- Supervisionar os processos de seleção de estudantes;</p> <p>XV- Supervisionar as políticas e programas internos para acompanhamento de egressos;</p> <p>XVI- Implementar, acompanhar e publicizar a Organização Didática.</p> <p>XVII- Definir as necessidades de contratação de servidores(as) na área acadêmica;</p> <p>XVIII- Supervisionar o funcionamento da biblioteca;</p> <p>XIX- Conduzir os processos de criação, alteração, reformulação e extinção de cursos.</p> <p>XX- Organizar a Jornada Pedagógica com o apoio da Coordenação de Ensino e da Equipe técnico- pedagógica.</p>
-----------------------	--

- Assessoramento à diretoria acadêmica na coordenação, proposição e desenvolvimento das ações estratégicas anuais da área acadêmica contidas no Plano de Ação Anual do campus, em consonância com o PDI;
- Colaboração participativa na promoção de ações para a efetivação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no campus, acompanhando e monitorando seu desenvolvimento;
- Auxílio na promoção e acompanhamento no desenvolvimento das políticas de educação definidas pelo MEC, a partir das orientações estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Pró-Reitorias envolvidas;
- Assessoramento técnico-pedagógico na promoção, supervisão e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, respeitando as características regionais do campus e o estudo de demanda;
- Elaboração dos quadros de informações necessárias à socialização e publicização de dados relacionados ao ensino, pesquisa e extensão do campus;
- Proposição e avaliação de ações estratégicas frente ao desenvolvimento das Políticas Institucionais de Permanência e Êxito;
- Participação nas ações de articulação e acompanhamento dos processos de elaboração do calendário acadêmico em consonância com as diretrizes institucionais e legislação vigente;
- Proposição de ações colaborativas, junto à diretoria acadêmica, voltadas à criação e manutenção dos espaços educativos, mediando o diálogo com a Diretoria Administrativa;
- Colaboração na análise das ações relativas aos registros acadêmicos, propondo intervenções e gerando relatórios pertinentes;
- Colaboração na supervisão das ações de integração do campus com a comunidade externa e os egressos, propondo intervenções pertinentes;
- Acompanhamento e assessoramento técnico-pedagógico nos processos de avaliação, implantação, reformulação e extinção de cursos do campus;
- Participação na promoção, acompanhamento e avaliação das ações de melhorias nos processos pedagógicos do campus;
- Apoio nas ações de supervisão frente aos processos de seleção, acesso, permanência e êxito estudantis, em consonância com os documentos institucionais, especialmente a Organização Didática;
- Apoio nas ações de supervisão frente ao desenvolvimento de políticas e programas de acompanhamento de egressos;
- Apoio na organização da Jornada Pedagógica;
- Acompanhamento e monitoramento do quadro de pessoal vinculado à Diretoria Acadêmica para auxiliar nas projeções das necessidades de contratação de servidores(as) docentes e técnico-administrativos, com foco na continuidade qualificada dos processos educativos.

- Prestar assessoramento à diretoria acadêmica na coordenação, proposição e desenvolvimento das ações estratégicas anuais da área acadêmica contidas no Plano de Ação Anual do campus, em consonância com o PDI;
- Colaborar ativamente na promoção de ações para a efetivação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no campus, acompanhando e monitorando seu desenvolvimento;
- Auxiliar na promoção e acompanhamento do desenvolvimento das políticas de educação definidas pelo MEC, a partir das orientações estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Pró-reitorias envolvidas;
- Prestar assessoramento técnico-pedagógico na promoção, supervisão e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, respeitando as características regionais do campus e o estudo de demanda;
- Auxiliar na elaboração dos quadros de informações necessárias à socialização e publicização de dados relacionados ao ensino, pesquisa e extensão do campus;
- Colaborar na proposição e avaliação de ações estratégicas frente ao desenvolvimento das Políticas Institucionais de Permanência e Êxito;
- Participar ativamente nas ações de articulação e acompanhamento dos processos de elaboração do calendário acadêmico em consonância com as diretrizes institucionais e legislação vigente;
- Apoio na proposição de ações colaborativas, junto à diretoria acadêmica, voltadas à criação e manutenção dos espaços educativos, mediando o diálogo com a Diretoria Administrativa;
- Colaborar na análise das ações relativas aos registros acadêmicos, propondo intervenções e gerando relatórios pertinentes;
- Colaborar na supervisão das ações de integração do campus com a comunidade externa e os egressos,

propondo intervenções pertinentes;

- Acompanhar e prestar assessoramento técnico-pedagógico nos processos de avaliação, implantação, reformulação e extinção de cursos do campus;
- Participar ativamente na promoção, acompanhamento e avaliação das ações de melhorias nos processos pedagógicos do campus;
- Apoiar as ações de supervisão frente aos processos de seleção, acesso, permanência e êxito estudantis em consonância com os documentos institucionais, especialmente a Organização Didática;
- Apoiar as ações de supervisão frente ao desenvolvimento de políticas e programas de acompanhamento de egressos;
- Auxiliar no planejamento, organização e realização da Jornada Pedagógica;
- Auxiliar o acompanhamento e monitoramento do quadro de pessoal vinculado à Diretoria Acadêmica para auxiliar nas projeções das necessidades de contratação de servidores(as) docentes e técnico-administrativos, com foco na continuidade qualificada dos processos educativos.

DEMANDAS FORMATIVAS

- Cursos de capacitação com foco no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI);
- Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos;
- Cursos de formação sobre as legislações que regem a EPT;
- Cursos de formação voltados à capacitação para os processos de assessoramento pedagógico.

COORDENAÇÕES DE ENSINO

AÇÕES DO SETOR

- I- Coordenar a elaboração do calendário acadêmico anual, em consonância com as diretrizes institucionais;
- II- Articular e acompanhar o processo de ingresso de estudantes;
- III- Monitorar as ações de registros acadêmicos relativas ao ensino;
- IV- Supervisionar a implantação e o desenvolvimento das políticas e programas de mobilidade estudantil;
- V- Articular, junto às coordenações de unidades de prática e laboratórios, o planejamento de uso desses espaços;
- VI- Coordenar a equipe técnico-pedagógica nas atividades de orientação ao estudante, acompanhamento da atividade docente e dos projetos pedagógicos de curso;
- VII- Supervisionar e acompanhar a execução dos projetos pedagógicos de curso;
- VIII- Implementar as políticas institucionais para permanência e êxito;
- IX- Acompanhar e articular as coordenações de curso na organização das atividades pedagógicas e no desenvolvimento de práticas e projetos;
- X- Subsidiar os estudos de dimensionamento da força de trabalho e adequação do quadro de pessoal docente promovidos pela Diretoria Acadêmica;
- XI- Organizar e coordenar reuniões inerentes às atividades de ensino;
- XII- Organizar, com o apoio das Coordenações de Curso e da equipe técnico-pedagógicas, o nivelamento no âmbito do campus.

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- Participação nas ações de articulação e acompanhamento dos processos de elaboração do calendário acadêmico em consonância com as diretrizes institucionais e legislação vigente;
- Participação nas etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- Colaboração na análise das ações relativas aos registros acadêmicos, propondo intervenções e gerando relatórios pertinentes;
- Apoio na supervisão, implantação e desenvolvimento de políticas e programas de mobilidade estudantil;
- Assessoramento no planejamento articulado do uso dos espaços vinculados à coordenação das unidades educativas de campo e laboratórios;
- Participação nas ações da equipe técnico-pedagógica nas atividades de orientação ao estudante, acompanhamento da atividade docente e acompanhamento dos projetos pedagógicos de curso;
- Apoio na implementação das políticas institucionais para permanência e êxito;
- Apoio no acompanhamento articulado às coordenações de curso na organização das atividades pedagógicas e no desenvolvimento de práticas e projetos;
- Supervisão e acompanhamento da execução dos projetos pedagógicos de curso;
- Acompanhamento e monitoramento do quadro de pessoal vinculado à Diretoria Acadêmica para auxiliar

	<p>nas projeções das necessidades de contratação de servidores(as) docentes e técnico- administrativos, com foco na continuidade qualificada dos processos educativos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação e apoio na organização e coordenação de reuniões inerentes às atividades de ensino; • Apoio às ações de organização do programa de nivelamento e aprimoramento da aprendizagem (PRONAP) no âmbito do campus.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente nas ações de articulação e acompanhamento dos processos de elaboração do calendário acadêmico em consonância com as diretrizes institucionais e legislação vigente; • Participar nas etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância; • Colaborar na análise das ações relativas aos registros acadêmicos, propondo intervenções e gerando relatórios pertinentes; • Colaborar nas ações de supervisão, implantação e desenvolvimento de políticas e programas de mobilidade estudantil; • Prestar assessoramento no planejamento articulado do uso dos espaços vinculados à coordenação das unidades educativas de campo e laboratórios; • Participar ativamente das ações da equipe técnico-pedagógica nas atividades de orientação ao estudante, acompanhamento da atividade docente e acompanhamento dos projetos pedagógicos de curso; • Colaborar nas ações de implementação das políticas institucionais para permanência e êxito; • Colaborar com o acompanhamento articulado às coordenações de curso na organização das atividades pedagógicas e no desenvolvimento de práticas e projetos; • Supervisionar e acompanhar a execução dos projetos pedagógicos de curso; • Auxiliar no processo de acompanhamento e monitoramento do quadro de pessoal vinculado à Diretoria Acadêmica para auxiliar nas projeções das necessidades de contratação de servidores(as) docentes e técnico-administrativos, com foco na continuidade qualificada dos processos educativos; • Participar ativamente na organização e coordenação de reuniões inerentes às atividades de ensino; • Apoiar as ações de organização do programa de nivelamento e aprimoramento da aprendizagem (PRONAP) no âmbito do campus.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre as legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais; • Capacitação acerca dos processos de assessoramento pedagógico aos cursos de nível médio e superior; • Formação em educação especial; • Cursos de aperfeiçoamento constante sobre metodologias de ensino/aprendizagem; • Capacitação em LIBRAS; • Curso de aperfeiçoamento nos processos de organização de documentos pedagógicos e registros.

COORDENAÇÕES DE CURSO

ACOES DO SETOR	<p>I- Planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades dos Cursos Técnicos, Superiores e de Pós-Graduação;</p> <p>II- Orientar e acompanhar os procedimentos e atividades do regime de exercício domiciliar, junto à equipe técnico-pedagógica;</p> <p>III- Definir e divulgar junto ao docente o cronograma de atendimento ao estudante;</p> <p>IV- Compôr e formalizar a comissão de revisão de prova, em conformidade com a Organização Didática dos Cursos Superiores do IF Baiano.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Composição e participação ativa nos núcleos de assessoria pedagógica; • Assessoramento pedagógico nas ações de criação, avaliação, alteração e extinção de cursos; • Acompanhamento e orientação técnico-pedagógica com foco no desenvolvimento dos processos educativos inerentes a cada curso; • Orientação e acompanhamento, junto à coordenação de curso, dos procedimentos e atividades do regime de exercício domiciliar; • Colaboração na definição e divulgação, junto à coordenação de cursos e docentes, do cronograma de atendimento ao estudante;

ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em comissões de revisão de avaliações parciais e/ou finais. • Integrar e participar ativamente dos núcleos de assessoria pedagógica; • Prestar assessoramento pedagógico nas ações de criação, avaliação, alteração e extinção de cursos; • Atuar no acompanhamento e orientação técnico-pedagógica com foco no desenvolvimento dos processos educativos inerentes a cada curso; • Atuar na orientação e acompanhamento, junto à coordenação de curso, dos procedimentos e atividades do regime de exercício domiciliar. • Colaborar na definição e divulgação, junto à coordenação de cursos e docentes, do cronograma de atendimento ao estudante; • Participar ativamente das comissões de revisão de avaliações parciais e/ou finais.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre as legislações que regem a EPT; • Cursos de formação acerca dos processos de assessoramento pedagógico aos cursos de nível médio e superior.
COORDENAÇÃO DE UNIDADES EDUCATIVAS DE CAMPO	
AÇÕES DO SETOR	<p>I- Planejar, organizar e supervisionar de forma articulada com as coordenações de ensino, extensão e pesquisa o funcionamento e a utilização das unidades educativas de campo;</p> <p>II- Auxiliar e prover condições necessárias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;</p> <p>III- Planejar e propor ações de conservação, aquisição, manutenção e ampliação das unidades educativas de campo, em conjunto com as coordenações de curso;</p> <p>IV- Prover, acompanhar e controlar a produção e a logística dos produtos oriundos das unidades educativas de campo;</p> <p>V- Garantir as condições de higiene e segurança nas Unidades Educativas de Campo UECs;</p> <p>VI- Desenvolver atividades adequadas de manejo e de destinação dos resíduos sólidos e líquidos, provenientes de unidades educativas de campo, conforme legislação vigente e preconizando a Educação Ambiental;</p> <p>VII- Elaborar, propor e desenvolver projetos de produção em consonância com as áreas envolvidas.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento pedagógico aos técnicos, docentes e demais usuários das Unidades Educativas de Campo, orientando-os na perspectiva do caráter formativo desses espaços; • Promoção de eventos formativos destinados a técnicos e docentes sobre os potenciais formativos inerentes a cada Unidade de Campo; • Atendimento e execução de políticas de extensão; • Auxílio nas ações necessárias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão; • Apoio ao planejamento e proposições de ações de conservação, aquisição, manutenção e ampliação das unidades educativas de campo, em conjunto com as coordenações de curso.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento pedagógico aos técnicos, docentes e demais usuários das Unidades Educativas de Campo, orientando-os na perspectiva do caráter formativo desses espaços; • Apoiar a promoção de eventos formativos destinados a técnicos e docentes sobre os potenciais formativos inerentes a cada Unidade de Campo; • Atuar de forma colaborativa no atendimento e execução de políticas de extensão; • Prestar assessoramento pedagógico nas ações de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Auxílio nas ações necessárias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

- Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos;
- Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais;
- Curso de aperfeiçoamento nos processos de organização de documentos pedagógicos e registros;
- Cursos de aperfeiçoamento em organização de eventos;
- Curso de aperfeiçoamento na elaboração de projetos (ensino, pesquisa e extensão).

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

- I- Executar e acompanhar, em parceria com a Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE), as ações, projetos e programas da Política de Assistência Estudantil;
- II- Avaliar e formular, em parceria com a CLAE, propostas de aperfeiçoamento da Política de Assistência Estudantil, encaminhando-as para apreciação e deliberação da Diretoria de Assuntos Estudantis;
- III- Planejar, orientar, gerir e avaliar as ações concernentes ao atendimento ao estudante;
- IV- Apoiar, quando viáveis e pertinentes, as ações propostas pelas representações estudantis;
- V- Realizar diagnóstico dos Refeitórios e Residências Estudantis dos campi;
- VI- Promover a ampla divulgação da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano;
- VII- Enviar mensalmente à Diretoria de Assuntos Estudantis a listagem contendo os estudantes com perfil para recebimento da “Bolsa Permanência”;
- VIII- Manter atualizado, em parceria com a CLAE, um cadastro dos estudantes atendidos pelos Programas da Política de Assistência Estudantil;
- IX- Manter arquivada a documentação referente aos estudantes beneficiados pelos auxílios dos Programas de Assistência Estudantil durante cinco anos;
- X- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis ou pela Coordenação Geral de Assistência Estudantil;
- XI- Apoiar o processo de ingresso de estudantes;
- XII- Fomentar, promover e acompanhar ações voltadas à atenção biopsicossocial e orientação pedagógica ao(à) estudante;
- XIII- Coordenar e supervisionar o funcionamento e a utilização da residência estudantil, refeitório, enfermaria, consultório médico e odontológico ou quaisquer outras estruturas de apoio voltadas ao atendimento ao(à) estudante;
- XIV- Apoiar a implementação das políticas de inclusão dos(as) estudantes com necessidades educacionais específicas;
- XV- Promover a realização de projetos socioeducativos;
- XVI- Implementar o regimento disciplinar discente no campus;
- XVII- Promover e coordenar ações afirmativas que contemplem a diversidade étnico-cultural;
- XVIII- Supervisionar a utilização e o funcionamento dos restaurantes e residências estudantis;
- XIX- Supervisionar e apoiar as ações dos núcleos de apoio à assistência estudantil.

- Participação colaborativa nas ações, projetos e programas da Política de Assistência Estudantil;
- Participação ativa nas etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- Promoção de ações formativas de socialização e orientação sobre as políticas e os programas de assistência estudantil e sobre o regimento disciplinar discente no campus;
- Elaboração de materiais pedagógicos orientadores, em parceria com a equipe multiprofissional, de bom uso e boas práticas no âmbito da residência estudantil, refeitório, enfermaria, consultório médico e odontológico ou quaisquer outras estruturas de apoio voltadas ao atendimento ao(à) estudante;
- Atuação colaborativa na implementação das políticas de inclusão dos(as) estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Atuação colaborativa na implementação de projetos e programas socioeducativos;
- Articulação das ações afirmativas que contemplem a diversidade étnico-cultural com o planejamento pedagógico dos cursos;
- Acompanhamento do processo de formulação e avaliação de propostas de aperfeiçoamento da Política de Assistência Estudantil;
- Assessoramento pedagógico ao planejamento e gestão das ações concernentes ao atendimento ao estudante.

ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de forma colaborativa nas ações, projetos e programas da Política de Assistência Estudantil; • Participar de forma ativa nas etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância; • Atuar na promoção de ações formativas de socialização e orientação sobre as políticas e os programas de assistência estudantil e sobre o regimento disciplinar discente no campus; • Elaborar materiais pedagógicos orientadores, em parceria com a equipe multiprofissional, de bom uso e boas práticas no âmbito da residência estudantil, refeitório, enfermaria, consultório médico e odontológico ou quaisquer outras estruturas de apoio voltadas ao atendimento ao(à) estudante; • Atuar de forma colaborativa na implementação das políticas de inclusão dos(as) estudantes com necessidades educacionais específicas; • Atuar de forma colaborativa na implementação de projetos e programas socioeducativos; • Colaborar na articulação das ações afirmativas que contemplem a diversidade étnico-cultural com o planejamento pedagógico dos cursos; • Atuar no acompanhamento do processo de formulação e avaliação de propostas de aperfeiçoamento da Política de Assistência Estudantil; • Prestar assessoramento pedagógico ao planejamento e gestão das ações concernentes ao atendimento ao estudante.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais; • Curso de aperfeiçoamento nos processos de organização de documentos pedagógicos e registros; • Cursos de aperfeiçoamento em organização de eventos; • Cursos de aperfeiçoamento na elaboração de projetos (ensino, pesquisa e extensão); • Cursos de aperfeiçoamento acerca da legislação que rege as políticas de assistência estudantil.

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Incentivar as ações de extensão no campus, bem como coordenar e apoiar o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e atividades de extensão;</p> <p>II- Registrar, acompanhar e manter de forma sistematizada as ações, programas, projetos e atividades de extensão, sem fomento ou com fomento interno/externo;</p> <p>III- Emitir relatórios semestrais das atividades do campus para a Direção Geral e Pró-Reitoria de Extensão e consolidar informações do campus para o Relatório de Gestão referente às ações de extensão;</p> <p>IV- Estimular a publicação e promover a difusão das produções científicas, tecnológicas e culturais do campus, bem como as atividades de extensão desenvolvidas;</p> <p>V- Manter atualizado e divulgar o mapeamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Território de Identidade em que está localizado o campus;</p> <p>VI- Coordenar o programa de qualificação profissional e estimular a oferta de cursos e a integração do egresso ao mundo do trabalho;</p> <p>VII- Articular ações, projetos e programas no campus referentes à extensão e em parceria com outras instituições;</p> <p>VIII- Participar do planejamento, contribuindo com o Plano de Ações e Metas referentes a ações de extensão e no planejamento pedagógico do campus;</p> <p>IX- Acompanhar e validar o registro das atividades no PIT e RIT dos docentes, em conformidade com os projetos de extensão cadastrados em andamento e/ou concluídos;</p> <p>X- Estimular a inserção da comunidade externa nas ações de extensão do campus;</p> <p>XI- Estimular, apoiar e acompanhar o processo de implantação de incubadoras, empresas juniores, cooperativas escolas [sic] e ações de empreendedorismo e economia solidária;</p> <p>XII- Prospectar e acompanhar parcerias, convênios, cooperações e projetos no território de atuação do campus para desenvolvimento de ações de extensão.</p> <p>XIII- Atuar como representante da PROEX junto aos campi;</p> <p>XIV- Atender e executar políticas de extensão do IF Baiano e recomendações da PROEX;</p> <p>XV- Acompanhar o planejamento, cadastro e execução das atividades de extensão dos seus respectivos campi;</p> <p>XVI- Avaliar e emitir parecer sobre os relatórios de projetos e atividades de extensão cadastrados na Coordenação de Extensão, encaminhando à PROE aqueles referentes a projetos aprovados em</p>
-----------------------	--

chamadas ou editais internos;

XVII- Sistematizar o Relatório Anual de Extensão e, posteriormente, encaminhar à PROEX;

XVIII- Orientar o cadastro e acompanhar as atividades relativas ao desenvolvimento de eventos de extensão oferecidos;

XIX- Divulgar as atividades de extensão no âmbito interno e externo do IF BAIANO, observadas as disponibilidades de recursos e a legislação em vigor;

XX- Divulgar os produtos gerados (artigos, livro, software e outros) a partir das atividades de extensão;

XXI- Analisar, junto à Direção Acadêmica, as atividades de extensão previstas nos Planos Individuais de Trabalho e nos respectivos relatórios docentes;

XXII- Manter atualizados os cadastros de discentes e dos extensionistas;

XXIII- Realizar a divulgação de editais e outras formas de fomento interno e externo;

XXIV- Participar das reuniões convocadas pela PROEX;

XXV- Estimular a promoção de eventos de cultura, arte e desporto;

XXVI- Incentivar a integração das ações de extensão com as ações de ensino e pesquisa;

XXVII- Participar de Grupos de trabalho para elaboração de Normas e Regulamentos da PROEX e socializar as informações com a comunidade;

XXVIII- Conceder declarações aos extensionistas e colaboradores, cujas atividades estejam devidamente registradas e em situação regular na coordenação;

XXIX- Contribuir com as ações de elaboração, editoração, divulgação e organização das publicações relativas à Extensão no IF Baiano;

XXX- Registrar e emitir os certificados referentes às atividades cadastradas na Coordenação de Extensão, quando não vinculadas a chamadas e editais da Pró-Reitoria de Extensão, exceto quando se tratar de eventos promovidos por Comissão Organizadora, que passa a ser de responsabilidade desta a emissão dos certificados.

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- Assessoramento nas ações educacionais com foco no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e atividades da extensão;
- Apoio no registro e acompanhamento sistematizado das ações, programas, projetos e atividades relativas à extensão;
- Apoio no planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de extensão integradas ao ensino e à pesquisa, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento do Território de Identidade em que está localizado o campus;
- Articulação de ações, projetos e programas referentes à extensão, colaborando na busca por parcerias com outras instituições;
- Participação nos processos de levantamento de dados para o mapeamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Território de Identidade em que está localizado o campus;
- Assessoramento técnico-pedagógico nas ações de coordenação do programa de qualificação profissional, de estímulo à oferta de cursos e de integração do egresso ao mundo do trabalho;
- Participação colaborativa nas ações de planejamento inerentes ao Plano de Ações e Metas, articulando as atividades extensionistas ao planejamento pedagógico do campus;
- Planejamento de atividades extensionistas que potencializem a integração comunidade externa/campus;
- Participação colaborativa nos projetos e programas de implantação de incubadoras, empresas juniores, cooperativas escolas [sic] e ações de empreendedorismo e economia solidária;
- Apoio nas prospecções e acompanhamento das possibilidades de parcerias, convênios, cooperações e projetos no território de atuação do campus para desenvolvimento de ações de extensão.

ATRIBUIÇÕES DO TAE

- Prestar assessoramento nas ações educacionais com foco no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e atividades da extensão;
- Apoiar as ações de registro e acompanhamento sistematizado das ações, programas, projetos e atividades relativas à extensão;
- Apoiar o planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de extensão integradas ao ensino e à pesquisa, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento do Território de Identidade em que está localizado o campus;
- Articular ações, projetos e programas referentes à extensão, colaborando na busca por parcerias com outras instituições;
- Participar dos processos de levantamento de dados para o mapeamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Território de Identidade em que está localizado o campus;
- Prestar assessoramento técnico-pedagógico nas ações de coordenação do programa de qualificação profissional, de estímulo à oferta de cursos e de integração do egresso ao mundo do trabalho;
- Participar de forma colaborativa nas ações de planejamento inerentes ao Plano de Ações e Metas, articulando as atividades extensionistas ao planejamento pedagógico do campus;

	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar atividades extensionistas que potencializem a integração comunidade externa e campus; • Participar de forma colaborativa nos projetos e programas de implantação de incubadoras, empresas juniores, cooperativas escolas [sic] e ações de empreendedorismo e economia solidária; • Apoiar as ações de prospecções e acompanhamento das possibilidades de parcerias, convênios, cooperações e projetos no território de atuação do campus para desenvolvimento de ações de extensão.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais; • Curso de aperfeiçoamento nos processos de organização de documentos pedagógicos e registros; • Cursos de aperfeiçoamento em organização de eventos; • Curso de aperfeiçoamento na elaboração de projetos (ensino, pesquisa e extensão); • Metodologias ativas.

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Registrar e acompanhar a execução dos projetos de pesquisa aprovados em editais internos e externos, bem como os projetos de pesquisa executados sem financiamento;</p> <p>II- Avaliar e validar a alocação de carga horária docente nas atividades de pesquisa;</p> <p>III- Orientar, acompanhar e validar o registro das atividades de pesquisa nos Planos e Relatórios Individuais de trabalho dos(as) docentes, em conformidade com os projetos de pesquisa cadastrados, em andamento e/ou concluídos, na coordenação;</p> <p>IV- Gerenciar, registrar, acompanhar e manter de forma sistematizada banco de dados das ações, programas, projetos e atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação;</p> <p>V- Emitir relatórios semestrais das atividades do campus para a Direção Geral e Pró-Reitoria de Pesquisa, inovação e Pós-Graduação e consolidar informações do campus para o Relatório de Gestão referente às ações de pesquisa, inovação e pós-graduação;</p> <p>VI- Coordenar a execução do Programa Institucional de Bolsas do IF Baiano no campus;</p> <p>VII- Analisar as propostas de criação de grupos de pesquisa e solicitar para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação a certificação dos grupos indicados, bem como acompanhar as atividades e atualizações dos grupos de pesquisa;</p> <p>VIII- Prospectar, apoiar, divulgar e supervisionar os projetos de Pesquisa, Inovação e Pós- Graduação;</p> <p>IX- Incentivar e analisar as solicitações de auxílio à participação de servidores e discentes em eventos científicos;</p> <p>X- Propor e apoiar a realização de eventos científicos;</p> <p>XI- Prospectar e acompanhar parcerias, convênios e cooperações para o desenvolvimento de ações de pesquisa, inovação e pós-graduação;</p> <p>XII- Apoiar a elaboração, editoração, divulgação e organização de periódico científico;</p> <p>XIII- Participar da avaliação de projetos, relatórios, trabalhos científicos e tecnológicos, quando solicitado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e/ou Direção do campus;</p> <p>XIV- Participar de Grupos de Trabalho e de Comissões de Apoio à Pesquisa e à Inovação, voltados à elaboração de Normas, Regulamentos e demais documentos relacionados à pesquisa científica e tecnológica;</p> <p>XV- Assessorar os(as) servidores(as) na gestão da propriedade intelectual, de acordo com as diretrizes do Núcleo de Inovação Tecnológica do IF Baiano.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento nas ações educacionais com foco no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e atividades de pesquisa; • Apoio no registro e acompanhamento sistematizado das ações, programas, projetos e atividades relativas à pesquisa; • Apoio no planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de pesquisa integradas ao ensino e à extensão, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento do Território de Identidade em que está localizado o campus; • Articulação de ações, projetos e programas referentes à pesquisa, colaborando na busca por parcerias com outras instituições; • Participação nos processos de levantamento de dados para o mapeamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Território de Identidade em que está localizado o campus; • Assessoramento técnico-pedagógico nas ações de coordenação do programa de qualificação profissional, de estímulo à oferta de cursos e de integração do egresso ao mundo do trabalho;

- Participação colaborativa nas ações de planejamento inerentes ao Plano de Ações e Metas, articulando as atividades de pesquisa ao planejamento pedagógico do campus;
- Participação colaborativa nas ações de incentivo e análise de solicitações de servidores e discentes para eventos científicos;
- Participação ativa na proposição e realização de eventos científicos;
- Apoio na prospecção e acompanhamento de parcerias, convênios e cooperações que visem o desenvolvimento de ações de pesquisa, inovação e pós-graduação;
- Atuação nas ações de apoio à elaboração, divulgação e organização de periódicos científicos;
- Participação colaborativa nas ações de avaliação de projetos, relatórios, trabalhos científicos e tecnológicos;
- Participação em grupos de trabalho e comissões de Apoio à Pesquisa e à Inovação, voltados à elaboração de Normas, Regulamentos e demais documentos relacionados à pesquisa científica e tecnológica;
- Apoio ao assessoramento de servidores na gestão da propriedade intelectual, em conformidade com as diretrizes no Núcleo de Inovação Tecnológica do IF Baiano.

ATRIBUIÇÕES DO TAE

- Assessorar as ações educacionais com foco no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e atividades de pesquisa;
- Dar apoio no registro e acompanhamento sistematizado das ações, programas, projetos e atividades relativas à pesquisa;
- Prestar apoio no planejamento, promoção e assessoramento de ações e atividades de pesquisa integradas ao ensino e à extensão, com base nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais que contribuam para o desenvolvimento do Território de Identidade em que está localizado o campus;
- Colaborar na articulação de ações, projetos e programas referentes à pesquisa, colaborando na busca por parcerias com outras instituições;
- Participar nos processos de levantamento de dados para o mapeamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Território de Identidade em que está localizado o campus;
- Prestar assessoramento técnico-pedagógico nas ações de coordenação do programa de qualificação profissional, de estímulo à oferta de cursos e de integração do egresso ao mundo do trabalho;
- Participar de forma colaborativa nas ações de planejamento inerentes ao Plano de Ações e Metas, articulando as atividades de pesquisa ao planejamento pedagógico do campus;
- Participar de forma colaborativa nas ações de incentivo e análise de solicitações de servidores e discentes para eventos científicos;
- Participar de forma ativa na proposição e realização de eventos científicos;
- Apoiar as ações de prospecção e acompanhamento de parcerias, convênios e cooperações que visem o desenvolvimento de ações de pesquisa, inovação e pós-graduação;
- Atuar nas ações de apoio à elaboração, editoração, divulgação e organização de periódicos científicos;
- Participar de forma colaborativa nas ações de avaliação de projetos, relatórios, trabalhos científicos e tecnológicos;
- Participar em grupos de trabalho e comissões de Apoio à Pesquisa e à Inovação, voltados à elaboração de Normas, Regulamentos e demais documentos relacionados à pesquisa científica e tecnológica;
- Apoiar as ações de assessoramento de servidores na gestão da propriedade intelectual, em conformidade com as diretrizes no Núcleo de Inovação Tecnológica do IF Baiano.

DEMANDAS FORMATIVAS

- Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos;
- Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais;
- Cursos de aperfeiçoamento nos processos de organização de documentos pedagógicos e registros;
- Cursos de aperfeiçoamento em organização de eventos.

NUAPE / NAPEAPEE / NAPEA – NÚCLEO DE APOIO AO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM, PERMANÊNCIA E ÊXITO DO EDUCANDO

ACOES DO SETOR

- I- Fomentar, coordenar, executar e apoiar ações, programas, projetos e cursos em âmbito pedagógico;
- II- Assessorar os órgãos gestores da graduação nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão que envolvam os diferentes sujeitos do contexto educacional, visando ampliar as oportunidades de acesso, permanência, êxito dos estudantes e desempenho acadêmico institucional;
- III- Estabelecer uma articulação reflexiva das ações educativas relacionadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação frente às demandas inerentes ao processo ensino-aprendizagem;
- IV- Desenvolver atividades de assessoria pedagógica aos cursos, com o atendimento aos discentes e à comunidade acadêmica, por meio de ações que se alinhem em direção à permanência e êxito dos educandos e à política de responsabilidade social da Instituição;
- V- Operacionalizar ações considerando as dimensões de ensino, iniciação científica e extensão, mantendo estreita relação com os objetivos e metas da Instituição;
- VI- Articular e realizar orientação pedagógica individual e coletiva dos estudantes retidos e aprovados pelo Conselho de Classe;
- VII- Articular a organização do trabalho pedagógico junto aos docentes, como análise e monitoramento dos planos de ensino, apoio para a elaboração e articulação de projetos didáticos;
- VIII- Elaborar relatórios técnicos referentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- IX- Promover a assessoria pedagógica às coordenações de curso;
- X- Prestar atendimento aos pais de alunos em relação às questões de ensino-aprendizagem;
- XI- Assessorar as reuniões dos Conselhos de Classe, mediante informações de resultados fornecidas pela secretaria;
- XII- Assessorar o nivelamento de estudantes;
- XIII- Acompanhar os procedimentos relativos ao atendimento domiciliar;
- XIV- Realizar pesquisas diagnósticas para levantamento do perfil da turma; XV- Apoiar na organização da Jornada Pedagógica;
- XVI- Auxiliar as coordenações de cursos na organização do cronograma de provas finais;
- XVII- Implementar a execução, avaliação, coordenação e a (re)construção do Projeto Político Pedagógico com a equipe escolar, viabilizando o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas;
- XXVIII- Coordenar a gestão do projeto político-pedagógico;
- XIX- Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XX- Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo;
- XXI- Coordenar, supervisionar e orientar o planejamento de atividades pedagógicas e educacionais;
- XXII- Assessorar a gestão acadêmica em relação à legislação educacional;
- XXIII- Contribuir com a gestão quanto ao fomento e definição de políticas para educação profissional;
- XXIV- Organizar e executar eventos de formação continuada de professores e técnico-administrativos.

ACOES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- Fomento, coordenação, execução e apoio às ações, programas, projetos e cursos em âmbito pedagógico;
- Assessoramento pedagógico aos órgãos gestores da graduação nas ações de ensino, pesquisa e extensão que envolvam os diferentes sujeitos do contexto educacional, visando ampliar as oportunidades de acesso, permanência, êxito dos estudantes e desempenho acadêmico institucional;
- Acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem estabelecendo uma articulação reflexiva acerca das ações educativas inerentes a esse processo;
- Assessoramento pedagógico aos cursos, com atendimento e acompanhamento aos discentes e à comunidade acadêmica, por meio de ações que se alinhem em direção à permanência e êxito dos educandos e à política de responsabilidade social da Instituição;
- Operacionalização de ações didático-pedagógicas interventivas junto aos docentes, discentes e demais integrantes da comunidade acadêmica, considerando as dimensões de ensino, iniciação científica e extensão;
- Orientação pedagógica individual e coletiva aos estudantes, comunidade acadêmica e família a partir dos encaminhamentos dos Conselhos de Classes;
- Apoio técnico ao processo de organização do trabalho pedagógico junto aos docentes;
- Análise e monitoramento dos planos de ensino;
- Apoio na elaboração e articulação de projetos didáticos;
- Elaboração de relatórios técnicos referentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- Assessoramento pedagógico às coordenações de curso;
- Atendimento e orientação aos pais e responsáveis em relação às questões de ensino-aprendizagem;

- Assessoramento à Coordenação de Ensino nos Conselhos de Classe, mediante informações de resultados fornecidos pela Secretaria de Registros Acadêmicos;
- Assessoramento na organização e execução do programa de nivelamento;
- Realização de pesquisas diagnósticas para fins de levantamento e conhecimento do perfil dos estudantes que compõem as turmas para encaminhamentos e orientação;
- Apoio e participação colaborativa na organização da Jornada Pedagógica;
- Assessoramento pedagógico aos NAP nas ações de criação, avaliação, alteração e extinção de cursos;
- Acompanhamento e orientação técnico-pedagógica com foco no desenvolvimento dos processos educativos inerentes a cada curso;
- Orientação e acompanhamento, junto à coordenação de curso, dos procedimentos e atividades do regime de exercício domiciliar.
- Colaboração na definição e divulgação, junto à coordenação de cursos e docentes, do cronograma de atendimento ao estudante e de realização de provas finais;
- Participação colaborativa em comissões de revisão de avaliações parciais e/ou finais em conformidade com a Organização Didática;
- Participação colaborativa em comissões na implementação, execução, avaliação e coordenação da (re)construção do Projeto Político Pedagógico;
- Realização de levantamento de dados e informações a partir dos registros acadêmicos para fins de orientação e acompanhamento dos processos educativos;
- Assessoramento à gestão acadêmica acerca da legislação educacional;
- Participação colaborativa em comissões responsáveis pelos processos seletivos de ingresso de estudantes e docentes substitutos/temporários.

- Fomentar, coordenar, executar e apoiar ações, programas, projetos e cursos em âmbito pedagógico;
- Assessorar, no âmbito pedagógico, os órgãos gestores da graduação nas ações de ensino, pesquisa e extensão que envolvam os diferentes sujeitos do contexto educacional, visando ampliar as oportunidades de acesso, permanência, êxito dos estudantes e desempenho acadêmico institucional;
- Acompanhar e avaliar o processo ensino-aprendizagem estabelecendo uma articulação reflexiva acerca das ações educativas inerentes a esse processo;
- Prestar assessoramento pedagógico aos cursos, com atendimento e acompanhamento aos discentes e à comunidade acadêmica, por meio de ações que se alinhem em direção à permanência e êxito dos educandos e à política de responsabilidade social da Instituição;
- Operacionalizar ações pedagógicas interventivas junto aos docentes, discentes e demais integrantes da comunidade acadêmica, considerando as dimensões de ensino, iniciação científica e extensão;
- Prestar orientação pedagógica individual e coletiva aos estudantes, comunidade acadêmica e aos pais ou responsáveis a partir dos encaminhamentos dos Conselhos de Classes;
- Oferecer apoio/suporte técnico ao processo de organização do trabalho pedagógico junto aos docentes;
- Analisar e monitorar os planos de ensino;
- Elaborar relatórios técnicos referentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- Prestar atendimento e orientação aos pais ou responsáveis em relação às questões de ensino-aprendizagem;
- Prestar assessoramento na organização e execução do programa de nivelamento;
- Realizar pesquisas diagnósticas para fins de levantamento e conhecimento do perfil dos estudantes que compõem as turmas para encaminhamentos e orientação;
- Apoiar e participar de forma colaborativa na organização da Jornada Pedagógica;
- Prestar assessoramento pedagógico aos NAP nas ações de criação, avaliação, alteração e extinção de cursos;
- Orientar e acompanhar, junto à coordenação de curso, os procedimentos e atividades do regime de exercício domiciliar;
- Colaborar na definição e divulgação, junto à coordenação de cursos e docentes, do cronograma de atendimento ao estudante e de realização de provas finais;
- Participar de forma colaborativa de comissões de revisão de avaliações parciais e/ou finais em conformidade com a Organização Didática;
- Participar de forma colaborativa em comissões na implementação, execução, avaliação e coordenação da (re)construção do Projeto Político Pedagógico;
- Realizar o levantamento de dados e informações a partir dos registros acadêmicos para fins de orientação e acompanhamento dos processos educativos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento à gestão acadêmica acerca da legislação educacional; • Participar de forma colaborativa em comissões responsáveis pelos processos seletivos de ingresso de estudantes e docentes substitutos/temporários; • Planejamento e execução de propostas de formação continuada de docentes e técnico- administrativos; • Participar da elaboração e acompanhamento das políticas institucionais (tutoria e monitoria).
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação acerca das ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais pedagógicos; • Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais; • Capacitação acerca dos processos de assessoramento pedagógico aos cursos de nível médio e superior • Formação em Educação Especial; • Cursos de aperfeiçoamento constante sobre metodologias de ensino/aprendizagem; • Capacitação em LIBRAS; • Curso de aperfeiçoamento nos processos de organização de documentos pedagógicos e registros; • Cursos de formação nas áreas: Educação Profissional e Tecnológica e mundo do trabalho; Metodologias ativas em educação; Planejamento, acompanhamento e orientação do trabalho pedagógico; Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade; Elaboração e avaliação de projeto e BNCC; Atendimento ao educando e questões éticas; Avaliação de Políticas Institucionais; • Procedimentos de acolhimento e encaminhamentos de questões envolvendo abuso sexual, drogas, e desvio de comportamento; • Cursos de formação sobre currículo e políticas curriculares; • Cursos de capacitação sobre as novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem; • Cursos de formação.

NÚCLEO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

<p>ações do setor</p> <p>ações do setor vinculadas aos assuntos educacionais</p> <p>atribuições do TAE</p> <p>demandas formativas</p>	<p>I- Coordenar a execução da política institucional de gestão de documentos;</p> <p>II- Orientar as Diretorias, Gerências e Coordenações na expedição, recebimento, processamento, gestão e arquivo de documentos;</p> <p>III- Coordenar a tramitação, o arquivamento e o descarte de documentos;</p> <p>IV- Implementar diretrizes e procedimentos para operações de expedição de documentos arquivísticos;</p> <p>V- Controlar o recebimento, a organização e a distribuição de documentos.</p> <p>Participação colaborativa nos processos inerentes ao levantamento, organização e relatorias de dados estatísticos a partir da análise de documentos vinculados aos setores acadêmicos.</p> <p>Participar de forma colaborativa nos processos inerentes ao levantamento, organização e relatorias de dados estatísticos a partir da análise de documentos vinculados aos setores acadêmicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de relatórios técnicos; • Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais.
---	---

ações do setor

- I- Assessorar o(a) Diretor(a) Geral do campus nas questões relativas à inclusão e promoção de ações que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão com êxito das pessoas com necessidades específicas nos cursos realizados na instituição;
- II- Participar da comissão local do processo seletivo de ingresso de estudantes no IF Baiano, incentivando, propondo e acompanhando ações de acessibilidade para as pessoas com necessidades específicas;
- III- Orientar a Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) do campus sobre a necessidade de encaminhamento da relação de matrículas e rematrículas das pessoas com necessidades específicas para o NAPNE;
- IV- Participar da comissão de acessibilidade local, propondo e acompanhando ações de acessibilidade, inclusive orientando a comissão de fiscalização de obras ao cumprimento da legislação e das normas técnicas vigentes, em especial das Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, dos Decretos nº 5.296/2004 e nº 7.611/2011 e da Norma ABNTINBR 9050, Art. 7º;
- V- Colaborar com a equipe pedagógica e com as coordenações de cursos, oferecendo-lhes subsídios que contribuam para o redimensionamento do contexto educacional, propondo adequação de técnicas, estratégias, materiais e currículo às necessidades específicas dos(as) estudantes;
- VI- Fomentar ações que viabilizem o processo inclusivo dos(as) estudantes com necessidades específicas, mediante a constituição de redes de apoio; as medidas de acesso, permanência e êxito em todas as etapas e níveis de ensino; e o apoio à implementação de políticas públicas de Educação Especial e Inclusiva;
- VII- Integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, com corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão da instituição;
- VIII- Planejar, de acordo com o orçamento anual do campus, a alocação dos recursos financeiros para a realização de atividades, de projetos, de cursos e de eventos relacionados à Educação Especial e Inclusiva;
- IX - Estimular projetos de ensino, de pesquisa e de extensão nas áreas de Educação Especial e Inclusiva;
- X- Promover eventos e cursos de formação, na área de atuação do NAPNE, que envolvam a comunidade acadêmica;
- XI- Propor e realizar atividades e eventos, na área de atuação do NAPNE, que promovam a valorização e o respeito à diversidade humana;
- XII- Elaborar relatório anual das ações desenvolvidas pelo NAPNE, propagando, no âmbito interno e externo ao campus, informações e resultados.

ações do setor vinculadas aos assuntos educacionais

- Assessoramento na promoção de ações que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão com êxito das pessoas com necessidades específicas nos cursos realizados na instituição;
- Participação nas etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância, incentivando, propondo e acompanhando ações de acessibilidade para as pessoas com necessidades específicas;
- Participação colaborativa na proposição e acompanhamento de ações de acessibilidade, em conformidade com a legislação e normas técnicas vigentes;
- Assessoramento colaborativo nas ações propositivas de adequação de técnicas, estratégias, materiais e currículo às necessidades específicas dos(as) estudantes, primando pelo redimensionamento do contexto educacional;
- Apoio técnico-pedagógico às ações que viabilizem o processo inclusivo de estudantes com necessidades específicas, potencializando o acesso, a permanência e o êxito desses estudantes;
- Participação na construção da ação educativa de inclusão da instituição;
- Atuação no levantamento de dados estatísticos a fim de subsidiar a alocação de recursos financeiros, em conformidade com o orçamento do campus, para a realização de atividades, projetos, cursos e eventos relacionado à Educação Especial e inclusiva;
- Participação ativa em projetos de ensino, de pesquisa e de extensão nas áreas de Educação Especial e Inclusiva;
- Assessoramento e participação colaborativa em eventos e cursos de formação, na área de atuação do NAPNE, que envolvam a comunidade acadêmica;
- Colaboração ativa na proposição e realização de atividades e eventos, na área de atuação do NAPNE, que promovam a valorização e o respeito à diversidade humana;
- Atuação no levantamento de dados e informações que possam subsidiar a elaboração do relatório anual das

ATRIBUIÇÕES DO TAE	<p>ações desenvolvidas pelo NAPNE, propagando, no âmbito interno e externo ao campus, informações e resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoramento pedagógico nas ações que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão com êxito das pessoas com necessidades específicas nos cursos realizados na instituição; • Participar de forma colaborativa das etapas que envolvem os processos seletivos para ingresso de discentes nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior de Graduação, nas modalidades presencial e a distância, incentivando, propondo e acompanhando ações de acessibilidade para as pessoas com necessidades específicas; • Participar de forma colaborativa na proposição e acompanhamento de ações de acessibilidade, em conformidade com a legislação e normas técnicas vigentes; • Prestar assessoramento colaborativo nas ações propositivas de adequação de técnicas, estratégias, materiais e currículo às necessidades específicas dos(as) estudantes, primando pelo redimensionamento do contexto educacional; • Oferecer apoio técnico-pedagógico às ações que viabilizem o processo inclusivo de estudantes com necessidades específicas, potencializando o acesso, a permanência e o êxito desses estudantes; • Participar na construção da ação educativa de inclusão da instituição; • Atuar no levantamento de dados estatísticos a fim de subsidiar a alocação de recursos financeiros, em conformidade com o orçamento do campus, para a realização de atividades, projetos, cursos e eventos relacionados à Educação Especial e inclusiva; • Participar ativamente em projetos de ensino, de pesquisa e de extensão nas áreas de Educação Especial e Inclusiva; • Assessorar e participar de forma colaborativa em eventos e cursos de formação, na área de atuação do NAPNE, que envolvam a comunidade acadêmica. • Colaborar na proposição e realização de atividades e eventos, na área de atuação do NAPNE, que promovam a valorização e o respeito à diversidade humana; • Atuar no levantamento de dados e informações que possam subsidiar a elaboração do relatório anual das ações desenvolvidas pelo NAPNE, propagando, no âmbito interno e externo, informações e resultados.
	DEMANDAS FORMATIVAS

SECRETARIA DE REGISTROS ACADÊMICOS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Organizar e executar procedimentos de registros acadêmicos em conformidade com as diretrizes e padrões estabelecidos pela Secretaria Geral de Registros Acadêmicos;</p> <p>II- Coordenar os sistemas de informação relacionados à gestão de Registros Acadêmicos;</p> <p>III- Coordenar e supervisionar os procedimentos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, levantamento de dados estatísticos, emissão de certificados, diplomas e demais registros acadêmicos;</p> <p>IV- Informar dados para os censos escolares e demais sistemas governamentais;</p> <p>V- Cadastrar, organizar e manter atualizados os registros escolares dos(as) estudantes;</p> <p>VI- Controlar o registro e a movimentação dos diários de classe;</p> <p>VII- Instruir os processos de colação de grau e certificação;</p> <p>VIII- Assessorar a Diretoria Acadêmica em conselhos de classe;</p> <p>IX- Confeccionar os diários de classe;</p> <p>X- Orientar os usuários sobre o preenchimento e o acesso aos diários;</p> <p>XI- Arquivar os diários de classe impressos e assinados, ao final de cada período letivo;</p> <p>XII- Emitir relatórios técnicos sobre a frequência e o desempenho acadêmico dos(as) estudantes, quando solicitado.</p>
----------------	--

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- Participação colaborativa na organização e execução dos procedimentos de registros acadêmicos em conformidade com as diretrizes e padrões estabelecidos pela Secretaria Geral de Registros Acadêmicos, com foco no levantamento, análise e tratamento dos dados para subsidiar ações pedagógicas interventivas inerentes ao acesso, permanência e êxito de estudantes;
- Atuação colaborativa na gestão dos registros acadêmicos, observando os indicativos de frequência e rendimento passíveis de intervenção;
- Emissão de relatórios técnicos sobre esses dados;
- Assessoramento na coordenação e supervisão dos procedimentos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, colação de grau, levantamento de dados estatísticos, emissão de certificados, diplomas e demais registros acadêmicos;
- Acompanhamento dos dados referentes aos censos escolares e demais sistemas governamentais;
- Apoio às ações de registro e movimentação dos diários de classe;
- Levantamento de dados estatísticos e acadêmicos para subsidiar no assessoramento à Diretoria Acadêmica em conselhos de classe.

ATRIBUIÇÕES DO TAE

- Participar de forma colaborativa na organização e execução dos procedimentos de registros acadêmicos em conformidade com as diretrizes e padrões estabelecidos pela Secretaria Geral de Registros Acadêmicos, com foco no levantamento, análise e tratamento dos dados para subsidiar ações pedagógicas interventivas inerentes ao acesso, permanência e êxito de estudantes;
- Atuar na gestão dos registros acadêmicos, observando os indicativos de frequência e rendimento passíveis de intervenção;
- Emissão de relatórios técnicos sobre esses dados;
- Prestar assessoramento na coordenação e supervisão dos procedimentos de matrículas, rematrículas, abertura e fechamento de períodos letivos, colação de grau, levantamento de dados estatísticos, emissão de certificados, diplomas e demais registros acadêmicos;
- Acompanhar e proceder aos registros dos dados referentes aos censos escolares e demais sistemas institucionais: SIGAA, SUAP, Educacenso, SISTEC, Plataforma Nilo Peçanha;
- Apoiar as ações de registro e movimentação dos diários de classe;
- Atuar no levantamento de dados estatísticos e acadêmicos para subsidiar no assessoramento à Diretoria Acadêmica em conselhos de classe;
- Colaborar no planejamento e gestão escolar;
- Participar de forma colaborativa em comissões;
- Atuação de forma ativa no planejamento estratégico do setor, com vistas a qualificar os serviços e atendimento prestados à comunidade interna e externa.

DEMANDAS FORMATIVAS

- Formação continuada na área de ferramentas digitais;
- Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de relatórios técnicos;
- Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais;
- Curso de aperfeiçoamento nos processos de organização de documentos e registros acadêmicos;
- Cursos de aperfeiçoamento na elaboração de projetos (ensino, pesquisa e extensão);
- Cursos de aperfeiçoamento acerca da legislação e normas que regem os registros acadêmicos;
- Cursos de aperfeiçoamento sobre qualidade no atendimento.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AÇÕES DO SETOR

- I- Realizar a gestão administrativa, contábil, orçamentária, patrimonial e financeira do campus em consonância com a Direção Geral;
- II- Planejar e monitorar as atividades relativas à administração e aquisição de materiais e contratação de serviços;
- III- Planejar e monitorar a execução das despesas no âmbito das finanças e orçamento do campus;

	<p>IV- Propor a alocação, reprogramação e suplementação de recursos orçamentários e financeiros para garantir o funcionamento do campus;</p> <p>V- Acompanhar as atividades de contabilidade e registro do patrimônio, do orçamento e das operações econômico-financeiras;</p> <p>VI- Planejar e acompanhar a manutenção e conservação de bens móveis e imóveis;</p> <p>VII- Autorizar junto com o(a) Diretor(a) Geral o pagamento de despesas e restos a pagar;</p> <p>VIII- Planejar e acompanhar a contratação e execução de obras e reformas, projetos e demais serviços de engenharia;</p> <p>IX- Participar da elaboração da proposta orçamentária do campus em articulação com as Pró- Reitorias de Administração e de Desenvolvimento Institucional;</p> <p>X- Dimensionar e propor a contratação de mão de obra terceirizada;</p> <p>XI- Definir as necessidades de contratação de servidores(as) na área administrativa;</p> <p>XII- Coordenar a proposição e o desenvolvimento das ações estratégicas anuais da área administrativa contidas no Plano de Ação Anual do campus, em consonância com o PDI.</p>
<p>AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das fragilidades e potencialidades dos processos de ensino e aprendizagem, de modo a apontar, no âmbito da pesquisa e da extensão, possíveis ações para compor o Plano Anual de Ações (PAA) e suas respectivas implicações orçamentárias; • Participação na análise das prioridades de destinação de dotação orçamentária para atendimento do campo acadêmico e suas implicações no desenvolvimento educacional dos estudantes; • Assessoramento nas ações de planejamento orçamentário para a manutenção do equilíbrio entre as demandas orçamentárias do campo administrativo e acadêmico; • Elaboração de materiais instrucionais e relatórios sobre os impactos da aquisição de materiais e serviços no desenvolvimento do processo educativo; • Coordenação de processos avaliativos da execução orçamentária e financeira e da prestação de contas dos programas, dos projetos e dos convênios firmados com foco nas implicações no processo educativo; • Elaboração de projetos para captação de recursos financeiros voltados para as diversas dimensões do processo educativo.
<p>ATRIBUIÇÕES DO TAE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar na identificação das fragilidades e potencialidades dos processos de ensino e aprendizagem, de modo a apontar, no âmbito da pesquisa e da extensão, possíveis ações para compor o Plano Anual de Ações (PAA) e suas respectivas implicações orçamentárias; • Participar de forma colaborativa na análise das prioridades de destinação de dotação orçamentária para atendimento do campo acadêmico com foco nas implicações no desenvolvimento educacional dos estudantes; • Prestar assessoramento nas ações de planejamento orçamentário com fins de garantir a manutenção do equilíbrio entre as demandas orçamentárias do campo administrativo e acadêmico; • Elaborar materiais instrucionais e relatórios sobre os impactos da aquisição de materiais e serviços no desenvolvimento do processo educativo. • Coordenar os processos avaliativos da execução orçamentária e financeira e a prestação de contas dos programas, dos projetos e dos convênios firmados com foco nas implicações no processo educativo; • Elaborar projetos para captação de recursos financeiros voltados para as diversas dimensões do processo educativo.
<p>DEMANDAS FORMATIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de relatórios técnicos; • Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais; • Cursos de aperfeiçoamento na elaboração de projetos (ensino, pesquisa e extensão); • Cursos de aperfeiçoamento sobre qualidade no atendimento.

GERÊNCIA DE GESTÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Analisar e consolidar os demonstrativos contábeis;</p> <p>II- Gerenciar os procedimentos de conformidade contábil;</p> <p>III- Executar a programação orçamentária e financeira;</p> <p>IV- Gerenciar sistemas para registro, conciliação e conformidade contábil;</p> <p>V- Supervisionar os processos de prestação de contas e instruir a elaboração do relatório anual de gestão, no âmbito da Gerência Contábil, Orçamentária e Financeira;</p> <p>VI- Monitorar a execução orçamentária, contábil e financeira em parceria com a Diretoria Administrativa e a Direção Geral;</p> <p>VII- Participar da elaboração do orçamento anual;</p> <p>VIII- Coordenar a expedição e o controle do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<p>Levantamento de dados estatísticos orçamentários com foco nas implicações diretas nos processos de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como na qualificação das atividades acadêmicas do campus.</p>
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<p>Realizar levantamento de dados estatísticos orçamentários com foco nas implicações diretas nos processos de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como na qualificação das atividades acadêmicas do campus.</p>
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de relatórios técnicos; • Cursos de formação sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais.

SETOR DE ALMOXARIFADO

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Gerenciar os materiais adquiridos e em estoque;</p> <p>II- Criar regulamento para fluxo interno dos procedimentos, em conformidade com normas internas e legislação vigente;</p> <p>III- Elaborar estatísticas de consumo por materiais e centros de custos para previsão das compras;</p> <p>IV- Elaborar relatórios de materiais existentes, suas movimentações e outros relatórios solicitados, devidamente conciliados, para validação do setor de contabilidade;</p> <p>V- Zelar pela manutenção da qualidade e acondicionamento dos materiais estocados;</p> <p>VI- Viabilizar o inventário anual dos materiais estocados;</p> <p>VII- Implementar diretrizes relativas a estoques e programação de aquisição e o fornecimento de material de consumo;</p> <p>VIII- Desempenhar outras atividades correlatas, definidas pela Direção.</p>
-----------------------	---

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação colaborativa na promoção de ações educativas sobre o uso racional e consciente dos recursos materiais disponíveis no almoxarifado; • Elaboração de materiais informativos em conjunto com servidores demandantes dos materiais no processo de aquisição sobre os estoques do almoxarifado e seus potenciais educativos, para ampla socialização.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar de forma colaborativa na promoção de ações educativas sobre o uso racional e consciente dos recursos materiais disponíveis no almoxarifado; • Elaborar materiais informativos em conjunto com servidores demandantes dos materiais no processo de aquisição, sobre os estoques do almoxarifado e seus potenciais educativos, para ampla socialização.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais informativos; • Cursos de formação continuada sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais.

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATO E CONVÊNIOS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Coordenar a instrução dos processos de solicitação de contratos e convênios com transferências de recursos;</p> <p>II- Controlar, supervisionar e orientar o cumprimento da legislação relacionada à gestão de contratos e compras compartilhadas;</p> <p>III- Dar transparência aos registros legais dos contratos e convênios com transferências de recursos firmados;</p> <p>IV- Acompanhar, em articulação com os(as) fiscais de contratos e coordenadores(as) de convênios, a execução e a qualidade dos contratos;</p> <p>V- Coordenar a elaboração de contratos para parecer jurídico;</p> <p>VI- Exercer outras atribuições demandadas por seus superiores hierárquicos.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<p>Participação colaborativa na organização de eventos formativos de orientação dos(as) servidores(as) sobre as questões relacionadas à gestão de contratos e convênios.</p>
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<p>Participar de forma colaborativa na organização de eventos formativos de orientação dos(as) servidores(as) sobre as questões relacionadas à gestão de contratos e convênios.</p>
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais informativos; • Cursos de formação continuada sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais.

SETOR DE PATRIMÔNIO

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Gerenciar os bens permanentes adquiridos e existentes no campus;</p> <p>II- Criar regulamento dos fluxos de procedimentos, em conformidade com normas internas e legislação vigente;</p> <p>III- Administrar, contabilizar e supervisionar os bens materiais permanentes;</p> <p>IV- Realizar e fiscalizar a inventariação, incorporação e alienação de patrimônio móvel e imóvel;</p> <p>V- Coordenar o cadastramento, o tombamento e o controle do patrimônio;</p> <p>VI- Atualizar, avaliar e reavaliar os bens móveis e imóveis;</p> <p>VII- Orientar os(as) servidores(as) sobre o controle do patrimônio sob sua guarda;</p> <p>VIII- Emitir mensalmente o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) devidamente conciliados;</p> <p>IX- Realizar toda e qualquer cessão, alienação, permuta ou baixa de bens, de acordo com a legislação vigente e com o acompanhamento da Comissão designada em portaria;</p> <p>X- Assessorar a Comissão responsável pelo inventário anual dos bens patrimoniais;</p> <p>XI- Desempenhar outras atividades correlatas, definidas pela Direção.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais informativos e relatórios sobre os impactos dos bens patrimoniais no desenvolvimento do processo educativo; • Participação colaborativa em eventos formativos de orientação dos(as) servidores(as) sobre o uso e controle do patrimônio sob sua guarda.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar materiais informativos e relatórios sobre os impactos dos bens patrimoniais no desenvolvimento do processo educativo; • Participar de forma colaborativa em eventos formativos de orientação dos(as) servidores(as) sobre o uso e controle do patrimônio sob sua guarda.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais informativos; • Cursos de formação continuada sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais.

SETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Acompanhar, alimentar e controlar os registros nos sistemas contábeis;</p> <p>II- Elaborar e controlar os processos de prestação de contas;</p> <p>III- Atuar na elaboração de escrituração, relatórios, balanços e demonstrativos das variações patrimoniais;</p> <p>IV- Realizar a conformidade contábil do campus;</p> <p>V- Controlar e participar da análise e conciliação de contas;</p> <p>VI- Coordenar a execução de empenho, liquidação e pagamento de despesas;</p> <p>VII- Acompanhar e monitorar as variações de receita e despesa;</p> <p>VIII- Acompanhar, alimentar e controlar os sistemas de administração financeira;</p> <p>IX- Exercer outras atribuições demandadas por seus superiores hierárquicos.</p>
----------------	---

AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Participação colaborativa na organização de eventos formativos de orientação dos(as) servidores(as) sobre as questões relacionadas à gestão de contratos e convênios.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	Participar de forma colaborativa na organização de eventos formativos de orientação dos(as) servidores(as) sobre as questões relacionadas à gestão de contratos e convênios.
DEMANDAS FORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais informativos; • Cursos de formação continuada sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais.

SETOR DE TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS

AÇÕES DO SETOR	<p>I- Coordenar o planejamento, avaliação e controle do uso de veículos oficiais, com a utilização das ferramentas de sistemas informatizados disponíveis;</p> <p>II- Coordenar as programações de viagens requisitadas;</p> <p>III- Coordenar o planejamento, avaliação e controle de manutenção de veículos oficiais;</p> <p>IV- Coordenar o planejamento, avaliação e controle de manutenção predial (elétrica, hidráulica etc.), implementando políticas e diretrizes relativas à conservação, limpeza e segurança patrimonial;</p> <p>V- Planejar, avaliar e controlar a manutenção de equipamentos;</p> <p>VI- Coordenar o planejamento, avaliação e controle dos serviços terceirizados de limpeza, apoio administrativo e segurança patrimonial, junto aos respectivos prepostos;</p> <p>VII- Apoiar a Gestão, assegurando e promovendo atividades de conservação e manutenção predial;</p> <p>VIII- Manter a documentação dos veículos da frota oficial do campus em regularidade;</p> <p>IX- Desempenhar outras atividades correlatas definidas pela Diretoria Administrativa.</p>
AÇÕES DO SETOR VINCULADAS AOS ASSUNTOS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação nos processos de planejamento, avaliação e controle do uso de veículos oficiais, particularmente, voltados para ações educativas; • Levantamento de dados estatísticos referentes às visitas técnicas, auxiliando a gestão acadêmica no planejamento dessas atividades por curso; • Participação colaborativa na organização e promoção de eventos formativos de orientação dos(as) servidores(as), junto a especialistas da área, sobre a necessidade de atenção quanto aos processos de avaliação e controle de manutenção predial (elétrica, hidráulica etc.), implementando políticas e diretrizes relativas à conservação, limpeza e segurança patrimonial.
ATRIBUIÇÕES DO TAE	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar na articulação dos processos de planejamento, avaliação e controle do uso de veículos oficiais, particularmente voltados às ações educativas; • Proceder ao levantamento de dados estatísticos referentes às visitas técnicas, auxiliando a gestão acadêmica no planejamento dessas atividades por curso; • Participar de forma colaborativa na organização e promoção de eventos formativos de orientação dos(a) servidores(as), junto a especialistas da área, sobre a necessidade de atenção quanto aos processos de avaliação e controle de manutenção predial (elétrica, hidráulica etc.), implementando políticas e diretrizes relativas à conservação, limpeza e segurança patrimonial.

DEMANDAS FORMATIVAS

- Cursos de aperfeiçoamento sobre as ferramentas digitais e tecnológicas para fins de elaboração de materiais informativos;
- Cursos de formação continuada sobre legislação educacional, legislações que regem a EPT, bem como as suas bases conceituais.

ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

A articulação pedagógica ocorre quando as ações de cada setor implicam direta ou indiretamente no processo de ensino-aprendizagem e nos processos de pesquisa e/ou extensão.

PALAVRAS DE ENVIO

Este documento tem múltiplos endereçamentos, por isso cabe ressaltar que “o modo de endereçamento tem a ver com a necessidade de endereçar o conteúdo, a mensagem ou a comunicação ‘para alguém’, sem perder de vista o controle que variados interesses exercem nessa definição” (ELLSWORTH, 2001, p. 24), sendo um processo que depende da realização, ou não, de suas intencionalidades.

Para que este documento chegue aos que possam lhe acolher com o máximo de sensibilidade às questões institucionais nele suscitadas, buscamos, desde a sua produção inicial, prover uma escrita pautada em saberes, valores, singularidades, diferenças – precipitados da escuta dos TAE –, fazendo o próprio ato de escritura funcionar como anzol de captura dos referenciais necessários para o movimento coletivo proposto.

Entretanto, múltiplos são os modos de endereçamento internos e externos ao texto, pois a composição do perfil daquele a quem o texto se destina apresenta infinitas possibilidades, em virtude de um cotidiano de atuação que, também, é múltiplo, plural, movente.

Por tudo isso, esta conclusão não se trata apenas de um envio acadêmico e profissional, mas, sim, de um envio político de uma “política de nome próprio” (DERRIDA, 2009), pensada a partir do dizer-se dos outros envolvidos nessa mesma política, considerada como política de si profissional. Dessa forma, nestas palavras finais abrigamos uma pretensão: que este gesto político de envio encontre a hospitalidade necessária!

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha; MEDEIROS, Luciano Frontino. As relações entre o saber e o fazer: da técnica primitiva às modernas tecnologias. In: **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 14º SNHCT, Belo Horizonte, UFMG, 08 a 11 de outubro de 2014. Disponível em: www.14snhct.sbhct.org.br. Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970**. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm. Acesso em 20 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 72.493, de 19 de julho de 1973**. Dispõe sobre o Grupo – Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o artigo 2º, da Lei Nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. 1973a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/decreto/1970-1979/D72493.htm. Acesso em 20 nov. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 146, de 17 de agosto de 1973**. Aprova, na forma de Anexo que integra esta Portaria, as especificações de classes do Grupo – Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o artigo 2º, item IX, da Lei Nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. 1973b. Disponível em: <http://anexos.datalegis.inf.br/tm/1ADD01EBD19BD5E883256ABC005C996E>. Acesso em 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 76.640 de 19 de novembro de 1975**. Inclui Categoria Funcional no Grupo – Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere a Lei Nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto. Acesso em 20 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 7.596, de 10 de abril de 1987**. Altera dispositivo do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-Lei Nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-Lei Nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. 1987a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7596.htm. Acesso em 14 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 94.664, de 23 de julho de 1987**. Aprova o plano único de classificação e redistribuição de cargos e empregos de que trata a Lei Nº 7.596, de 10 de abril de 1987. 1987b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto. Acesso em 2 ago. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em 3 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.824 de 29 de junho de 2006**. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5824.htm. Acesso em 14 set. 2020.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 30 de dezembro de 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 6, de 29 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 22, 21 de setembro de 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer – Volume 1. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DERRIDA, Jacques. **Otobiografías. La enseñanza de Nietzsche y la política del nombre propio**. Traducción Horacio Pons. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: Uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-76.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Tradução Flávio Paulo Meurer. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria>. Acesso em 20 out. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Relatório de Gestão 2018**. Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria>. Acesso em 20 out. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Normatização da Atividade Docente**. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria>. Acesso em 18 jan. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 48, de 17 de dezembro de 2014**. Ratifica a Resolução nº 14, de 12 de setembro de 2014 que aprovou, em caráter “ad referendum”, a Minuta da Resolução que estabelece as normas e procedimentos referentes à criação, alteração, reformulação curricular e extinção de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de caráter presencial, do Instituto Federal Baiano. 2014. Disponível em: https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2015/11/Resolucao_48_2014_Com_alteracoes_dad_a_pela_Resolucao_n_21_2016.pdf. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Minuta de 2017**. Cria o Regimento Interno da Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano. 2017. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/-/uploads/2017/06/REGIMENTO-INTERNO-DO-CAMPUS.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Portaria Nº 101, de 28 de janeiro de 2019**. Cria os Núcleos de Planejamento e Parceria Institucionais (NUPPI). 2019a. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/servidor/wp-content/uploads/sites/5/2019/02/BSI-n%C2%BA-01-de-04-de-janeiro-de-2019.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 01, de 29 de janeiro de 2019**. Institui a Política de Assistência Estudantil. 2019b. Disponível em: www.ifbaiano.edu.br. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 03, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova a alteração do Regimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IF Baiano. 2019c. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/alagoinhas/files/2019/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-03-2019-Regimento-do-Napne-Ano-2019.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 41, de 19 de junho de 2019**. Revisa o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. 2019d. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/06/geral.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 46, de 29 de julho de 2019**. Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão do IF Baiano. 2019e. Disponível em: www.ifbaiano.edu.br. Acesso em 20 nov. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Minuta de 2019**. Cria o Regimento Interno dos Campi do Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. 2019f. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2017/06/REGIMENTO-INTERNO-DO-CAMPUS.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 53, de 2019**. Aprova a Alteração e Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. 2019g. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/>. Acesso em 20 ago. 2020.

IF BAIANO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Resolução Nº 64, de 31 de março de 2020**. Aprova a alteração Organização Didática dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. 2020. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/>. Acesso em 20 ago. 2020.

MONTEIRO, Silas Borges. **Quando a pedagogia forma professores: uma investigação otobiográfica**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: SETEC/MEC, 2011.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.curriculo-semfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em 20 dez. 2020.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO *ONLINE* (TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS)

QUESTIONÁRIO *ONLINE*

ESTA PESQUISA SERÁ DESENVOLVIDA OBSERVANDO-SE OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, CONFORME AS RESOLUÇÕES Nº 466/12 E Nº 510/16 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (VIDE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO)

Caro participante, o presente questionário integra os instrumentos de coleta de dados da pesquisa intitulada **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**, que tem como objetivo investigar como ocorre a construção do fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nessa construção, buscando os elementos que poderão subsidiar a institucionalização das atribuições e dos espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais na Educação Profissional Técnica e Tecnológica, conforme explicitado no TCLE (em anexo). A pesquisa será conduzida pela pesquisadora mestranda Dalcy Alves de Souza, do curso de pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), sob a orientação da Professora Dra. Camila Lima Santana e Santana.

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

E-mail: _____

BLOCO I – Dados Pessoais

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- Sexo: F () M ()

4- Unidade de Lotação (campus/Reitoria):

- | | |
|---------------------------|-------------------------|
| () Alagoinhas | () Santa Inês |
| () Bom Jesus da Lapa | () Senhor do Bonfim |
| () Catu | () Serrinha |
| () Governador Mangabeira | () Teixeira de Freitas |
| () Guanambi | () Uruçuca |
| () Itaberaba | () Valença |
| () Itapetinga | () Xique-Xique |
| () Reitoria | |

5- Setor de exercício: _____

6- Ano de ingresso no cargo TAE: _____

7- Jornada de trabalho: () 20 h () 30h () 40 h

8- Turno de trabalho:

- () matutino
() vespertino
() noturno

BLOCO II – As questões de 9 a 10 referem-se ao seu ingresso como Técnico em Assuntos Educacionais no IF Baiano.

9- Qual o ano de seu Ingresso na Instituição (EMARC/CEPLAC, Agrotécnica, IF Baiano)? _____

10- Você já possuía alguma experiência profissional antes do ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano?

- () Sim
() Não

10.a- Em caso positivo, quais e onde?

BLOCO III – As questões de 11 a 16 referem-se às ações/atividades desenvolvidas em cada setor do IF Baiano pelo TAE.

11- Relacione os objetivos do seu setor de lotação:

12- Enumere as ações/atividades que são desenvolvidas pelo TAE no seu setor de lotação:

13- Você considera que algumas dessas atividades desenvolvidas não sejam atribuições do TAE? Em caso positivo, quais seriam essas atividades e por quê?

14- Existe alguma atividade que esse cargo possa desenvolver e assim contribuir para o crescimento e cumprimento dos objetivos do seu setor?

15- Além das atividades inerentes ao seu setor, participa de atividades de pesquisa e extensão?

- sim
 não

16- Atualmente, assume alguma outra função (coordenação/Direção) na Instituição?

- sim
 não

BLOCO IV – As questões de 17 a 23 referem-se à sua formação. Caracterize-a, marcando o item que corresponde ao percurso formativo realizado por você.

17- Formação de nível médio:

- Formação Geral (científico)
 Magistério
 Técnico
 Outros: _____

18- Formação em nível superior (graduação):

- Licenciatura em: _____

19- Formação continuada (pós-graduação):

- Especialização
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-doutorado
 Não participei de cursos de pós-graduação

19.a- Informe a área do curso de pós-graduação cursado: _____

20- Formação continuada (cursos de capacitação/carga horária)

(Responda apenas se tiver participado ou esteja participando de curso de capacitação)

- participei do(s) curso(s)/carga horária: _____

21- Sua formação continuada foi promovida e financiada por quem?

(Responder somente se já cursou ou esteja participando de cursos de capacitação/qualificação): _____

- Promovida e financiada pelo IF Baiano
 Promovida por outra instituição e financiada pelo IF Baiano
 Promovida por outra instituição e financiada com recursos próprios

22- Em relação a sua formação e prática profissional enquanto TAE, como você define sua formação para atender às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica no IF Baiano?

- Plenamente preparado(a)
 Razoavelmente preparado(a)
 Pouco preparado(a)
 Não preparado(a)

23- Considera importante participar de cursos de capacitação voltados para o seu desenvolvimento profissional?

- sim
 não

23.a- Caso tenha respondido positivamente à questão anterior, quais capacitações julga necessário realizar para melhor desenvolver as atividades próprias do TAE?

BLOCO V – As questões 24 e 25 referem-se à regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF

24- Qual a sua opinião sobre a criação de um plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano?

- Essencial
 Importante, porém não é imprescindível
 Boa ideia, mas não é essencial no momento
 Desnecessário

25- Você tem outras considerações sobre a criação de um plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano com foco na criação de uma política de desenvolvimento profissional desses servidores em exercício no IF Baiano?

Obrigada pela sua participação!

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ONLINE (RESPONSÁVEIS PELOS SETORES)

QUESTIONÁRIO ONLINE

ESTA PESQUISA SERÁ DESENVOLVIDA OBSERVANDO-SE OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, CONFORME AS RESOLUÇÕES Nº 466/12 E Nº 510/16 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (VIDE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESPONSÁVEIS PELOS SETORES INSTITUCIONAIS)

Caro participante, o presente questionário integra os instrumentos de coleta de dados da pesquisa intitulada **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**, que tem como objetivo investigar como ocorre a construção do fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos nessa construção, buscando os elementos que poderão subsidiar a institucionalização das atribuições e dos espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais na Educação Profissional Técnica e Tecnológica, conforme explicitado no TCLE (em anexo). A pesquisa será conduzida pela pesquisadora mestranda Dalcy Alves de Souza, do curso de pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), sob a orientação da Professora Dra. Camila Lima Santana e Santana.

E-mail: _____

BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA

1- Nome: _____

2- Cargo/Função: _____

3- Unidade de Lotação/exercício:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Alagoinhas | <input type="checkbox"/> Santa Inês |
| <input type="checkbox"/> Bom Jesus da Lapa | <input type="checkbox"/> Senhor do Bonfim |
| <input type="checkbox"/> Catu | <input type="checkbox"/> Serrinha |
| <input type="checkbox"/> Governador Mangabeira | <input type="checkbox"/> Teixeira de Freitas |
| <input type="checkbox"/> Guanambi | <input type="checkbox"/> Uruçuca |
| <input type="checkbox"/> Itaberaba | <input type="checkbox"/> Valença |
| <input type="checkbox"/> Itapetinga | <input type="checkbox"/> Xique-Xique |
| <input type="checkbox"/> Reitoria | |

4- Setor de exercício: _____

5- Telefone: _____ Ramal: _____

BLOCO II – As questões de 6 a 12 referem-se às ações/atividades desenvolvidas em cada setor do IF Baiano pelo TAE.

6- Relacione as atribuições/objetivos do setor sob sua responsabilidade:

7- Enumere as ações/atividades que são desenvolvidas pelo TAE no setor sob sua responsabilidade:

8- Você identifica algumas atividades desenvolvidas pelo TAE que não sejam de atribuição desse cargo? Em caso positivo, quais são essas atividades e por quê?

9- Existe mais alguma atividade que esse cargo possa desenvolver e assim contribuir para o crescimento e cumprimento dos objetivos do seu setor?

10- Na sua opinião, existe clareza sobre o trabalho que deve ser desenvolvido pelo TAE? Justifique.

11- Qual a relevância do fazer técnico-pedagógico desenvolvido pelos profissionais TAE no setor de sua responsabilidade?

12- Considera importante a participação do TAE em cursos de capacitação voltados para o seu desenvolvimento profissional?

() sim

() não

12.a- Caso tenha respondido positivamente à questão anterior, quais capacitações julga necessárias ao aperfeiçoamento das atividades próprias do cargo?

BLOCO III – As questões 13 e 14 referem-se à regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano.

13- Qual a sua opinião sobre a criação de um plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano?

- Essencial
- Importante, porém não é imprescindível
- Boa ideia, mas não é essencial no momento
- Desnecessário

14- Outras considerações sobre a criação de um plano de regulamentação institucional das atividades TAE no âmbito do IF Baiano com foco na criação de uma política de desenvolvimento profissional desses servidores em exercício no IF Baiano?

Obrigada pela sua participação!

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

GRUPO DIALOGAL ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ESTA PESQUISA SERÁ DESENVOLVIDA OBSERVANDO-SE OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, CONFORME AS RESOLUÇÕES Nº 466/12 E Nº 510/2016 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (VIDE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO)

A sequência de questões que se seguem compõe um roteiro que irá nortear a realização de reuniões dialógicas, nas quais será oportunizado aos participantes discutir e expor suas opiniões/impressões/percepções sobre o seu fazer técnico-pedagógico, o subsidiará a produção de um relato de vida-formação a partir de situações vivenciais, servindo de importante dado para a pesquisa **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**. Após os momentos de interação e discussão, a orientação é que os participantes, ao final, sintetizem as respostas às questões em forma de um texto digitado ou manuscrito (relato de vida-formação).

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Entrevistado: _____
 Sexo: F () M () Idade: _____
 Cargo/Função: _____
 Campus: _____
 E-mail: _____

QUESTÕES NORTEADORAS

1- SENSIBILIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO

- a) Exposição pela pesquisadora/coordenadora do grupo sobre a proposta de pesquisa, expondo com clareza os objetivos do intento, bem como destacando a importância do processo de interação e troca de vivências com o mais absoluto respeito a todos os partícipes.
- b) Abertura para a apresentação dos participantes, abordando informações sobre si, aspectos profissionais, formação inicial, tempo de atuação como TAE, relato sucinto sobre seu itinerário formativo profissional, bem como sobre as atividades que desenvolve no IF Baiano.

2- MOMENTO – FAZERES/SABERES PROFISSIONAIS EM MOVIMENTO

1. Quais experiências de sua vida pessoal te levaram a escolher o cargo de TAE?
2. E quais os desafios enfrentados no cotidiano desse fazer te conduziram ao TAE que você é hoje?

3. Quais saberes/fazeres pedagógicos você aprendeu com a sua experiência enquanto TAE no IF Baiano?
4. Esses saberes/fazeres foram adquiridos nos seus percursos formativos antes do ingresso no cargo TAE? Ou foram tecidos/construídos no exercício do cargo? Explique.
5. Considerando a sua experiência enquanto TAE no âmbito do IF Baiano, atuando na EPT, como você caracteriza o fazer pedagógico pelo profissional técnico não docente, e que no corpus desta pesquisa estamos chamando de fazer técnico-pedagógico?
6. Quais fatores (tempo, formação, docentes, pais, estudantes, gestão, retenção, planejamento etc.) e de que forma esses fatores afetam o fazer técnico-pedagógico desenvolvido no IF Baiano?
7. Em que o fazer técnico-pedagógico contribui para a ação educativa desenvolvida no IF Baiano?
8. Abordando as singularidades do fazer técnico-pedagógico no IF Baiano, quais os desafios enfrentados pelos TAE no *cotidiano* de seu trabalho?
9. Como a comunidade acadêmica percebe e recebe a atuação do TAE no âmbito do IF Baiano?

3- MOMENTO – RECONHECIMENTO/FORMAÇÃO EM MOVIMENTO

10. Você considera importante o processo de Institucionalização (aqui entendida não como regras e fundamentos, mas como referências para práticas e saberes possíveis dentro de uma instituição) das atribuições dos TAE?
11. Como a institucionalização das atribuições dos TAE do IF Baiano poderia ou não contribuir para o enfrentamento dos desafios desse fazer técnico-pedagógico, abrandando-os ou potencializando-os?
12. Considerando-se as peculiaridades da EPT, quais as carências e os anseios de formação continuada dos TAE?
13. Como o TAE significa e materializa as atribuições que constam na descrição do cargo (PCCTAE) na sua atuação *cotidiana*?
14. Como você se sente, enquanto técnico em assuntos educacionais, frente ao papel que desempenha (ou que não têm oportunidade de desempenhar) na formação dos estudantes do IF Baiano?
15. Quais os meios que utilizam para refletir sobre a sua prática, tanto individualmente como enquanto categoria profissional?

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA PRODUÇÃO DE RELATO

GRUPO DIALOGAL ROTEIRO PARA PRODUÇÃO DE RELATO

ESTA PESQUISA SERÁ DESENVOLVIDA OBSERVANDO-SE OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, CONFORME AS RESOLUÇÕES Nº 466/12 E Nº 510/2016 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (VIDE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO)

Com base nas interações e discussões coletivizadas durante os Grupos Dialogais, por meio de encontros virtuais via plataforma digital Zoom e a partir das questões desencadeadoras propostas, que retomamos abaixo, cuja sequência integra o roteiro para a construção de um RELATO DE VIDA-FORMAÇÃO-PROFISSÃO, solicitamos que os participantes, ao responder às questões, já elaborem um texto em forma de relato narrativo sobre seu o fazer técnico-pedagógico experienciado em seu *cotidiano* profissional, enquanto TAE no IF Baiano. Esse relato comporá importante dado da pesquisa **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano.**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Participante: _____
 Sexo: F () M ()
 Idade: _____ Matrícula Siape (opcional): _____
 Cargo/Função: _____
 Campus: _____
 E-mail: _____

1- MOMENTO – QUESTÕES INICIAIS: APRESENTAÇÃO

1. Apresentação do participante abordando informações sobre si, aspectos profissionais, formação inicial, tempo de atuação como TAE, relato sucinto sobre seu itinerário formativo profissional, bem como sobre as atividades que desenvolve no IF Baiano, ou quaisquer outras informações que julgar pertinentes.

2- MOMENTO – FAZERES/SABERES PROFISSIONAIS EM MOVIMENTO

2. Quais experiências de sua vida pessoal te levaram a escolher o cargo de TAE?
3. E quais os desafios enfrentados no cotidiano desse fazer te conduziram ao TAE que você é hoje?
4. Em quais saberes/fazer pedagógicos você se pauta para a sua atuação enquanto TAE no IF Baiano?

5. Esses saberes/fazeres foram adquiridos nos seus percursos formativos antes do ingresso no cargo TAE? Ou foram tecidos/construídos no exercício do cargo? Explique.
6. Considerando a sua experiência enquanto TAE no âmbito do IF Baiano, atuando na EPT, como você caracteriza o fazer pedagógico pelo profissional técnico não docente, e que no corpus desta pesquisa estamos chamando de fazer técnico-pedagógico?
7. Quais fatores (tempo, formação, docentes, pais, estudantes, gestão, retenção, planejamento etc.) e de que forma esses fatores afetam o fazer técnico-pedagógico desenvolvido no IF Baiano?
8. Em que o fazer técnico-pedagógico contribui para a ação educativa desenvolvida no IF Baiano?
9. Abordando as singularidades do fazer técnico-pedagógico no IF Baiano, quais os desafios enfrentados pelos TAEs no *cotidiano* de seu trabalho?
10. Como a comunidade acadêmica percebe e recebe a atuação do TAE no âmbito do IF Baiano?

3- MOMENTO – RECONHECIMENTO/FORMAÇÃO EM MOVIMENTO

11. Você considera importante o processo de Institucionalização (aqui entendida não como regras e fundamentos, mas como referências para práticas e saberes possíveis dentro de uma instituição) das atribuições dos TAEs?
12. Como a institucionalização das atribuições dos TAEs do IF Baiano poderia ou não contribuir para o enfrentamento dos desafios desse fazer técnico-pedagógico, abrandando-os ou potencializando-os?
13. Como o TAE significa e materializa as atribuições que constam na descrição do cargo (PCCTAE) na sua atuação *cotidiana*?
14. Considerando-se as peculiaridades da EPT, quais as carências e os anseios de formação continuada dos TAEs?
15. Como você se sente, enquanto técnico em assuntos educacionais, frente ao papel que desempenha (ou que não têm oportunidade de desempenhar) na formação dos estudantes do IF Baiano?
16. Quais os meios que utilizam para refletir sobre a sua prática, tanto individualmente como enquanto categoria profissional?

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(ENTREVISTAS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTAS

Prezado(a) participante,

Convidamos você a participar como voluntário(a) na pesquisa intitulada **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**, de autoria e responsabilidade de Dalcy Alves de Souza, mestranda do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – campus Catu, sob a orientação da Dra. Camila Lima Santana e Santana, professora e pesquisadora do IF BAIANO. A pesquisa tem como objetivo investigar como ocorre a construção do fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos (participantes da pesquisa) nessa construção, buscando os elementos que poderão subsidiar a institucionalização das atribuições e dos espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais na Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPT).

A Resolução Nº 466/12, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS), atesta que para toda pesquisa realizada com seres humanos devem ser previstos e avaliados os riscos, aos quais poderão ser expostos os participantes. Segundo essa Resolução, faz-se necessária a submissão do projeto de pesquisa a um Conselho de Ética e Pesquisa (CEP). Os CEP são órgãos “colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (BRASIL, 2012). Sendo assim, a pesquisadora se compromete a encaminhar todos os instrumentos de coleta para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e a coleta de dados apenas ocorrerá após autorização do mesmo.

A sua participação é voluntária e se dará por meio da realização de entrevistas semiestruturadas (orais e escritas) que versarão sobre as experiências dos participantes no seu ambiente de trabalho, cujas questões norteadoras abordarão as ações e os assuntos educacionais emergidos em cada setor e em suas articulações pedagógicas, considerando-se os saberes/fazer dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE). As entrevistas serão realizadas em grupos dialogais por meio de reuniões interativas em que serão oportunizadas, aos entrevistados/participantes, as condições para discutir e expor suas opiniões/impressões/percepções sobre o seu fazer técnico-pedagógico; reuniões essas coordenadas pela pesquisadora.

Quanto aos possíveis riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, referente ao compartilhamento de informações de sua vida pessoal ou profissional que possam causar constrangimento como participante das entrevistas e discussões suscitadas, serão evitados, garantindo-se a dignidade dos participantes e mantendo-se o princípio da integridade, da justiça e equidade, bem como o direito de manifestar-se em conformidade ou não com que está sendo proposto. Para evitar qualquer tipo de desconforto, a pesquisa manterá o sigilo dos nomes dos participantes, pois não serão divulgados em nenhum

momento, primando pela confiabilidade e participação voluntária, assegurando-lhe a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na mesma, e o participante tem absoluta liberdade para interromper a participação a qualquer momento, sem justificar sua decisão.

A fim de minimizar os riscos de constrangimento, cansaço e/ou desconforto, no que tange às participações nos grupos dialogais, será promovida uma exposição sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como sobre a importância do respeito às diversas opiniões, com o intuito de motivar a interação dos participantes e valorizar a participação de cada um na construção do seu próprio conhecimento e no conhecimento coletivo. As reuniões serão realizadas em momento propício em um ambiente confortável, respeitando-se a disponibilidade dos participantes, de forma a otimizar o tempo, evitando assim o cansaço. Durante a reunião, a pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto e/ou cansaço, e, caso ocorram, o participante terá toda a liberdade de não responder às questões. Buscando ainda minimizar os riscos de constrangimento, incômodo ou ofensa, os instrumentos de pesquisa foram elaborados levando-se em consideração a Resolução N° 466/12 e a bibliografia que versa sobre a ética em pesquisa, preocupando-se em desenvolver abordagens respeitadas.

Aos participantes estão assegurados a confidencialidade, o sigilo, a privacidade, a proteção à imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro, primando sempre pela garantia do respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, com as diferenças e singularidades do grupo e, ainda, o cuidado com a preservação dos seus espaços/ambientes de trabalho. Para tanto, será lavrado um termo de confidencialidade que deverá ser assinado pelos participantes dos grupos dialogais.

A pesquisadora reitera que manterá o sigilo do participante, assegurando sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. E, se após o seu consentimento em participar da pesquisa, venha, independente dos motivos, desistir de participar, terá o direito e a liberdade de retirar o consentimento, a qualquer tempo, antes ou depois da coleta dos dados, sem nenhum prejuízo para sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão publicados, contudo a sua identidade não será divulgada, o sigilo será mantido utilizando-se recursos linguísticos, como o uso de nomes fictícios, foco no conteúdo e não na forma das falas. Sua participação neste projeto não implicará ônus financeiro, bem como não haverá nenhum tipo de compensação ou gratificação financeira, visto que se trata de uma participação voluntária.

Ressaltamos que, por conta da pandemia do Coronavírus/COVID-19, em que se faz importante o distanciamento social para a preservação da vida, as reuniões poderão ocorrer de forma *online* por meio de plataforma digital com agendamento prévio, conforme disponibilidade dos participantes. Caso assim ocorra, todas as medidas que visam preservar a integridade dos participantes e o sigilo das informações por eles fornecidas serão mantidas, acrescidas de maior atenção e cuidado que o momento atípico de confinamento em casa que todos estão vivenciando requer.

Considerando que essas medidas atenuam, mas não anulam os riscos, caso o participante se sinta constrangido, ameaçado, desconfortável ou desmotivado a participar, poderá deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum ônus ou constrangimento. Ainda

que, tomados todos os cuidados, o participante tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente. A pesquisadora assegura a assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, caso o participante comprove que o dano alegado provenha de sua participação na pesquisa, conforme determinam as Resoluções N° 466/12 e N° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

A sua anuência em participar poderá colaborar com a ampliação das discussões sobre o fazer técnico-pedagógico no âmbito da EPT. Além disso, esta pesquisa promoverá a construção de um registro acadêmico-institucional consubstanciado num documento denominado **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano**, produto da pesquisa proposta, com a pretensão de provocar e subsidiar a criação do plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano e consequentes políticas institucionais de desenvolvimento profissional, contribuindo, portanto, com as equipes gestoras da instituição, tanto dos campi quanto da Reitoria, para fins de planejamento de ações operacionais que envolvam a reorganização e a evolução do IF Baiano e para que possa promover o desenvolvimento profissional desses servidores e sua consequente valorização.

Para quaisquer outras informações sobre os procedimentos ou sobre o projeto, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), campus Guanambi, situado no Distrito de Ceraíma, zona rural do Município de Guanambi, CEP: 46.430-000. Ou pelo telefone (77) 3493-2100, Ramal 273; ou ainda por e-mail: dalcyalves71@gmail.com ou dalcy.souza@ifbainao.edu.br. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBA, Av. Araújo Pinho, n° 39, Canela, Salvador-BA, CEP: 40.110-150, Telefone (71) 3221-0332.

Esse termo de consentimento será assinado em duas vias, uma cópia será arquivada no Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal Baiano, campus Catu, e outra será fornecida a você. A pesquisadora responsável, que também assina este documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução N° 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, participante, que digitalmente abaixo assino este documento, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser, e que meu nome não será divulgado. Este documento é emitido em duas vias, que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Catu, agosto de 2020.

Assinatura do Participante (assinatura digital)

Assinatura da Pesquisadora Responsável (assinatura digital)

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(QUESTIONÁRIOS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIOS

Prezado(a) _____

Convidamos você a participar como voluntário(a) na pesquisa intitulada **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**, de autoria e responsabilidade de Dalcy Alves de Souza, mestranda do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – campus Catu, sob a orientação da Dra. Camila Lima Santana e Santana, professora e pesquisadora do IF BAIANO. A pesquisa tem como objetivo investigar como ocorre a construção do fazer técnico-pedagógico no cotidiano do IF Baiano e quais sentidos são produzidos pelos sujeitos (participantes da pesquisa) nessa construção, buscando os elementos que poderão subsidiar a institucionalização das atribuições e dos espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais na Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPT).

A Resolução Nº 466/12, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS), atesta que para toda pesquisa realizada com seres humanos devem ser previstos e avaliados os riscos, aos quais poderão ser expostos os participantes. Segundo essa Resolução, faz-se necessária a submissão do projeto de pesquisa a um Conselho de Ética e Pesquisa (CEP). Os CEP são órgãos “colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (BRASIL, 2012). Sendo assim, a pesquisadora se compromete a encaminhar todos os instrumentos de coleta para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e a coleta de dados apenas ocorrerá após autorização do mesmo.

A sua participação é voluntária e se dará por meio da realização de um questionário com perguntas abertas e fechadas sobre as atribuições dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) desenvolvidas nos setores de lotação no IF Baiano, cujo instrumento será encaminhado via e-mail, com o intuito de levantar as ações que são desenvolvidas em cada setor e a possibilidade de se identificar os assuntos educacionais vinculados a essas ações.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa no que se refere ao compartilhamento de informações de sua vida pessoal ou profissional que, por ventura, possa causar constrangimento a você como respondente aos questionários serão evitados, garantindo-se a dignidade dos participantes E mantendo-se o princípio da integridade, da justiça e da equidade, bem como o direito de manifestar-se em conformidade ou não com que está sendo proposto. Para evitar qualquer tipo de desconforto, a pesquisa manterá o sigilo dos nomes dos participantes, pois não serão divulgados em nenhum momento, primando pela confiabilidade e participação voluntária, assegurando-lhe a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos nesta; e o participante tem absoluta liberdade para interromper a participação a qualquer momento, sem justificar sua decisão.

A fim de minimizar qualquer tipo de constrangimento e/ou desconforto, no que tange à sua participação como respondente dos questionários, será promovida uma exposição sobre a pesquisa e seus objetivos. Fica assegurada a confidencialidade, a

privacidade, o sigilo, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro, primando sempre pela garantia do respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como às diferenças e singularidades do participante, e, ainda, cuidando da preservação dos seus espaços/ambientes de trabalho. Buscando ainda minimizar os riscos de constrangimento, incômodo ou ofensa, os instrumentos de pesquisa foram elaborados levando-se em consideração a Resolução N° 466/12 e a bibliografia que versa sobre a ética em pesquisa, preocupando-se em desenvolver abordagens respeitadas.

A pesquisadora reitera que manterá o sigilo do participante, assegurando sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. E, se após o seu consentimento em participar da pesquisa, venha, independente dos motivos, desistir de participar, terá o direito e a liberdade de retirar o consentimento, a qualquer tempo, antes ou depois da coleta dos dados, sem nenhum prejuízo para sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão publicados, contudo a identidade do participante não será divulgada, o sigilo será mantido por meio do uso de recursos linguísticos, como o uso de nomes fictícios, foco no conteúdo e não na forma das falas. Sua participação neste projeto não implicará ônus financeiro, bem como não haverá nenhum tipo de compensação ou gratificação financeira, visto que se trata de uma participação voluntária.

Considerando que essas medidas atenuam, mas não anulam os riscos, caso o participante se sinta constrangido, ameaçado, desconfortável ou desmotivado a participar, poderá deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum ônus ou constrangimento. Ainda que tomados todos os cuidados, o participante tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente. A pesquisadora assegura a assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, caso o participante comprove que o dano alegado provenha de sua participação na pesquisa, conforme determinam as Resoluções N° 466/12 e N° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

A sua anuência em participar poderá colaborar com a ampliação das discussões sobre o fazer técnico-pedagógico no âmbito da EPT. Além disso, esta pesquisa promoverá a construção de um registro acadêmico-institucional consubstanciado num documento denominado **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano**, produto da pesquisa proposta, com a pretensão de provocar e subsidiar a criação do plano de regulamentação institucional das atividades dos TAE no âmbito do IF Baiano e consequentes políticas institucionais de desenvolvimento profissional, contribuindo, portanto, com as equipes gestoras da instituição, tanto dos campi quanto da Reitoria, para fins de planejamento de ações operacionais que envolvam a reorganização e a evolução do IF Baiano e para que possa promover o desenvolvimento profissional desses servidores e sua consequente valorização.

Para quaisquer outras informações sobre os procedimentos ou sobre o projeto, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), campus Guanambi, situado no Distrito de Ceraíma, zona rural do Município de Guanambi, CEP: 46.430-000. Ou pelo telefone (77) 3493-2100, Ramal 273; ou ainda por e-mail: dalcyalves71@gmail.com ou dalcy.souza@ifbainao.edu.br. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBA, Av. Araújo Pinho, nº 39, Canela, Salvador-BA, CEP: 40.110-150, Telefone (71) 3221-0332.

Esse termo de consentimento será assinado em duas vias, uma cópia será arquivada no Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

(PROFEPT) do Instituto Federal Baiano, campus Catu, e outra será fornecida a você. A pesquisadora responsável, que também assina este documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução N° 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser, e que meu nome não será divulgado. Este documento é emitido em duas vias, que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante (assinatura
digital)

Assinatura da Pesquisadora Responsável
(assinatura digital)

APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Questionário de Avaliação da Aplicabilidade do Produto Educacional **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano**, vinculado à pesquisa de Mestrado Profissional **O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**, conduzida pela mestrandia Dalcy Alves de Souza, do curso de pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), sob a orientação da Professora Dra. Camila Lima Santana e Santana.

Prezado(a),

Tendo em vista a necessidade de avaliar a aplicabilidade do Produto Educacional, acima especificado, gostaríamos de convidá-lo a avaliar o referido **Documento Referencial Orientador**, previamente encaminhado via e-mail, considerando-se as possibilidades de sua aplicação junto ao IF Baiano, bem como seus impactos no fazer técnico-pedagógico do TAE, articulado ao trabalho de outros servidores da instituição. Assim como ocorreu nas demais etapas da pesquisa, sua participação é muito importante neste processo de validação do produto. Você deverá preencher este formulário composto de quatro questões fechadas e uma questão aberta.

A nossa expectativa é que o **Documento Referencial Orientador: atribuições e espaços-tempos de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Baiano** possa subsidiar a criação do plano de regulamentação institucional das atribuições dos TAE no âmbito do IF Baiano e de políticas institucionais de desenvolvimento profissional. E, assim, contribuir com as equipes gestoras da instituição, tanto dos campi quanto da Reitoria, para fins de planejamento de ações operacionais que envolvam a reorganização e a evolução do IF Baiano e para que possa promover o desenvolvimento profissional desses servidores e sua consequente valorização.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode entrar em contato pelo e-mail dalcyalves71@gmail.com ou pelo telefone/WhatsApp (77) 99993-1826.

AVALIAÇÃO DO DOCUMENTO REFERENCIAL ORIENTADOR: ATRIBUIÇÕES E ESPAÇOS-TEMPOS DE ATUAÇÃO DO TAE NO IF BAIANO

- 1) O **Documento** está esteticamente organizado, primando pelo aspecto visual, objetividade e clareza, de modo a facilitar a leitura e compreensão dos leitores/usuários.
- () Concordo totalmente
 - () Concordo na maior parte
 - () Discordo na maior parte
 - () Discordo totalmente

2) O **Documento** atende ao propósito de referenciar as possíveis atribuições dos TAE nos diversos espaços/setores do IF Baiano.

- Concordo totalmente
- Concordo na maior parte
- Discordo na maior parte
- Discordo totalmente

3) Após a aplicação do Produto Educacional, pode-se concluir que a consequente institucionalização das atribuições dos TAE contribuirá para o fortalecimento, reconhecimento e valorização do fazer técnico-pedagógico desses servidores no IF Baiano.

- Concordo totalmente
- Concordo na maior parte
- Discordo na maior parte
- Discordo totalmente

4) Ter um direcionamento das nossas atribuições contribuirá potencialmente para o desenvolvimento qualitativo do nosso fazer técnico-pedagógico no cotidiano no IF Baiano.

- Concordo totalmente
- Concordo na maior parte
- Discordo na maior parte
- Discordo totalmente

4) Espaço para o registro de elogios e/ou sugestões de alterações (acréscimos ou supressões) que considerar pertinentes para a melhoria do Documento, ou quaisquer observações que julgar necessárias:

APÊNDICE I – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TEMA: “O Fazer Técnico-Pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano”

PESQUISADORA: Dalcy Alves de Souza

ORIENTADOR: Prof. Dra. Camila Lima Santana e Santana

Eu _____ comprometo-me a manter confidencialidade e sigilo com relação a toda documentação e informação obtidas nas atividades e pesquisas a serem desenvolvidas no projeto de pesquisa **O Fazer Técnico-Pedagógico do TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano**, coordenado pela pesquisadora Dalcy Alves de Souza e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Polo IF Baiano/Campus Catu, realizado no âmbito do IF Baiano, campi Guanambi e Itaberaba; ou ainda informações de qualquer pessoa física ou jurídica vinculadas de alguma forma a este projeto, concordando em:

- Não divulgar a terceiros a natureza e o conteúdo de qualquer informação que componha ou tenha resultado de atividades técnicas do projeto de pesquisa;
- Não permitir a terceiros o manuseio de qualquer documentação que componha ou tenha resultado de atividades do projeto de pesquisa;
- Não explorar, em benefício próprio, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa;
- Não permitir o uso por outrem de informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa.

Declaro ter conhecimento de que as informações e os documentos pertinentes às atividades técnicas do projeto de pesquisa somente podem ser acessados por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade é inerente à atividade ou em que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

Catu-BA, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Participante (assinatura digital)

APÊNDICE J – TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE IMAGEM E DIVULGAÇÃO

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE IMAGEM E DIVULGAÇÃO

Eu, _____,
(nacionalidade), _____ (estado civil), nascido em _____ (data),
na cidade _____, Estado _____, portador
do RG nº _____ e do CPF nº _____,
residente e domiciliado em _____
(cidade, endereço), neste ato denominado CEDENTE, outorgo o seguinte termo de
cessão à CESSIONÁRIA Dalcy Alves de Souza. O CEDENTE autoriza a captação,
fixação e utilização da sua imagem em apresentações e material impresso ou textual,
podendo republicá-la ou por qualquer forma divulgá-la ou reproduzi-la sem restrições,
através de todos e quaisquer meios de comunicação ao público, cujo uso pode ocorrer
através de divulgação pública ou privada, sempre gratuita, de caráter estritamente
acadêmico-científico e social, sem fins lucrativos. O CEDENTE declara, em caráter
irrevogável e irretroatável, estar ciente e de acordo com o uso do material captado durante
a realização dos grupos dialogais, dispositivo da pesquisa O fazer técnico-pedagógico do
TAE no IF Baiano: a produção dos sentidos na invenção do cotidiano. A presente
autorização é firmada, sem qualquer restrição de prazo, a título gratuito, pelo que
nenhum pagamento será devido ao CEDENTE, a qualquer tempo. E por estar justo e
acordado, firma o CEDENTE o presente TERMO DE CESSÃO.

Catu-BA, ____ de _____ 2021.

Assinatura do Cedente: (assinatura digital)



ANEXOS

ANEXO A – DOMÍNIOS ELETRÔNICOS DAS IMAGENS UTILIZADAS NA
DISSERTAÇÃO

LISTA DE SITES DAS IMAGENS

<https://www.pexels.com/pt-br/foto/estrutura-de-aco-marrom-durante-o-dia-96081/>

<https://www.pexels.com/pt-br/foto/corda-marrom-emaranhada-e-formada-em-forma-de-coracao-no-trilho-de-madeira-marrom-113737/>

<https://images.app.goo.gl/HPQ4V913jW41HyfJ7>

<https://ifbaiano.edu.br/portal/guanambi/>

https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/itaberaba/page_fullposts/

<https://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/bom-jesus-da-lapa/if-baiano>